

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Mestrado em Educação

MARCELLO TEIXEIRA FRANCESCHI

**GRUPO ESCOLAR JOSÉ GUILHERME:
UMA HISTÓRIA EM TRÊS ATOS – BRAGANÇA (1910- 1944)**

Itatiba
2013

MARCELLO TEIXEIRA FRANCESCHI – R.A. 002201101311

**GRUPO ESCOLAR JOSÉ GUILHERME:
UMA HISTÓRIA EM TRÊS ATOS – BRAGANÇA (1910- 1944)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação na Universidade São Francisco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra Maria de Fátima Guimarães

Itatiba

2013

37.009.81
F886g

Franceschi, Marcello Teixeira.

Grupo escolar José Guilherme: uma história em três atos – Bragança (1910-1944). / Marcello Teixeira Franceschi. – Itatiba, 2013.

180 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.

Orientação de: Maria de Fátima Guimarães Bueno.

1. História da educação. 2. Grupo escolar José Guilherme.
3. Bragança Paulista. I. Bueno, Maria de Fátima Guimarães.
II. Título.

Para minhas filhas, esposa,
avós e tio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelas oportunidades e pelas graças que Ele tem concedido a minha vida. Também sou muito grato a minha esposa Elisângela, as minhas filhas Isabella e Marcella que, além de serem o motivo pelo qual realizei este projeto, me incentivaram e tiveram muita paciência comigo nesses 24 meses entre o trabalho de pesquisa e a escrita da tese.

Agradeço a meus avós, Clive e Doraci, pelos cuidados, pelo amor, pelo carinho, pelos valores passados, pelo incentivo e pela crença em meus sonhos desde criança. A meu tio Silnei por acreditar no meu potencial e financiar meus estudos desde a graduação.

Um agradecimento muito especial à professora Fátima, por todas as orientações, dicas, carinho, dedicação e incentivos. Sem eles todos, eu não teria conseguido realizar esta pesquisa.

Agradeço ao meu grande irmão, amigo e mestre Daniel Medeiros. Sem a sua paciência e crença em mim eu não teria chegado aqui.

A Karla Cristiny Moraes da Silva, minha parceira de pesquisa e de questionamentos sobre a história do Grupo Escolar José Guilherme. Sou muito grato pela sua contribuição.

Agradeço também a CAPES, que garantiu os recursos necessários para a realização deste Mestrado e desta dissertação.

Aos funcionários do CDAPH pela atenção e prontidão.

Ao jornal Cidade de Bragança que foi muito solícito ao permitir meu acesso ao arquivo de suas edições entre os anos de 1910 e 1945. Sem isso não teria conseguido completar esta dissertação.

Aos membros e suplentes da banca de qualificação, prof. Moysés Kuhlmann Jr., profa. Maria Sílvia Hadler, prof. Elison Antonio Paim e profa. Márcia Mascia, pelas contribuições muito significativas que deram um outro vigor a este trabalho.

Também à professora Paula, pelas interessantes discussões e contribuições, em especial, sobre a história da educação.

Por fim, agradeço aos meus colegas de Mestrado pelo profícuo convívio e pela realização dos diversos trabalhos que acabaram contribuindo para a confecção desta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado apresenta considerações finais da pesquisa que desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação em Educação da USF. Focalizamos nesta pesquisa o Grupo Escolar José Guilherme, na cidade de Bragança Paulista, no período que se estende de 1910 a 1944. Delimitamos como objetivo mais amplo desta pesquisa levantar e analisar o processo de quase quatro décadas de implantação do Grupo Escolar José Guilherme, matizado por diferentes visões de mundo, tensões e embates socioculturais, imbricados em interesses econômicos e políticos, por vezes, conflituosos. Nosso trabalho ancorou-se nas potencialidades que se abrem para a história da educação com a pesquisa de possíveis conexões entre a cidade e a escola. Nesse sentido, o projeto situou-se na área da história da educação com ênfase no entrecruzamento de temáticas relativas à cultura, à cidade e à escolarização na modernidade. Para alcançar esse objetivo, realizamos a análise de fontes primárias tais como: periódicos locais (almanaques, anuários e jornais locais), documentos do arquivo escolar, fotografias, dentre outras, além da revisão bibliográfica sobre a temática privilegiada considerando as contribuições teóricas, sobretudo, de Thompson (1998), Escolano (2001) e Benjamin (1989).

Palavras-chave: História da Educação, Grupo Escolar José Guilherme, Bragança Paulista

ABSTRACT

This Master's essay provides the final consideration of the research developed at Post Graduation Program in Education at Universidade São Francisco. The aim on this essay is the Scholar Group José Guilherme, in the city of Bragança, during the years of 1910 to 1944. We have delimited as our wider objective to analyze the process of almost four decades that led to the creation of the Scholar Group José Guilherme, embedded in different world views, social and cultural tension and conflicts, imbricated in conflictive economical and politic interests. This essay is anchored at the potential it holds for the history of education with possible connection between the city and the school. For this, this research is in the history of education segment focusing on the themes of culture, city and schooling in the modernity. For such, we have analyzed some primary sources as local newspaper, documents of the school archive, photos, etc. and we have also analyzed the bibliography related to the subject and also we are analyzing the documental sources of varied nature, under the theoretical contribution of Thompson (1998), Escolano (2001) and Benjamin (1989).

Key words: History of Education; Scholar Group José Guilherme; Bragança.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Largo da Matriz - (por volta de 1880).....	65
Figura 2 Possíveis áreas ocupadas no espigão da povoação inicial em 1797.	67
Figura 3 Área Sul de Bragança (Largo da Estação), em 1905.	75
Figura 4 Área Central de Bragança.....	76
Figura 5 Área Norte da Cidade (Largo do Lavapés e Rua do Matadouro) em 1905.....	77
Figura 6 Principais edificações na área central em 1909.	79
Figura 7 Visita do engenheiro do governo do Estado.....	85
Figura 8 Dados sobre Bragança.	90
Figura 9 Dados sobre a distribuição da população em idade escolar	91
Figura 10 A expansão da linha férrea pelo perímetro urbano de Bragança	96
Figura 11 O governo aceita o terreno.....	97
Figura 12 Notícia da aprovação do projeto número 66.....	99
Figura 13 Resumo do movimento escolar em Bragança, 1913.	100
Figura 14 A safra de café nos municípios de São Paulo, em 1913.....	101
Figura 15 Imposto Predial do Município de Bragança, 1914.....	102
Figura 16 Mapa do Recenseamento Escolar do Município de Bragança, 1920.....	107
Figura 17 Mapa do Recenseamento Escolar do Município de Bragança, 1920.....	109
Figura 18 Reunião das escolas isoladas.	111
Figura 19 Casarão das Escolas Reunidas de Bragança	113
Figura 20 Localização aproximada do Prédio das Escolas Reunidas.	114
Figura 21 Movimento nas Escolas Reunidas, 1922.....	116
Figura 22 Comparativo da movimentação escolar em Bragança	117
Figura 23 Situação escolar em Bragança entre os anos 1920 e 1923.	118
Figura 24 Notícia anunciando a conversão das Escolas Reunidas em Grupo Escolar.	120

Figura 25 Nomeação do Segundo Grupo Escolar.....	122
Figura 26 Inauguração do retrato de José Guilherme.	122
Figura 27 Movimento no Grupo Escolar José Guilherme, 1926.	124
Figura 28 Movimento das Caixas Escolares, 1926.....	124
Figura 29 Movimento revolucionário constitucionalista, 1932.....	126
Figura 30 Transferência de propriedade do Cidade de Bragança.....	128
Figura 31 Lançamento da pedra fundamental, 1936.....	131
Figura 32 Perspectiva do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme.....	133
Figura 33 Vista do Lavapés em direção ao centro da cidade, início do século XX.	137
Figura 34 Localização do terreno para construção do prédio	140
Figura 35 Novos bairros e vilas formados até a década de 1940.	142
Figura 36 Recorte de uma matéria do Cidade de Bragança	145
Figura 37 Início da construção do prédio.....	146
Figura 38 Censura à imprensa.	148
Figura 39 Obras iniciadas, 1939.	150
Figura 40 Recreio próximo ao Pavilhão de Tuberculosos.	152
Figura 41 Localização aproximada do terreno na Rua Cel. Assis Gonçalves.....	153
Figura 42 Condenado o Casarão.....	156
Figura 43 Condenado o Casarão. Edital para reinício das obras.	159
Figura 44 Visita do prefeito de Bragança a São Paulo, 1942.....	161
Figura 45 Vista do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme quase concluído.	163
Figura 46 Matéria da Folha da Manhã, 1943.	165
Figura 47 Prédio do Grupo Escolar José Guilherme às vésperas da inauguração oficial.	167
Figura 48 Inauguração oficial do edifício do Grupo Escolar José Guilherme, 1944.....	168

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
MEMORIAL.....	10
INTRODUÇÃO	17
1. MODERNIDADE, CIDADE E EDUCAÇÃO.....	22
1.1 Periódicos	30
2. INSTRUÇÃO PÚBLICA (1870 – 1944)	36
2.1 Vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância (1870 – 1920).....	36
2.2 A Reforma Sampaio Dória, o analfabetismo e o otimismo pedagógico (1920-1930).....	47
2.3 A década de 30 e o Estado Novo: contexto político e educacional (1930-1944).....	54
3. A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR JOSÉ GUILHERME: UMA HISTÓRIA EM TRÊS ATOS	61
3.1 Das origens à modernidade: o contexto urbano de Bragança (1856 – 1909)	61
3.2 As elites políticas bragantinas (1889-1909).....	80
3.3 O primeiro ato: a cidade entre 1910 e 1921: disputas políticas e a questão do segundo grupo escolar	84
3.4. O segundo ato: das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar José Guilherme: 1921-1935	110
3.5 O terceiro ato: o novo edifício - da pedra fundamental a Rubens do Amaral (1936 – 1944).....	130
3.5.1. A localização do terreno: o Lavapés	134
3.5.2 Disputas Políticas e o Início das Obras	144
3.5.3 A condenação do casarão: Rubens do Amaral e a Folha da Manhã entram em cena	151
3.5.4 O novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS.....	176
ANEXOS	183

MEMORIAL

O objetivo deste memorial é apresentar momentos de minha trajetória de vida que, direta ou indiretamente, me levaram até o Mestrado em Educação na linha de História e Historiografia no PPG Stricto Sensu da Universidade São Francisco e, conseqüentemente, me conduziram até a escolha de pesquisar o Grupo escolar José Guilherme. Fatos que pareciam tão desconexos ou distantes uns dos outros se mostraram tão relevantes neste processo quanto outros mais óbvios. A partir de minhas lembranças e experiências, reconstruo este caminho desde minha infância até o processo seletivo para ingresso no Mestrado. Evocar tal memória foi como adentrar em um labirinto sem saber onde os caminhos deste te levariam. Por vezes, via o Sol e um trajeto cheio de flores com pássaros cantando ao lado de pessoas marcantes onde eu queria que o tempo passasse mais lentamente. Em outro momento, não havia Sol nem flores ou pássaros, somente um lugar frio, úmido e escuro, onde eu via em flashes lembranças há muito esquecidas que traziam uma sensação de asfixia, acompanhada de uma pequena tremedeira nas mãos, de uma arritmia e de uma vontade de chorar quase que incontrolável, fazendo com que eu quisesse sair de lá o mais rápido possível. Fantasmas, demônios, arrependimentos, frustrações, tudo isto veio à tona. Neste exercício de rememoração, não há um filtro ou um seletor que faça aflorar apenas os fatos felizes ou histórias que não tragam algum tipo de desconforto e inquietação. Em vários momentos, as lágrimas em meus olhos e rosto interromperam a digitação. Assim se deu o processo de elaboração deste memorial.

Engana-se quem pensa que minha história tem seu início em 16 de abril de 1979. Para começá-la, preciso voltar para meados do século XX, precisamente para o interior do Estado de São Paulo. Neste local, meus bisavós paternos, que chegaram vindos da Itália e da Ilha da Madeira (Portugal) para trabalhar nas fazendas de café como imigrantes, começaram a desenvolver suas atividades. Pelo lado italiano do meu avô, meus bisavós sicilianos trabalharam duro na lavoura de café na região de Adamantina, extremo Oeste do Estado. Este foi o grande sustento da família à época. Já pelo lado madeirense de minha avó, meu bisavô Maneco (Manuel de Freitas, nascido em 1901) ganhava a vida trabalhando em uma fazenda na Região de Dracena, extremo Oeste do Estado, onde realizava um trabalho em uma madeireira. Assim se passaram os anos, até chegarmos ao meio da década de 1920, onde o Brasil presenciou a crise do café, com a diminuição drástica nas exportações e do valor do grão do “ouro negro”, especialmente após o

“crash” da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Com isso, a família de meu avô quase voltou à Itália, pois a situação para os trabalhadores de café estava muito difícil. Decidindo ficar, foi nesse mesmo ano que meu avô, Clive Franceschi, nasceu (temos exatos 50 anos de diferença). A família continuou com o trabalho no sítio, diversificando sua pequena plantação. Meu avô se lembra e se orgulha em dizer que já aos 5 anos de idade ajudava seu pai nos trabalhos do sítio, fato que durou até os seus 11 anos de idade. Enquanto isso, no ano de 1933, nascia minha avó, Doracy Freitas. Ela diz que tem muito pouca lembrança de sua infância em Dracena. As memórias começam a aparecer quando a família dela se muda para a cidade de Osvaldo Cruz, no Oeste do Estado, no ano de 1940. Aí meu bisavô montou uma pequena serraria, onde a família toda trabalhava. Minha avó se lembra de frequentar um armazém de “secos e molhados” junto com a mãe para comprar os mantimentos da semana. Neste local, trabalhava um jovem rapaz que havia há pouco se mudado de Adamantina com a família, buscando na cidade de Osvaldo Cruz melhores condições de trabalho. Esta era a família de meu avô, que resolveu abandonar o campo e buscar a cidade como esperança de dias melhores. Com o dinheiro da venda do sítio, abriram o armazém, empregando a numerosa família neste comércio. Pois bem, foi durante os anos da Segunda Guerra Mundial que meus futuros avós foram se conhecendo, a cada dia de compras no armazém. Casaram-se em 1950. Meu avô diz que foi “por amor”; já minha avó diz que o casamento a “libertava” da rigidez de meu bisavô. Por este ou por esse motivo, da união dos dois nasceram quatro filhos, dos quais o mais velho é meu pai. Nascido em 1957, na cidade de São Paulo, Carlos Roberto Franceschi (inspirado no “Rei”, que era uma das paixões musicais de minha avó) desde cedo ajudou meu avô em seus pequenos negócios: na borracharia, na farmácia, na pensão e até quando meu avô tinha um táxi, ajudando na lavagem e no “embelezamento” do veículo. Utilizei aqui o verbo ajudar, pois trabalhar não era algo que agradava muito a meu pai. Ele era um garoto “levado”, segundo vovó. Não queria saber de estudar e nem de trabalhar. Queria “curtir” a vida. Era amante da praia e de lá pouco saía. Para disfarçar o bronzeado, dizia que fazia bico de assistente de topógrafo. Quando resolveu se endireitar, foi estudar e, logo de cara, encontrou o grande amor de sua vida: Maria Fernanda Fonseca Teixeira, minha mãe. Nascida em Luanda, Angola, em 1960, veio para o Brasil fugida da Guerra Civil Angolana (1975-2002) que eclodiu logo após a Guerra de Independência de Angola (1961 – 1974), na qual meu avô materno, Manuel, lutou e acabou perdendo a vida. Junto de minha avó, Maria, e de seus três irmãos, minha mãe desembarcou em Santos, tendo como destino São Paulo. O Brasil, mesmo sob

o regime militar do então presidente General Ernesto Geisel, parecia ser o refúgio ideal para eles. Quatro anos após sua chegada ao Brasil, esta bela angolana apreciadora de funge (um prato típico angolano à base de fubá) estava acabando de concluir o Ensino Médio e se tornando a Sra. Franceschi. Detalhe interessante é que eu participei do casamento bem de perto, já no abrigo do útero de minha mãe. Casados, se mudaram para um prédio no bairro da Aclimação, na própria cidade de São Paulo, aguardando a chegada do primeiro filho.

Não sei se isso acontece com todas as pessoas, mas não me recordo de muita coisa antes dos meus sete, oito anos de idade. De zero a seis, o que eu sei hoje surgiu de conversas com a minha avó, que foi responsável por minha criação nesse período, já que papai e mamãe trabalhavam fora de casa. Meu pai montou uma lavanderia industrial junto com um de meus tios; minha mãe trabalhava como secretária bilíngue em uma das empresas do Grupo Votorantim, comandado por Antônio Ermírio de Moraes. Olhando um álbum de fotografias minhas desta época, nota-se que eu era um menino “arteiro” e chorão. Porém, um fato que alterou a rotina de minha casa foi o nascimento de minha irmã, Carla, em julho de 1982. Não posso dizer o quanto este nascimento impactou aquele momento de minha infância, mas em todas as fotos que estou com ela apareço chorando ou abraçando-a com uma força, diria, um pouco excessiva.

1987 foi um ano marcante em minha vida, tanto positiva quanto negativamente. Neste ano, meus pais resolveram que morar em Portugal representaria uma chance de uma educação e de um futuro melhor para todos nós quatro. Meu pai sempre questionou muito a política brasileira. Para ele, o Brasil não podia oferecer condições para que ele, um cidadão comum, crescesse financeiramente sem praticar algum ato ilícito. O sonho europeu sempre instigou meu pai e Portugal se apresentava de braços abertos para que ele investisse na vida de empresário. Pois bem, em janeiro desse mesmo ano, nos mudamos para Setúbal, cidade na região de Lisboa (aproximadamente a 30 quilômetros). Frio, foi esta a primeira sensação que tive ao descer do avião. A cidade parecia pequena e agradável. Meus pais abriram um restaurante onde almoçava todos os dias até as aulas começarem. Colégio dos Plátanos era o nome do colégio integral, onde por um ano cursei o quarto ano. Isso mesmo, o quarto ano. Egresso da segunda série no Brasil, fiz uma prova de equivalência e acabei indo parar no quarto ano. Eu e minha irmã éramos a atração da escola. Todos queriam que falássemos qualquer coisa, pois adoravam nossos sotaques e palavras que utilizávamos como banheiro, meias, fila, entre outras. Não havia internet e a globalização ainda não fazia parte do cotidiano mundial. Na televisão apenas dois canais estatais:

RTP1 e RTP2. Assim, os brasileirinhos eram o que havia de mais interessante naqueles primeiros dias de aula. Quanto à amizade não tivemos problemas. Já com relação aos conteúdos de história e geografia, as coisas ficaram um pouco confusas. Conhecia a história do Brasil e, de Portugal, Cabral era o único nome conhecido. De repente Mouros, Idade Média, Reinos, França, Inglaterra, Napoleão eram os vocabulários utilizados diariamente em sala de aula. Foi um sentimento ambíguo. Por um lado, havia o estranhamento causado pelo novo, mas ao mesmo tempo havia o encantamento provocado pela vontade de compreender mais essa história. Desta maneira, após a primeira aula de História, pedi a meu pai que comprasse um livro sobre a História de Portugal. Pedido concretizado (tenho este livro até hoje!), lembro-me que não conseguia parar de ler. Li e reli umas cinco ou seis vezes no mesmo dia. Tenho certeza ser este o momento do nascimento da minha paixão por História. Queria então que meu pai me levasse aos castelos e monumentos para poder ver o que eu estava lendo. No final de semana seguinte, estávamos em Lisboa, observando o Tejo, o Mosteiro de Jerônimo, o Castelo de São Jorge, o Palácio da Pena, a Torre de Belém. Em todos estes lugares, recordo-me de colocar as mãos nas paredes e “sentir” uma emoção ímpar ao imaginar o que havia acontecido há 500, 600 anos. Que pessoas viviam ali? Reis, Mouros? Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Camões, Fernão Lopes, Dom Sebastião foram nomes que vinham à cabeça. Na aula seguinte, estava tão seguro que parecia ter estudado isso a minha vida toda. A partir de então, atormentava meu pai para visitar algum lugar em qualquer folga que tínhamos. Fomos a Sintra, ao Algarve, a Madri, a Sevilha e a Valencia. Castelos, Igrejas, Aquedutos, guias de cidades faziam parte da minha rotina. E eu queria mais. De aniversário, no dia das crianças, meu presente era livros de história. Meus pais acharam que eu estava ficando meio louco, mas continuaram alimentando minha paixão. No final desse ano, voltamos ao Brasil.

A readaptação ao Brasil foi tranquila. Segui nos estudos, tirando notas excelentes. Meu pai dizia que minha única obrigação era estudar e que, por isso, deveria sempre tirar notas altas. Seguia este conselho à risca. Eu era considerado um “Nerd” (ou um CDF, para época). Sempre que possível, fazia grupos de estudos onde acabava “dando” aulas para os meus colegas. Posso dizer que foram minhas primeiras experiências como professor. No ano de 1990, meu pai resolveu tentar a vida novamente em Portugal. Eu e minha irmã ficamos no Brasil com os meus avós e, em 1992, nos mudamos para Bragança. Foi um choque. Aqui não havia um “shopping Center”, um “Mc Donald’s”, enfim, nada que simbolizasse o progresso e a civilização do lugar que acabara de me mudar. A grande diversão da meninada era as “fubecas” e soltar pipa. Não

sabia fazer nem um nem outro muito bem. Eu era bom com os livros e com o vídeo game. Assim, fiz algumas amizades interessantes, que acabei conservando por um longo período. Em 1995, chegara ao fim do Ensino Fundamental. Era necessário escolher uma escola com Ensino Médio. Na época, esta escolha era feita através de sorteio. Pelo local que morava, poderia ser sorteado para duas escolas: Cásper Líbero ou José Guilherme. Aqui está o registro do primeiro contato com o meu objeto de estudo. Meus dois amigos já estudavam lá. Mas, quis o destino que eu fosse estudar na outra escola, o Cásper. Todas as noites, saía da escola e, como voltava para casa caminhando, encontrava com os outros amigos em frente ao José Guilherme. Eles sempre tinham histórias para contar sobre aquele dia na escola. Que vontade eu tinha de me transferir para lá. Na minha cabeça, o José Guilherme era uma escola melhor do que o Cásper, não em termos didáticos ou educacionais, mas sim por meus amigos estudarem lá. Porém, encerrei o Ensino Médio na escola Cásper Líbero mesmo.

Voltando ao ano de 1994, preocupado em entender as letras de música de uma banda americana, me matriculei em um curso de inglês na cidade. Rapidamente, fui evoluindo e, como consequência, acabei pulando alguns níveis. Foi nesse momento que eu conheci o professor Daniel Medeiros. Grande professor, grande amigo, grande mentor, grande ser humano. Defino o Daniel como um grande anjo em minha vida. Deus fez os nossos caminhos se cruzarem. Essa é a única explicação coerente que tenho para avaliar o impacto deste encontro para a minha vida. Explico: em 1997, mais precisamente em dezembro, a escola estava à procura de um novo professor. Daniel acabou me indicando. Lembro-me que era 22 de dezembro, estava de férias quando recebi uma ligação do Daniel para iniciar o treinamento na tarde do dia seguinte. Aceitei! Passei pelos piores momentos da minha existência nestes treinamentos. Foi um período de prática de ensino intenso (quase dois meses, três períodos), com muita cobrança e muito “strees”. Entretanto, foi o que me deu a base didática que eu tenho hoje e, principalmente, me conectou profissionalmente com Daniel. Esta foi uma das muitas portas que ele abriu para mim. Para melhorar nossas carreiras, decidimos ir para a Graduação. Letras foi o curso escolhido. FESB foi a Faculdade escolhida. Porém, para mim, devido aos meus horários de trabalho, esta faculdade, que oferecia somente cursos noturnos ficava inviável. Assim, busquei uma alternativa e a opção foi a FIG, em Guarulhos, que oferecia o curso de Letras matutino. Descrevo os 4 anos de curso como uma verdadeira epopéia. Acordava todos os dias às 5 da manhã, pegava o ônibus às 5h45, descia na Rodovia Fernão Dias e caminhava 40 minutos para chegar até a Faculdade. Voltava às

13h e das 14h às 21h30 dava aulas. Estudava depois deste horário. Foram anos suados, mas me fizeram amadurecer muito intelectualmente. Me formei em 2006 e comecei a trabalhar em escolas de Ensino Médio e Fundamental já em 2007. Entre 2007 e 2010, concentrei todos os meus esforços para crescer profissionalmente, trabalhando quase 14 horas todos os dias, entre escolas e alunos particulares. Desse modo, não sobrava muito tempo para estudar. Por isso, só no segundo semestre de 2010, quando decidi dar uma reduzida na carga de trabalho, ingressei em uma pós-graduação (Lato Sensu), Formação de Professores para o Ensino Superior, ainda sem saber o que o futuro reservava.

Na última semana do mês de julho do ano de 2010, quando me deslocava para uma aula particular, encontrei o Daniel com a sua esposa no centro da cidade. Após um longo tempo sem vê-lo, ele fez um convite para eu dar uma aula de RED (Regime de Dependência Especial) na Faex. Ele estava trabalhando lá como professor e coordenador adjunto do curso de administração. Aceitei e na semana seguinte fui conversar com o coordenador. Tudo certo, peguei 5 aulas para dois alunos aos sábados. O “ar” do ambiente da Faculdade era diferente. Ficava impressionado com a titulação e o conhecimento dos outros professores. Me sentia um peixinho naquele oceano de conhecimento. Pois bem, obtendo um bom desempenho, fui convidado a assumir duas aulas de Língua Portuguesa no curso de Engenharia. Não podia acreditar. Desde que entrei na Graduação, meu sonho era trabalhar em uma Faculdade. Então estava lá eu. Tive um primeiro semestre maravilhoso e, no segundo, fui convidado (pelo Daniel) para ser um dos “criadores” da revista científica da Faex. O ano de 2011 foi sensacional. Trabalhar na Faex me aproximou novamente do Daniel. Um empurra o outro, um desafia e cobra o outro. Sempre tenho que dar 110% para poder acompanhar o ritmo de trabalho dele. Cresci muito neste período. Porém, sentia que poderia crescer muito mais.

Sempre gostei de estudar. Sempre tive gosto pelo saber. Sendo professor de Faculdade, sabia que era de extrema importância, para prosseguir na carreira acadêmica, ter uma titulação Stricto Sensu. O Daniel já estava matriculado no Programa de Pós em Educação da USF e disse que estava gostando muito. Detalhe: ele estava estudando na linha de História, historiografia e ideias educacionais. Ele me mostrou o seu projeto (sobre o Grupo Escolar Jorge Tibiriçá) e foi como um “click”. Tudo se encaixava. Pensei na oportunidade, finalmente, de estudar História, na oportunidade de pesquisar o outro Grupo Escolar, na titulação, tudo isso passou pela minha cabeça. Decidi encarar o desafio. Me reuni com o Daniel, fizemos o anteprojeto e estudamos

muito para a prova. Fui aprovado e tive a sorte de ter como orientadora Fátima Guimarães. Ela pensa nos seus orientandos não só em relação às pesquisas, mas também no lado profissional (indicando concursos e cursos) e no pessoal, se preocupando se estamos nos alimentando e dormindo direito, por exemplo. Além disso, na orientação apresenta textos e dicas sensacionais para o desenvolvimento da pesquisa. Tive muita sorte por ter a Fátima nesta etapa da minha vida, por fazer parte da “turma”, como ela mesma diz. Neste período consegui três publicações, uma participação em um encontro na Unicamp, a bolsa e um bom desempenho nas disciplinas.

INTRODUÇÃO

Focalizamos como objeto desta pesquisa o Grupo Escolar José Guilherme, fundado em 1922, na cidade de Bragança Paulista, ainda com o nome de Segundo Grupo Escolar (a denominação Grupo Escolar José Guilherme foi dada em 1925). Investigamos a trajetória de constituição e implantação desse Grupo Escolar no contexto das transformações urbanas, econômicas, políticas e socioculturais da cidade de Bragança entre os anos de 1910-1944. Optamos por esse recorte temporal devido a estes dois fragmentos de notícia encontrados em um dos periódicos consultados durante a pesquisa.

Por estes dias deverá chegar á esta cidade um engenheiro do governo do Estado, afim de escolher um terreno que a camara municipal pretende offerecer para edificação de um predio destinado a um outro grupo escolar. (CIDADE DE BRAGANÇA, 15/12/1910, n. 1565, p.2)

Grupo Escolar José Guilherme
Inaugura-se, hoje, o edifício do grupo Escolar José Guilherme [...]
A nossa urbe assistirá no dia de hoje, á inauguração oficial do grupo escolar José Guilherme, mandado construir pelo benemérito governo do Sr. Dr. Fernando Costa, preclaro Interventor Federal no Estado de São Paulo [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/05/1944, n. 4976, p.2)

Ao ler rapidamente estes dois fragmentos de notícias, percebemos que elas descrevem eventos correlacionados, isto é, descrevem a escolha de um terreno para a construção do prédio do segundo grupo escolar e a inauguração oficial deste edifício e que ambas foram retiradas do mesmo periódico, *Cidade de Bragança*¹. Nada de extraordinário, diria o leitor menos atento. Porém, em uma segunda leitura mais cuidadosa, observando as datas e os números das edições dos jornais, observamos que há um hiato de quase trinta e cinco anos separando estas duas notícias. Por quê? Quais foram as principais tensões e conflitos, movimentos de resistência e de adesão a tal iniciativa que se entrecruzaram no transcorrer desse período? Esta é a pergunta inicial e norteadora que este trabalho buscou responder.

Partimos da hipótese que disputas entre os grupos políticos locais e um constante

¹ Periódico fundado em 1895 por Benedito Rodrigues Moreira, João Salles Pupo e José Villagelim. Em 1907, Benedito Moreira deixa a direção ao proprietário da folha, Maj. Antonio de Almeida, que permanece nesse cargo até 1947. Seu Editorial era alinhado e representava os interesses do diretório bragantino do Partido Republicano Paulista (P.R.P.). (CATÁLOGO DA COLEÇÃO DE PERIÓDICOS, 1992).

movimento de aproximação e distanciamento desses grupos com o Governo do Estado de São Paulo impactou de forma decisiva no projeto da construção do edifício desse grupo escolar. Observamos tais indícios na formulação dessa hipótese nos periódicos locais.

A escolha do recorte privilegiado, então, se deu desta maneira, pois no ano de 1910 tivemos a primeira notícia sobre a futura instalação do segundo grupo escolar de Bragança e em 1944 se deu a sua inauguração oficial. Porém, em alguns momentos, com a intenção de aprofundar a contextualização de certas informações, sentimos a necessidade de recuar neste recorte, trazendo aspectos importantes das décadas anteriores.

A partir das considerações anteriores, delimitamos como objetivo desta pesquisa levantar e analisar este processo de quase quatro décadas de implantação do Grupo Escolar José Guilherme, matizado por diferentes visões de mundo, tensões e embates políticos, imbricados em interesses econômicos, por vezes, conflituosos.

Nosso trabalho ancorou-se nas potencialidades que se abrem para a história da educação com a pesquisa de possíveis conexões entre a cidade e a escola. Nesse sentido, o projeto situou-se na área da história da educação com ênfase no entrecruzamento de temáticas relativas à cultura, à cidade e à escolarização na modernidade.

Nas pesquisas da área educacional, a necessidade de compreensão dos aspectos específicos, internos, favorece a tendência a tudo explicar pelo viés da educação, quase a tomar a dimensão educacional como o fator determinante de toda a vida social. Não se quer dizer, com isso, que seja irrelevante tomar aspectos do interior das relações educacionais e das instituições educativas como tema de estudo. Trata-se de compreender que, em todos esses casos, os fenômenos educacionais são elementos constitutivos das relações sociais e se produzem no interior dessas relações e não à parte, ou sobrepostos a elas. Se as concepções, as formas, as propostas educacionais são históricas, então a compreensão da sua história não pode restringir-se aos estreitos limites da educação, esquecendo-se das suas relações com o econômico, o geográfico, o social, etc. (KUHLMANN JR., 2010).

Dessa maneira, este trabalho segue uma perspectiva diferente que vai de encontro ao entendimento da cultura escolar como entidade autônoma para se aproximar do que afirma KUHLMANN JR. (2010) da necessidade de análise das transferências culturais da escola para a sociedade, assim como dos outros setores sociais para a escola.

Desse modo, é possível encontrar a educação nos lugares e nos materiais mais diversos, envolvendo uma grande gama de registros documentais, encontrados em diferentes suportes (impressos, manuscritos, iconográficos, sonoros, áudio-visuais e digitais). O Estado e as políticas públicas, as formações sociais, a

organização e a administração dos sistemas educacionais, a formação docente, as divisões etárias, as concepções educacionais, as propostas de atividades, os diferentes conteúdos de ensino, também como as fontes que nos informam sobre essas questões expressam relações sociais que constituem o processo histórico. (KUHLMANN JR., 2010).

Sendo assim, para alcançar esse objetivo, realizamos a revisão bibliográfica sobre a temática privilegiada, a pesquisa de fontes documentais primárias (periódicos locais, documentos escolares, processos de tombamento do CONDEPHAC, Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1907 a 1936), considerando as contribuições teóricas, sobretudo, de Thompson (1998), Escolano e Viñao Frago (2001), Buffa (2002), Le Goff (1996), Benjamin (1989), Foucault (2010), Souza (1998), Bueno (2007) e Medeiros (2013).

Desse processo, algumas questões surgiram e nortearam a leitura das fontes em busca de possíveis respostas. De tais questões, destacamos: por que se passaram trinta e quatro anos entre a primeira notícia sobre a construção do prédio e sua efetiva inauguração? Quais foram os principais fatores que contribuíram para isso? Os segmentos políticos que confluíram na ruptura do grupo liberal republicano em Bragança (MEDEIROS, 2013) nos primeiros anos do século XX mantiveram suas posições e essa ruptura continuou impactando o projeto do segundo grupo escolar, inclusive em relação à escolha do seu nome? Por que o novo prédio acabou sendo erguido no bairro em que se localiza até os dias atuais²? Qual é, então, a origem social das crianças as quais o grupo destinava-se a atender? Perguntamo-nos dos motivos que propiciaram tal situação e encontramos fortes indícios de que eles podem ser abordados à luz das contribuições teóricas da história da educação brasileira³, privilegiando-se a temática dos grupos escolares na cidade de Bragança, considerando-se o contexto sociocultural e as políticas educacionais da época.

É importante ressaltar que esta dissertação é resultante do trabalho em conjunto do grupo de pesquisa sobre a história dos grupos escolares de Bragança, formado pelos pesquisadores Daniel Medeiros, Karla Cristiny Moraes da Silva, Patrícia da Silva Felix e Marcello Teixeira Franceschi, coordenados pela profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães, na cidade de Bragança Paulista. Medeiros e Felix têm pesquisas sobre o primeiro Grupo Escolar da cidade, o Dr. Jorge Tibiriçá,

² Na época considerado mais afastado da trama urbana central, na qual se localizava a câmara municipal, a igreja matriz, o clube literário e o grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá.

³ Utilizamos como referenciais teóricos as contribuições de VIDAL, HILSDORF, VEIGA, CARVALHO E FARIA FILHO.

enquanto Silva e Franceschi pesquisam o segundo Grupo, o José Guilherme. Desse modo, os quatro trabalhos dialogam contribuindo uns aos outros e buscando avançar em questões propostas por essas pesquisas já realizadas. Este foi o caso da pesquisa de Silva (2012) e este trabalho. Tendo em comum o mesmo objeto de estudo, realizado, por diversas vezes, a leitura das fontes primárias e participado de diversas orientações e discussões juntos, tivemos o cuidado de observar o processo de constituição do Grupo Escolar José Guilherme por “lentes” diferentes. Enquanto o trabalho de Silva (2012) debruçasse, essencialmente, sobre o arquivo existente na Escola José Guilherme, observando esse processo de dentro do grupo para fora dele, esta pesquisa traz para o centro da discussão as disputas entre os grupos políticos locais e o impacto dessas nesse processo, ou seja, analisando-o pelo percurso inverso, de fora para dentro do grupo. Dessa maneira, em diversos momentos deste trabalho, usaremos e faremos referências a essa pesquisa e aos demais trabalhos desse grupo de pesquisadores.

Cabe, neste momento, também, destacar o trabalho com as fontes primárias. Foram aproximadamente 13 meses de visitas ao CDAPH (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação) da Universidade São Francisco, no Campus de Bragança, e à sede do Bragança Jornal Diário, onde se encontram diversas edições do Jornal Cidade de Bragança. No CDAPH encontramos os jornais o Guaripocaba, A Notícia, Cidade de Bragança (até o ano de 1910), os Almanques e os Anuários: Almanach Bragantino de 1900, Anuario de Bragança para 1902, Anuario de Bragança para 1904, Almanach Bragantino 1914, Almanach Paulista para 1918, enquanto que no Bragança Jornal estavam os exemplares consultados do Cidade de Bragança de 1911 a 1945. Esse trabalho foi árduo, porém muito profícuo. Passamos horas e horas lendo, catalogando, fichando e fotografando notícias e informações relevantes para a pesquisa. Grande parte das fotografias utilizadas neste texto é fruto desse processo.

Até o ano de 1910, pudemos consultar diversos periódicos, como foi descrito anteriormente. Entretanto, entre os anos de 1911 e 1935 apenas edições do jornal Cidade de Bragança foram utilizadas⁴. Desse modo, optamos por pesquisar e incluir dados, estatísticas e fotografias dos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo entre os anos de 1907 e 1936. Contudo, tivemos a preocupação de sempre cotejar as informações dos anuários com as do jornal Cidade de Bragança e com o processo de tombamento da Escola Estadual José Guilherme no

⁴ Outros periódicos foram encontrados englobando esse período, mas a maioria deles possuía apenas uma ou duas edições de anos diversos, o que não possibilitou dar uma sequência nas notícias. Porém, quando algumas dessas notícias foram relevantes e mesmo isoladas fizeram sentidos, foram utilizadas neste trabalho.

CONDEPHAC e utilizar os dados como forma de apoio e embasamento a algumas hipóteses levantadas durante a pesquisa. Esses documentos não foram analisados como “verdades inquestionáveis”, pois o historiador não pode fazer papel de ingênuo (LE GOFF, 2003), mas como vestígios que revelam peculiaridades dentro do contexto maior do período histórico em questão.

Além disso, como ressalta Kuhlmann Jr,

Na historiografia da educação brasileira, quase sempre o ponto de partida é o interior do âmbito educacional e escolar. A legislação e os relatórios elaborados por representantes do executivo, ou então os debates parlamentares e os anuários estatísticos são tomados como as grandes fontes de pesquisa. Configurando-se muito mais como uma ciência auxiliar da educação do que como uma especialização temática da história, evidencia-se, nesse tipo de enfoque, uma preocupação em recuar no tempo para encontrar a origem de algum problema educacional do presente, sem historicizar a educação, reforçando explicações históricas cristalizadas (KUHLMANN JR., 1999, p.169).

Desse modo, procuramos interpretar tais documentos com a preocupação de não recorrer a esse tipo de enfoque “cristalizado”.

A partir de 1936, pesquisamos também o jornal Folha da Manhã (através do site do arquivo do jornal Folha de São Paulo), o que possibilitou um profícuo diálogo com o Cidade de Bragança. Tentamos pesquisar documentos que abrangessem a temática e o recorte da pesquisa no arquivo da Escola Estadual José Guilherme, mas não foi possível localizá-los. Encontramos apenas algumas listas com nomes de alunos, professores e funcionários, além de recortes do jornal Folha da Manhã que foram utilizados para o processo de tombamento no CONDEPHAC (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural) em Bragança. De acordo com Silva (2012)⁵, a maior parte dos documentos desse arquivo se perderam na mudança, em 1944, para o novo edifício do grupo escolar. Assim, o material encontrado no arquivo serviu para nos direcionar para o jornal Folha da Manhã e para a figura do jornalista Rubens do Amaral.

Após tais considerações, optamos por dividir a apresentação desta dissertação em três momentos distintos, mas complementares. No primeiro, abordamos a cidade e a educação na modernidade, pontuando como no imaginário da República a temática da educação emergiu como uma questão sociocultural fundamental para os contemporâneos da época. Trabalhamos nesse momento, também, com o surgimento do periódico nesse ambiente urbano da modernidade

⁵ Consultar o trabalho As Escolas Reunidas de Bragança e as origens do Grupo Escolar José Guilherme, de Karla Cristiny Moraes da Silva, 2012.

trazendo questões referentes ao uso desta fonte de pesquisa. No segundo, tratamos sobre a instrução pública no Brasil e, mais especificamente, no Estado de São Paulo, durante o período do recorte desta pesquisa. Além disso, abordamos algumas questões referentes à história do Brasil e do Estado de São Paulo imbricadas com a temática da instrução. Por fim, no terceiro momento, discutimos o contexto sociocultural de Bragança na virada do século XIX para o XX até a década de 1940, privilegiando pontualmente o Grupo Escolar José Guilherme.

1. MODERNIDADE, CIDADE E EDUCAÇÃO

“Não importa o partido que se pertença – escreve Baudelaire em 1851 - é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa multidão doentia, que traga a poeira das fábricas, inspira partículas de algodão, que se deixa penetrar pelo alvaiade, pelo mercúrio e todos os venenos usados na fabricação de obras-primas [...] Essa multidão se consome pelas maravilhas, as quais não obstante, a terra lhe deve. Sente borbulhar em suas veias um sangue púrpura e lança um olhar demorado e carregado de tristeza à luz do sol e às sombras dos grandes parques”. Essa população é o pano de fundo do qual se destaca o perfil do herói. A imagem que assim se apresenta foi rotulada por Baudelaire à sua maneira: abaixo dela escreveu “A modernidade”. (BAUDELAIRE *apud*. BENJAMIN, 1989, p.73)

Na virada do século XIX para o século XX, o avanço das relações sociais capitalistas procurou impor, a qualquer custo, sua racionalidade produtiva, desestabilizando e transformando o modo de vida das sociedades tradicionais, alterando culturas e costumes (HOBBSAWM, 1988).

Estimuladas, sobretudo, por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e de espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos (SEVCENKO, 1998).

Em Marx encontramos uma análise desses processos de transformação das relações sociais impulsionados pelo avanço do capitalismo no século XIX.

[...] camponeses e artesãos independentes não podem competir com a produção de massa capitalista e são forçados a abandonar suas terras e fechar seus estabelecimentos. A produção se centraliza de maneira progressiva e se racionaliza em fábricas altamente automatizadas. (No campo acontece o mesmo: fazendas se transformam em “fábricas agrícolas” e os camponeses que não abandonam o campo se transformam em proletários campesinos.) Um vasto número de migrantes pobres são despejados nas cidades, que crescem como num passe de mágica — catastróficamente — do dia para a noite. Para que essas grandes mudanças ocorram com relativa uniformidade, alguma centralização legal, fiscal e administrativa

precisa acontecer; e acontece onde quer que chegue o capitalismo. Estados nacionais despontam e acumulam grande poder, embora esse poder seja solapado de forma contínua pelos interesses internacionais do capital [...] (MARX *apud* BERMAN, 2007, p.88-89)

Dessa maneira, a raiz dessa dinâmica econômica-social foi a irrupção, em fins do século XVIII, da Revolução Industrial. O ferro, o carvão e as máquinas a vapor propiciaram o surgimento das primeiras unidades produtivas, as fábricas. Porém, a consolidação desta expansão da economia industrial se dá com o advento da Segunda Revolução Industrial, em torno de 1870. Sevcenko, historiador contemporâneo, assim ressalta os desdobramentos dessa chamada Segunda Revolução Industrial:

Resultando da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como os altos-fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, além de desenvolvimentos nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos dramáticos sobre a produção e conservação de alimentos, ou na farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, com um impacto decisivo sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida (SEVCENKO, 1998, p.9).

Conhecido como a “era da ciência”, o final do século XIX representa, portanto, o momento do triunfo de uma certa modernidade que não podia esperar. Progresso, civilização, velocidade, rapidez eram os lemas deste momento. Com isso, uma burguesia industrial, orgulhosa de seu avanço, viu na ciência a possibilidade de expressão de seus mais altos desejos. Estes homens passavam a domar a natureza a partir de uma miríade de invenções sucessivas (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

Marx já apontava, em seus escritos, o potencial de controle da natureza pela burguesia de seu tempo:

A burguesia, em seu reinado de apenas um século, gerou um poder de produção mais massivo e colossal do que todas as gerações anteriores reunidas. Submissão das forças da natureza ao homem, maquinário, aplicação da química à agricultura e à indústria, navegação a vapor, ferrovias, telegrafia elétrica, esvaziamento de continentes inteiros para o cultivo, canalização de rios, populações inteiras expulsas de seu habitat — que século, antes, pôde sequer sonhar que esse poder produtivo dormia no seio do trabalho social? (MARX *apud* BERMAN, 2007, p.90)

Na última década do século XIX, a forte presença do positivismo⁶ vem reforçar a crença no poder da ciência, acompanhando e estimulando a organização técnico-industrial da sociedade moderna. Neste período, à cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (WILLIAMS, 2011).

A percepção do mundo, nesse momento, vem matizada por uma sensação de mudança radical na forma como as pessoas se organizam para produzir as condições necessárias à sua sobrevivência no espaço urbano. No período que antecede a revolução industrial, os homens viviam em feudos e aprendiam através da troca de experiências oriundas da tradição oral. O tempo que regia a vida desses homens era cíclico, ou seja, era o tempo da natureza. O contraste entre o tempo da natureza e o tempo do relógio passa a ser predominante no contexto do capitalismo industrial. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta. (THOMPSON, 1998).

Essa cidade, que se configura ao longo do século XIX, é também polissêmica, pois permite diferentes interpretações, diferentes percepções do que é esse espaço. Estamos tratando de uma cidade que, ao mesmo tempo em que seduz, já que ir para a cidade é ir em busca do progresso e da civilização, ela também aterroriza, pois é nela que nós temos as epidemias, as greves, a prostituição, a miséria.

Baudelaire expressa muito bem esta sensação ambígua em um dos seus poemas, “Os olhos dos pobres”, em “Pequenos poemas em prosa” (Le Spleen de Paris), de 1869:

À noite, já um pouco fatigada, você quis sentar-se em frente a um café novo, na esquina de um bulevar também novo, ainda cheio de cascalhos, mas já mostrando gloriosamente seus esplendores inacabados. O café brilhava. Mesmo as simples tochas de gás revelavam todo o ardor de uma estréia e iluminavam, com todas as suas forças, as paredes de uma brancura ofuscante, exibindo a seqüência de espelhos, o ouro das molduras e dos frisos, mostrando pagens rechonchudos arrastados por cães nas coleiras, senhoras rindo com os falcões pousados em seus punhos, ninfas e deusas trazendo frutas em suas cabeças, patês e caças diversas, as Hebes e Ganimedes apresentando, com os braços estendidos, a pequena ânfora com

⁶ Sistema criado por Augusto Comte que se baseia nos fatos e na experiência, e que deriva do conjunto das ciências positivas, repelindo a metafísica e o sobrenatural. Basicamente, a característica essencial ao positivismo, tal qual o concebeu Comte, é a devoção à ciência, vista como único guia da vida individual e social, única moral e única religião possível. Desse modo, em última análise, o positivismo é compreendido como a "religião da humanidade" Pode-se compreendê-lo como produto da sociedade técnico-industrial que, ao mesmo tempo, leva esta mesma sociedade a desenvolver-se e consolidar-se. (OLIVIERI, 2006)

creme bávaro ou o obelisco bicolor de sorvetes coloridos; enfim, toda a história e a mitologia postas a serviço da glotonaria. Bem em frente de nós, na calçada, estava plantado um homem de bem, de uns quarenta anos, de rosto cansado, barba grisalha, tendo numa das mãos um menino e sobre o outro braço um pequeno ser ainda muito frágil para andar. Ele cumpria o papel de uma babá e trazia seus filhos para tomar o ar da noite. Todos em farrapos. Esses três rostos estavam extremamente sérios e seus seis olhos contemplavam fixamente o novo café com igual admiração, mas, naturalmente, com as nuances devidas às idades. Os olhos do pai diziam: “Que beleza! Que beleza! Dir-se-ia que todo o ouro do pobre mundo fora posto nessas paredes.” Os olhos do menino: “Que beleza! Que beleza! Mas é uma casa onde só podem entrar pessoas que não são como nós!” Quanto aos olhos do menor, eles estavam fascinados demais para exprimir outra coisa senão uma alegria estúpida e profunda. Os cancioneiros dizem que o prazer torna a alma boa e amolece o coração. A canção tinha razão nesta noite relativamente a mim. Não somente eu estava enternecido por esta família de olhos, como me sentia envergonhado por nossos copos e nossas garrafas, maiores que nossa sede. Virei meus olhos para os seus, querido amor, para ler neles o “meu pensamento”; mergulhei em seus olhos tão belos e tão bizarramente doces, nos seus olhos verdes, habitados pelo Capricho e inspirados pela Lua, quando você me disse: “Não suporto essa gente com seus olhos arregalados como as portas das cocheiras! Será que você poderia pedir ao maître do café para afastá-los daqui?”

É tão difícil o entendimento, meu caro anjo, e tão incomunicável é o pensamento mesmo entre as pessoas que se amam. (BAUDELAIRE, 1985, p. 84-85)

Baudelaire enfatiza as contradições e desconforto vividos pelos personagens dessa cidade moderna. A presença do novo (café novo em um bulevar também novo) e do velho (cascalhos, a família de pobres), do luxo e da miséria coexistindo no mesmo local. As próprias sensações distintas vividas pelo eu-lírico (compaixão pela situação da família) e por sua amada (desprezo pela presença daquelas pessoas naquele local) reforçam esse embate ambivalente que ocorre no centro dessa cidade. Além disso, o poema escancara as demarcações sociais engendradas nesse espaço urbano. A família se depara com um suntuoso café e sabe que aquele local não foi feito para pessoas como eles. Do outro lado, a mulher não quer assistir àquele espetáculo da miséria bem diante de si. Para ela, essa família é um incômodo, assim como seria um vento mais frio entrando por uma das janelas do café. A solução é chamar o maître para fechá-la ou chamá-lo para retirar aquelas pessoas de lá.

Berman destaca que o verdadeiro problema que essa família em farrapos cria é a questão de estarem lá e não irem embora, pois

[...] eles também querem um lugar sob a luz. Esta cena primordial revela algumas das mais profundas ironias e contradições na vida da cidade moderna. O empreendimento que torna toda essa humanidade urbana uma grande “família de olhos”, em expansão, também põe à mostra as crianças enjeitadas dessa família. As transformações físicas e sociais que haviam tirado os pobres do alcance da visão, agora os trazem de volta diretamente à vista de cada um. Pondo abaixo as velhas e

miseráveis habitações medievais, Haussmann, de maneira involuntária, rompeu a crosta do mundo até então hermeticamente selado da tradicional pobreza urbana. Os bulevares, abrindo formidáveis buracos nos bairros pobres, permitiram aos pobres caminhar através desses mesmos buracos, afastando-se de suas vizinhas arruinadas, para descobrir, pela primeira vez em suas vidas, como era o resto da cidade e como era a outra espécie de vida que aí existia. E, à medida que vêem, eles também são vistos: visão e epifania fluem nos dois sentidos. No meio dos grandes espaços, sob a luz ofuscante, não há como desviar os olhos. O brilho ilumina os detritos e ilumina as vidas sombrias das pessoas a expensas das quais as luzes brilhantes resplandecem. Balzac comparou esses velhos bairros às florestas mais escuras da África; para Eugène Sue, eles epitomizavam “Os Mistérios de Paris”. Os bulevares de Haussmann transformaram o exótico no imediato; a miséria que foi um dia mistério é agora um fato. (BERMAN, 2007, p. 147-148)

Ao mesmo tempo em que encantavam, as ambivalências do progresso também assustavam. A mesma luz elétrica que movia os bondes e tirava as cidades da escuridão promovia acidentes. Na passagem do século, ser moderno, isto é, estar em consonância com o tempo presente, pressupunha necessariamente estar situado num contexto urbano e fazer parte desse universo. (WILLIAMS, 2011).

Temos, então, o processo em que se forja uma outra sociedade, um outro homem a reboque do mercado nesse movimento de produção e reprodução das condições materiais necessárias à sobrevivência que agora deixam de ser atreladas à terra e passam a ser atreladas ao trabalho assalariado no espaço urbano. E esse processo provoca profundas alterações neste novo homem. Antes para este sujeito, o trabalho, a natureza e a vida estavam integrados. Ele era dono de um saber-fazer e de seu instrumento de trabalho. Desse modo, era ele que determinava o seu próprio ritmo de trabalho. Na cidade da modernidade não é assim. Com o uso de um tear mecânico, na manufatura, o trabalhador ficou sem o saber-fazer, sem seu instrumento de trabalho e, sobretudo, perdeu a autonomia de seu ritmo de trabalho. (THOMPSON, 1998).

No campo, a produção era intimamente ligada ao tempo da natureza. Na cidade, com a luz elétrica, o ciclo de dia e noite se rompe. Nas indústrias, não é possível uma pessoa ficar conversando com a outra; é proibido ficar circulando. A tradição oral, que veiculava costumes que garantiam a sobrevivência das pessoas que viviam no campo, quando essas pessoas vão para as cidades, se perde. O conselho que o narrador dá é prático, pois ele transmite uma experiência. Experiência esta vista como o conhecimento, como a possibilidade de compartilhar um saber. Eu reconheço o outro como meu interlocutor. Na modernidade, essa troca de experiências

significativas vai se esgarçando. O grande problema da modernidade é que ela estilhaça as possibilidades de se criar laços de cumplicidade. Com a racionalidade fabril, o dialogismo requerido para a concretização dessa troca se torna raro.

O fenômeno urbano inquietou as almas, tanto as mais sensíveis quanto as mais rudes. Tal população aparece acelerando o passo para não tardar no compromisso com os ponteiros do relógio fabril. Homens e mulheres são empurrados pelo ritmo das fábricas e avançam como esteiras de máquinas na linha de montagem (WILLIAMS, 2011).

Thompson problematiza esse fenômeno pontuando:

Até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso do tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores? Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente-, até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna de tempo? (THOMPSON, 1998, p. 269).

Ordenar, educar, disciplinar este homem nesta cidade, tornou-se uma necessidade para os governantes. Para este fim, observamos, neste momento, a emergência de algumas instituições disciplinares: a escola, a prisão, o hospital (FOUCAULT, 2007). Com o grande crescimento das cidades e da população urbana, novas políticas públicas são gestadas com o intuito de se ter visibilidade, controle sobre a população (FOUCAULT, 2010). Assim, a cidade é pensada e projetada na tentativa de acolher esse grande contingente populacional. Para Veiga,

Pobres, mendigos, loucos tornam-se um incômodo cada vez maior para o desenvolvimento das novas relações de produção. Dessa forma, os pressupostos dos projetos de urbanização da cidade se constituem juntamente com outros, tais como a organização policial, a sanitização e a escolarização das populações: o objetivo é preparar o terreno para as novas realizações (...) é no século XIX que se sistematizam os saberes e as ciências voltados para as questões sociais, onde a educação necessariamente é um grande tema. (VEIGA, 2002, p.17)

Modernizar a cidade é formar um novo cidadão. Vai se educar o olhar, os modos, as sensibilidades, os gestos e os corpos. Enfim, este novo cidadão precisa ser civilizado. Neste sentido, a própria cidade educa. Ela se caracteriza por um espaço de construção e de invenção de tradições (HOBSBAWM, 1997), de embate político, de luta de classes e também de construção de uma cidadania. Ingressar na modernidade significava lidar com as questões de contradição social.

Com a mundialização e internacionalização da economia, o caráter mundial da economia capitalista consolida-se, atingindo fronteiras intocadas e desconhecendo barreiras. Deste modo, a produção industrial exigia a padronização a fim de garantir e ampliar os seus mercados, e as grandes Exposições Internacionais seriam um meio poderoso e eficiente para definir e difundir estes padrões (KUHLMANN, 2001).

Neste contexto, observamos emergir a questão do individualismo. Na perspectiva liberal, a pedagogia moderna surge como um saber necessário no sentido de organizar os processos de socialização das novas formas de produção material e cultural. Na concepção liberal que permeou toda noção de sociedade em constituição, as possibilidades de libertação do indivíduo se colocaram em duas vias, seja através da propriedade, seja através do uso da razão. Estes são os pressupostos que conferem à cidadania e à educação um novo lugar na história, sendo a cidade o locus que impulsionaria e daria materialidade às duas dimensões (VEIGA, 2002). Nesse sentido, para Arblaster,

No pensamento liberal os direitos e as demandas do indivíduo são anteriores aos direitos e demandas da sociedade, a razão e a propriedade são aquisições individuais. O homem racional e o proprietário se interpõem ao homem supersticioso e de práticas coletivas produzidas anteriormente; a cidade urbanizada é o local onde esse processo de mudança se realiza (ARBLASTER *apud* VEIGA, 2002).

O projeto pedagógico moderno e os projetos dos urbanistas se entrecruzam: ambos planejam construir um ser humano ideal enquanto ser civilizado. Em cima disso, podemos considerar que a cidade é fruto de um projeto que não é harmonioso. Conflitos e tensões permeiam as relações sociais nela existentes. Nesta cidade da modernidade, temos o estilhaçamento das relações sociais, das formas de vida coletiva que estavam assentadas em outros valores. Agora não importa o que o sujeito é, mas o que ele tem, se ele é ou não proprietário. Desse modo, como assinala Berman,

Apesar de todos os maravilhosos meios de atividade desencadeados pela burguesia, a única atividade que de fato conta, para seus membros, é fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes; todos os seus empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim, não têm em si senão um interesse transitório e intermediário. Os poderes e processos ativos, que tanto significam para Marx, não passam de meros incidentes e subprodutos para os seus agentes. Não obstante, os burgueses se estabeleceram como a primeira classe dominante cuja autoridade se baseia não no que seus ancestrais foram, mas no que eles próprios efetivamente fazem. Eles produziram novas imagens e paradigmas, vividos, da vida boa como a vida de ação.

Provaram que é possível, através da ação organizada e concentrada, realmente mudar o mundo. (BERMAN, 2007, p.91)

A vida urbana, nesse contexto, passa a ser projetada e organizada, sobretudo, pelo engenheiro, pelo sanitarista, pelo higienista e pelo médico. É neste momento que se consolidam diferentes áreas de trabalhos especializados que estão ancorados no cientificismo⁷. São os médicos, engenheiros e advogados que vão organizar este mundo nessa perspectiva liberal; a educação passa a ser um dos temas mais candentes. Contextualizando a configuração desse modelo de organização no cenário urbano da modernidade, especialmente na França e na Inglaterra, Foucault propõe que, em termos políticos,

[...] havia que se levar em conta o aparecimento de toda uma população operária pobre, tendente a organizar-se em associações e/ou sindicatos e, nesse sentido, virtualmente constituindo uma oposição ou relação de enfrentamento entre ricos e pobres (plebeus e burgueses), dando ensejo a tensões e sublevações urbanas. Essa população urbana precisava, pois, ser esquadrihada (FOUCAULT *apud* GADELHA, 2009, p.87)

Neste sentido, temos como exemplo as cidades de Londres e Paris. As péssimas condições de moradia e a superpopulação são duas anotações constantes sobre os bairros operários londrinos. Estes distritos pobres são associados com locais de moradia de bandidos e de prostitutas. Assim, Bresciani ressalta que

As implicações econômicas da degradação física e moral dos trabalhadores urbanos são constantemente lembradas por esses sanitaristas que consideram os custos das medidas preventivas – melhores condições de moradia, sistema de distribuição de água e sistema de esgotos – menores do que os custos da doença – interrupção do trabalho e perda de salário -, para não falar dos altos custos da contenção das sucessivas epidemias que tomam conta dos bairros pobres [...]. A degradação física e moral do trabalhador urbano transmuta-se na teoria da degeneração urbana do homem pobre [...] Ao custo econômico soma-se a ameaça social [...] a consciência de sua situação força-o ao protesto (BRESCIANI, 1982 p. 29-30).

Desse modo, o sentido dos empreendimentos urbanos ultrapassou os traçados da arquitetura e da engenharia: ao delimitar os espaços físicos e sociais recortaram-se as formas de inserção social e cultural de seus habitantes (VEIGA, 2002).

Para Berman,

⁷ Doutrina filosófica que considera definitivos os conhecimentos científicos. Filosofia que nega a importância dos problemas que estão fora do alcance da investigação científica

[...] a arquitetura e o planejamento modernistas criaram uma versão modernizada da pastoral: um mundo espacialmente e socialmente segmentado — pessoas aqui, tráfego ali; trabalho aqui, moradias acolá; ricos aqui, pobres lá adiante; no meio, barreiras de grama e concreto, para que os halos possam começar a crescer outra vez sobre as cabeças das pessoas. (BERMAN, 2007, p.161)

O projeto de uma demarcação precisa de fronteiras culturais e sociais propicia a configuração de um projeto de cidadania e educação em conformidade com as demandas da sociedade moderna em gestação. A concretização dessa sociedade desvelou seus limites, expostos pelas tensões e conflitos produzidos por novos sujeitos sociais também em construção. Nesse sentido, cidade e educação guardam, entre si, as tensões postas pelo processo de gestação da modernidade (VEIGA, 2002).

1.1 Periódicos

No período privilegiado, o hábito da leitura impregnou paulatinamente o cotidiano da população. Muitos periódicos começaram a surgir nas cidades, trazendo consigo notícias dos mais distantes lugares, além de propagandas dos mais variados produtos e serviços (BUENO, 2008). A imprensa alçou ao *status* de um dos símbolos do progresso e do avanço da civilização. Em Bragança não foi diferente. Fato registrado no testemunho que identificamos no seguinte editorial do jornal *O Guaripocaba*:

A imprensa periodica e a sociedade precisam proteger-se mutuamente. Já o dissemos e repetimos; e a razão é que, se é pela sociedade que vive o jornal, é a seu turno pelo jornal que a sociedade se anima e engrandece; é pelo jornal que se defendem os direitos do povo, as regalias do cidadão e se ventitam assumptos de interesse publico. Desse connubio salutar, desse auxilio mutuo, dessa troca de serviços reciprocos depende o bem estar social; o publico fornecendo ás emprezas jornalisticas elementos de existencia ; o jornal espalhando ideias , desenvolvendo princípios , estudando as questões da actualidade , advogando a causa do povo e pondo seu leitor a par dos factos mais notaveis que se dão no logar, no paiz e no estrangeiro.[...] Sem o apoio popular não existiria imprensa; sem imprensa não haveria jornaes nem leitura facil , commoda e barata. Conclue-se d'aqui que o jornal é uma entidade necessaria ao viver das modernas sociedades : è o evangelizador do povo, o vehiculo da opinião , o archote da civilização. Sem imprensa não haveria progresso possivel. [...] O jornal não è palmatoria do mundo. Sua missão é mais nobre e elevada: convencer, persuadir, moralisar e instruir por meios brandos e reflectidos. (O Guaripocaba, 31/08/1879, n. 126, p.1)

Interessante observar que esse fragmento do editorial tem o tom de uma súplica do jornal para que a sociedade defenda a sua existência e enfatiza a função do periódico como defensor dos

direitos do povo, por meios mais brandos e refletidos.

A imprensa era simplesmente considerada indispensável ao progresso da sociedade. Consonante a esse discurso, destacamos uma notícia de outro jornal bragantino. Logo na primeira página do periódico *A Notícia*, encontramos uma carta aberta do redator:

O povo precisa ler, mas ler bastante, pois a imprensa é uma fonte de instrução ao alcance de todos: a imprensa representa um papel preponderante nas sociedades modernas; não é só com o unico escopo de auferir lucros que os seus diretores e empresarios procuram mantel-a, não; o seu papel é muito superior, é mesmo de grande alcance para as instituições político-sociais.

E' ella, quasi sempre, o guia desinteressado, para a bôa orientação dos governos que tem por normas, viver ás claras. (*A Notícia*, 8/11/1906, ano I, n. 6, p. 1)

Imprensa e progresso, letras e luzes eram frequentemente associados nas páginas dos periódicos, nesse período. Porém, é preciso ainda considerar que o discurso propalado sobre os periódicos como representantes do “carro do progresso” deixava de lado sua constituição como também um espaço de conflitos, embora fosse ela necessária para divulgar os “conhecimentos e dados necessários” à população, no sentido de oferecer subsídios para que a mesma possa avaliar o andamento da administração dos negócios públicos (BUENO, 2007). Neste intuito, foi possível encontrar diversas notícias durante o contato com os periódicos locais, entre elas,

Por Bragança – [...] Estamos sem auctoridades policiaes, marchando para o incognito, á mercê dos mal intencionados e desordeiros, que, graças á sorte, não teem feito o mal que era de prever e de temer. Hoje, amanhã, qualquer dia, virão as nomeações, e de então em diante poderemos dormir nosso somno socegado á sombra das instituições que nos regem, porque teremos quem, impunhando a vara do poder, vele por nós, pela ordem e pela moralidade publica, que por ahi andam navegando em batel sem remeiro, sem piloto e sem capitão. (O Guaripocaba, 13/09/1885, n. 478, p.1)

Dada a grande publicação de periódicos, as pessoas alfabetizadas tendiam a ler. Assim, nos periódicos pesquisados, muitas cidades conviveram com a fundação de gabinetes de leitura, clubes literários e bibliotecas. Muitos desses lugares tinham uma forte inserção política. Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e de sua difusão, tomou parte ativa neste processo de sensação crescente de aceleração e encurtamento das distâncias. Os jornais diários profissionalizavam-se, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública. Os novos métodos de impressão permitiram expressivo aumento das tiragens, melhora da qualidade e

barateamento dos exemplares. Aos imperativos ditados pela busca de produtividade e lucro alivia-se a intenção de oferecer aos consumidores uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender aos anseios da crescente classe média urbana e dos novos grupos alfabetizados. Contudo, a mudança de maior monta, e que de certa forma abarca as demais, residiu na forma de abordar a notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação.

Nesse contexto emergiu, então, a idéia de que o jornal cumpria a nobre função de informar ao leitor o que se passou. (LUCA, 2005). Nos periódicos pesquisados, pudemos constatar que as notícias tentam descrever variados tipos de acontecimentos, com a pretensão, quem sabe, de contemplar as diferentes experiências do viver urbano. Tal pretensão, por sua vez, traz os indícios das visões de mundo e valores dos editores desses jornais, como na notícia abaixo:

Ainda briga de mulheres - Na rua do Coronel Osorio continuam as *filhas de Jerusalem* a se mimosearem com palavras deshonestas e a esbofetear-se. Ainda em a noite de 29 do proximo passado mez de Março, foi armazem de soccos n'aquella rua, Benedicta tonta e Firmiana de tal por uma celebre Josephina caolha a quem recommendamos á policia. (O Guaripocaba, 03/04/1887, n. 638, p.1)

Em outras, fatos “inusitados” eram descritos minuciosamente:

Combustão espontanea – Em Campo Limpo, falleceu no dia 10 do corrente, Gabriel de tal, moço de 24 annos de idade mais ou menos, completamente queimado pela grande quantidade de alcool que tinha ingerido. Ja bastante embriagado pelo muito vinho que tinha bebido, ainda concluiu bebendo uma garrafa de pinga de uma só vez. Quando estava a morrer foi encontrado com a mão direita sobre a bocca notando-se estar a mão toda cosida pelos vapores alcoolicos que respirava. Attribue-se esse suicidio pela embriaguez, a algum desgosto particular, pois que era moço robusto e trabalhador. O seu cadaver foi transportado para Jundihy. (O Guaripocaba, 13/02/1887, n. 625, p.1)

O espaço coletivo da vida cultural amplia-se (na virada do século XIX para XX). Antes restrita a irmandades religiosas, sociedades secretas e algumas poucas associações literárias, privilégio quase exclusivo das camadas masculinas dos proprietários-doutores-literatos, a vida cultural expande-se e adquire novas conotações. As associações literárias e recreativas, os grupos teatrais e artísticos, os clubes esportivos, as associações beneficentes e instrutivas são espaços que articulam vivências coletivas não só da elite masculina, mas de setores sociais bastante diversificados. Nesses novos espaços da vida urbana, de inúmeras e complexas maneiras, a

escrita, e principalmente a palavra impressa, estabelece novas articulações na vida cotidiana da cidade. (CRUZ, 2000)

Para Cruz,

Nas últimas décadas do século XIX, misturada às necessidades colocadas pelo desenvolvimento das escritas e controles mercantis, [...] a escrita desce do pedestal e começa a invadir a vida cotidiana da cidade. (CRUZ, 2000. p. 66)

O novo cenário urbano da virada do século XIX para o XX abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques, folhetos publicitários de casas comerciais e fábricas, jornais de associações recreativas, de bairros e das destinadas a etnias específicas. Foi a partir das décadas iniciais do século XX que os proprietários das empresas jornalísticas abandonaram os métodos artesanais e, em consonância com os interesses ditados pelo lucro, passaram a administrar racionalmente o empreendimento, atentos à otimização dos recursos e à constante atualização da maquinaria e material tipográfico, essencial para uma atividade inserida no circuito capitalista.

Em Bragança, segundo o Almanaque de Bragança para 1900, foi um senhor chamado José Candido Furquim de Campos quem, em Janeiro de 1875, trouxe o primeiro prelo, fundando, em fevereiro desse mesmo ano, com o nome de *Seculo19*, o primeiro jornal Bragantino. Passando três anos depois a propriedade da tipografia a uma associação que então começou a publicar um outro jornal intitulado *O Guaripocaba* sendo seu fundador o major Manoel de Almeida Carneiro que, além de negociante, desempenhou sucessivamente as funções de solicitador do foro, oficial do registro de hipotecas e escrivão do júri. Quando ainda se publicava este jornal, o Capitão Furquim de Campos comprou um outro prelo, começando então a publicar outro semanário com o nome de *Labaro*, órgão aparentemente sem conotação política e de cunho mais popular. Mais tarde este mesmo semanário passou a denominar-se *Bragancense* e os exemplares de sua publicação, que se fazia em dias indeterminados, eram distribuídos gratuitamente. Apareceu em seguida o *Guaripocaba-mirim*, fundado pelo tenente Francisco da Silveira Guimarães e de que foram redatores José Guilherme e o major Manoel de Almeida Carneiro. Em 3 de Novembro de 1895 foi fundado o jornal a *Cidade de Bragança*. Pouco tempo depois, fundada pelo Sr. Alferes José Maia e redigida pelos drs. Joviano Telles e José Hermenegildo Pereira Guimarães, apareceu a *Gazeta Republicana*, jornal de oposição ao partido republicano. (CATÁLOGO DA COLEÇÃO DE PERIÓDICOS, 1992)

A imprensa periódica vira moda e transforma-se no principal produto da cultura impressa e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada. Assim, a cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações. (CRUZ, 2000) Nos periódicos pesquisados, o espaço entre as notícias e as propagandas são quase divididos igualmente. Em um periódico de quatro páginas, as informações ocupavam, em média, duas páginas e meia, enquanto as propagandas ocupam uma página e meia.

Campo privilegiado de formulação, articulação e expressão dos modos de pensar das elites paulistas, ao projetar-se sobre a cidade em transformação e, principalmente, seus terrenos populares, a cultura letrada expõe-se a inúmeros embates e desafios. Valorizada na prática social dos diversos grupos, construindo-se como um importante veículo de formulação e difusão dos imaginários sociais⁸ no período, no seu fazer-se a imprensa constitui um campo de disputa extremamente dinâmico de diferentes projetos sociais. Na reflexão letrada daquele período, a imprensa começa a ser entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses das elites, mas também, e principalmente, como veículo de formação cultural e moral do povo. Nas páginas dessa imprensa, o povo e o popular articulam-se tanto nos discursos dos setores dominantes sobre o caráter da nacionalidade, sobre a higienização do espaço urbano, sobre a instrução pública, etc. Nesses discursos, projetos e iniciativas para proteger a infância desvalida, para assistir a mãe trabalhadora, para educar os pobres, para formar a massa trabalhadora, assumindo a qualificação de popular, dão visibilidade às posições das

⁸ Para Castoriadis, [...] de modo mais geral, é o que está no coração de toda formação social-histórica: o complexo, ou o melhor, o magma de significações imaginárias sociais, em e pelas quais ela se organiza e organiza seu mundo. Uma formação social-histórica se constitui ao se instituir; e isso quer dizer, em primeiro lugar (ainda que não apenas), ao instaurar um magma de significações (termos e referências) imaginárias (não redutíveis a um “real” ou a um “racional” qualquer) sociais (valendo para todos os membros da formação, sem necessariamente serem conhecidas como tais). A análise teórica poderá operar uma série de decomposições e recomposições naquilo que se manifesta na superfície da vida da formação considerada (mostrando, por exemplo, que as conexões mais importantes não se encontram onde os participantes acreditam explicitamente que elas se situem); mas o que ele encontrará, como princípio e momento decisivo da organização latente que a análise irá revelar, será ainda um magma de significações imaginárias, colocado pela formação social-histórica considerada e modificado ao longo de sua história – mais precisamente, cuja modificação contínua constitui uma dimensão decisiva dessa história – e, diante do qual a análise *não é livre*. Pois as dificuldades que são encontradas quando se trata de apreender e de descrever tais significações passadas e distantes em termos compreensíveis para nós (dificuldades que levam, de resto, a uma impossibilidade última), longe de deixar “livre” nossa reconstrução, testemunham precisamente sobre o que, independentemente de nossas construções, resiste às mesmas. (CASTORIADIS *apud* BUENO, 2007, p. 22).

elites. (CRUZ, 2000) Os periódicos bragantinos possuem vários artigos que seguem nessa perspectiva. Por todo o período do recorte temporal escolhido para esta pesquisa foi possível encontrar artigos que almejavam instruir os leitores em todas as áreas necessárias para uma vida civilizada na cidade.

Com relação aos aspectos metodológicos, Luca assinala que a materialidade dos jornais deve ser analisada tendo em vista que

As diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação. Assim, historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. (LUCA, 2005. p.132)

Com isso, compreendemos que nossas questões do presente condicionam e delimitam nosso olhar sobre o passado, uma “espécie de retorno” a esse passado, mas não de maneira intocada e “pura”. As fontes primárias utilizadas pelo historiador a fim de acessar o passado não são um espelho fiel da realidade, mas sim uma representação de parte ou momentos particulares do tema ou objeto em questão (BORGES, 1993). Como afirma José Honório Rodrigues,

Embora o jornal fosse uma das principais fontes de informação histórica, nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial, caracterizado como mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso. (RODRIGUES *apud* LUCA, 2005. p.115 -116)

Do mesmo modo, Luca destaca que

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias [...] A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos. (LUCA, 2005. P.140)

Dessa maneira, indo ao encontro do argumenta Luca, procuramos identificar quais grupos políticos estavam associados aos periódicos pesquisados, qual linha ideológica defendiam e quais eram os redatores e editores principais, em quais páginas estavam as notícias e qual o destaque dado à matéria (uma coluna, uma página, uma nota). Cruzando tais dados com as informações sobre a composição da Câmara Municipal de Bragança (presidentes, vereadores e suplentes), sobre as elites locais e sobre os representantes estaduais pudemos identificar e analisar os “embates” políticos que eram travados nas páginas dos jornais e o que estes impactaram a política pública local.

2. INSTRUÇÃO PÚBLICA (1870 – 1944)

2.1 Vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância (1870 – 1920)

A Escola

Eis as creanças vermelhas
Na sua hedionda prisão;
Doirado enxame de abelhas!
O mestre-escola é o zangão.
Em duros bancos de pinho
Senta-se a turba sonora
Dos corpos feitos de arminho
Das almas feitas [...]

E como os dias são longos
Nestas prisões sepulcraes!
Abrem a boca os ditongos,
E as cifras tristes dão ais![...]

Gravai na vossa lembrança,
E meditae com horror.
Que o homem sabe da criança,
Como o fructo sabe da flor.[...]

Da pequenina semente
Que a escola régia destròe
Pòde fazer-se igualmente
Ou o assassino ou o heróe.[...]

Isto escolas...! que indecencia
Escolas, esta farçada ! [...]
[...] Junqueiro

(O GUARIPOCABA, 14/04/1878, n.44, p.2)

A questão da instrução pública sempre esteve em uma posição privilegiada nos periódicos locais pesquisados, normalmente ocupando a primeira ou a segunda página dos jornais. Até o ano de 1893, as notícias referentes à instrução eram, na maioria, de caráter informativo, mencionando a abertura ou fechamento de uma cadeira⁹ em certo local, trazendo o pedido de afastamento de um professor, avisando da mudança no local de provimento de tais aulas, entre outros. Observamos, porém, em alguns artigos ou notas uma associação da instrução com o progresso e a falta dessa como sinal de “freio a este progresso”. É neste momento que a questão da educação/instrução ganha força no Brasil.

Segundo Mendonça e Vasconcelos

A princípio, o Estado propõe-se a conduzir a instrução da população compreendida como a transmissão dos conhecimentos e das leis naturais e sociais, resguardando à Casa, a permanência de sua exclusividade sobre a educação de seus filhos. A instrução pública propunha-se a construção de espaços específicos que considerados neutros estivessem mais adequados às perspectivas do Estado e marcassem, definitivamente, a diferença entre o conceito de educação privada realizada na Casa e o conceito de instrução pública tutelada pelo Estado. A construção de escolas, caracterizadas como local adequado à instrução pública vai destituindo do lugar de instrução todos os outros espaços, entre eles as casas e os ambientes domésticos utilizados para educação de crianças e jovens, que não assemelhados à escola, se confrontavam com a sua legitimidade como instituição de educação [...] instituição de educação e ensino vitoriosa e hegemônica, no século XX. (MENDONÇA; VASCONCELOS, 2004, p.20)

Assim, da diferenciação/oposição que se estabelece entre o âmbito do público e do privado, e, desta perspectiva, a instrução pública é primordialmente aquela que se realiza fora do âmbito doméstico. Esse confronto se articula com o processo de institucionalização da educação escolar, que se tornará vitorioso ao final do século XIX, início do século XX. (MENDONÇA; VASCONCELOS, 2004). Importante ressaltar, também, a quem se destinava essa instrução pública. Era, sobretudo, a pequena e a média burguesia e a nobreza de toga que se procurava atender, com base na premissa de que o desenvolvimento desmesurado da instrução poria em risco a agricultura e o comércio, verdadeiras fontes de riqueza de um Estado, ao estimular o êxodo do campo para as cidades. Com isso, a instrução disseminada a todos poderia até se constituir num risco para a ordem pública e para a estabilidade social. (MENDONÇA;

⁹ Entendemos por cadeira a escola isolada provida por um professor onde reuniam-se alunos em diferentes níveis de adiantamento.

VASCONCELOS, 2004).

Neste sentido, Hilsdorf destaca que

Combinados, os traços mentais de pragmatismo das Luzes e de liberalismo filantrópico resultaram em um movimento de assistência e educação das massas com duas marcas: ser ativo, no sentido de ir ao encontro das necessidades da população, e ser de responsabilidade pública, ao invés de atribuição das igrejas. [...] Com isso, estas lideranças políticas e culturais organizam asilos de órfão, casas de correção e trabalhos, rodas de expostos, jardins botânicos, escolas de educação popular, etc., enfim, uma rede de instituições e práticas civilizatórias, direcionadas à guarda, proteção e formação da população. (HILSDORF, 2006, p.43)

A escola ideal, assim, formaria o cidadão em todas as dimensões adequadas para a vida moderna: a política, isto é, segundo os princípios democráticos, mediante um ensino leigo; a econômica, isto é, capitalista agrícola ou urbana, por meio de liceus científicos ou escolas profissionais, assistenciais e filantrópicas, conforme os cidadãos integrassem o setor da administração ou da mão de obra; a social, isto é, civilizada, pela aquisição de hábitos morais de base racional e científica; e finalmente, a individual, isto é, de prosperidade pessoal, como é o objetivo da mentalidade liberal. (HILSDORF, 2006)

Nesse imaginário republicano, a escola foi um dos símbolos da instauração da nova ordem, uma das armas para viabilizar o progresso e moldar o corpo e a alma do cidadão (CARVALHO, 2003).

Para Souza,

A escola primária é vista no contexto de projeto político e social republicano, que a ela atribuía a missão de formar o cidadão republicano. Missão exercida pelos “apóstolos da civilização” que, no seu fazer cotidiano, semeavam o “pão do espírito”, num “templo de civilização”. O uso destas metáforas, naquele momento, indica a representação que se tinha da escola enquanto espaço de manifestação do sagrado, na medida em que se atribuía à educação um poder mágico de transformação social. (SOUZA, 1998, p. 13)

Para esses intelectuais e políticos era necessário instruir e educar, sobretudo na escola pública, amplas camadas da população, principalmente entre os negros (GONÇALVES, 2000) recém libertos, os imigrantes e seus descendentes (KREUTZ, 2000), visando criar uma identidade nacional, fortalecer o sentimento de pertencimento, coibindo quaisquer questionamentos das regras impostas pelas relações de trabalho assalariadas. Para alguns, a escola era tida como uma das instituições responsáveis por minimizar o atraso dos costumes, a miséria e o analfabetismo da

população mais carente; uma escola capaz de educar, de legitimar e de transmitir as visões modernas de civilização, de privacidade e de individualismo de forma sistemática pelos interstícios da trama social, sobretudo para o cidadão urbano, alfabetizado e trabalhador. E a arquitetura escolar e sua racionalidade funcional não ficaram imunes a estas demandas. (BUENO, 2007).

Em São Paulo, a elite política oligárquica esteve mais próxima dos interesses dominantes, ligados à economia cafeeira e, com o correr do tempo, também à indústria. O que não quer dizer que ela fosse um simples preposto de grupos. A oligarquia paulista soube organizar o Estado de São Paulo com eficiência, tendo em vista os interesses mais gerais da classe dominante. (FAUSTO, 2001).

Nesse contexto, se inscrevem as iniciativas de criação e construção de edifícios públicos para o funcionamento dos grupos escolares. Foi com Cesário Motta Jr., então Secretário de Negócios do Interior, em 1893, que se criaram os grupos escolares.

Para Souza, estes grupos foram

[...] concebidos para serem os pilares da República, eles foram “templos da civilização”, onde se reverenciavam as autoridades políticas do novo regime e se cultuavam os símbolos nacionais: bandeira, escudo e hino. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames finais e comemorações cívicas eram momentos especiais de ritualização que reforçavam os sentidos culturais partilhados. Podem ser vistos como expressão de uma gramática espaço-temporal que permitia à escola primária construir a sua identidade, consolidando-se como instituição e manifestando o imaginário social. (SOUZA, 1998, p.13-14)

Dessa forma, os grupos escolares foram criados por via de um artifício legal segundo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar (2 km para o sexo masculino e 1 km para o feminino, distantes da escola), o governo poderia autorizá-las a funcionar em um só prédio. (SOUZA, 1998). Estas escolas poderiam também receber denominações especiais em homenagem aos cidadãos que concorressem com donativos para a reunião das escolas. Dessa forma, o governo estimulava a contribuição dos particulares em troca da homenagem pública.

Criados especialmente para atender aos núcleos urbanos, os grupos escolares revelam a direção de uma política educacional de privilegiamento das cidades em detrimento da zona rural; isso em uma época em que cerca de 70% da população do estado vivia no campo. Inicialmente, a implantação dos grupos escolares enfrentou resistência da população de algumas cidades, uma

vez que a reunião de escolas provocava o distanciamento da escola da residência dos alunos. Apesar das resistências iniciais, os apoios foram maiores (SOUZA, 1998)

Os grupos tinham o intuito de atender às demandas de uma sociedade impactada pelo rápido crescimento populacional que convivia com tentativas de regular esse crescimento a partir também do planejamento urbanístico e sanitário. Desse modo, destacamos que a construção de edifícios destinados aos grupos escolares no Brasil colocou algumas questões comuns aos dirigentes políticos do período. A primeira, em que lugar do espaço urbano esse novo modelo de escola seria construído? A outra, em que termos os grupos escolares traduziriam a opção por uma pedagogia distinta da que havia no período imperial (VIDAL; FARIA FILHO, 2000), impondo uma outra racionalidade na divisão e ocupação de seu espaço físico? A partir dos pressupostos médico-higienista,

[...] a Higiene fornece um modelo de organização escolar calcado na razão médica que ao ser constituído retiraria do espaço privado – religioso ou familiar – o monopólio sobre a formação dos meninos e das meninas. Para tanto, apela-se aos argumentos científicos que recobrem um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, do ingresso dos alunos, do tempo e dos saberes escolares, da alimentação, do sono, do banho, das roupas [...] (GONDRA, 2000, p.527).

Os republicanos deram à educação um lugar de destaque, sendo o grupo escolar representante dessa política de valorização da escola pública; dessa forma eles conferiram a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano. Criar um grupo escolar tinha um significado simbólico muito maior que a criação de uma escola isolada, cuja precariedade mais se assemelhava às condições das escolas públicas do passado imperial com o qual o novo regime queria romper. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes “forças míticas” que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização. (SOUZA, 1998)

Desta maneira, os grupos escolares deveriam ser construídos em terrenos localizados na trama urbana central das cidades mais prósperas da época (BENCOSTTA, 2005). Enquanto espaços intimamente articulados a uma dada concepção educacional e respectiva organização do ensino, os grupos podem ser focalizados como lugares que fomentaram diferentes percepções da

trama urbana, a partir da singularidade de suas respectivas memórias e histórias (NORA, 1993)¹⁰, posto que a arquitetura escolar permite estudos destinados a rastrear as implicações que suas características físicas e racionalidade funcional deixaram nas memórias e histórias locais (FRANCESCHI, *et al.* 2012). Nessa direção, vamos ao encontro de Escolano quando propõe que

Não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular. A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente. (ESCOLANO, 2001, p.28)

Nessa mesma direção, complementa Souza,

Localizados no centro da cidade os grupos escolares reafirmavam sua identidade pelo contraste com as casas populares, os casebres, os cortiços, as lojas, as fábricas, as estrebarias, as oficinas, o comércio e as indústrias. Ao passar por eles, as pessoas sabiam a que se destinavam. Conforme observa Hall (1977), a percepção do espaço é uma síntese de muitos insumos sensoriais: visual, auditivo, cinestésico, olfativo, tátil e térmico. (SOUZA, 1998, p.133)

Os grupos escolares, inicialmente, foram construídos nas grandes cidades (BENCOSTTA, 2005), o que não significou o imediato fechamento das escolas isoladas¹¹, que acolhiam em uma mesma sala crianças de séries diferentes sob responsabilidade de um único professor e das escolas reunidas, que tiveram sua origem no agrupamento das classes das escolas isoladas em um mesmo prédio, com organização seriada e também com uma única pessoa assumindo as funções de professor e diretor.

¹⁰ A história [que] é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, é uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Hallbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existirem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p.91).

¹¹ Escola de um só professor, a que se entregam 40, 50 e às vezes mais crianças. Funciona quase sempre em prédio improvisado. É de pequeno rendimento, em geral, pelas dificuldades decorrentes da matrícula de alunos de todos os graus de adiantamento, falta de direta orientação do professor, falta de fiscalização, falta de material, falta de estímulo ao docente. É a escola típica dos núcleos de pequena densidade de população, a escola da roça, a escola capitulada de “rural” (LOURENÇO FILHO, 1940, p. 658).

Para Buffa,

Os grupos eram espaços especialmente construídos para serem escolas. Prédios grandes, arejados, bonitos, destinados a cumprir sua finalidade principal, a de ser escola, testemunham a valorização que o Estado dava ao ensino e serviam, ainda, para que a população os admirasse. Tais prédios passaram a compor a paisagem urbana da capital e de muitas cidades do interior (BUFFA, 2002, p.32).

Desse modo, as notícias dos periódicos locais investigados¹² passam a apontar a necessidade da instalação de um grupo escolar no município de Bragança, como ressaltou um periódico local, na ocasião:

Entre nós ha necessidade de um Grupo escolar. O inspector litterario, que precedeu o actual, deu alguns passos nesse sentido, mas nada conseguiu. Confiamos agora no sr. inspetor que parece possuir as melhores disposições no sentido de impulsionar entre nós o ensino publico; e não duvidamos que empenhara todos os seus esforços para que nesta cidade se estabeleça quanto antes este melhoramento [...] as nove cadeiras de ensino preliminar, para ambos os sexos, existentes na cidade são insufficientes. Algumas escolas têm 60 alumnos e mais [...] A não se criar o grupo-escolar, haveria necessidade de mais duas cadeiras primarias para cada sexo [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/04/1896, n.47, p.1).

Tais pedidos são relevantes, pois como assinala Souza,

O grupo escolar fazia parte do conjunto de melhoramentos urbanos juntamente com o saneamento básico, água, iluminação, transportes públicos, ferrovias, ajardinamentos, teatros. Ele era um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita. Entende-se, dessa forma, por que os grupos passam a fazer parte dos interesses de diferentes grupos sociais e tornam-se um elemento de disputa política. Eles representavam, também, sinal de prestígio para a cidade, nesse momento em que poucas localidades os possuíam. Por isso, a sua criação era vista como uma vitória política decorrente dos esforços das autoridades locais, mediada pelo jogo político. (SOUZA, 1998. p.91-92)

Com isso, esses prédios foram edificados no espaço urbano, em locais estrategicamente escolhidos, levando-se em conta a salubridade da área e a amplitude dos terrenos. A arquitetura dos grupos escolares ganhou ares emblemáticos da modernidade, ao preconizar tanto os cuidados com a ventilação, iluminação e salubridade da área ocupada, quanto ao implementar uma nova

¹² Foram consultados, majoritariamente, os jornais *O Guaripocaba* e *a Cidade de Bragança*.

distribuição de seu espaço externo, com pátios, áreas para educação física e jardins, dentre outros.

Além disso, esta escola precisou conquistar e convencer a população quanto a excelência da educação que ofertava, a propriedade dos seus métodos pedagógicos e a sua superioridade em relação às demais escolas preliminares, pois o descrédito pela instrução pública era grande na época. Para tanto, foram adotadas algumas estratégias usuais nos mais importantes colégios particulares do Estado: os exames públicos, as festas de encerramento do ano letivo, as exposições escolares (SOUZA, 1998).

Nesse momento, o Cidade de Bragança questionava porque ainda não havia um grupo escolar em Bragança, já que em cidades com condições iguais quanto à população e ao desenvolvimento, e outras notoriamente inferiores, como Jundiaí, Amparo e outras, já tinham seus grupos escolares funcionando regularmente (CIDADE DE BRAGANÇA, n.72, 09 de julho de 1896). Em São Paulo, a expansão dos grupos escolares acompanhou as características regionais do desenvolvimento econômico e urbano do estado. Como evidencia Love, esse desenvolvimento esteve intimamente ligado à cultura cafeeira. As ferrovias seguiam o café, a população e a prosperidade seguiam as ferrovias. (LOVE *apud* SOUZA, 2009. p. 131). Segundo Souza (1998), observando a distribuição regional da criação dos primeiros grupos escolares nota-se que ela acompanhou, de certa forma, o caminho percorrido pelo café. Bragança estava inserida nessa “rota do café”.

Dessa maneira,

Porque não temos ainda em Bragança um grupo Escolar? A’pergunta daremos a seguinte resposta: E’ porque os dois poderes para isso competentes, a camara municipal¹³ e a inspeccoria escolar, não empregaram ainda um esforço combinado para obter-se do Estado esse melhoramento. [...] Desejamos que Bragança caminhe ao nível das localidades que mais se empenham pelo desenvolvimento intellectual do povo. [...] reunidas as escolhas em um só edificio, o ensino é destribuido por classes e por annos, tendo cada professor a seu cargo o leccionamento de cartas e determinadas materias exclusivamente. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/07/1896, n.70, p.1)

Esse mesmo periódico tentava problematizar possíveis fatores impeditivos à instalação do grupo escolar. Entre eles,

Uma das maiores defficultades para formação de grupos escolhales é a obtenção

¹³ Presidente da Câmara Municipal de Bragança: Affonso Olegário Ferreira Pinto

de casa propria, com accommodações especiaes para todas as aulas. Se è difficil, não é impossível. Com boa vontade e algum esforço tudo se consegue. Constou ha tempo que o ex-inspector litterario sr: Bellegarde, entre outros que examinára, achára em condições de servir o predio que o sr. alfs. Antonio Olegario de C. Cunha possui á rua do commercio desta cidade, e que o respectivo proprietário, segundo nos informam, não duvida cede-lo por venda ou arrendamento [...] Predio apropriado, espaçoso e com as desejáveis accommodações não ha desocupado, ou antes seria necessario construi-lo expressamente, o que não é facil; e em taes emergências o recurso que ha mais prompto é fazer-se aquisição do que em melhores condições se encontrar, realizando-se n'elle as indispensaveis obras de adaptação. Como o governo do Estado sempre dá preferencia, para formação de grupos escolares, aos pedidos que vão acompanhados de offerecimento que auxilie a sua installação, entendemos que nossa Camara Municipal poderia fazer alguma cousa neste sentido, por exemplo, comprometter-se a realizar na casa que for julgada apta para estabelecimento do grupo escolar, as obras e precisos concertos, e ainda obrigar-se a pagar o respectivo arrendamento por um ou dois annos. (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/07/1897, n.73, p.1)

Este prédio necessitava de algumas adaptações para receber os alunos do grupo, como por exemplo, divisão do quintal para servir de recreio as duas seções, masculina e feminina, adaptações das salas, especialmente dos 1º e 2º anos que eram mais numerosas. Finalmente, no dia 09 de agosto de 1897, Bragança foi contemplada com a instalação do seu primeiro grupo escolar:

Instalação do Grupo Escolar

Conforme noticiamos no numero anterior desta folha realizou-se no dia 09 do corrente mez a inauguração do grupo escolar, ao espaçoso predio da rua do Commercio para esse fim adaptado pela Camara Municipal, que não tem poupado exforços nem despezas para dotar esta cidade com um estabelecimento de ensino digno do seu adiantamento. Imponentissima esteve essa festa, que marca o inicio de uma nova era para o ensino entre nós e a base de todo o progresso que há de transparecer num futuro não remoto. Desde cedo notava-se um movimento desusado na cidade, prenuncio do interesse que esse acontecimento despertava na população. Ao meio dia, [com] o edificio luxuosamente adornado interior e exteriormente com sanefas, colchas, arbustos, galhardetes e folhagens [...] os alumnos e alumnas incorporados desfilaram pelas principaes ruas da cidade, precedidos do pavilhão nacional, [...] acompanhado-os a banda musical 15 de Outubro e diversas pessoas, sendo saudados em sua passagem por diversos pontos, vindo dissolver-se em frente o grupo. (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/08/1897, ano II, n.186, p.1)

O Almanack de Bragança para 1900 menciona que o grupo escolar funcionava na cidade com sete aulas, tendo matriculados 152 alunos na seção masculina e 160 na feminina. Além do

grupo escolar, existiam em Bragança mais sete cadeiras providas¹⁴, estando matriculados 200 alunos.

Com o passar dos anos e o aumento do número de alunos, o prédio onde estava instalado o grupo escolar não se configurava como o ideal para manter tal estabelecimento e críticas ao seu “péssimo estado” eram constantes nos periódicos. Desse modo, no ano de 1905,

[...] foi o estabelecimento visitado pelo exmo. Dr. Jorge Tibiriçá, então presidente do Estado, no dia 10 de Julho de 1905, quando aqui se achava para assistir a inauguração da luz electrica. Por ocasião dessa visita o dr. Jorge Tibiriçá, attendendo ao pessimo estado do Grupo, comprometteu-se a advogar perante o Congresso Estadoal, a obtenção de uma verba para a construcção de um edificio apropriado. De facto, logo depois, foi votada a verba precisa, na importancia de 50.000\$000 e em 21 de Julho de 1906 concedida a autorisação ao governo para despender essa quantia [...] (ALMANACH BRAGANTINO, 1914, p.17).

Após a escolha do terreno para a construção desse grupo, localizado na rua Coronel Leme, no ano de 1905, pelo engenheiro Augusto Lefèvre, o lançamento da pedra fundamental ocorreu somente no ano de 1906.

Finalmente, em 27 de fevereiro de 1909, ocorreu a mudança dos alunos e do corpo docente para o novo prédio do grupo escolar:

Deixaram hontem o sobrado da rua do Commercio, onde funcionou o Grupo Escolar durante doze annos, os alumnos e o corpo docente desse estabelecimento de ensino, passando a funcionar em o novo e bello edificio da rua Coronel Leme [...] Conquanto o novo edificio tenha sido construido abaixo do nivel da rua, devido á grande declividade do terreno, a sua utilidade e importancia não deixam de ser as mesmas, como si estivesse no ponto mais culminante da cidade [...] quem penetrar naquelle confortavel palacete, só terá palavras para elogiar os artistas que trabalharam na sua construcção e verificará que dalli, da mesma forma, irá surgindo preparada e radiante, como o despontar qotidiano do sol, a infancia bragantina, para vir aqui, no alto, collaborar comnosco na grandiosa obra em que sempre nos empenhamos e que se resume trabalhar pelo progresso de Bragança. (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/02/1909, n.1380, p.1)

Segundo o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1908, a cidade ocupava, nesse momento, a sexta posição em número de habitantes de todo o Estado, com 42.665 habitantes (p.92). Portanto, pode-se supor que Bragança teve força política para reivindicar e conseguir a implantação de um grupo escolar para atender às demandas de sua população, ainda nas primeiras

¹⁴ Cadeiras providas eram aquelas escolas com professores designados e que estavam em funcionamento

décadas da República (BUENO, 2008). Porém, essa conquista não se deu de forma tranqüila, como tem demonstrado a leitura dos periódicos e almanaques locais¹⁵ pesquisados neste trabalho. Os embates entre diferentes grupos políticos locais se deram desde a escolha do terreno (muito íngreme para alguns), passando pelo projeto arquitetônico até a escolha do nome desse Grupo¹⁶.

Mas quem eram os alunos que frequentavam os grupos escolares? A caracterização dos usuários da escola pública modelar nos primeiros tempos de sua criação é reveladora do favorecimento de determinados grupos sociais, o que motivou a discussão em décadas posteriores sobre o caráter democrático da escola pública. Os segmentos populares eram o destinatário ideal das iniciativas do governo republicano; no entanto, em pouco tempo ficou evidente que boa parte desses segmentos estava fora da escola enquanto uma parcela da sociedade havia se apoderado dela. (SOUZA, 1998)

No entanto, é bom lembrar que, embora recebessem alunos das camadas populares, os grupos não são ainda escolas de massas: são espaços pensados para uma população trabalhadora já urbanizada e dedicados tanto à alfabetização quanto à doutrinação das suas crianças no culto aos símbolos e valores republicanos. Somente a partir de 1910 é que essas escolas se abrem para contingentes populacionais não urbanizados. (HILSDORF, 2006)

Crianças provenientes de vários setores sociais tendiam a ocupar os bancos dos grupos escolares: filhos de açougueiros, alfaiates, advogados, barbeiros, bilheteiros, comissários, cocheiros, engraxates, fotógrafos, cozinheiros, escritvães. Trabalhadores urbanos e até mesmo alguns trabalhadores rurais. Ocupações subalternas e ocupações bem remuneradas. Trabalhadores do comércio, da indústria, dos transportes e profissionais liberais. Mantendo-se excluídos os trabalhadores subalternos, os negros, os pobres, os miseráveis. (SOUZA, 1998)¹⁷

Para Souza,

As escolas primárias desempenharam na vida urbana um importante papel social e cultural. É assim, por exemplo, que elas auxiliaram o serviço sanitário exigindo a vacinação e tornando-a obrigatória, participando na escalada de intervenção das políticas de saúde pública no combate das epidemias que assolavam as cidades nesse período. Participaram, também, dos projetos de

¹⁵ Jornais locais pesquisados: Cidade de Bragança (1897-1945), O Guaripocaba (1877-1886) , A notícia (1905-1907), Gazeta de Bragança (1894), Quinze de novembro (1889). Almanques e anuários: Almanach Bragantino de 1900, Anuario de Bragança para 1902, Anuario de Bragança para 1904, Almanach Bragantino 1914, Almanach Paulista para 1918.

¹⁶ Abordaremos com mais vagar tais disputas no próximo capítulo.

¹⁷ Nesta pesquisa, não tivemos acesso a documentos que permitissem a aplicação dessa afirmativa para o nosso objeto.

higienização dos espaços urbanos, não apenas ensinando aos alunos noções de higiene como exigindo o asseio e as normas de urbanidade e civilidade. Ali se ensinava a ler, escrever e contar, além das noções básicas das ciências físicas e naturais, as virtudes morais e cívicas – um conjunto de rudimentos que disseminava uma cultura comum revestida de significados simbólicos. Além disso, a escola tornou-se nas cidades mais um espaço de encontro, de solenidades e comemorações. Cravados no coração dos centros urbanos, os grupos escolares irradiavam sua dimensão educativa para toda a sociedade. (SOUZA, 1998, p.116)

2.2 A Reforma Sampaio Dória, o analfabetismo e o otimismo pedagógico (1920-1930)

A disseminação do ensino, a diminuição do analfabetismo absorvente, tem sido o empolgante problema que mais preocupa o governo honesto e sensato dos povos civilizados. Um povo de ignorantes é uma vontade impotente, uma potencia de forças dispersas, sem ideal, ao jugo dos tyrannetes inconscientes que só dominam pelo terror do despotismo a guilhotinar os excessos do obscurantismo.[...] S. Paulo, a estrella refulgente da constellação brasileira, cujo progresso tem sido decantado pelos proprios estrangeiros que nos visitam, pode se orgulhar da sua organização escolar, [...] Apesar dessa consoladora apreciação geral do ensino publico em S. Paulo, ainda muito se tem a desejar.[...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 30/07/1911, n. 1629, p.1)

O grande freio ao progresso, na visão dos republicanos, era o analfabetismo. Desde a proclamação da República, os analfabetos foram alvo da preocupação dos governantes. Porém, a intensificação desse “combate” se deu próximo aos anos 1920.

Projetos de Lei e métodos questionáveis para minimizar o analfabetismo dominaram as páginas do periódico Cidade de Bragança. Em uma dessas notícias, é apresentado um projeto de Lei de combate ao “analfabetismo” discutido no Congresso Nacional.

O Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil entrará em accôrdo com os dos Estados para a execução da seguinte lei:

Artigo 1º - Nenhum habitante do Brasil, natural ou estrangeiro, maior de 15 annos, poderá conservar-se analphabeto a partir de 7 de setembro de 1922;

Artigo 2º - Os habitantes analphabetos do Brasil, maiores de 15 annos, pagarão no dia 7 de Setembro de 1922, uma multa de 10\$000 e mais a de 1\$000 por mez enquanto se conservarem analphabetos;

Paragrapho unico – A cobrança dessas multas será adiada em relação aos que provarem a impossibilidade de se desanalphabetizarem e, mui principalmente, em relação aos que residirem longe dos logares povoados e enquanto durarem esse impedimento;

Artigo 3º- Todo o chefe de família ou de casa, homem ou mulher, assim como todo o chefe de empreza ou sociedade, de propriedade urbana, pastoril ou agrícola, de officina, de fabrica, de navio, de estaleiro, de aggremação de individuos de toda espécie, tanto na cidade como no campo, em mar como em

terra, pagará uma multa de 1\$000 por mez, correspondente a cada individuo analphabeto maior de 15 annos que estiver sob sua autoridade, fiscalisação ou dependência; [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 29/09/1921, n. 2646, p.1)

Em outro número, temos a descrição de um invento que promete alfabetizar em quinze dias.

Nesta epoca de completa reforma da instrucção publica em que o governo do Estado cogita de diminuir, na maior proporção possível, o numero de creanças analphabetas, deve ser estudado com attenção devida pelos poderes competentes, o aparelho ideado e construido pelo sr. Antonio da Silveira Salles, residente nesta capital e, ex-professor do Lyceu do Sagrado Coração de Jesus, destinado a desanalphabetizar no curto praso de 15 dias qualquer criança [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 09/06/1921, n. 2614, p.1)

Oscar Thompson, Diretor Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo nos anos de 1917-1920, foi um dos maiores defensores dessa política de “erradicação” do analfabetismo em São Paulo. No Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1918, Thompson demonstra a sua preocupação em relação aos analfabetos e faz uma previsão sobre a frequência às escolas se o seu plano fosse colocado em prática,

O que fazer para educar esses milhares de menores (247.543 crianças em idade escolar que não frequentaram escolas em 1918), que crescendo analphabetos, constituirão elementos negativos do nosso progresso? a favor delles e por elles é preciso levantar-se em todo o Estado a campanha contra o analphabetismo [...] Sem grande augmento de despesa, pela mobilização da nossas actuaes escolas, e realizando-se um melhor aproveitamento das forças activas e intelligentes do professorado publico, o analphabetismo, dentro em pouco, será somente uma reminiscencia contristadora na historia do nosso ensino. A porcentagem de alumnos, sem escola, que, neste anno, é de 51,1%, será, pelo plano por nós estudado, de 8,6% em 1922. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 12)

Em consonância com a erradicação do analfabetismo, as questões do civismo e do nacionalismo constavam também no plano elaborado por Thompson. A associação entre educação cívica e nacionalismo na década de 1920 favoreceu a introdução de duas práticas importantes nas escolas primárias do estado de São Paulo: o escotismo e o orfeão escolar. As inegáveis virtudes educativas do escotismo foram prontamente reconhecidas por intelectuais e educadores que passaram a defender sua introdução nas escolas públicas. Assim, em 1917, Oscar Thompson entrou em entendimento com a Associação Brasileira de Escoteiros para viabilizar a introdução do escotismo escolar no ensino público. As iniciativas desse período buscaram sensibilizar a rede

escolar para as vantagens do escotismo e estruturando as bases gerais para o seu funcionamento. Essas medidas foram revitalizadas na década de 1920, a partir da introdução obrigatória nos currículos escolares do escotismo no ensino primário e da linha de tiro no ensino secundário, normal e profissional, no contexto da Reforma de 1920. Esses agrupamentos parecem ter exercido um enorme fascínio na sociedade paulista durante a primeira metade do século XX. (SOUZA, 2009).

Foi possível observar, por diversas vezes, no Cidade de Bragança, a exaltação à prática do escotismo. Em uma dessas notícias,

Escoteiros! – Desenvolver o escotismo – eis um mandamento da nossa Patria. Todas as crianças paulistas precisam ser escoteiros. Necessitamos para o futuro de um povo forte. O escoteiro eleva o nível moral de uma nação. Debaixo da farda kaki, começa a enrijar-se a fibra de um caracter. Todos os Paes que amam seus filhos, que querem vê-los educados, patriotas e fortes, devem obriga-los a ser escoteiros. [...] Practicar o escotismo é defender a saude. Um homem doente, fraco, é um elemento de desordem na harmonia dos agrupamentos humanos [...] Cultivemos o escotismo. Preparemos á Patria uma raça sadia e consciante. Nelle estão o civismo, a coragem, a lealdade, a masculidade e a pujança! Todo o escoteiro é um casulo: o casulo de um Homem Perfeito. E o Homem Perfeito é o ideal de todas as patrias. Tornemo-la a realidade da nossa! (CIDADE DE BRAGANÇA, 06/07/1922, n. 2725, p.1).

Em outra, temos a questão dos uniformes de escoteiros, oficialmente adotados nos Grupos Escolares e nas Escolas Reunidas,

Uniforme Escolar – Conforme deliberação do Sr. Director Geral da Instrucção Publica, os alumnos dos grupos escolares e das escolas reunidas do Estado, deverão usar diariamente, no estabelecimento, o uniforme de escoteiro. [...] Todos os alumnos de grupos escolares e escolas reunidas são aspirantes a escoteiro e passarão a ser escoteiros mediante auctorisação por escripto dos Paes. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/03/1922, n. 2693, p.1)

Tratando novamente da questão da alfabetização, os relatórios apresentados pelos inspetores, no Anuario de 1918, identificavam como causas para as deficiências observadas: falta de fiscalização por parte das autoridades municipais; insuficiência do quadro de inspetores escolares estaduais, o que redundava na impossibilidade de uma fiscalização mais assídua; descaso dos pais em relação à educação das crianças, que se somava ao estado de extrema pobreza em que viviam; falta de assiduidade, negligência, despreparo e desinteresse por parte dos mestres; precariedade das escolas; insuficiência de vagas; deficiência de matrículas e baixa

frequência dos alunos. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918)

Diante desse quadro, Oscar Thompson afirma que,

Se quizesse o Governo instalar escolas para educar 247.543 crianças que ficaram sem instrução, teria que prover imediatamente 4.951 cadeiras [...] a despesa annual, a mais daquillo que se gasta, seria de 11.882:400\$000, despesa que, reunida á despesa actual, attingiria a somma de 26.998:340\$000. Ora, o Estado, apesar dos seus esforços em favor da diffusão do ensino, não poderá fazer essa despesa, o que quer dizer que o augmento de escolas em numero sufficiente para a prompta alphabetização de 247.543 crianças é pecuniariamente impossivel. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p.25)

Assim, ao assumir a Diretoria Geral da Instrução Pública em 1920, Sampaio Dória, apoiado pelo governador Washington Luís, pôs em execução uma das mais polêmicas reformas¹⁸ educacionais realizadas no Estado de São Paulo e no Brasil no início do século XX, visando, claramente, à erradicação do analfabetismo infantil. A Reforma foi alvo de inúmeras críticas e controvérsias dentro e fora do estado de São Paulo, e sua referência fomentou o debate efervescente na década de 1920 em torno dos rumos da educação brasileira, isto é, a direção a ser dada a um projeto de modernização educacional que tivesse como meta a reforma da sociedade. A uma escola de alfabetização intensiva contrapunham-se propostas de uma escola integral e renovada (SOUZA, 2009).

Para Sampaio Dória, o problema fundamental consistia em se fazer uma opção em concordância com a justiça social e com os princípios democráticos, ou seja, uma opção entre oferecer uma educação de nível elevado para alguns ou uma educação de nível mais baixo para todos. Segundo o recenseamento escolar de 1920, dirigido por Sampaio Dória, apenas 31,6% das crianças em idade escolar (entre sete e doze anos) frequentavam escolas públicas ou particulares; o restante, 69,4% não frequentava escolas (SOUZA, 2009).

Uma das novidades trazidas por essa Reforma foi o ensino primário com 2 anos de duração. O intento era condensar uma fórmula básica para a escola primária obrigatória que acelerasse o processo de instrução da população. Na visão do reformador, a disseminação da escola primária passava necessariamente pela identificação dos núcleos de analfabetos por todo o território do estado. Porém, a Reforma gerou muito descontentamento na população, especialmente no tocante ao pagamento da taxa de matrícula para os alunos dos terceiro e quarto anos. Com a Reforma, o

¹⁸ Reforma Sampaio Dória, estabelecida pelo Decreto 1.750 de 8 de dezembro de 1920, revogada em 1925.

terceiro e quarto anos passaram a fazer parte do secundário e, por isso, os alunos teriam que pagar uma taxa de matrícula para cursá-lo. Em uma outra notícia do Cidade de Bragança, foi possível observar a insatisfação com a cobrança da taxa.

Esse projeto, como é sabido, estabelece uma taxa de 80\$000 annuaes para os alunos do 3º e 4º annos dos grupos escolares, o que implica num entrave á educação de uma certa classe do povo, a mais numerosa: aquella que não pode arcar com augmento de despesas, mas que também não pode obter provas de indigencia.[...] Por outro lado, contrastando com o espirito economico do projecto, que proocura disseminar a instrucção com a menor despesa possivel, é creada a Faculdade de Educação, destinada a receber doutores para o seu corpo discente.[...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 05/12/1920, n. 2562, p.1)

Em outra, descreve-se o pedido da suspensão da execução da lei ao presidente do Estado.

Contra a reforma da Instrucção Publica – Noticias de S. José do Rio Pardo dizem que o povo daquela cidade, reunido em comicio, resolveu pedir ao Sr. Presidente do Estado suspender a execução da lei da reforma da instrucção publica primaria, que obriga ao pagamento de taxa de matricula aos alumnos dos 3 e 4 annos dos grupos escolares. (CIDADE DE BRAGANÇA, 20/01/1921, n. 2577, p. 2)

A outra novidade que a Reforma trouxe foi a diminuição da formação de grupos escolares e a expansão maciça no número de escolas reunidas. Toleradas pelo governo como um tipo de escola provisória que deveria desaparecer em breve, as escolas reunidas foram se incorporando ao sistema público de ensino como resultado das demandas populares pela escola pública em bairros e vilas onde se verificava a aglomeração de crianças e havia impossibilidade de implantação do grupo escolar devido aos critérios legais estabelecidos para a criação dos mesmos. Ao longo dos anos de 1910, cresceu o número das escolas reunidas instaladas nos pequenos núcleos urbanos. No início dos anos de 1920, elas foram incorporadas pela primeira vez na regulamentação legal da instrução pública sendo consideradas o tipo de escola que mais convinha ao estado na execução da Reforma. (SOUZA, 2009).

De acordo com Souza,

Pela primeira vez, desde a reforma republicana da instrução pública realizada entre 1890 e 1896, foi interrompida a criação e a instalação de grupos escolares. De outro modo, a política dos reformadores nos anos de 1920 orientou-se para a multiplicação das escolas reunidas, priorizando a organização e distribuição do ensino primário nas vilas, distritos de paz e bairros populares dos núcleos urbanos. Assim, enquanto em 1920 havia 52 escolas reunidas em São Paulo, em 1924, o número total dessas escolas passou a computar 357 unidades. (SOUZA, 2009, p.121)

O Anuario do Ensino de 1923 traz dados que confirmam essa nova diretriz implementada pela Reforma de 1920. Podemos observar que, em 1919, havia 187 grupos escolares no Estado de São Paulo e 39 escolas reunidas com o total de 183.800 alunos matriculados (incluindo escolas isoladas e particulares). Já no ano de 1923, observamos um número de 199 grupos escolares e 348 escolas reunidas, totalizando mais de 241.178 alunos matriculados. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1923, p.24)

O aparecimento e a multiplicação das escolas reunidas no estado de São Paulo demonstram como o sistema escolar foi se adaptando às pressões da demanda educacional a despeito das prescrições legais.

Perguntado sobre a eficácia das Escolas Reunidas, Guilherme Kuhlmann, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo em 1923, em uma entrevista concedida à Revista Nacional, número 10, disse que elas

[...] são os estabelecimentos que mais convêm ao Estado. Economicas e eficientes, com pessoal administrativo limitadissimo, de installação facil, simples e barata, as Escolas Reunidas resolvem o problema da disseminação do ensino primario. Com a reunião de varias escolas em um só predio, sob a direção de um professor, desaparecem os inconvenientes que muitas vezes se encontram na escola isolada [...] corrigem-se os defeitos hygienicos das installações escolares que se encontram, ás vezes, nas escolas isoladas [...] A casa passa a ser paga pelo Estado, que dessa modo completa sua obra de assistência [...] Ellas constituem o arcabouço da Reforma. Installadas nos nucleos mais populosos, terão como complemento, nos menores núcleos, a escola rural, cujo sucesso, infelizmente, ainda depende de factores nem sempre favoraveis á solução do problema escolar [...] (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1923, p.21-23)

Na sequência do Anuário, os inspetores defendem, também, a expansão das Escolas Reunidas, enumerando suas vantagens.

As vantagens das Escolas Reunidas são multiplas e incontestaveis affirma o inspector Paulo Santos. Nellas ha a uniformidade de methodos e processos de ensino e de orientação dos trabalhos, a diminuição da responsabilidade do professor attinente ás relações externas da escola, o aumento de sua responsabilidade sob o ponto de vista didactico, a estabilidade do alumno, maior fiscalização e maior estímulo para os trabalhos em pról do ensino. [...] É indiscutível, diz o inspector Cassio Bittencourt, a vantagem das Escolas Reunidas. Até Setembro de 1923 funcionaram no Braz cinco escolas isoladas, com matricula de 240 alumnos. Passando a funcionar reunidas, em predio convenientemente adaptado, a matricula rapidamente se elevou a 310. (ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1923, p.21-23,

p.87-88).

Pelo regulamento de 1921 (decreto n 3.356, de 31/5/1921), as escolas reunidas poderiam ser instaladas onde quer que houvesse 160 alunos num raio de dois quilômetros e os grupos, onde houvesse 400 alunos a serem matriculados. (SOUZA, 2009, p.145). Com isso, Bragança pôde ser dotada desse “melhoramento” no ano de 1922.

Escolas Reunidas – Deu-se hontem, ao meio dia, solennemente, a inauguração das Escolas Reunidas desta cidade. Compareceram ao acto diversas auctoridades locaes, representantes da Municipalidade, do corpo docente do Grupo Escolar, das associações e da imprensa, além de numerosas pessoas gradas desta cidade. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 30/07/1922, n. 2732, p. 2).

Contudo, com a revogação da reforma em 1925, a antiga estruturação do ensino primário foi restabelecida: quatro anos de duração nos grupos escolares e três anos nas escolas isoladas e reunidas. O grupo escolar voltou a ser priorizado nas políticas de expansão de vagas adotadas a partir de então. A mudança de orientação foi notável. Inúmeras escolas reunidas foram convertidas em grupos escolares e muitas desmembradas em escolas isoladas. (SOUZA, 2009).

As Escolas Reunidas de Bragança, desse modo, em 1925, foram convertidas em Grupo Escolar:

2º Grupo Escolar – Por acto de 6 do corrente foram convertidas em grupo escolar (2º de Bragança) as escolas reunidas desta cidade. Foram nomeados para esse estabelecimento: O professor Luiz Gonzaga de Vasconcellos, director das escolas reunidas locaes, para o cargo de director; [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 08/02/1925, n. 2992, p. 1).

Foi nesse momento, também, que tivemos a forte influência dos Pioneiros da Escola Nova na temática da instrução pública. Jorge Nagle chama esse movimento de “otimismo pedagógico”, porque seus adeptos acreditavam que uma determinada concepção pedagógica, e somente ela – a pedagogia da Escola Nova – é que permitiria a reforma da escola para que ela pudesse cumprir o seu papel social de renovadora da sociedade brasileira no enquadramento liberal. (NAGLE *apud* HILSDORF, 2006, p. 80).

Liberais e católicos têm um projeto para constituir a nação brasileira. Para realizar esse projeto aderiram ao Escolanovismo porque consideravam um mecanismo eficiente de controle social, para constituir “de cima para baixo” o povo adequado à nação. O Escolanovismo seria a pedagogia adequada para promover a superação do elemento nacional fraco, doente e amorfo – que Monteiro Lobato sintetizara na figura do Jeca-Tatu-, porque propiciava práticas de

higienização (da saúde), de racionalização (do trabalho) e de nacionalização (dos valores morais e cívicos). (HILSDORF, 2006).

Para Souza,

Na história da educação brasileira do século XX, a Escola Nova ocupa papel de destaque pela predominância e força que esse ideário teve no período entre as décadas de 1920 e 1960, determinando a configuração do campo pedagógico, as políticas educacionais, a profissionalização dos educadores e o engendramento de práticas educativas. Proposição pedagógica de cunho eminentemente social, a Escola Nova tinha como horizonte a regeneração da sociedade brasileira e a transformação do país. O indissociável vínculo entre projeto político e projeto educacional articulou questões pedagógicas e questões sociopolíticas, como a ordenação do trabalho, a construção da nacionalidade, a modernização da sociedade e a democratização do país. A mudança da sociedade e da educação mobilizava as aspirações de parte da elite intelectual e política brasileira inconformada com os desvirtuamentos e desatinos da realidade nacional. Tornada orientação oficial do ensino primário no estado de São Paulo e em vários outros estados brasileiros, nas décadas de 1930 e 1940, a moderna pedagogia pretendia abalar profundamente os padrões da organização escolar existentes. (SOUZA, 2009, p.169-170)

2.3 A década de 30 e o Estado Novo: contexto político e educacional (1930-1944)

De 1920 a 1930 o regime republicano começa a periclitir, arrastando-se em estertores até o golpe fatal, com a deposição do último presidente paulista e a ascensão de Getúlio Vargas. Os preços do café, o principal produto da pauta de exportações, não se sustentam mais no mercado internacional, e as práticas especulativas dos cafeicultores causam a acumulação de estoques que só restaria queimar sob o impacto da crise mundial de 1929. A desestabilização do regime fica patente pelo adensamento das frentes de contestação interna, em particular a dos jovens oficiais do exército, que não demorariam a se coligar com as oligarquias dos estados alheados do jogo político pelo esquema do café-com-leite. As contestações operárias recrudescem nas capitais, ensejando a articulação de partidos políticos de massa como alternativa da gestão social. Esse é o momento especialmente em que, na senda da mudança do panorama da cultura internacional no pós-guerra, se instaura uma crítica nacionalista dos modelos cosmopolitas vigentes, dando origem a novos discursos nativistas, que se tornariam o cimento ideológico do populismo em gestação. (SEVCENKO, 1998, p. 35-37)

A crise da República do Kaphet¹⁹, como apelidava Lima Barreto²⁰, fortemente entrançada com a do capitalismo internacional em 1929, cavaria largas fendas na hegemonia oligárquica. O

¹⁹ Termo utilizado na obra “Os Bruzundangas”, de Lima Barreto, publicada em 1923.

²⁰ Lima Barreto nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1881. Escritor e jornalista abordou, em suas obras, as grandes injustiças sociais, criticando o regime político da República Velha.

movimento de 30, o movimento sindical anarquista e comunista que a precedeu, o tenentismo, o impulso reformista do Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas e, do lado oposto, o ideário progressista de uma fração dissidente da burguesia de São Paulo, constituíam forças que, na sua interação provocaram revisões fundas no quadro institucional do país. (FAUSTO *apud* HILSDORF, 2006, p.91).

O movimento de 1930 foi um movimento heterogêneo do ponto de vista de suas bases sociais e de suas aspirações. De acordo com Boris Fausto, os velhos oligarcas queriam transformações mínimas que reforçassem o seu poder pessoal; a nova conjuntura do movimento operário, controlado pelo Partido Comunista, via nele um movimento democrático, que abria caminho para a revolução socialista; as classes médias urbanas, tradicionalistas, queriam a “republicanização da República”, isto é, a manutenção da república liberal e constitucional de 1889, mas com eleições limpas, respeito aos direitos individuais e promoção da educação popular, programa que consideravam ter sido proposto, mas não realizado pela república oligárquica de 1889-1929; as elites civis queriam que os partidos dissidentes dos antigos Partidos Republicanos estaduais tivessem acesso aos respectivos governos, para poderem colocar em prática o programa liberal: explica-se, assim, o prestígio dos portadores dessa mensagem, Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul e em São Paulo o Partido Democrático, criado em 1926 pelos jovens oligarcas cafeicultores dissidentes do Partido Republicano Paulista; os “tenentes” representam a rebeldia militar e nacionalista contra o governo da oligarquia cosmopolita, reivindicando um estado forte e centralizado, semi-autoritário, no lugar do Estado liberal e “descentralizado” da Primeira República. Os tenentes são radicais pelo método (confrontação armada), mas não pelo conteúdo das suas reivindicações políticas e sociais, que são as mesmas da classe média urbana. Com essa composição a Revolução de 1930 somente pôde sair vitoriosa a partir de acordos entre todas as tendências, os quais, sem grandes rupturas, garantiram a alteração desejada: a substituição do antigo poder oligárquico, baseado na força dos Estados (mais aparente) e nas forças locais (mais real) pelo novo poder oligárquico, ostensivamente centralizado e menos dependente das forças locais. Na estrutura do poder “descem” os oligarcas tradicionais e “sobem” os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, depois, os industriais: isso significa que a Revolução de 30 “criou” o poder da burguesia industrial, e não que esta foi produto dos industriais. Em suma: pode-se dizer que o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu o capital nacional, apoiado nas forças armadas, nos trabalhadores urbanos cooptados

por conta do sindicalismo patronal e na burguesia nacional, no interior da qual os industriais vão gradativamente dividir o poder com os agricultores. (FAUSTO *apud* HILSDORF, 2006, p.92-93).

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. A educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse processo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930. Mesmo no curso da ditadura do Estado Novo, a educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar a forma de uma doutrinação fascista. A política educacional ficou, sobretudo, nas mãos de jovens políticos mineiros cuja carreira se iniciara na velha oligarquia de seu Estado para tomar outros rumos a partir de 1930. (FAUSTO, 2001).

A Revolução de 30 teria sido, do ponto de vista da educação e do ensino, o momento de realização do movimento de renovação desencadeado pelos liberais republicanos adeptos da Escola Nova desde meados dos anos 20, os quais, enquanto especialistas do ensino e tradicionais adversários dos católicos, passaram a desenvolver uma ação político-administrativa no novo governo pondo em prática as idéias que defendiam, fazendo a moderna nação brasileira pela renovação do ensino. A associação entre escolanovistas liberais e o movimento revolucionário teria não apenas levado os católicos à oposição, afastando-se da ABE (Associação Brasileira de Educação) e criando sua própria Confederação Católica Brasileira de Educação, como ainda propiciado a Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo a oportunidade de realizar uma administração transformadora em continuidade das reformas inovadoras da década de 20. (HILSDORF, 2006)

Entre 1930 e 1937, passaram pela direção do ensino de São Paulo sete diretores, entre eles, nomes expressivos do movimento escolanovista brasileiro, como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Sud Menucci e Almeida Junior. Permanecendo no cargo, entre seis meses a um ano, esses educadores buscaram sintonizar a educação pública com o movimento de reconstrução educacional fortalecido nos anos de 1920, experimentado nas reformas estaduais realizadas nesse período e elevado a proposta de política nacional de educação no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

Fernando de Azevedo, no final da década de 1930 representou a educação escolar da primeira República como um imenso platô de estabilidade e rotina, dizendo, de um lado, que a

escola esteve à margem das preocupações dominantes entre os políticos; de outro, que as transformações no sentido da modernização da escola brasileira somente aconteceram ao longo da década de 1920, quando outros educadores liberais foram introduzindo a pedagogia da Escola Nova no país por meio de reformas realizadas nos sistemas estaduais de ensino.

Para Azevedo, a presença de adeptos e divulgadores da Escola Nova nos anos 20 e 30 marca a educação brasileira como um verdadeiro divisor de águas, separando a mentalidade tradicional e velha da nova e progressista. Isso quer dizer que todos aqueles que se opunham, ou tinham propostas alternativas, como os trabalhadores, os católicos e os defensores da pedagogia moderna, quer tivessem atuado no período monárquico, quer no da República, quer fossem defensores da educação popular, quer tivessem renovado o ensino técnico, foram enfeixados por ele sob a rubrica de tradicionalistas. (HILSDORF, 2006).

Para os reformadores da Escola Nova, entretanto, a sociedade moderna, democrática e industrial exigia um projeto educativo ampliado envolvendo uma maior diversificação dos objetivos, conteúdos e atividades escolares. Era preciso que a escola se abrisse aos meios de comunicação, prevenisse doenças, combatesse vícios e costumes, enfim, que acolhesse as demandas de uma “sociedade em mudança”, dístico tão ao gosto da época. (SOUZA, 2009).

Assim, podemos dizer que trata-se novamente de construir a Nação, isto é, de atingir o alvo que não tinha sido alcançado, agora intentado pelo caminho do desvendamento da cultura brasileira, interpretada segundo as diferentes ideologias em conflito que atravessam o período, vindas da década anterior: o tradicionalismo dos agrários, o radicalismo dos operários e dos setores da classe média e o americanismo da burguesia urbana. Através do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), o grupo de renovadores liberais pôde apresentar a sua posição programática, embasada no pensamento pedagógico de Comte, Durkheim e Dewey, definir uma política articulada de educação nacional e desenhar um projeto de escola para o conjunto da sociedade brasileira. (HILSDORF, 2006).

Para a concretização dos anseios dos vários grupos interessados nessa “construção do caráter nacional”, a Constituição de 1934 foi a primeira Carta Magna do país a tratar, em títulos e capítulos específicos, de temas sociais como: a família, a cultura e a educação, enfocados na órbita de influência dos iniciadores do movimento de reformas da educação brasileira.

Como assinala Hilsdorf,

[...] a Constituição de 1934 parece ter sido bem mais um produto híbrido, que

procurou o atendimento das reivindicações dos vários grupos, ao consagrar, entre outros, o ensino religioso (católico) facultativo, a fixação de um percentual mínimo obrigatório de aplicação das verbas públicas ao ensino, a descentralização das competências administrativas, o sistema de ensino básico (escola elementar) ampliado, integral e com a orientação metodológica da Escola Nova, de acordo com as reivindicações dos liberais, mas nos demais níveis, separado em popular e elite, a ênfase na educação musical, física, moral e cívica, para desenvolvimento dos valores nacionais. (HILSDORF, 2006, p.97-98)

Com a instituição do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas, almejando construir a imagem do regime como novo, isto é, moderno e nacional, necessitava que a educação escolar concorresse para promover os valores atribuídos à família, à religião, à pátria e ao trabalho para serem aceitos nacionalmente, por toda a sociedade como base de uma nação moderna. Assim, as linhas ideológicas que definem a política educacional do período vão se orientando pelas matrizes instituintes do próprio Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização. Para isso, o Estado Novo vai desenvolver uma política educacional de molde autoritário e uniforme. Desta maneira, a educação é instrumento do Estado para preparar o homem não para uma ação qualquer na sociedade, não para preparar o homem em disponibilidade, apto para qualquer aventura, esforço ou sacrifício, mas para uma ação necessária e definida, uma ação certa: construir a nação brasileira. Contra o homem sem aderências dos liberais escolanovistas, que adaptavam a escola às necessidades da ordem capitalista internacional, contra os estrangeiros, os imigrantes que desnacionalizavam o Brasil: essa é a proclamação da nova escola de Vargas e Capanema, ministro da Educação desde 1934. (HILSDORF, 2006).

Contudo, como destaca Fausto,

O Estado Novo não representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período de 1930 -1937. A inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 30, realizou-se plenamente. Os Estados passaram a ser governados por interventores, nomeados pelo governo central e escolhidos segundo diferentes critérios. Parentes de Vargas, militares, receberam a designação. De um modo geral, porém, nos maiores Estados algum setor da oligarquia regional foi contemplado. Sob o aspecto socioeconômico, o Estado Novo representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. (FAUSTO, 2001, p.201)

Este continuísmo pôde ser visto também no campo educacional. Para Marta Carvalho, havia traços comuns ao Estado Novo e à escola Nova: nacionalismo, operosidade do cidadão,

racionalidade, higienização da sociedade e trabalho educativo. (CARVALHO *apud* HILSDORF, 2006, p.102). Dentro das escolas, as Leis Orgânicas (editadas por meio de decretos-lei, pelo ministro Capanema, entre 42-46) procuraram regulamentar o cotidiano de professores e alunos: são visíveis as prescrições de padronização da programação curricular e da arquitetura escolar, do controle do recreio e da disciplina, da adoção de classes homogêneas e do método único de leitura (analítico-global), do uso do uniforme, da verificação do asseio corporal, do incentivo à formação de bibliotecas e de clubes de leitura, de clubes agrícolas, exposições, excursões e jornais escolares, do escotismo, do cinema e rádio educativos, dos grêmios e caixas escolares. Elas ecoam orientações da Escola Nova defendidas nos anos 20 e 30. (HILSDORF, 2006).

Em consonância com as iniciativas do governo federal, os administradores da educação pública em São Paulo, atenderam aos reclamos da política de Vargas no Estado Novo. Uma grande campanha nacionalista foi desencadeada nas escolas primárias desde o início da década de 1930, envolvendo todos os profissionais do magistério. Desse engajamento renasciam nobres aspirações, isto é, que a escola primária contribuísse para o reerguimento da nação através do cultivo dos valores cívicos, morais e patrióticos. O nacionalismo dos anos 1930 e 1940 encontrou na escola primária uma forte aliada. Nas inúmeras práticas desencadeadas envolvendo a comunidade escolar, as famílias e a sociedade, as instituições educativas reatualizaram o sentido primordial que fomentara a difusão da educação popular – a formação do cidadão republicano para a nação brasileira. (SOUZA, 2009).

Desde o início da República, o Estado patrocinou cerimônias de comemoração das festas nacionais: desfiles, alvoradas, paradas militares. Introduzidas também nas escolas elas adquiriram um caráter educativo. Vale lembrar que, na virada do século XIX para o século XX, os reformadores da instrução pública no estado de São Paulo, viram nas festas escolares um meio de “seduzir” a população pela escola pública e dar publicidade à ação educativa. Nesse sentido grande incentivo foi dado aos diretores de grupos escolares para a realização de festa de encerramento do ano letivo, seguida de exposição dos trabalhos escolares, comemorações cívicas nas datas nacionais. Ao longo do século XX, essas festas e comemorações escolares continuaram sendo anualmente celebradas nas escolas primárias paulistas. Nas décadas de 1930 e 1940, o calendário de festas escolares foi ampliado inserindo-se outras comemorações como a Semana da Criança, a Semana de Caixas e a Semana da Pátria. (SOUZA, 2009).

Em Bragança, pudemos observar, sempre na primeira página do Cidade de Bragança,

diversas notícias descrevendo com detalhes as festas de encerramento do ano letivo e as festas de comemoração de datas cívicas nos grupos escolares da cidade. Destacamos uma matéria descrevendo as comemorações da Proclamação da República no Grupo Escolar José Guilherme:

Festas Escolares – A data anniversaria da proclamação da Republica, foi festivamente commemorada nos estabelecimentos de ensino locais. A festa do grupo escolar José Guilherme, realizou-se ás 8 horas da manhã, presidindo-a o sr. professor Plinio Braga, inspector escolar. Foi alli desempenhado interessante programma, constante de hymnos, recitativos, cançonetas, etc., desempenhado, com applausos da assistencia, pelos alumnos [...] A prelecção sobre a data foi feita pelo sr. professor Dorival Peluso, que recebeu muitas palmas do auditorio. O programma foi aberto com uma bella apothose á Republica, offerecida pelas alumnas do 1º anno A feminino e escoteiros ao sr. professor Plinio Braga, havendo este educador, ao encerrar a sessão, num atrahente improviso, agradecido a carinhosa homenagem dos escolares. A ultima parte do programma constou de diversos jogos sportivos, galhardamente disputados por alumnos de diversos annos do estabelecimento. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 18/11/1926, n. 3175, p. 1).

Cabe destacar que entre 1920 e 1940 houve algum declínio do índice de analfabetos no país. Ele continuou, porém, a ser muito elevado. Considerando-se a população de 15 anos ou mais, o índice de analfabetos caiu de 69,9% em 1920 para 56,2 em 1940. Os números são indicativos de que o esforço pela expansão do sistema escolar produziu resultados a partir de índices muito baixos de frequência à escola em 1920. Estima-se que naquela época o índice de escolarização de meninos e meninas entre 5 e 19 anos que frequentavam a escola primária ou média era de cerca de 9%. Em 1940, o índice chegou a pouco mais de 21%. (FAUSTO, 2001).

Por fim, como observa Souza,

Independente dos matizes e interesse políticos, durante boa parte do século XX, as finalidades sociopolíticas e culturais atribuídas à escola primária mantiveram-se inalteradas: a defesa da educação integral, a formação do cidadão republicano, a moralização e disciplinarização do povo. (SOUZA, 2009, p.377).

3. A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR JOSÉ GUILHERME: UMA HISTÓRIA EM TRÊS ATOS

3.1 Das origens à modernidade: o contexto urbano de Bragança (1856 – 1909)

Destacamos abaixo uma versão da história local que tende a ser tomada como “oficial”. Fizemos a opção por transcrevê-la na íntegra como uma provocação para o cotejo com as ideias que discutiremos neste capítulo.

Bragança em sua historia – Como nasceu a cidade – Para descrever com exatidão e fidelidade o que de fato representa a historia de Bragança, seria mister um volume e não um simples artigo.[...] No presente, á guisa de um caderno de notas, faremos a publicação de uma série de crônicas sobre a historia de Bragança que, ao menos, a título de curiosidade, há de servir aos leitores no sentido de os fazer conhecer melhor a nossa historia, que pé a historia de uma terra que já foi esquecida pelos poderes públicos, mas, que na realidade, está ligada á propria de S. Paulo e do Brasil. Ha em derredor da historia de uma cidade fatos interessante e dignos de nota, somente conhecidos pelos estudiosos do assunto. As cidades nascem, crescem e envelhecem e muitas vezes os seus habitantes ignoram muita coisa que constitue o verdadeiro patrimônio da historia. Ha, por ai, um sem numero de lendas enraizadas na credence do povo, que se conservam por varias gerações e que oferecem, até certo ponto, um perigo na deturpação da verdadeira historia. É voz corrente, por exemplo, que Bragança é oriunda do nome de um certo tropeiro cognominado “O Bragança”, que residia naqueles tempos no local onde se fundou a cidade. Outros dizem que nestas cercanias existia uma tribu de indios conhecida por “Guarus”. Entretanto, onde estão os documentos historicos de tais asserções? Onde uma documentação de tais afirmações? Era preciso, e é o que aqui vamos fazer, que o povo soubesse a verdadeira historia de sua terra. Não vamos atraz de historias contadas e sim de historias documentadas. Só assim poderemos legar aos nossos descendentes a narração exata do que foi e como foi que Bragança surgiu. Vamos, pois, á verdadeira historia: em tempos outros, houve no local onde hoje está localizada a cidade de Bragança, uma fazenda de propriedade de Antonio Pires Pimentel, cujas terras pertenciam á então Vila de Atibaia. Residia ele com sua mulher d. Ignacia da Silva Pimentel, sendo ambos de indole progressista arrojada, possuindo bens que se consideravam vultosissimos naqueles tempos. No ano de 1763, cumprindo um voto, Antonio Pires Pimentel e sua esposa edificaram na colina fronteiriça à margem direita do ribeirão Canivete (erroneamente Tapuchinga) uma capela onde se veneraria a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Ao seu lado, legaram algumas terras com o fim de se edificar um povoado, recebendo então o seu primeiro nome que foi o de FREGUEZIA DE CONCEIÇÃO DE JAGUARÍ. Após dois anos, em 13 de fevereiro de 1765, deu-se a elevação da freguezia a Distrito de Paz, o que determinou a vinda de outras pessoas de outros logares, creando-se o nucleo populoso que se desenvolvia satisfactoriamente. Depois de 32 anos de evolução lenta, em agosto de 1797

chegou às mãos de Antonio Manoel de Melo Mendonça, cognominado “O Pilatos”, governador da então Província da S. Paulo e Capitão General da mesma, uma petição subscrita por 70 nomes, pedindo a elevação do Distrito a categoria de Vila. Alegavam os peticionarios que existiam 1106 fogões e 4446 pessoas de confissão (termo para determinar que não estavam incluídas pessoas menores de 7 anos). O Capitão General encaminhou os papeis ao Ouvidor Geral Caetano Luiz de Barros Monteiro e este encaminhou-os á Camara de Atibaia, localidade já vila desde 27 de junho de 1760. Os atibaieenses não concordaram. Responderam formando um tremendo libelo contra o progresso de Conceição de Jaguarí e contra o seu povo, procurando provar a deficiencia da população e a ausencia de rendimentos [...] Apesar dessa informação, o Capitão General determinou a elevação de Jaguarí a Vila, ato de 17 de outubro de 1797, dando-se a ereção a 29 de novembro do mesmo ano, com o nome de Nova Bragança, em homenagem á dinastia reinante no Brasil, á qual pertencia D. Maria I, que morreu louca 19 anos depois no Rio de Janeiro. [...] Finalmente foi elevada a cidade pela lei Provincial n.21 de 24 de abril de 1856. [...] Aí está, para contestar os falsos historiadores, a voz da historia. Bragança não se oriunda do nome de um vulgar tropeiro e nem nasceu de uma palhoça de poiso. A sua origem é mais nobre e mais grandiosa. À sombra daquela que até hoje abençoa os seus passos, Bragança nasceu predestinada ao mais franco progresso, sob a tutela da Imaculada Conceição. A pequenina aldeia foi crescendo sempre em torno de sua tosca capelinha, núcleo religioso que até hoje é o seu próprio motivo de existir.[...] – Tristão dos Valles. (CIDADE DE BRAGANÇA, 20/01/1944, n. 4938, p. 6).

O relato acima descreve, como o próprio autor menciona, “histórias documentadas”, pois, na visão dele, “só assim poderemos legar aos nossos descendentes a narração exata do que foi e como foi que Bragança surgiu”. Em diversos periódicos, almanaques e livros consultados o modo de narrar a história da fundação de Bragança é o mesmo. Não que recusemos esta descrição, mas não podemos somente analisá-la sob este viés. Desse modo, é preciso considerar alguns aspectos importantes do período em que ocorre a ocupação da região e a fundação posterior da Vila Nova Bragança, que refletem os interesses econômicos e geopolíticos do governo metropolitano em relação à sua colônia.

Em primeiro lugar, deve-se levar em conta as conseqüências das aventuras dos bandeirantes na caça e escravização dos índios e na busca de ouro pelos sertões do território da colônia portuguesa. Resultou dessas iniciativas a construção de caminhos coloniais que posteriormente se consolidaram no escoamento dos metais preciosos da região das Minas Gerais e as vias de abastecimentos das povoações, através das tropas de mulas, surgidas durante o ciclo do ouro. O desenho dessas estradas, na Província de São Paulo, está vinculado à história de muitas cidades, entre elas a de Bragança, cujo povoado original resultou de um local de pouso e abastecimento ao longo desses caminhos coloniais. (GODOY, *et al*, 1998).

Em segundo lugar, deve-se levar em conta que a transformação do povoado em Freguesia de Conceição do Jaguari, em 1763, ocorre dentro de um contexto bastante significativo. O ano foi marcado, na esfera internacional, pela assinatura do Tratado de Paris, colocando um ponto final nos conflitos entre Portugal e Espanha, cujo conteúdo central era a questão dos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas, que nunca haviam sido precisamente demarcados. Com o término das disputas, Portugal começa a pôr em prática um plano estratégico que garantiria a posse do território brasileiro. Fazia parte do plano, entre outras iniciativas, a ocupação da Capitania de São Paulo e a transferência da Capital do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro. (GODOY, *et al*, 1998).

Em terceiro lugar, outro fator a ser considerado é a localização estratégica da Vila de Bragança nas proximidades da capital da província de São Paulo, favorecendo o desenvolvimento de um núcleo populacional, de base agrária, com efetivas possibilidades de se transformar em foco de uma economia agrícola diversificada de gêneros de subsistência e de abastecimento da Capital. Essa configuração foi possível porque em fins do século XVIII e início do século XIX verificou-se um declínio da economia açucareira e o esgotamento das minas auríferas, ambas atividades voltadas para o comércio exterior. Tal fato propiciou o desenvolvimento de atividades econômicas diversificadas em várias localidades do país, principalmente no sul da Província de Minas e também em São Paulo, fomentando uma economia voltada para um mercado interno que contribuiu para a formação de centros abastecedores da Capital. Nessas regiões constituíram-se várias fazendas mistas voltadas para a agricultura e pecuária. Ora, a capital paulista, nesse período, havia se transformado num centro voltado para atividades mercantis-exportadoras, inclusive possuindo algumas unidades fabris e isso tornava necessária a existência de pontos de apoio para o seu abastecimento. Em Bragança e região constituiu-se uma elite agrária, que transformou essa parte da província numa espécie de celeiro abastecedor da Capital. (GODOY, *et al*, 1998).

Assim sendo, as terras pertencentes a São Paulo precisavam ser preservadas e as pretensões mineiras sobre parte do território paulista, o chamado avanço de Minas Gerais, precisavam ser contidas. Em 1797, os moradores da Freguesia de Conceição do Jaguari encaminharam um pedido ao Governador de São Paulo para que aquela fosse desmembrada da Vila de Atibaia. (GODOY, *et al*, 1998).

Com isso, as autoridades da Câmara de Atibaia, de acordo com Tristão dos Valles,

elaboraram um relatório descrevendo Bragança:

O Arraial possuía a sua Igrejinha em meio de um largo, cerrado este, á esquerda, por algumas casas, semi-cerrado por outras á direita, com prédio murado atrás. Uma rua se estendia em frente, com casebres lateraes fabricados de taipas de pilão alguns, de madeiras outros. Lá em baixo corriam o ribeirão e o córrego. Nada mais. Não havia luz publica, não havia arte, não havia diversão de terra policiada. Algumas vendolas e lojas, algumas tendas de seleiros, de sapateiros, raros outros pontos de negocios davam aqui e alem uns soldos monotonos de trabalho. E ahí vivia a população em contínuos sobresaltos, recebendo o choque de valentões que a visitavam frequentemente do lado norte, procedente das Geraes. De quando em quando um vozeirão partia de uma esquina, anunciava o começo da desordem. O altecar crescia, reboava, num crescendo a maneira de trovoadas que se aproxima. De repente um estampido reboava na treva, um aí morria, um galope atravessava a rua, com um retinir de esporas; e dentro das casas mãos tremulas de velhinhas fechavam as portas, á luz mortiça dos candieiros, numa prece para afastar os inimigos da sua tranqüilidade [...] - Tristão dos Valles. (CIDADE DE BRAGANÇA, 27/01/1944, n. 4940, p. 6).

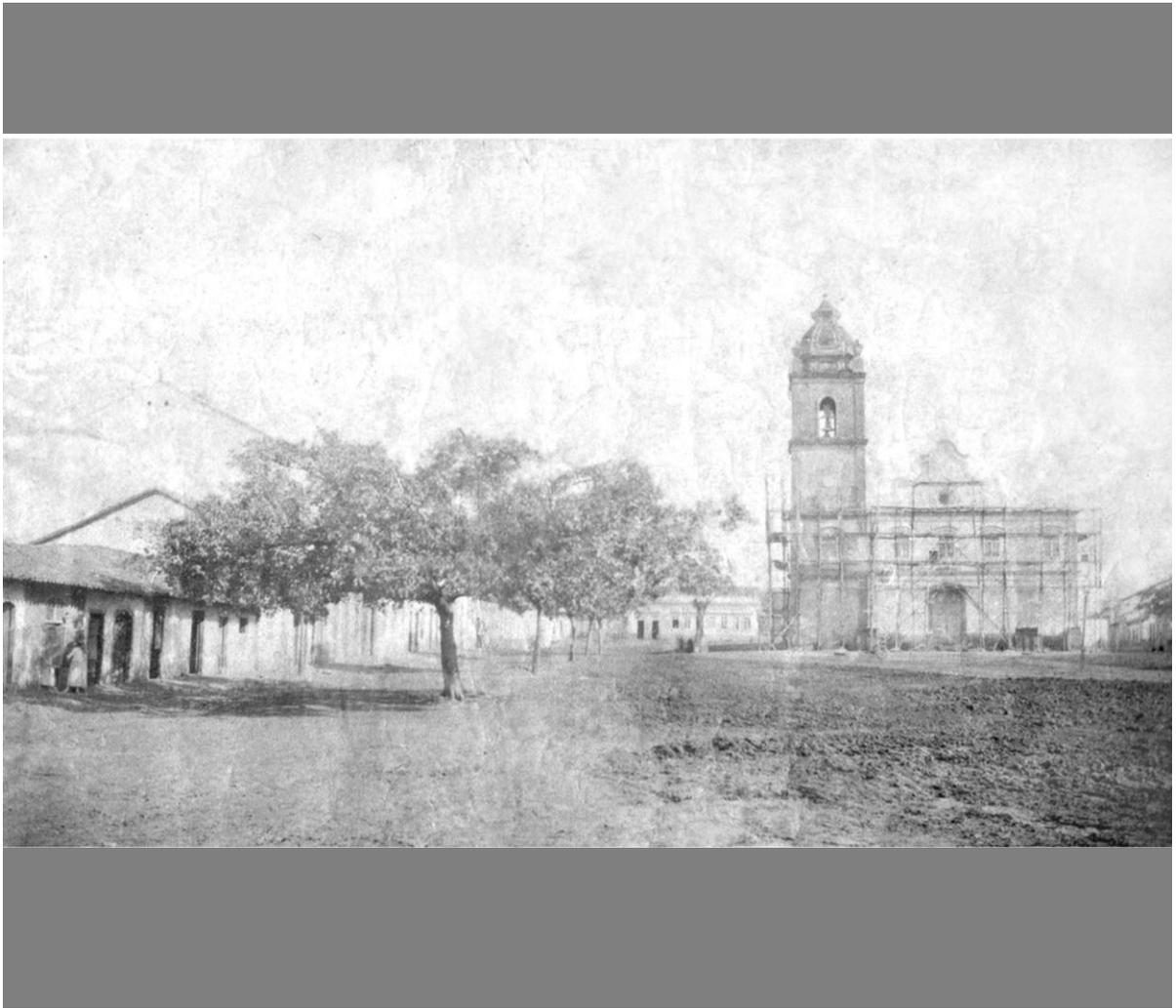


Figura 1 Largo da Matriz - (por volta de 1880).

Fonte: Museu Municipal Oswaldo Russomano.

A escolha do sítio urbano no topo do morro, com a construção da cidade em acrópole, aproximou-se do modelo português seguido nas cidades costeiras, cujo objetivo fundamental era a defesa do território contra a ameaça das outras nações colonialistas. Até a elevação à condição de Vila, em 1797, a evolução do aglomerado deu-se em torno da igreja e seu largo como principal espaço público. A evolução seguinte, com a conquista da autonomia e conseqüente construção dos prédios da Câmara e da cadeia, não implicou o surgimento de um novo pólo espacial e político disputando com o anterior. A localização do prédio da Câmara, atrás da matriz e dependente de sua órbita, representa uma prova física da permanência do poder eclesiástico e da sua capacidade de intervenção na vida da cidade, mesmo nos estágios posteriores da sua história. (GODOY; ZAMANA, 1998).



Figura 2 Possíveis áreas ocupadas no espigão da povoação inicial em 1797.
Fonte: ISHIZU *apud* SILVA, 2012, p. 45.

Analisando o espigão da povoação inicial (figura 2), de acordo com Ishizu,

[...] ele exhibe um platô na cota média de 850 metros, que acolheu o início da povoação, tendo como ponto de referência a Igreja da Matriz em seu centro. A partir de então as curvas de nível tornam-se mais suaves em direção ao norte (lado direito do mapa na figura 6) até encontrar uma área de várzea (a do Lavapés) na cota mínima de 810 metros. Esta área, tanto pela suavidade das curvas de nível, com média de 10% de inclinação, como pela boa insolação que recebe rumo ao norte o espigão, e também pela proteção dos ventos predominantemente sul sobre esta região, e pela proximidade com os ribeirões, acomodou a primeira expansão de crescimento urbano (século XVIII e XIX) a partir do Largo da Matriz. (ISHIZU, 2009, p.47)

Até o início da última década do século XVIII, as atividades produtivas em Bragança estavam voltadas, fundamentalmente, para a subsistência. A maior parte da população era constituída de pequenos proprietários, responsáveis por uma exígua produção agrícola e algumas cabeças de gado. As estradas e caminhos eram poucos e de sofrível acesso, contribuindo para limitar o movimento do comércio de gêneros. O pequeno proprietário e seus filhos conseguiam garantir os seus limitados objetivos de produção, cuidando de todas as etapas, desde o preparo do solo e o plantio até a colheita, sem a utilização do trabalho escravo. (SANTOS; SOUZA, 1998).

Ao lado da pequena propriedade que predominava em Bragança, um pequeno número de médios proprietários ultrapassava o limite da subsistência e produzia um excedente, ainda que em quantidades bem reduzidas, que circulava internamente em forma de mercadoria e dava origem a um fraco comércio de gêneros. Posteriormente, com a expansão da cultura canavieira extensiva para as proximidades da Vila de São Paulo, esse comércio estendeu-se para aquela região e Bragança passou a competir com as vilas ao seu redor no fornecimento de produtos para o abastecimento da Capital. Integrado nessa dinâmica, o crescimento de Bragança foi rápido e acentuado e, em poucos anos, de 1787 a 1803, aumentou a sua população total em mais de 62% (de 2.574 para 8.845). (SANTOS; SOUZA, 1998).

Do final do século XVIII até meados da década de 1830, os principais gêneros produzidos em Bragança e comercializados com a capital paulista eram: milho, farinha de milho, toucinho, feijão, arroz, algodão em rama e aguardente. Havia também uma pequena produção de trigo, açúcar e café para o consumo local. (SANTOS; SOUZA, 1998).

Em 1836, o município contava com 11.618 habitantes, estando entre os municípios mais populosos da Província de São Paulo. A produção do café em escala comercial foi iniciada em Bragança em princípios da década de 1830. Em poucos anos, o município integrou-se na

produção cafeeira para exportação, saltando de 2.400 arrobas, em 1836 para 250.000 arrobas em 1886. Nesse mesmo período, a população salta de 11.618 para 16.214 habitantes. Em 1900, a população atinge 32.904 habitantes. (SANTOS; SOUZA, 1998).

Esse extraordinário crescimento populacional na cidade de Bragança entre 1886 e 1900 está relacionado a um momento de euforia da cultura cafeeira na região. Isso deve ter determinado um deslocamento de populações de outras áreas para este município, acompanhando o deslocamento das plantações de café. (SANTOS; SOUZA, 1998).

A primeira fase da economia cafeeira paulista correspondeu à produção na região do Vale do Paraíba, conhecida como zona norte da província, onde se situam as cidades de Taubaté, Guaratinguetá, São José dos Campos, Mogi das Cruzes, Jacareí, Lorena, entre outras. Ali a cultura extensiva do café ganhou impulso no início da década de 1830, promovendo na região uma prosperidade sem precedentes. Do Vale do Paraíba, as plantações de café se propagaram para o chamado oeste paulista, zona central da província, no qual estão incluídos municípios como Campinas, Bragança, Jundiaí, Itu, Piracicaba, entre outros. A tendência de propagação da cultura cafeeira para o interior do Estado de São Paulo foi mantida nas primeiras décadas do século XX. A produção cafeeira manteve-se, de meados do século XIX até a década de 1930, como o principal setor de acumulação da riqueza produzida em São Paulo. Sob sua égide as cidades cresceram e muitas outras foram formadas e prosperaram. (SANTOS; SOUZA, 1998).

Foi nesse momento, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que ocorreu o imbricamento de diferentes interesses, disputas e conflitos socioculturais em proporção e ritmo assustadores para a população da época. Desse modo,

[...] o espaço urbano é agora concebido como um espaço esquadrihado e higienizado, no sentido de viabilizar um determinado ordenamento à sua ocupação e ao seu uso. Ordenamento que foi fruto de um planejamento assentado em dados estatísticos e sanitários, na tentativa de conter epidemias e revoltas urbanas. Ordenamento que atendia a uma dada prática política destinada a disciplinar o tempo de trabalho, de lazer e de ócio das massas urbanas (BENJAMIN, 1989). É necessário pontuar que tais relações de poder propiciaram a espoliação do “saber fazer” das classes trabalhadoras, legitimando a racionalidade instrumental – onipotente e totalitária – a ponto de produzir a ilusão da impossibilidade de imaginar que tivesse havido outra alternativa ao desenvolvimento técnico, que não aquela centrada no modelo fabril. (BUENO, 2007, p. 44).

Para os contemporâneos não havia como esquivar-se do fascínio e do estranhamento

causados pelo crescimento populacional acelerado e pela industrialização progressiva das grandes cidades, impactada pela busca voraz do novo (BENJAMIN, 1989), pela sensação de aceleração do tempo e encurtamento das distâncias (SANTOS, 2002), pela massiva presença de imigrantes e de ex-escravos perambulando pelas ruas.

Esta politização do dia-a-dia, que transformou o corpo do homem urbano da grande cidade, também ocorreu no corpo do homem do espaço rural e das pequenas cidades do interior do país. Ela ocorreu com ritmo e intensidade variáveis, com singularidades próprias (BUENO, 2008).

A industrialização e a cafeicultura propiciaram riqueza e miséria, forjaram a definição de políticas públicas destinadas à saúde e à educação visando ao progresso e à ordem da nação, mediante a valorização do trabalho como uma virtude humana (FRANCESCHI, *et al*, 2012).

Em 1872, ocorreu na cidade um fato que seria decisivo em sua urbanização pelas décadas subsequentes. Com o acúmulo de capital gerado pelo negócio do café, os grandes fazendeiros da região reuniram-se em um grupo para investir em uma estrada de ferro que chegasse até Bragança, ligando-a com a Capital e, conseqüentemente, com o Porto de Santos. Foi pela lei provincial n 36, de abril de 1872, que o presidente da Província de São Paulo autorizou a construção da Estrada de Ferro Bragantina. (ISHIZU, 2009).

Nas páginas dos periódicos locais, a “marcha do progresso” de Bragança ocupa os editoriais e as primeiras páginas. Eles tendiam a construir uma imagem do município em que o espaço urbano, seus respectivos valores e práticas socioculturais tendiam a se sobrepor ao rural (BUENO, 2007). Em uma edição do jornal O Guaripocaba:

O município de Bragança prospera a olhos vistos; não de um modo irreflectido, precipitado e fictício, mas de um modo seguro, calmo, paciente e constante. Os lavradores, afastando-se da antiga rotina – plantar mantimentos e engordar porcos -, reconhecendo que as excellentes e ferteis terras do município se prestavam com vantagem á cultura do mais importante ramo de nossa lavoura, foram se dedicando à plantação de cafesaes, e hoje muitos lavradores já fazem colheitas importantes, que irão sempre augmentando na rasão das novas plantações feias. Há uma dúzia de annos a esta parte a cultura do café tem tido um desenvolvimento espantoso. A exportação, de pequena que era, triplicou, como a actual triplicará ainda no correr de mais um decenio. Bragança, ha annos, sem nome e sem prestigio real, póde considerar-se como um dos municipios mais prosperos da provincia. E’ prova desta verdade o facto de ser a sua exportação muito superior à importação. Ora, se as rendas excedem as despesas, ou por outra, se entram mais capitaes do que sahem, é claro que o municipio tende a enriquecer. A prosperidade e bem estar de Bragança, porem, não provoca orgulho nem ostentação da parte de seus habitantes, parcos e

sóbrios, mas felizes em sua independencia. Em todos os logares onde as fortunas estão concentradas em poucas mãos, a grande maioria popular vive pobre e endividada. A pequena lavoura, porem, predomina entre nós. Ha poucos fazendeiros abastados; mas em compensação ha muitas fortunas medias, avultado numero de familias arrançadas, e, em geral, a mediana popular e sobria, laboriosa e desempenhada, vivendo na independencia e na abundância. Bragança não deve ás praças commerciaes; o que tem é solido, e de suas economias ainda tem sobras para emprestar aos visinhos. O commercio da cidade é activo e pouco sujeito a eventualidades. Como a maior parte das transacções são feitas á dinheiro, as compras e vendas são realizadas em condições mais favoraveis do que feitas a credito, com augmento consideravel nos lucros, attento o risco, empates e aventura de capitaes. [...] Alem destes bens logo se gosará em Bragança de um outro melhoramento, que mais fará crescer sua prosperidade – a estrada de ferro, o mais poderoso elemento da actividade humana e da vida moderna dos povos. [...] Caminhe Bragança na mesma senda em que vae, com calma e segurança, e os resultados futuros coroarão os esforços dos que actualmente se interessam pelo engrandecimento do logar. (O GUARIPOCABA, 21/08/1879, Ano III, n.124, p.1)

A Estrada de Ferro Bragantina foi finalmente inaugurada em agosto de 1884. Na esteira da ferrovia, outros “melhoramentos” foram chegando a Bragança, o que fez com que a população experimentasse uma rápida transformação e modernização urbana. A “Empreza Telephonica”, por exemplo, foi inaugurada em 1896:

[...] saudando com prazer os emprehendedores, nos congratulamos ao mesmo tempo com todos os nossos conterraneos pela data – 17 de junho -, que registra o iniccio do funcionamento dos telephones, que são mais um elemento de progresso e civilização para esta cidade. (CIDADE DE BRAGANÇA, 21/06/1896, n.67, p.1)

No Almanack de Bragança para 1900, há um artigo intitulado “Bragança Moderna”, enumerando alguns desses “emprendimentos modernos” obtidos por Bragança:

É visível o progresso desta cidade. Felizmente tudo concorre para o seu adiantamento. A lavoura é desempenhada, o commercio sem grandes compromissos, a industria, posto que insipiente, animada; além disso o seu clima ameno e salubre contribúe para que seja procurada como ponto de residencia, fazendo-se assim boas aquisições de pessoal, elemento preponderante de engrandecimento, civilização e progresso. A cidade pôde conter 10 mil almas; o município de 30 mil para cima. É de aspecto alegre; as ruas direitas e limpas, extendem-se pelo dorso do espigão. Ha edificios magnificos, de architettura moderna. Entre muitos salientam-se o theatro Carlos Gomes, a Cadeia Nova, a Santa Casa de Misericordia, a Matriz, etc [...] A população já tem agua encanada; a Camara Municipal está actualmente empenhada em dotar a cidade com a luz electrica e rede de exgottos. Realizados estes dois grandes

melhoramentos, Bragança collocar-se-á entre as cidades de primeira ordem do Estado de São Paulo. e talvez muito superior a muitas capitães de estados da Republica. Muito já se tem feito; porém, ainda ha muito que fazer. Com bõa vontade da nossa Camara Municipal, e auxilio da população, risonho futuro esta reservado a esta prospera cidade (Almanack de Bragança para 1900, p. 186-187).

Porém, corroborando a sensação ambivalente experimentada pelas pessoas na modernidade – fascínio e o medo -, os jornais ao mesmo tempo em que trazem um elogio a um dirigente político pela instalação de algum melhoramento na cidade, trazem também, normalmente no editorial ou na primeira página, a questão das “necessidades municipais”, onde cobram dessas autoridades, municipais ou estaduais, melhorias em relação às estradas da região e ruas da cidade, à limpeza pública, ao combate à criminalidade, aos “gatunos” de Bragança, discutem sobre a necessidade da construção de um hospital de isolamento para “mórficos”, sobre alargamento de ruas, sobre o atraso dos trens da EFB (Estrada de Ferro Bragantina), sobre o que seria melhor para Bragança – iluminação a gás ou à eletricidade, sobre a empresa de bondes, entre outras.

Em um desses pedidos:

Bragança, 9 de Setembro de 1877 - Se ha males que carecem de curativos, um delles é pôr um obstaculo á continua communição de mórficos com o povo desta cidade. E' bem triste e repugnante o spectaculo que representa em os domingos e dias sanctos um grande numero d'elles, vagando pelas ruas, pedindo o abolo da caridade [...] Alguns desses infelizes moram frequentemente dentro da cidade, lavam sua roupa nas aguadas communs, respiram o mesmo ar com seus visinhos, relacionam-se com pessoas incautas e quiçá, na obscuridão da noite, quantos erros, quantos enganos ou logros [...] E' uma verdade incontestavel que Bragança necessita de muitos melhoramentos e que precisa attender a muitas necessidades [...] Uma casa para recolher os mórficos não será um edificio de luxo [...] uma casa simples e modesta [...] é quanto basta (O GUARIPOCABA, 09/09/1877, ano I, n.13, p.1)

Interessante observar que, já em 1878, a questão da instrução também é tema presente nas reivindicações por “melhoramentos”. Ela está incluída nas “despesas de primeira grandeza”, como a notícia do Guaripocaba destaca:

[...] O povo quer ver beneficios reaes, elle não comprehende o mytho governamental, que absorve somas consideraveis. Se a nova situação se propõe a economias, ella realçará essa virtude com despezas de 1.^a cathegoria – viação e instrucção. Nós, porem, encerrados no casulo da imparcialidade queremos ver para crêr; porque embora tenhamos confiança na mutação como promessa de prosperidade, ainda não a temos como realidade; e esta será vã e insidiosa, se trazer ao paiz somente reformas em prol dos agentes de quaesquer dos poderes

do estado sem ter em principal mira o bem do povo, que hoje modestamente pede estradas, instrucção e substituição ao braço escravo.
(O GUARIPOCABA, 19/05/1878, n. 49, p.1)

Um aspecto importante que era levado em consideração para o atendimento desses pedidos e para a instalação de futuros estabelecimentos era a questão do sentido do curso da água dos ribeirões e dos córregos (a água do Ribeirão Lavapés corre no sentido do sul para o norte), além da direção do vento. Como o vento que chega à cidade vem do sul rumo ao norte, houve um rol de atividades, como matadouros, hospitais, cemitérios, fábricas, que não podiam ser instaladas na região sul de Bragança, pois despejariam esgotos e causariam odores desagradáveis ao núcleo urbano que estava localizado ao centro deste espigão. Isto propiciou a valorização da terra e o tipo de uso do solo em cada região. (ISHIZU, 2009).

Esta questão dos ventos foi observada na mudança do cemitério para o “extremo norte” da cidade.

[...] A mudança do actual cemiterio è uma necessidade reclamada, menos para melhorar as nossas condições hygienicas, o que já não é de pouca monta, do que para attender á conveniencia de remover embaraços á dilatação da cidade, que de dia a dia se vae povoando cada vez mais, e precisará em proximo futuro espaço para estender-se, sendo a area actualmente ocupada pelo cemitério uma das mais apropriadas para construcções [...] na elevada collina em que assenta a cidade, as agoas pluviaes em seu curso natural não deixará de trazer para as ruas fragmentos de cadaveres decompostos e attritos ou particulas osseas; a segunda, e igualmente importante, consiste em livrar a cidade dos miasmas que o vento sul, o que aqui reina com mais frequencia, póde transportar em sua passagem. Transferindo o cemiterio para o extremo nórte desaparecem os os apontados inconvenientes; [...] (O GUARIPOCABA, 15/04/1883, ano VI, n. 353, p.1).

Assim como na localização “estratégica” do hospital de isolamento de morféticos, como atesta esta notícia.

Acham-se finalmente inaugurados os trabalhos de construcção do hospital de morpheticos e lazareto para variolosos [...] Mui difficil, senão impossivel , seria encontrar um local que satisfizesse a todas as condições hygienicas aconselhadas pelas sciencia, sem prejuizo das servidões publicas e particulares e sem perturbar os habitantes de Bragança no goso de seus commodos. O logar escolhido, se não satisfaz a todas as condições, é, no entanto, o que reúne maior numero de circunstancias favoráveis. [...] Ficar a distancia conveniente da cidade, mas não longe; [...] ficam os variolosos em logar completamente izolado e a cidade resguardada dos ventos d’aquelle lado por causa da pequena elevação, alem do matadouro, que desvia a sua corrente. [...] Vae, pois, esta cidade ser dotada com um melhoramento importante, qual o de afastar do centro de nossa população o espectaculo repugnante dos morpheticos esmolando pelas ruas, com grave

perigo de contágio , e acautelar da variola esta nossa cidade, mais sujeita a ser invadida por essa terrível epidemia quando a linha férrea a ligue á capital e centros populosos. O povo assitio jubiloso, em o domingo passado, a essa festa do progresso[...] agora vemos iniciado um empreendimento que aos posteros atestará os sentimentos humanitarios de quem justamente sabe comprehender a maxima das virtudes sociaes – a caridade. [...] O Guaripocaba , abraçado á causa do progresso e do povo, por esse facto se congratula com a população bragantina. (O GUARIPOCABA, 07/09/1879, ano III, n. 129, p.1).

Este aspecto da direção dos ventos e das águas para a localização dos estabelecimentos foi decisivo para começar a delinear as áreas urbanas mais e menos valorizadas em Bragança.

Dessa maneira, como observa Lemos,

Não há cidade antiga que não tenha tido a sua “rua da palha” [...] De uma maneira genérica [...] podemos agrupar as ruas de nossas velhas cidades, já no século XIX, em zonas formando anéis concêntricos segundo a natureza dos seus habitantes: no centro, tendo como fulcro a igreja matriz e seu pátio, habitavam os altos funcionários, o “coronel” chefe político, os comerciantes ricos, em cima de suas lojas, em sobrados simbolizando o status social, os latifundiários que dividiam seus dias entre as terras e a cidade. Enfim, no miolo sempre morou a classe dominante. O anel que envolvia esse núcleo central era destinado à classe média, aos profissionais liberais, aos pequenos fazendeiros, aos funcionários de médio escalão. E muitas casas vagas, habitadas somente nos dias de festa. O anel de fora englobava o resto da sociedade urbana: o pessoal pobre dos trabalhos manuais. Era a ante-sala da roça. Ali se localizavam os ferreiros das ferraduras, das ferramentas, os seleiros, os fabricantes de carros, de carroças, os lenheiros, os negociantes de secos e molhados, quase sempre atacadistas que operavam com os pequenos sitiantes na base de troca [...] Nesse anel envoltório, com seus pontos focais nas embocaduras das estradas, “as saídas” da cidade, estavam concentradas as casas populares de porta e janela. (LE MOS *apud* ISHIZU, 2009. p.65-66)

Seguindo essa linha, as duas regiões principais de várzea, Taboão (sul) e Lavapés (norte), destinavam-se para serviços e negócios da cidade, como o abastecimento e distribuição de produtos agrícolas. (ISHIZU, 2009).

Esta distribuição de áreas mais valorizadas e de áreas menos valorizadas na ocupação da trama urbana sofre influência da cobrança dos impostos prediais também. Segundo o Código de posturas Municipal de 1909, do Largo 13 de Maio até o Largo do Rosário (Rua Cel. Osório, Rua Direita, Rua do Comércio e Largo da Matriz e Municipal), o imposto era de 3\$000 para cada metro linear de terreno fechado com muro ou gradis. Do Largo do Rosário até o Lavapés (com a continuação da Rua do Comércio na altura do Largo do Rosário e Rua Barão de Juquery) o imposto por metro linear era de 1/3 do valor acima referido. (ISHIZU, 2009).

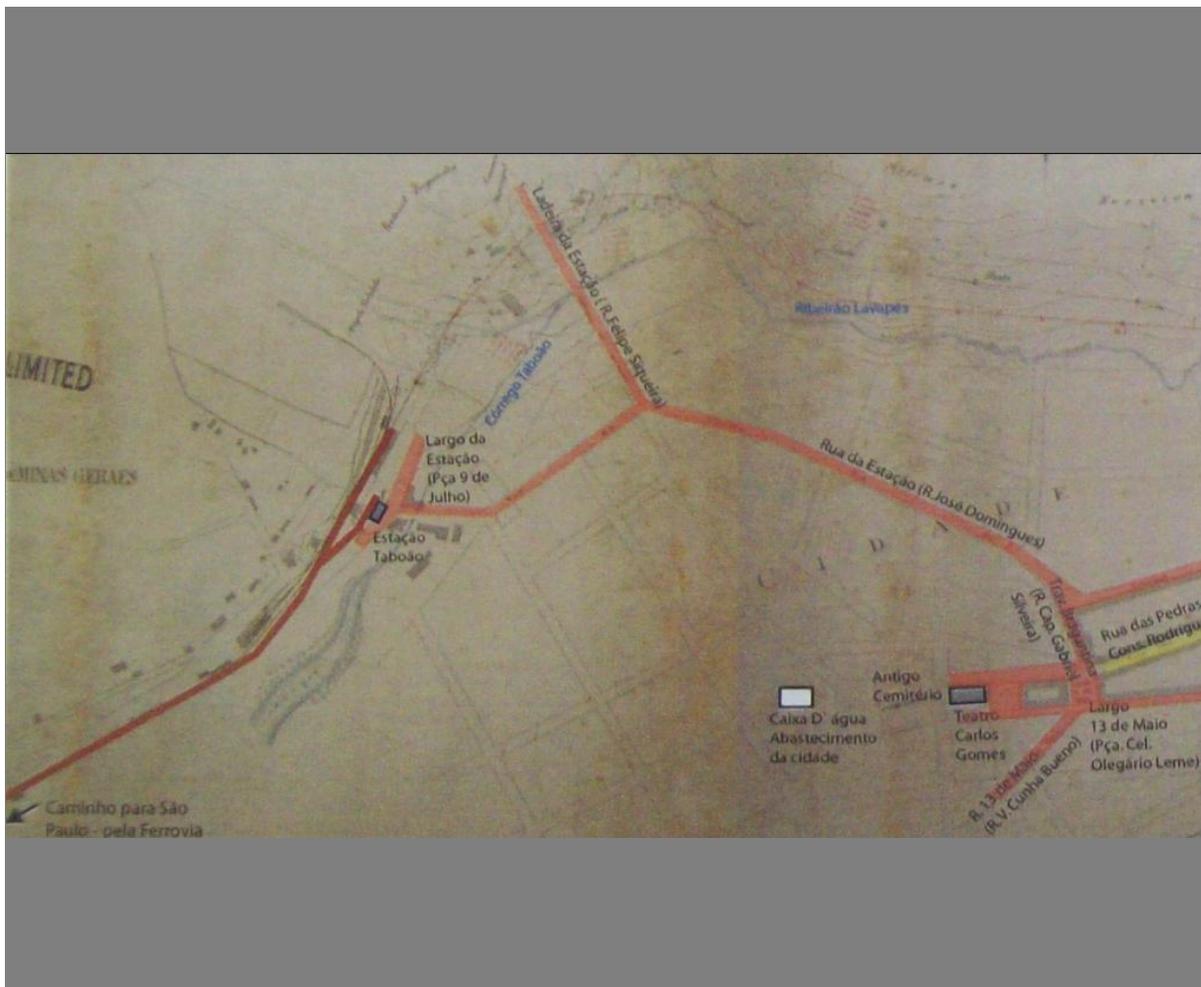


Figura 3 Área Sul de Bragança (Largo da Estação), em 1905. As ruas e Largos (em destaque no mapa) com as denominações da época e atuais. Destaque para a linha da Ferrovia (em vermelho, à esquerda) e para a distância da Estação em relação ao Centro Urbano (início à direita no mapa).
Fonte: ISHIZU, 2009, p.59.

Com isso, como pontua Ishizu (2009), os melhoramentos não abrangeram Bragança inteira. A maior parte da cidade (as áreas norte e sul) continuou sem recebê-los. O local onde eles foram implantados (diga-se a área central) privilegiou certa faixa de população, a elitizada, o que trouxe, como consequência, uma valorização ainda maior de seus bens e do local onde eles se situavam, em detrimento das demais áreas da cidade. Foi assim que o platô, sobre o espigão onde Bragança está assentada, recebeu grandes melhoramentos urbanísticos, desde os fins do século XIX, e se valorizou em relação às demais áreas da cidade. (ISHIZU, 2009).

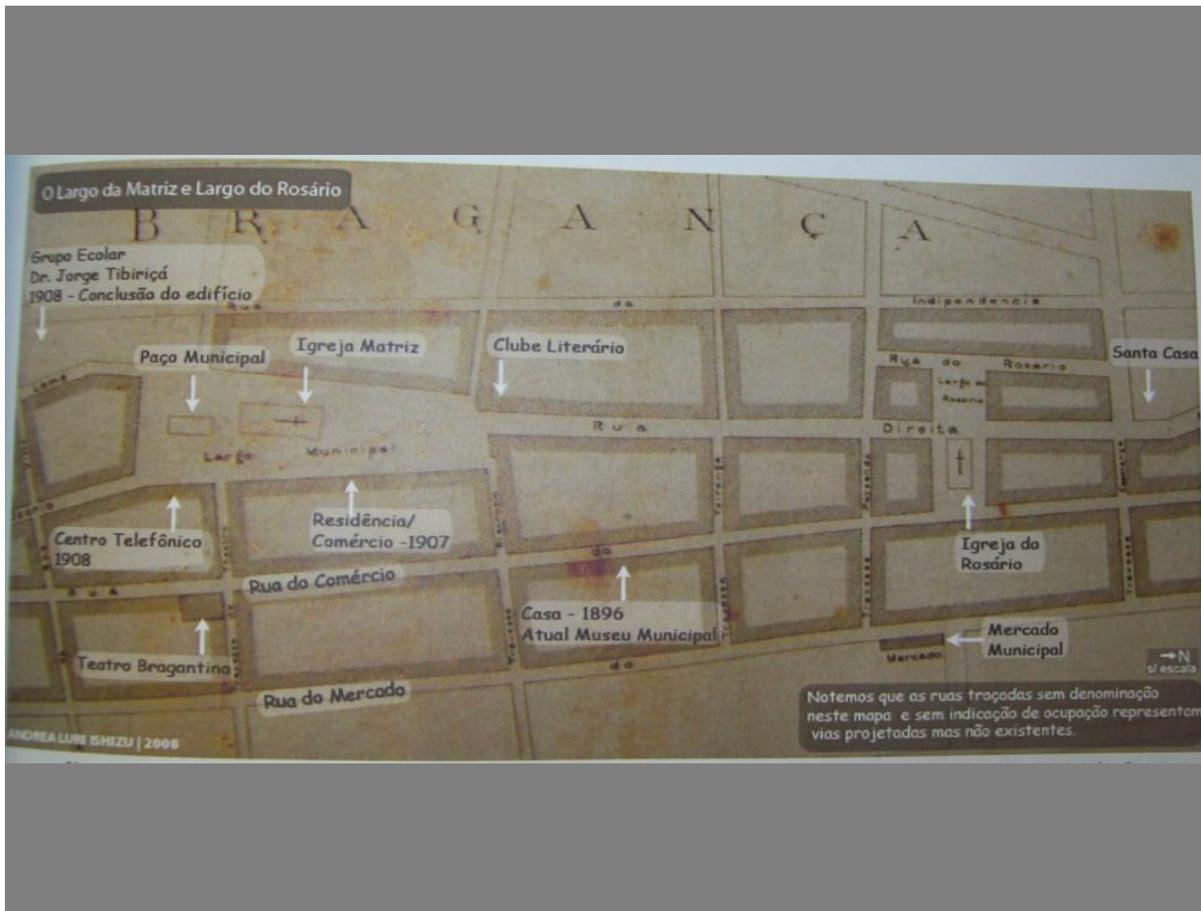


Figura 6 Principais edificações na área central em 1909. Destaque para a Localização do edifício do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá (alto, à esquerda). Observe a proximidade com a Igreja Matriz.
Fonte: ISHIZU, 2009, p.94.

3.2 As elites políticas bragantinas (1889-1909)

Os cafeicultores bragantinos, nesse novo contexto, passaram a conduzir a política e a administração da cidade. Esse fator pode ser percebido nas linhas do quadro abaixo, na qual constam os Presidentes eleitos da Câmara entre 1890 e 1910 (SILVA, 2012) .

QUADRO: Presidentes eleitos da Câmara entre 1890 e 1910

Período de exercício do poder	Presidentes eleitos da Câmara	Profissões dos presidentes
1890-1891	Manoel Jacintho de Moraes e Silva	Fazendeiro
1891-1892	Satyro Zotico	Fazendeiro
1892-1896	Jacintho Osorio de Locio e Silva	Fazendeiro
1896-1896	Manoel Chrisostomo de Almeida	Fazendeiro
1896-1899	Affonso Olegario Ferreira Pinto	Fazendeiro
1899-1901	Jacintho Osorio de Locio e Silva	Fazendeiro
1902-1904	Vicente Guilherme	Advogado
1905-1907	Antonio Felix D'Araujo Cintra	Fazendeiro
1908-1910	Francisco Ant. Pereiro Paião Silveira	Sem registro

Fonte: ISHIZU *apud* SILVA, 2012, p.58.

Fica evidente a presença dos fazendeiros no exercício do poder. Eles ocupavam os principais cargos administrativos e, assim, elaboravam os códigos de postura, que regulamentavam os modos de viver da população da cidade, atendendo diretamente aos seus interesses.

Não se pode esquecer, porém, uma das especificidades do processo de modernização no Brasil, isto é, sua dimensão conservadora. O novo nem sempre significou a eliminação do velho; freqüentemente representou uma das possibilidades de sua permanência. O caráter muitas vezes autocrático do exercício do poder não foi eliminado com a República, porque essa foi uma República que incorporou a lógica dos privilégios dos homens bons. (GODOY; ZAMANA, 1998).

Com isso,

O poder sobre a cidade desdobra-se na construção de uma cidade coerente com a lógica do poder. É nesse sentido que a cidade e seu entorno rural reflete, reproduz e condiciona a natureza das suas elites, seus projetos e visões de mundo e sua estrutura econômica. Qual era a cidade que emanava dos regulamentos? A cidade real não era, com certeza, uma reprodução desse projeto, mas sua análise tem importância na medida em que esse era o horizonte e porque esclarece os móveis presentes na atuação dos principais da terra. O ideal de progresso e de modernidade está insistentemente presente no conjunto dos testemunhos produzidos na virada do século em Bragança. Um elenco de conceitos serviu para as elites locais reconstruírem e explicarem as transformações que ocorriam à sua volta: progresso, civilização, trabalho, república, café, ferrovia, eletricidade, ordem, disciplina. Os documentos oficiais articulam esse conjunto de modo a criar uma imagem de si mesmos como agentes da modernidade. A sociedade também produz seus porta-vozes. [...] A cidade transforma-se nesse período, adapta-se às necessidades de reprodução do capital cafeeiro e da permanência dos esquemas tradicionais do exercício do poder. Mudanças e permanências, modernidade e arcaísmos, articulam-se na trama histórica do novo momento que surge para a história de toda a província de São Paulo. Bragança, segundo essa visão, torna-se um reflexo das iniciativas progressistas. (GODOY; ZAMANA, 1998, p.111-112)

Porém, apesar de concordarem quanto à modernização de Bragança e à moralidade a ser trazida com os códigos de postura, os republicanos bragantinos não eram coesos quanto à política nacional. As diferenças quanto ao rumo político do país acabou por promover em Bragança (a exemplo das tensões que ocorreram em São Paulo) uma cisão no partido republicano. Enquanto havia parte do partido republicano que apoiava a Glicério²¹, havia a força política de Teóphilo Leme, que era Salista²². Essa cisão ficou de tal forma incontornável que, no dia 7 de outubro de 1897, toda a diretoria do partido republicano renunciou ao comando do mesmo. Nessa reunião decidiu-se tornar o *Club* não mais de cunho político, mas sim cultural, mudando o nome dele para Club Literário e Recreativo de Bragança. Algumas semanas depois, o presidente do extinto *Club Republicano*, coronel Teóphilo Leme, se retira para sua fazenda. (MEDEIROS, 2013).

Reflexos dessa disputa puderam ser observados, também, no campo educacional em Bragança. Alguns embates acerca do Grupo Escolar ocorreram entre esses grupos políticos dominantes e foram retratados na imprensa, tendo o maior destaque aquele referente à escolha do nome do primeiro Grupo Escolar da cidade. A primeira sugestão de nome data de 1896,

²¹ Francisco Glicério, líder do PRF (Partido Republicano Federal), deputado federal de 1891 a 1899 e senador da República de 1902 a 1916.

²² Campos Sales, figura política importante do PRP (Partido Republicano Paulista). Foi o segundo presidente do estado de São Paulo, de 1896 a 1897 e o quarto presidente da República, entre 1898 e 1902.

NOTAS LIGEIRAS - E' costume cada localidade dar à esta casa de instrucção o nome de um homem que, por seus serviços prestados em proveito da communhão social, tornou-se credor da gratidão publica. Uma bella homenagem prestada áquelles que trabalharam em beneficio do povo [...] Em minha opinião esse nome deveria ser o de um cidadão distincto que pelo muito fez que fez em favor da instrucção em Bragança, bem merece que seu nome seja perpetuado em um momento que vai attestar ás gerações vindouras que nós soubemos render merecido preito a quem tanto bem fez á instrucção e educação da infancia [...] Pelo meu voto chamar-se-á Grupo Escholar José Guilherme o grupo Escholar de Bragança. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/08/1896, n.79, p.1)

De acordo com o Almanack de Bragança para 1900 (p.65), em um texto assinado pelo Padre Figueiredo Caramuru, José Guilherme nasceu em Bragança, em 1837 e tornou-se “professor emérito em diversos idiomas”. Em 1873 fundou o “Collegio Bragantino” que, segundo o Almanack “foi de suma elevação intelectual”. Já no ano de 1877, junto com Manoel de Almeida Carneiro, fundou o jornal o Guaripocaba, que teve “cerca de doze anos de lutas gloriosas” e foi um dos fundadores do “Club Litterario Bragantino”. Em 16 de novembro de 1896, quase um ano antes da instalação do Grupo Escolar em Bragança, faleceu na cidade de São Paulo.

Interessante observar, porém, que durante os fins de 1897 e meados de 1906, nos periódicos locais somente encontramos referências a este estabelecimento como o Grupo Escolar da cidade. A primeira vez que nos deparamos com um nome específico, foi em Abril de 1906, onde uma pequena nota destacava que, “segundo diz a Platea, de hontem, foi dada a denominação de Jorge Tibiriçá ao grupo escolar desta cidade” (A NOTÍCIA, 25/04/1906, ano I, n.53, p.2). Observamos que na nota o nome simplesmente foi “dado”, não dizendo quem o indicou ou fez tal nomeação. Encontramos no “Anuario do Ensino do Estado de São Paulo” de 1907 (p.185) a seguinte informação: “A denominação deste Grupo [...] foi-lhe dada a 25 de abril de 1906, por proposta do respectivo pessoal docente”. Sabemos, contudo, que um desfile dos alunos pelas ruas da cidade ocorreu no dia 03 de maio em homenagem a tal nomeação.

Porém, a discordância sobre o nome, agora oficializado, continuava. Neste sentido, destacamos uma outra notícia:

Lembrando e notando - Ao saber que é resolução assente dar ao nosso grupo escolar o nome de dr. Jorge Tibiriçá, fiquei profundamente contristado. Não porque os merecimentos do dr. Tibiriçá sejam insufficientes, a ponto de não poder honrar com o seu nome um estabelecimento publico; longe de mim tal pensamento, mas paira em meu espirito, como uma mosca importuna, a idéa de

que se sua exe. não fosse presidente do Estado, o seu nome, pelo menos aqui, estaria de ha muito no numero dos esquecidos. Uso de semelhante franqueza sem o minimo espírito de opposição [...] Mas que fez o dr. Tibiriçá por Bragança, para que se dê ao nosso grupo o seu nome? [...] Ha tempos já foi lembrado e com razão, para o grupo escolar, o nome de José Guilherme, o apóstolo da instrucção que com toda a solicitude dedicou-se ao ensinamento da mocidade bragantina [...] entretanto, os filhos de Bragança, que de visu observaram as suas acções, esqueceram-se d'elle, apontando outros nomes. Si isto não é ingratição não sei o que será! Consta que pretendem dotar Bragança com dois grupos escolares, e que então um d'elles trará o nome de José Guilherme, o que equivale a dizer que quem vive de esperanças desesperado morre [...] (A NOTÍCIA, 05/05/1906, ano II, n.56, p.1)

Para Medeiros,

[...] dentro do Grupo Escolar de Bragança havia um núcleo coeso de salistas que, ao receberem a incumbência de definir o nome do grupo escolar, escolheram aquele que representava o anseio político desse grupo – Jorge Tibiriçá. A questão não era em relação a José Guilherme (há alguns anos já falecido; inclusive uma das professoras nesse período era sobrinha dele) ou o fato de Tibiriçá ter levantado a verba para a construção do prédio do grupo escolar. A questão era a defesa de uma bandeira política no símbolo republicano há anos defendido por uma parte do partido político bragantino – a guerra de símbolos deflagrada pela escolha do nome do grupo escolar era em relação a quem, no âmbito nacional, defenderia os anseios de uma parte dos liberais republicanos bragantinos, que ideias e visões de mundo seriam preconizadas. (MEDEIROS, 2013, p.72)

Desse modo, podemos chegar à hipótese de que, nesse momento, o grupo situacionista (salistas) estava à frente dos oposicionistas (glyceristas) nas relações de influência política entre a cidade de Bragança e o governo de São Paulo. Este fato, como veremos mais adiante, pode ter impactado, de maneira decisiva, na implantação do segundo Grupo Escolar de Bragança.

Encerrando esse primeiro movimento de discussão do momento político bragantino, podemos resumi-lo dizendo que,

[...] durante o período republicano, a liderança e o controle político da cidade estiveram nas mãos quase que exclusivamente dos Lemes, proprietários rurais e produtores de café em Bragança. Fato que representa uma continuidade em relação ao período imperial. Durante o século XIX, o comando do Partido Conservador esteve nas mãos de Luiz Manoel da Silva Leme, mais conhecido como Coronel Luiz Leme, fazendeiro e produtor de café. O Partido Liberal era chefiado pelo irmão mais velho do Cel. Luiz Leme: o também Coronel da Guarda Nacional Jacintho Osório de Lócio e Silva [...]. (GODOY; ZAMANA, 1998, p.99).

3.3 O primeiro ato: a cidade entre 1910 e 1921: disputas políticas e a questão do segundo grupo escolar

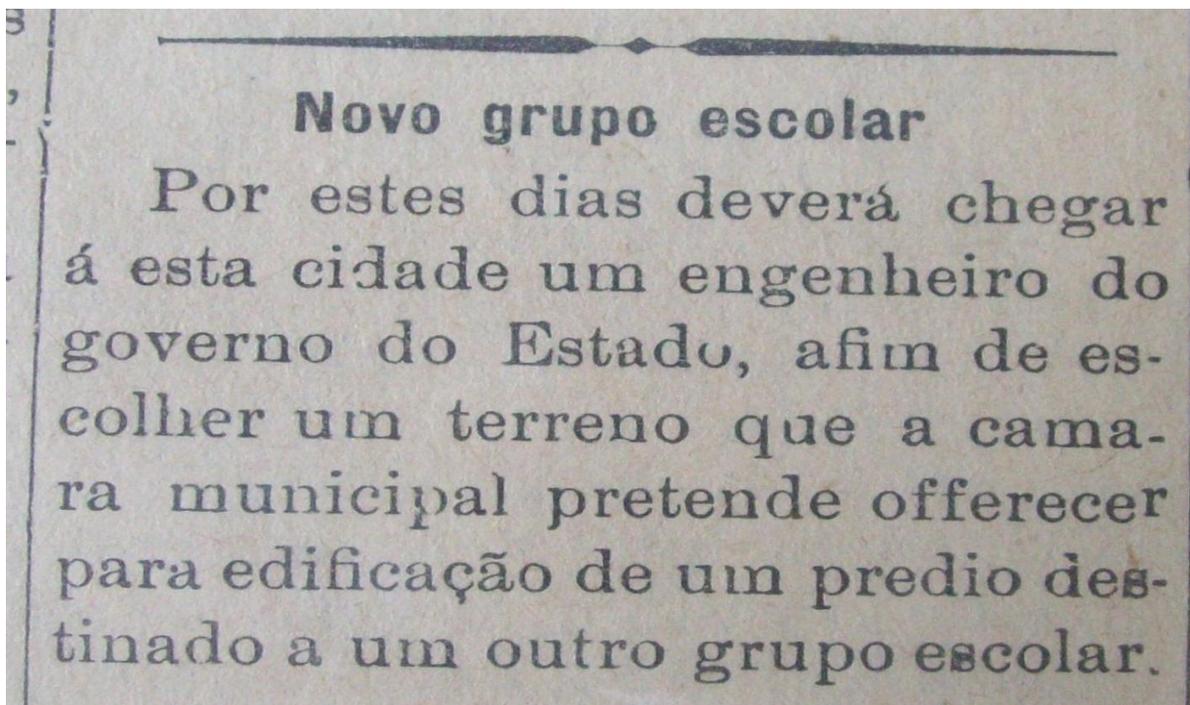


Figura 7 Visita do engenheiro do governo do Estado.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 15/12/1910, n.1565, p.2.

Esta é a primeira das notícias pesquisadas que traz uma informação sobre a intenção tanto da Câmara de Bragança quanto do governo do Estado de se criar o segundo Grupo Escolar de Bragança.

Retomando a questão entre os opositoristas (glyceristas) e situacionistas (salistas), havíamos destacado que na “queda de braço” para a escolha do nome do primeiro Grupo Escolar, em 1906, a situação foi a vencedora. Em 1911, quais resquícios dessa disputa impactavam a política municipal? Cabe iniciar esta análise trazendo a constituição da Câmara Municipal de Bragança em 1906. Entre os anos de 1905 e 1907, o presidente desta era Antonio Félix D’Araújo Cintra (fazendeiro), tendo como vereadores Basílio Ribeiro da Costa, Benedicto Rodrigues Moreira, Felício de Godói Bueno, Fernando Bueno de Paiva, Joaquim Bento da Silveira, Jorge da Silva Fagundes e Juvenal Ferreira de Cerqueira Leite. O alinhamento deles com a política da situação (salista) fica claro quando, na sessão da Câmara de 20/08/1906, o vereador Fernando Bueno de Paiva “indica que se fizesse aquisição de um retrato do dr. Jorge Tibiriçá para o fim de ser oferecido ao grupo escolar desta cidade [...]” (A NOTICIA, 22/08/1906, n. 87, p.1). Entre 1908 e 1913, temos como presidentes da Câmara Francisco Antonio Pereira Paião Silveira, Alfredo Teixeira e Fernando Bueno de Paiva (todos em 1908), Genésio do Amaral e Ladislau

Gonzaga da Silva Leme (entre 1909 e 1910), João Alves de Moraes (1911) e Basílio Ribeiro da Costa (1912 e 1913). Entre os vereadores, até o ano de 1910, encontramos nomes que constavam na composição da Câmara entre 1905 e 1907. Podemos citar Basílio Ribeiro da Costa, Fernando Bueno de Paiva e Jorge da Silva Fagundes. Dessa maneira, não podemos afirmar que a influência situacionista (salista) permaneceu por todo esse período, pois, dentre os dez vereadores, menos de um terço era “confirmadamente” da situação.

Importante destacar que em 1910 a cisão deflagrada no PRP bragantino (o “racha” que criou os grupos salista e glycerista), acompanhando a situação política nacional, se amplia ainda mais com a criação do diretório bragantino do Partido Republicano Conservador (PRC)²³, partido do presidente Hermes da Fonseca²⁴. Assim, nesse momento temos o diretório do PRP como situação e o do PRC como a oposição (também chamada de hermista). Porém, foi a partir de 1911 que as disputas entre os dois diretórios se acirram e acusações são trocadas via periódicos locais. O jornal “Cidade de Bragança” traz a “voz” da situação (PRP), enquanto “A Comarca” defende a oposição (PRC). Em um desses embates, o periódico Cidade de Bragança traz um artigo intitulado “Oposição política local”:

Oposição política local – a muito força o partidarismo extremado do grupo oposicionista de Bragança. Convocou-se para domingo ultimo uma reunião em que deviam ser discutidos assumptos de magna importância para essa agremiação. Tal reunião, porem, não deu os resultados desejados e redundou numa exhibição de boletins espalhafatosos. Seria deprimente, sinão fosse irrisório, o espectáculo dessa ancia desatinada de empolgar, não importa como, as posições dos olygarchas tão cobiçadas. [...] Onde está pois a moral republicana tão pregada e com tamanho estardalhaço alardeada pela gente da opposição? Será moral republicana darem-se indebitamente patentes falsas para atirar poeira aos olhos dos incautos? Será moral republicana esticar escandalosamente até 220 a columna thermometrica do partido, que não ascendeu a 60 ou 70? Que pretendem? Que esperam? Que torva hallucinação é essa? [...] Para que a cohesão pareça verdadeira e a importancia do partido real,

²³ Partido Republicano Conservador (PRC) foi criado em outubro de 1910 com o objetivo de representar os ideais republicanos e oligárquicos das elites agrárias de estados descontentes com a política do café-com-leite que detinha o poder federal nas mãos dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Seus principais representantes foram o senador pelo Rio Grande do Sul José Gomes Pinheiro Machado e o marechal Hermes da Fonseca, eleito presidente da República de 1910 a 1914.

²⁴ A candidatura vitoriosa do marechal Hermes da Fonseca nas eleições presidenciais, ocorreu com o rompimento das relações de barganha e dominação política firmadas entre os dois mais importantes Estados da federação, São Paulo e Minas Gerais. As oligarquias paulistas e mineiras não chegaram a um acordo com relação a escolha de um candidato para sucessão do presidente Nilo Peçanha. Então, São Paulo aliou-se à Bahia apoiando a candidatura de Rui Barbosa, enquanto Minas Gerais aliou-se ao Rio Grande do Sul apoiando a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, que venceu a disputa eleitoral. (CANCIAN, 2006).

andam agora os hermistas a cavar para a acta da reunião, assignaturas de gente que nem pensou em lá ir. [...] E como nós, a junta de S. Paulo não se deixará embahir pela parolagem torrencial e pela miraculosa arithmetica do nosso ineffavel P.R.C. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 23/02/1911, n.1585, p.1)

Agora são os hermistas, do Partido Republicano Conservador de Bragança, o alvo dos situacionistas (membros do PRP). Acusados de forjarem patentes para os seus membros e de aumentarem o número de sócios em prol de um “partidarismo extremado”, este grupo (hermistas) inicia uma campanha de fortalecimento apoiada na eleição de Hermes da Fonseca (1910) para a presidência da República contra o candidato do P.R.P. Rui Barbosa. Com isso, em nível estadual os hermistas eram oposição (contra o então presidente do Estado, Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, do PRP), mas em nível federal eram situação. Assim, procuravam atacar a Câmara Municipal de Bragança e o governo do Estado de São Paulo. Em um desses momentos, através do “A Comarca”, mencionaram que Bragança “estacionou” em relação ao progresso da cidade. Em resposta, o “Cidade de Bragança”, traz uma notícia defendendo o município.

Bragança não estaciona – A Comarca, em seu numero de hontem, traz dois artigos sobre o assumpto do estacionamento de Bragança. [...] Quanto ao decrescimento do valor locativo e acquisitorio dos predios e terrenos, isso obedece a uma crise commercial, pela qual passam não só o nosso municipio como outros do paiz. [...] A Comarca [...] disse que Bragança estaciona, o que quer dizer que não progride, está em decadência, está exhalando o ultimo suspiro, está morta enfim. Para remediar o mal, indica a industria, isto é, a installação de fabricas ou organisação de emprezas industriaes, único factor que na actualidade pode concorrer para o progresso e desenvolvimento da cidade. [...] Já demonstrei ha dias que Bragança não estaciona, attendendo-se aos numerosos melhoramentos realizados dentro de tão curto espaço de tempo. [...] Agora mesmo já se cogita da construcção de um edificio para o segundo grupo escolar [...] Permittam-me que eu diga mais uma vez: Bragança não estaciona! [...] – Justus. (CIDADE DE BRAGANÇA, 09/03/1911, n.1590, p.1)

Em outra, o mesmo jornal afirma que Bragança não está em decadência.

Teimosia – [...] A gritaria da decadencia tem por movel a politica. [...] Está claro que tudo não se póde fazer em um dia, nem a camara poderá arcar-se com tantos serviços de uma só vez, por muito que os srs. Vereadores queiram. [...] Nos é muito prejudicial o inventar-se por ahi que Bragança está em decadencia e se despovoa.[...] Que tolice! Que ingenuidade! [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 06/07/1911, n.1622, p.1)

Contudo, a disputa não se restringia somente a acusações de ambas as partes pelos periódicos. O ápice dessa disputa se deu com as greves dos colonos de Bragança em 1911. Em

uma série de notícias descrevendo esse movimento, o Cidade de Bragança aponta para uma provável motivação política que tenha mobilizado tais colonos²⁵.

Gréve de colonos – Conforme estamos informados, reina grande indignação entre os fazendeiros deste município, contra o pessimo procedimento de uma associação que, sob o falso titulo de Liga Operaria e com os bafejos de alguns dos principaes directores da opposição política desta localidade, tem installada a sua sede á rua do Commercio n.99. É claro que, constando que essa Liga Operaria tem os bafejos de alguns chefes políticos opposicionistas, os seus fins não visam o bem estar e os interesse do operariado, mas sim, a custa deste prejudicar a lavoura, alarmar a sociedade, desprestigiar os chefes politicos da situação, arredar das fazendas, sómente das que são proprietarios lavradores pertencentes ao partido civilista, os colonos innocentes e que tudo ignoram, procurando desse modo chamar a sympathia dos operários para fins eleitoraes e outros occultos. [...] Mais tarde deu-se uma greve de colonos na fazenda do sr. Albano da Silva Leme, situada no bairro da ponte alta. Foi então censurada a uma das pessoas da Liga essa gréve e ahi é que souberam os chefes que o sr. Albano da Silva Leme era mesmo parente da familia Leme, o alvo da perseguição, porém, era cunhado do sr. Arsenio Martins Ferreira, pertencente á facção hermista. Foi um engano, portanto, e assim trataram de acalmar os grevistas, aconselhando para não continuar a greve. [...] A gréve seria sympathica si fosse ella lembrada pelos próprios colonos, com fins uteis para beneficial-os e representadas por commissionados que com sensatez prpuzessem e aceitassem accordos justos; mas tal não se dá [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 13/07/1911, n.1624, p.1)

Em mais uma dessas notícias, temos a informação da chegada da força policial à cidade para assegurar o direito de trabalhar aos colonos.

Providencias da policia – Conforme noticamos em numero passado, chegou á esta cidade, pelo trem da manhã de quinta-feira, uma força de 30 praças, um sargento e um cabo [...] Essa força chegára á requisição do dr. delegado de policia, para o fim de garantir a liberdade de trabalho e evitar qualquer alteração da ordem, visto achar-se em greve elevado numero de colonos italianos, hespanhoes e brasileiros que trabalham nas fazendas dos srs. Tenente Coronel Affonso Ferreira, capitães Luiz Leme Ferreira, tent. Cel. Norberto Barbosa e tenente Felipe Rodrigues de Siqueira e das exmas. sras. d.d. Maria Cintra Ferreira e Angela Dell’Anese.[...]

Notas Avulsas – Em fazendas de lavradores hermistas não nos consta até agora ter havido gréve. (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/07/1911, n.1625, p.1)

Interessante observar que, segundo o jornal, não houve greve em fazendas “hermistas”, o que pode reforçar a hipótese da motivação política desta greve. Finalmente, no dia 19 de julho de

²⁵ Tivemos aqui a preocupação de não assumir o ponto de vista do Cidade de Bragança. Por isso, tomamos tais notícias como hipóteses sobre as motivações políticas dessa greve.

1911, a greve termina, como demonstra a notícia no Cidade de Bragança.

Extinção da gréve – ultimas noticias – [...] Depois de varias conferencias, hontem, ao meio dia, reuniram-se na sala contigua á esta redacção, onde se achavam os sócios do Club dos Lavradores, e depois de bem discutidos todos os assumptos relativamente ás reclamações dos colonos e dos fazendeiros, chegaram a um completo accôrdo, com prazer para ambas as partes. [...] Está, portanto, pelo que se vê, extincta a gréve, que por 20 dias perturbou a paz bragantina [...]. (CIDADE DE BRAGANÇA, 20/07/1911, n.1626, p.2)

Em mais uma notícia, o Cidade de Bragança ressalta que a oposição (hermistas) continua “insultando e ofendendo” os representantes do governo e membros da família bragantina.

Politica ou odio? – Obececados pelo desejo insaciável do mando, dominados pelo odio que corrompe o espirito e embrutece a alma, os adeptos despeitados da opposição local, na doce persuasão de que serão futuros regeneradores da patria e os libertadores de um povo escravizado a tyrannetes, não diminuem a expansão com que no vortice da sua loucura vão manejando a offensa e o insulto, contra os mais dignos representantes do governo do Estado e contra honrados membros da família bragantina. Entendem fazer assim política, e não ha mais reservas a guardar no desenfreamento da paixão dominadora. Tudo e todos elles tem por alvo. [...] Isto será politica? Mas que programma é esse de um partido; que norma é essa desse agrupamento que se diz hermistista, e vae cavando, com o mais desassombrado animo um profundo abysmo a nossos pés? [...] Tudo isso é a política manejada pela opposição, felizmente diminuta nesta terra. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 03/08/1911, n.1630, p.1)

Apesar de serem considerados ainda “poucos”, “diminutos”, um fato importante é demonstrado com essa greve. Os hermistas conseguiram a adesão de colonos de fazendas importantes da região, como a do Tenente Felipe Rodrigues de Siqueira. Esse fato demonstra que havia um aumento na importância desse grupo em Bragança nesse momento. Entretanto, com a passagem do jornal “Cidade de Bragança” para o controle do diretório do Partido Republicano (PRP) local, em 28/09/1911, as notícias sobre a oposição desaparecem, fato que inviabilizou acompanhar o movimento desse grupo durante os anos de 1912 e 1921. Com isso, só pudemos inferir que essa “oposição” tenha alcançado um nível de importância relevante no quadro de composição da Câmara Municipal e que, de certa forma, tenha “abalado” as relações políticas da cidade com o governo Estadual e, assim, tenha contribuído de maneira decisiva para a não implantação do segundo grupo escolar de Bragança, no esteio da Reforma Sampaio Dória.

O que faltava a Bragança para ter acesso a mais esse “melhoramento”?

Segundo Souza, a partir de 1904, “o número de alunos passa a vigorar como exigência

para a criação dos grupos – mínimo de 200 alunos de cada sexo” (1998, p.101). Antes, era o número de escolas isoladas em um raio de dois quilômetros.

Observando o Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1910, Bragança possuía uma população, em idade escolar, que estava dentro da exigência do regulamento da instrução pública do Estado de São Paulo. Porém, somente possuía um grupo escolar. Podemos notar, de maneira detalhada, esses dados na figura abaixo:

MUNICIPIOS	População geral provavel	População em idade escolar	População das escolas publicas estaduais	População das escolas municipais	População escolar dos estabelecimentos particulares	População em idade escolar, que não recebe instrução	Porcentagem da população escolar, que frequenta escolas	Porcentagem da população escolar sem escolas	Escolas Estaduais providas		
									Isoladas	Em grupos	TOTAL
Transporte	1.333.240	190.202	39.607	3.637	4.934	122.224			622	383	1.005
Cajuru	13.700	1.957	283	—	—	1.674	14,5	85,5	—	8	8
Cravinhos	22.150	3.164	984	85	133	2.562	20	80	3	8	11
Franca	31.450	4.492	603	470	578	2.841	36,8	63,2	—	15	15
Igarapava	22.450	3.207	156	—	—	3.051	14,9	95,1	5	—	5
Ituverava	11.050	1.578	58	—	—	1.520	3,7	96,3	2	—	2
Jardinopolis	15.400	2.200	496	166	—	1.538	30,1	69,9	—	10	10
Mogy-mirim	30.600	4.371	1.059	309	47	2.956	32,4	67,6	8	15	23
Mogy-Guassú	8.250	1.178	193	—	—	985	16,3	83,7	7	—	7
Orlandia	22.550	3.221	283	—	—	2.938	8,8	91,2	7	—	7
Patroc. do Sapucahy	9.150	1.307	40	—	—	1.267	2,3	97,7	01	—	1
Ribeirão Preto	53.200	7.600	1.106	57	1.236	5.201	31,6	68,4	19	10	29
Sertãozinho	26.600	3.800	482	110	143	3.065	20	80	1	10	11
S. Ant. da Alegria ...	5.000	714	—	—	—	704	—	—	—	—	—
11.ª zona											
Atibaia	21.900	3.128	550	—	—	2.578	17,6	82,4	4	8	12
Bragança	44.800	6.400	957	—	—	5.443	15	85	1	18	19
Curralinho	14.050	2.000	153	—	—	1.807	7,7	92,3	3	—	3
Itatiba	25.450	3.635	653	—	—	2.982	18	82	6	10	16
Jundiaby	33.700	4.814	1.511	—	66	3.237	32,8	67,2	20	20	40

Figura 8 Dados sobre Bragança.

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1910, p. XXI.

Das 6.400 crianças em idade escolar existentes no município, 5.443 não tinham acesso à instrução pública, isto é, 85% do total. Assim, apenas 957 “pessoas” em idade escolar eram atendidas por escolas. Na figura seguinte, é possível ver a distribuição destas crianças nas escolas existentes em 1910:

MUNICIPIOS	GRUPOS ESCOLARES	ESCOLAS ISOLADAS	ESCOLAS NOCTURNAS	CURSOS NOCTURNOS	ESCOLAS REUNIDAS	ESCOLAS MUNICIPAES	ESCOLAS PARTICULARES	SUBVENÇIONADAS	NÃO SUBVENÇIONADAS
Transporte	16.775	22.823	305	241	495	4.292		773	4.485
Igarapava	—	156	—	—	—	—	—	—	—
Ituverava	—	58	—	—	—	—	—	—	—
Jardinopolis.	496	—	—	—	—	166	—	—	—
Mogy-mirim.	666	393	—	—	—	309	—	—	47
Mogy-guassú	—	193	—	—	—	—	—	—	—
Orlandia.	—	283	—	—	—	—	—	—	—
Patrocínio do Sapucahy ...	—	40	—	—	—	—	—	—	—
Ribeirão Preto	548	558	—	—	—	57	—	—	1.236
Sertãozinho	456	26	—	—	—	110	—	—	143
S. Antonio da Alegria	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11.ª zona									
Atibaia	364	186	—	—	—	—	—	—	—
Bragança	915	42	—	—	—	—	—	—	—
Currallinho	—	153	—	—	—	—	—	—	—
Itatiba	368	235	—	—	—	—	—	—	—
Jundiáhy.	928	506	32	45	—	—	—	—	66

Figura 9 Dados sobre a distribuição da população em idade escolar na cidade de Bragança.

Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1910, p. LXII.

Notamos que o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá abrigava 915 crianças, do total de 957. Um número elevado de matrículas, o que justificaria ainda mais a abertura de um novo grupo escolar na cidade. Para agravar a situação, os quadros demonstram que havia apenas uma escola isolada para atender a essa demanda.

Dessa maneira, se pensarmos que, do total geral da população de Bragança, aproximadamente 70% vivia na zona rural (SOUZA, 1998), temos um número, aproximado, de 13.200 pessoas vivendo na área da cidade. Aplicando este mesmo raciocínio para a população escolar, teríamos 1.920 crianças em idade escolar na área urbana. Descontando-se as 957 que estavam nas escolas, temos 963 crianças, aproximadamente, sem freqüentar nenhum tipo de escola. Este número de alunos era quatro vezes superior ao mínimo de alunos exigido no regulamento para a criação de um grupo escolar e maior do que o número de matriculados no Grupo Dr. Jorge Tibiriçá.

Além deste fato, dos 171 municípios que apareceram no Anuário de 1910, Bragança ocupava a sexta posição no Estado, em relação à população total, apenas atrás de Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Jaú e Piracicaba. Porém, em relação à quantidade de grupos escolares, Bragança não estava entre as cidades que tinham mais de um desses estabelecimentos, como

Amparo que tinha dois, Campinas com três, Jundiaí dois, Piracicaba dois, Santos dois, Taubaté dois e Rio Claro com dois grupos. Interessante notar, então, que a distribuição desses grupos escolares, aparentemente, não seguia somente os critérios da quantidade de crianças em idade escolar e o tamanho da população total, pois havia incoerências se esses critérios estivessem sendo adotados.

Para Souza,

Motivações políticas podem ser apontadas como justificativas para a criação dos grupos escolares em determinadas localidades. Evidentemente, a legislação previa a concessão de prioridade às localidades que contribuíssem com terrenos e donativos para a instalação das escolas. No entanto, a autorização do Conselho Superior, tendo em vista os critérios de prioridade, era subestimado, uma vez que a determinação da criação da escola era um ato do governo. (SOUZA, 1998, p.93)

Observando a legislação, a Câmara de Bragança, no início de 1911, ofereceu quatro locais ao governo do Estado para a instalação do segundo grupo escolar.

NOVO GRUPO ESCOLAR – Esteve segunda-feira nesta cidade o engenheiro Lucio Lourenço, chefe deste districto de obras, cuja sede é Jundiahy, especialmente para examinar o terreno em que deve ser construido o segundo grupo escolar desta cidade. O sr. Lucio Lourenço, acompanhado do presidente, prefeito e vereadores srs. João Alves de Moraes, Jacintho Domingues de Oliveira, Manuel Gomes de Oliveira, Basilio Costa e João Baptista Lisboa, visitou os logares que estão em vista para a referida construcção, e delles tirou vários “croquis” concluindo que todos se prestam ao fim alludido, dependendo da camara escolher o que mais conveniente julgar. Os logares em vista são entre outros: o quarteirão de casas para cima da do sr. capitão Antonio Fonseca; o quarteirão de casas comprehendidas entre o largo do Rosario e a rua da Independencia; o quarteirão comprehendido entre a rua do Rosario e a rua Dr. Candido Rodrigues, limitado pelas casas dos srs. Albano da Silva Leme e Eduardo Medeiros; a parte da rua Dr. Candido Rodrigues comprehendida entre as casas de d. Escolastica Cunha e do capitão Graciano Souza. Sabemos que é intenção da camara collocar o melhor possivel o novo grupo, desde que os proprietarios dos prédios a demolirem-se venham de encontro á sua boa vontade, não exigindo preços exorbitantes pelas respectivas desapropriações. (CIDADE DE BRAGANÇA, 23/02/1911, n.1585, p.1)

Cabendo à Câmara escolher o local, esta optou pelo terreno situado à Rua Independência. Entretanto, no início do mês de abril o então secretário do Estado, Sr. Carlos Guimarães, membro do P.R.P., vetou tal escolha.

Novo Grupo Escolar – O sr. secretario do interior declarou ao sr. presidente da

camara municipal desta cidade, que o terreno offerecido por esta municipalidade para edificação de um predio destinado ao novo grupo escolar, não tem a área sufficiente. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/04/1911, n.1596, p.2)

Interessante notar que a declaração do secretário contrariou o que o engenheiro Lucio Lourenço havia afirmado sobre os terrenos: “todos se prestam ao fim alludido, dependendo da camara escolher o que mais conveniente julgar”. Diante disso, uma notícia no Cidade de Bragança tratou de explicar o imbróglgio que havia se formado.

Novo Grupo escolar – [...] Hoje, bem informados, temos a acrescentar que ha nesse assumpto um equivoco por parte da Secretaria do Interior. Em 7 de dezembro a camara oficiou ao governo, pedindo a vinda de um engenheiro para examinar os terrenos que a municipalidade tinha em vista adquirir para o novo grupo. Em 20 de fevereiro aqui esteve o Engenheiro sr. Lucio Lourenço, chefe deste districto de obras, que examinando varios terrenos indicados para o novo grupo, tirou delles alguns croquis, declarando que todos se prestavam ao fim alludido, dependendo da camara escolher o que mais conveniente julgasse. A camara tratou, então, de adquirir o terreno situado á rua da Independencia, o qual mede 54 ½ metros de frente por 70 de fundo. [...] Agora, no dia 3 do corrente, é que a camara communicou ao governo a escolha do terreno e a sua respectiva aquisição, esperando-se seja o mesmo aceito por ter a área necessaria. (CIDADE DE BRAGANÇA, 06/04/1911, n.1597, p.1)

Há, nitidamente, um desencontro nas informações. Como poderia o secretário vetar um terreno que não havia ainda sido escolhido? Como desqualificar qualquer uma das quatro opções se estas foram aprovadas pelo engenheiro, especificamente com a justificativa relativa ao tamanho dos terrenos? E, o que causa maior desconforto, como poderia vetar algo no dia dois de abril, sendo que a comunicação da escolha da Câmara de Bragança foi feita no dia três do mesmo mês?

Ao ler o Cidade de Bragança, tivemos uma sensação de que os dois poderes políticos, a Câmara de Bragança e o governo do Estado, estavam tentando responsabilizar o outro pela não construção do edifício escolar. Pelo lado do governo, podemos dizer que a questão financeira, ou seja, os recursos disponíveis para a construção de grupos escolares no Estado, foi importante neste veto a Bragança. De acordo com o Inspetor Escolar Antonio Morato de Carvalho, no Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1910, “[...] em bôa hora, não se poupando sacrificios, resolveu o Governo do Estado empregar uma verba de ...10:500:000\$000²⁶, para a

²⁶ Em valores atuais, essa verba equivaleria aproximadamente à quantia de R\$ 6.860.700. Disponível em: <<http://www.ocaixa.com.br/bancodedados/dolaranualmedio.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

acquisição de prédios destinados a Grupos Escolares, na Capital e no Interior”(p. 142). Embora seja uma elevada quantia, não seria suficiente para atender aos anseios de todos os 171 municípios do Estado. Outro fator que pesa nesse momento contra Bragança é a força alcançada pelo grupo de oposição da cidade (representado pelo diretório do PRC), como vimos anteriormente. Seria interessante, pelo olhar do governo do Estado, favorecer uma cidade tão dividida politicamente e com uma oposição poderosa em movimento ascendente podendo, em breve, assumir a Câmara Municipal, colocando em risco seus interesses em uma região interessante economicamente para o Estado?

Além disto, durante a oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1910-1912), no sexto distrito, o qual a região bragantina estava inserida, a cidade de Bragança não tinha nenhum representante ocupando uma das cadeiras da casa, fato que pode ter contribuído para Bragança ficar à margem dos melhoramentos oferecidos pelo Estado²⁷.

A Câmara de Bragança, em contrapartida, continuou seguindo rigorosamente a legislação, buscando demonstrar à população, de uma forma discreta, que Bragança ainda não tinha seu segundo Grupo Escolar, não por falta de empenho daquela, mas porque ao governo do Estado não interessava prover esse melhoramento ao município.

Ainda em abril de 1911, houve uma outra inspeção oficial ao terreno escolhido pela Câmara.

Obras publicas – [...] Hontem, o dr. Silva Telles examinou também o terreno adquirido pela municipalidade para o novo grupo escolar, cuja área julgou elle sufficiente e o terreno nas condições para o fim a que se destina, com um declive de quinze por cento. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 13/04/1911, n.1599, p.2)

Porém, apesar dessa aprovação, o terreno só será oferecido ao Estado, de modo oficial, no final de 1911, como veremos mais adiante. Neste meio tempo, cabe destacar um assunto que também gerava opiniões contraditórias: o projeto de construção de uma Estação ferroviária dentro do perímetro urbano da cidade, no Lavapés, bairro onde será construído o prédio do Grupo Escolar José Guilherme. Alguns viam na localização dela próxima ao centro da cidade vantagens; outros enxergavam mais desvantagens, acreditando que tal projeto deveria ser abandonado.

²⁷ Essa hipótese foi levantada após a análise das informações do Acervo Histórico do site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (<<http://www.al.sp.gov.br/>>). As planilhas contendo os nomes, partidos e quantidade de votos de cada deputado constituinte, nesse período, foram comparadas com as informações sobre as composições da Câmara de Bragança Paulista e com os membros dos dois diretórios republicanos da cidade (P.R.P. e P.R.C). Desse cotejamento extraímos essa hipótese.

A Estação no Lavapés – um dos assumptos que têm sido objecto de discussão nesta cidade é a projectada construção da Estação no Lavapés. Ha opiniões que a nova Estação vem prejudicar o centro da cidade, e muito especialmente o bairro da Estação actual, que já está em decadencia e impulsar mais ainda o bairro do Matadouro, que possui commercio mais movimentado e se acha em franca prosperidade. Ao contrario, ha opiniões que a Nova Estação vem trazer grandes beneficios a maior parte da população, por ficar localizada em ponto mais próximo da cidade, [...] Apesar de se ter a certeza de que a nova Estação vai beneficiar o Lavapés, ainda ha, segundo ouvimos dizer, proprietarios alli, que exigem indemnizações excessivas pelos seus terrenos por onde deve passar a linha. [...] Mas, analysemos a cidade com a nova Estação, conforme as discussões nos apontam: desde a rua Coronel Osorio todos os habitantes da cidade acorrerão ao Lavapés, ficando apenas a parte que comprehende o largo e rua das Pedras e rua da Estação, cujos moradores accorerão á actual. [...] Os proprietarios de carros de praça ficam, por sem turno, prejudicados, porque diz-se que os moradores da cidade, na parte que comprehende desde o largo do Rozario, dispensarão os carros para irem á Nova Estação [...] Já se vê, pois, que ha lucros e prejuizos e nesta emergencia, pensamos que a camara deve desistir do seu projecto. (CIDADE DE BRAGANÇA, 22/06/1911, n.1618, p.1)

Esta estação fazia parte do projeto de expansão da malha ferroviária, pela SPR (São Paulo Railway Co.), até o sul de Minas Gerais. A linha nunca alcançou Minas, tendo seu fim muito próximo a Vargem. Apesar das discussões, a Estação do Lavapés foi inaugurada em 1913, recebendo a denominação de Estação Bragança, enquanto a primeira estação, localizada nas proximidades do bairro do Taboão, ficou conhecida por Estação Taboão. Segundo Ishizu (2009), a expansão da ferrovia impactou, também, o crescimento da malha urbana.

Para ela,

A ferrovia, que cortava a cidade no sentido norte-sul, acompanhava a várzea do Ribeirão do Lavapés, e exhibia três pontos apenas neste momento, nos quais a malha urbana ultrapassa seu limite: dois ao sul no Taboão e uma ao norte, pelo Largo do Lavapés. Isto nos remete a uma barreira de crescimento para o oeste, além da linha de trem, área que se caracterizava por um relevo bastante acidentado. (ISHIZU, 2009, p.152-153)

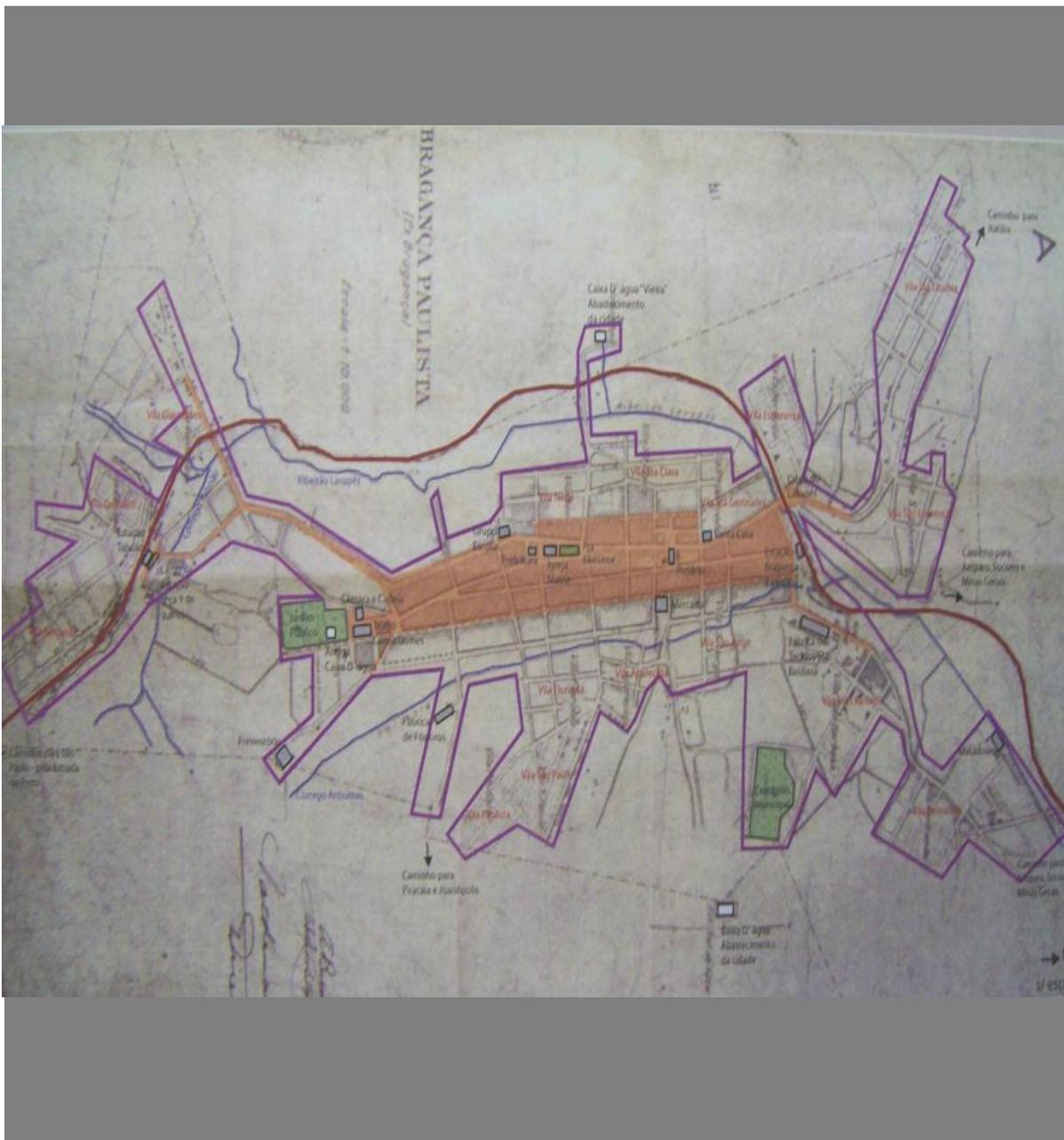


Figura 10 A expansão da linha férrea pelo perímetro urbano de Bragança (a linha vermelha no mapa), 1913.

Observar como esta linha forma uma “barreira” à expansão da malha urbana. Podemos notar os pontos onde ela é ultrapassada. Comparar a localização da Estação Taboão (retângulo cinza próximo à linha férrea à esquerda no mapa) com a nova Estação Bragança (retângulo cinza pequeno encostado à linha férrea e próximo à área vermelha à direita no mapa).

Fonte: ISHIZU, 2009, p.151.

Retomando a questão do segundo grupo escolar, de abril até outubro, de 1911, não identificamos, nos periódicos pesquisados, notícias que abordavam o assunto. Porém, no final de novembro, encontramos uma notícia muito interessante.

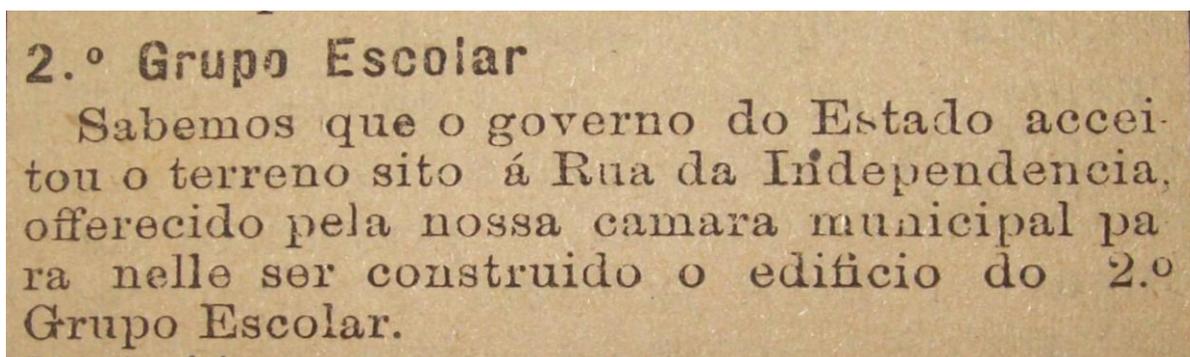


Figura 11 O governo aceita o terreno.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 26/11/1911, n.1661, p.2

Após sete meses, o governo do Estado aceitou o terreno. Seria esta espera mais um sinal da disputa política entre o governo e a Câmara? Afinal, alongando o prazo, restava ao governo um orçamento menor do que aquele previsto no início do ano para a construção dos edifícios escolares, pois boa parte desse dinheiro já havia sido destinado a alguns municípios para este fim.

Em uma outra notícia, temos,

2º Grupo Escolar – O Correio Paulistano de hontem, deu a seguinte noticia: nas notas do sexto tabellião, foi lavrada hontem a escriptura pela qual a Camara Municipal de Bragança doou ao governo um terreno, no valor de 6:500\$000, para nelle ser edificado o prédio destinado a servir de 2º grupo escolar daquella cidade. Assignaram a escriptura o coronel Jacintho Domingues de Oliveira e o dr. Luiz Arthur Varella, procurador fiscal do Estado. (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/12/1911, n.1668, p.2)

Percebemos que, desse modo, estava oficializada a doação do terreno ao governo do Estado. Era de se esperar que a construção se iniciasse em breve. Contudo, não foi isso que ocorreu. Novamente, desaparecem as notícias sobre este assunto nos periódicos. Nenhuma informação ou prestação de contas foi encontrada na sequência das edições dos jornais. Sabemos que o terreno foi doado e mais nada. Somente em agosto de 1912 nos deparamos com uma matéria cobrando alguma reação do governo.

Escola Normal II – [...] Afastando de nós todo e qualquer espírito de bairrismo ao traçarmos estas despreziosas linhas, podemos afirmar alto e bom som, sem receio de sermos contestados, que Bragança, acha-se hoje collocada no nível das primeiras cidades do Estado de S. Paulo, não só pela sua posição commercial, como também pela sua grande população. E, de facto, uma cidade como a nossa, sede de um opulento município, onde habitam cerca de cincoenta mil almas, é bem digna de figurar entre as melhores do nosso grande Estado. [...] Entretanto, a nossa cidade, com uma população calculada em doze mil habitantes, conta sómente um estabelecimento de ensino, o Grupo Escolar, onde se acham matriculadas perto de mil creanças! Ha já bastante tempo, que a nossa Camara Municipal, offereceu ao governo do Estado o terreno necessário para a construcção do 2º Grupo Escolar, sem que, no entanto, até hoje fosse atacada a sua construcção. Emquanto isso, uma quantidade enorme de creanças, dada a deficiência de um só Grupo, embora desdobrado vai ficando immersa nas trevas da mais profunda ignorancia, porque não existe aqui nem mais uma escola onde ellas possam ir procurar as luzes do saber. O governo estadual acha-se, pois, como já disse esta folha em bem lançado artigo, em debito para comnosco. Quasi nada nos tem dado elle, a não ser o Grupo Escolar, e algumas pequenas subvenções á duas associações locaes e a Santa Casa. E isto, qualquer cidadella por ahi também recebe... [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 11/08/1912, n.1702, p.1)

Nesta notícia é possível notar um tom mais incisivo na questão do débito do governo com Bragança. Quase após um ano da doação do terreno, nenhum tipo de construção havia sido iniciada. Se compararmos esta situação com a da construção do primeiro grupo escolar de Bragança, Dr. Jorge Tibiriçá, podemos perceber que a reclamação feita pelo jornal é pertinente. Da visita do então presidente da Província, Jorge Tibiriçá, à cidade (1905) até a inauguração do prédio (1909), passaram-se apenas quatro anos. Em relação ao segundo grupo, já havia decorrido três anos e nada tinha sido feito. Mais uma vez, na visão dos editores do jornal Cidade de Bragança, o município estava sendo preterido pelo Estado.

Porém, em dezembro de 1912, um projeto da Assembleia Legislativa de São Paulo pretendia encerrar essa questão.

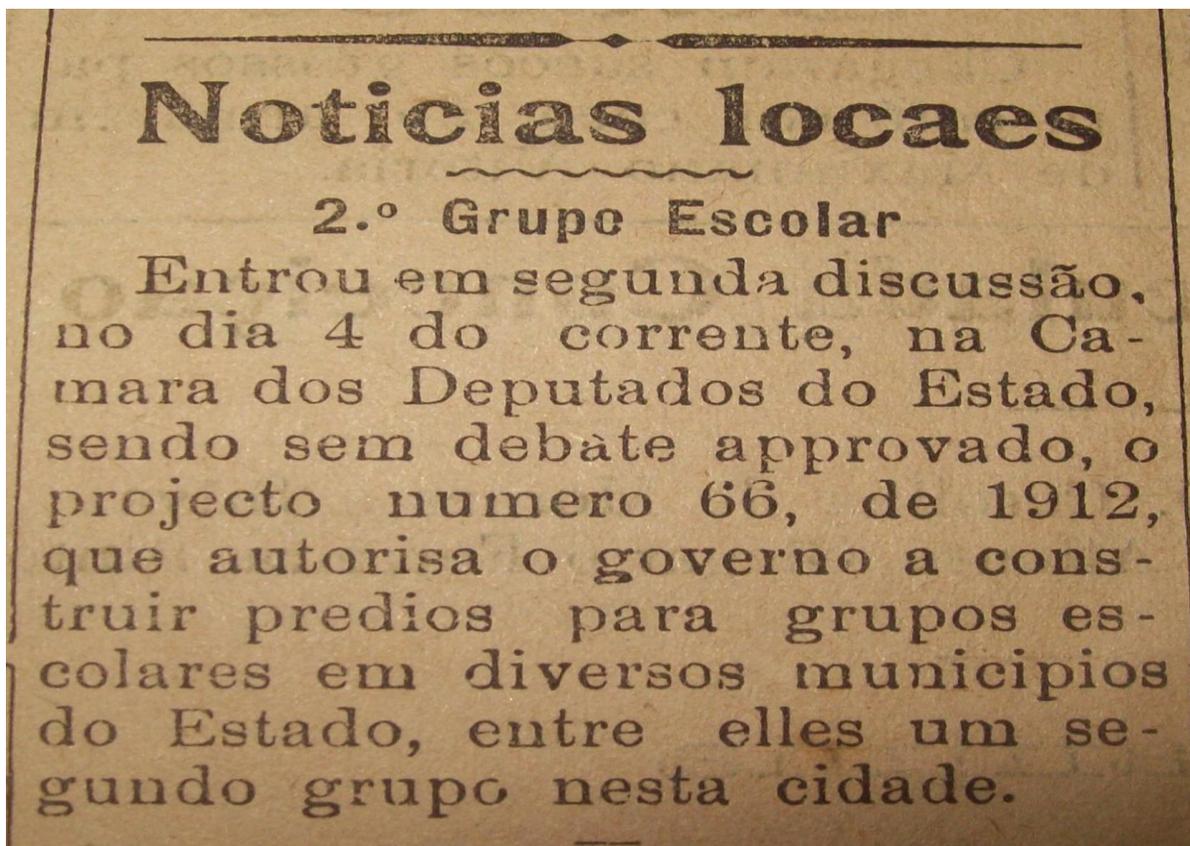


Figura 12 Notícia da aprovação do projeto número 66.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 08/12/1912, n.1736, p.2

O destaque desta notícia é que Bragança seria contemplada com a construção do seu segundo grupo de acordo com esse projeto. Apesar deste, chegamos a 1913 e a mesma situação permanece. Nenhuma ação do governo do Estado é realizada e, com isso, as reclamações continuam nos jornais.

Desanexação de escolas - [...] enquanto não se levar a efeito a construção projectada do segundo grupo, a medida que parece mais acertada, no momento, consiste, sem duvida, na desanexação de 2 escolas do grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá, para assim attender-se ás reclamações incessantes e justissimas de grande numero de Paes que desejam ardentemente o futuro de seus filhos por meio da instrucção. (CIDADE DE BRAGANÇA, 18/09/1913, n.1816, p.2)

Esse pedido é atendido e duas escolas isoladas são desanexadas e passam a funcionar na área central do município: uma masculina e outra feminina. Somando-se às escolas da Estação (Taboão) e do Matadouro, temos nesse momento, quatro escolas isoladas na área da cidade. De acordo com o Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1913, estas escolas isoladas

atendiam 234 crianças.

RESUMO	
Matricula no Grupo	871
» nas escolas isoladas	234
» » » municipaes.	180
» nos estabelecimentos particulares.	206
TOTAL	1.491
População escolar provavel do municipio	6.560
Porcentagem da matricula sobre a população escolar	22,7 %
População escolar sem escolas	77,3 %

Figura 13 Resumo do movimento escolar em Bragança, 1913.

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1913, p. 138.

Além desse dado, podemos ver que quase 78% das crianças não recebiam qualquer tipo de instrução nas escolas de Bragança. Quanto o fato de não ter um segundo grupo contribuía nessa porcentagem?

Enquanto o prédio não era construído, a cidade seguia sua rotina. Nas páginas do periódico, podemos ler notícias sobre os automóveis que dividiam as ruas da cidade com os animais e os carros puxados por bois, artigos sobre o calçamento das ruas principais do centro da cidade, colunas demonstrando o movimento policial pelo município e notas sobre a instalação de pequenas indústrias. Aliás, esta questão da industrialização de Bragança e de seu potencial como centro industrial já vinha sendo discutida desde o final da primeira década do século XX.

A industria em Bragança – Bragança, pela sua posição geographica em relação ao Estado de Minas, presta-se vantajosamente para um centro industrial, qualquer que seja a industria a explorar. Além de ser uma cidade salubre e aprazível é um centro populoso e commercial já bastante desenvolvido, onde ha muitos capitães disponiveis por falta de colocação rendosa. É natural a retracção dos capitães, maxime no nosso meio, onde a fonte de rendas exploravel é exclusivamente a lavoura do café. Não se conhece nada de industrias, não se tem relações communs com centro industrial algum ao ponto de se adquirir uma noção nitida das suas vantagens e lucros provaveis. Mas se Bragança se dispuzer a auxiliar uma industria qualquer, pela sua posição commercial em relação ás cidades circumvisinhas e ao sul de Minas, será em breve tempo um grande

centro fabril admiravel. Esta bella cidade, talhada para um futuro grandioso, do qual parece não se curar com o devido interesse, possui grande numero de homens capitalistas, intelligentes e activos, mas que, infelizmente vivem dos juros de capitaes collocados sob hypothecas ou em acções de companhias dependentes do transporte do café, como a Mogyana, a Paulista, e tantas outras de futuro duvidoso. Já é tempo de se pensar que o café não é a unica fonte de riqueza deste torrão abençoado, por quanto, por mais optimista que se possa ser, é necessário convir que, quaesquer que sejam os meios empregados para a elevação de preço desse producto serão sempre insufficientes e temporários para não se dizer paliativos. [...] Todos conhecemos os resultados que deixam as industrias. [...] – Um operario . (A NOTICIA, 20/07/1907, n.181, p.1)

O fato da cidade depender, em grande parte, do cultivo do café era uma preocupação. No final de 1913, encontramos dados sobre a safra nos municípios do estado de São Paulo.

A safra

O Boletim da Associação Commercial de Santos publicou a relação dos municípios produtores de café com o correspondente numero de saccas, attingindo o total destas em 10.053.260.

Os municipios principaes são os seguintes:

Ribeirão Preto	560.853
Jahú	447.721
S. Carlos	350.000
Amparo	287.500
Jaboticabal	280.000
Sertãozinho	253.500
S. Simão	237.580
S. José do Rio Pardo	230.325
Cravinhos	219.200
Campinas	200.000
Araraquara	195.000
S. Manuel	185.765
Descalvado	170.000
Ariranha	165.000
Bragança	160.000
Guatapará	152.250
S. Rita Passa Quatro	151.800
Orlandia	150.895
Limeira	149.000
Batataes	139.000
Nuporanga	130.000
Pederneiras	130.000
Franca	128.000
Mocóca	127.552

Figura 14 A safra de café nos municípios de São Paulo, em 1913.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 04/09/1913, n.1812, p.3.

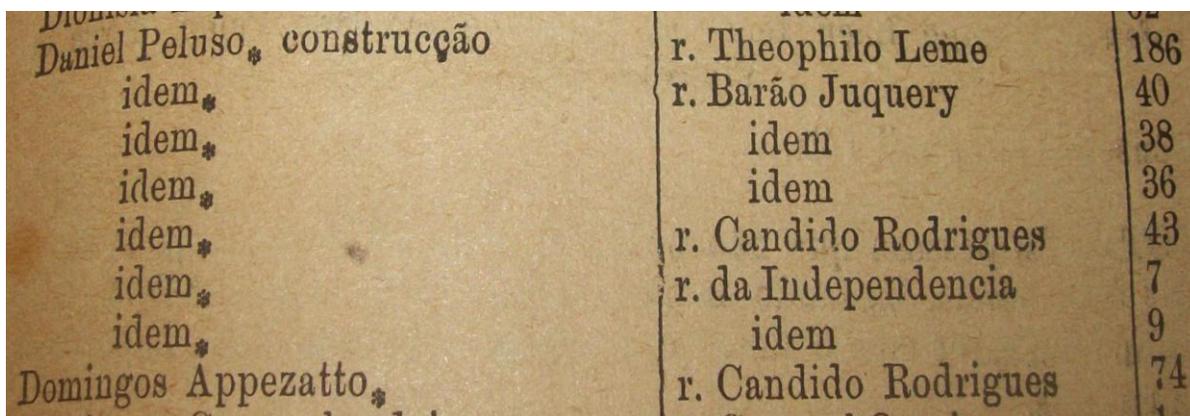
Observando a figura 14, podemos perceber que a preocupação em relação à cultura do

café era relevante. Do sexto lugar, durante a primeira década de 1900, para o décimo quinto lugar em 1913.

Terras mais novas e produtivas atraíram os fazendeiros já capitalizados e outras áreas do interior paulista passaram a destacar-se na produção e exportação deste gênero. [...] O canto do progresso tinha cessado. (Câmara Municipal de Bragança Paulista, 1998, p.75)

Com essa decadência da produção cafeeira, o setor de produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno, que não tinha sido abandonado, voltou a figurar como importante. Além disso, o município investiu em setores de produção de materiais industrializados de baixa capitalização e de elevada demanda, como os de produção de materiais de construção. (SANTOS; SOUZA, 1998). Com isso, Bragança ia perdendo a sua importância econômica no Estado também. A cidade estava entre as mais populosas do estado de São Paulo, mas tinha um grupo político de oposição muito forte (PRC) e uma produção cafeeira em franca decadência. Por que deveria receber mais um prédio de grupo escolar?

E, sendo assim, o governo do Estado não direcionou recursos do projeto n.66 para Bragança. A construção não foi iniciada, apesar da listagem do imposto predial de 1914 mencionar que o terreno da rua Independência número sete estava “em construção”, como observado na figura abaixo.



Daniel Peluso	construção	r. Theophilo Leme	186
idem		r. Barão Juquery	40
idem		idem	38
idem		idem	36
idem		r. Candido Rodrigues	43
idem		r. da Independencia	7
idem		idem	9
Domingos Appezatto		r. Candido Rodrigues	74

Figura 15 Imposto Predial do Município de Bragança, 1914. Observar que o imposto é cobrado de Daniel Peluso e não do governo do Estado.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 03/12/1914, n.1941, p.3.

Não houve construção e não há mais notícias referentes a esse assunto no Cidade de Bragança. Como em um passe de mágica, o tom do jornal muda e as cobranças pelo segundo grupo desaparecem. As vozes que antes clamavam por esse melhoramento se silenciam. Na

verdade, a última notícia de contestação pelo prédio do grupo escolar foi em 1913 (18/09). Após esta, não há nenhuma informação que explique o que ocorreu com o terreno doado, com a escritura deste, com a verba do projeto e o que fez a Câmara de Bragança. Há somente um vácuo, um hiato até o ano de 1918. Interessante lembrar que desde 1910 essa questão pulsava, quase que semanalmente, no periódico Cidade de Bragança. Atinge o seu ápice em 1911 e 1912, tem o seu último suspiro em 1913 e, então, some. Por que calaram-se os editores? Cansaram-se de pedir e não obter resultados? Por que não há mais críticas, tanto ao governo do Estado quanto à Câmara Municipal, nos editoriais? Por que sumiu a coluna das “necessidades municipais”? Estariam todos os problemas bragantinos resolvidos a ponto de não mais se precisar cobrar por melhorias?

Em busca de possíveis respostas quanto ao apagamento deste tipo de notícia no Cidade de Bragança, podemos encontrá-las ao analisar a Câmara de Bragança entre 1914 e 1917. Como peça central nesta questão, destacamos o coronel Ladislau Gonzaga da Silva Leme, filho do coronel Luiz Leme, presidente deste órgão da administração municipal. Ele assume a presidência em 1914, exatamente no momento em que as notas pedindo a construção do segundo grupo cessam. Sabemos que desde 1911, o jornal Cidade de Bragança estava sob o controle do P. R. P. de Bragança e que o coronel Ladislau Leme era um dos homens forte do diretório deste partido. Podemos, então, relacionar este silenciamento do jornal Cidade de Bragança a uma estratégia do Partido Republicano para a escolha do coronel Ladislau à presidência da Câmara e como uma conseqüente tentativa de reaproximação do governo do Estado, mostrando que a oposição local estava enfraquecida? Acreditamos que sim.

Nesse momento, ocorre também, um fato curioso. Um dos símbolos do progresso da cidade obtido pelos situacionistas (membros do PRP, antigos salistas), o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, na figura de seu diretor, proíbe o jornal de veicular qualquer informação sobre este estabelecimento de ensino.

Noticias locais – Notícias do grupo escolar – Levamos ao conhecimento dos nossos assignantes e leitores que a Cidade de Bragança deixa de publicar noticias referentes ao grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá, desta data em diante, em virtude haver o director dessa casa de educação, sr. Antonio Francisco Redondo, dado ordens terminantes para o não fornecimento de notas a esta redação. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 10/05/1917, n.2192, p.1)

Esta censura continua até o ano de 1918, quando o jornal publica a carta de um pai de um aluno do grupo escolar reclamando do novo horário das aulas.

Grupo Escolar – Recebemos a seguinte carta: Sr. Redactor da Cidade. Não podia ser mais inconveniente, sr.redactor, o actual horário de aulas do grupo escolar, que aos alumnos da secção masculina (periodo da manhã) é tão prejudicial. Por esse malfadado horario, os meninos são obrigados a se conservarem no estabelecimento desde 8 horas [...] até meio dia. Resultado: ou o alumno fica sem almoço, apenas com um lunch (de valor nutritico nullo, quase sempre) consumido das 10 ás 10 ½, ou tem que almoçar depois do meio dia, com prejuizo da saude em qualquer dos casos. [...] Por que o governo não adopta o mesmo horario do ano passado? ...mais satisfactorio e até mais equitativo [...] Ora, sr. redactor, sendo a imprensa uma legitima defensora dos interesses do povo, abalancei-me a dirigir-vos estas linhas [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 07/02/1918, n.2270, p.2)

Se observarmos atentamente esta notícia, percebemos que há uma crítica ao governo. Entretanto, não é o editor do jornal que a faz “diretamente”. Ela é atribuída ao pai do aluno, via a carta publicada no jornal. A postura de não criticar o governo continua a ser seguida pelo jornal. Interessante destacar que, coincidentemente, o presidente da Câmara continua a ser o coronel Ladislau Leme, reeleito em 1917 para o seu segundo mandato (1917-1919). Contudo, apesar do esforço da Câmara, o governo do Estado, ainda nesse momento, parece não atender às demandas da cidade. Com isso, a “trégua” do jornal e, conseqüentemente, do Partido Republicano bragantino ao governo do Estado é encerrada. E, novamente, com a questão do segundo grupo escolar.

Novos Grupos Escolares – Noticiaram alguns jornaes da capital, ser pensamento do nosso governo crear, no próximo anno, mais alguns grupos escolares no interior do Estado, sendo contempladas ainda as cidades de Taubaté, Sorocaba e Mogy-Mirim. Segundo os mesmo jornaes, ficarão essas localidades, respectivamente, com 5, 3 e 2 grupos escolares. [...] Mais abundantes poderiam ser os applausos aos governantes do nosso Estado, que se acham empenhados nessa cruzada edificante do preparo intellectual dos nossos homens de amanhã, se um pouco mais de equidade presidisse a distribuição desses templos de educação pelo territorio paulista, de maneira a fazer desaparecer do espirito publico a desconfiança que há, e com razão, de uma injusta preferencia do governo para certas localidades, com sacrificio de outras que se emparelham em desenvolvimento, quando não suplantem, áquellas que recebem do Estado os mais copiosos beneficios. Não se poderá acoimar de phantasia nossa o que vai affirmado nestas linhas, traçadas, ligeiramente, após a leitura das folhas que nos trouxeram taes noticias. A prova palpitante de que nos sobra razão, está no facto de Taubaté, com ser, não há de negar, uma das mais desenvolvidas cidades paulistas, não é, porém, superior a muitas outras, entre ellas Bragança, as quaes só contam, em materia de instrucção publica, com um grupo escolar, quando a muito ditosa terra do Norte de S. Paulo, vai ter, dentro de pouco tempo, nada menos de cinco desses estabelecimentos de educação. E não se allegue que as localidades preteridas não comportam outros estabelecimentos além daquelles

que possuem. Bragança, pelo menos, com os seus 12.000 habitantes no perímetro urbano e 50.000 no município, tem, garantimos, uma população escolar não inferior a de Taubaté, do que nos dá prova essa multidão de creanças que por ahí anda, sem instrucção, por abarrotamento das escolas que possuímos. Um segundo grupo escolar para a nossa terra é coisa que se impõe, devendo-se ainda fazer lembrar aos poderes competentes que já em 1912 fôra notada essa necessidade local, havendo mesmo a nossa Camara Municipal adquirido e doado ao governo do Estado um terreno para o respectivo predio, cuja planta chegou a ser traçada. Nessa época o governo de S. Paulo deixou de satisfazer as justas aspirações do povo bragantino, allegando aperturas em suas finanças, motivo que, actualmente, não mais prevalece, ante a larga generosidade que vai tendo para com outras localidades. É preciso que o nosso governo, nessa questão, não nos dê azo de o julgarmos falta de equidade. (CIDADE DE BRAGANÇA, 15/12/1918, n.2358, p.1)

Esta notícia apresenta algumas informações relevantes. A primeira é a retomada da questão da construção do segundo grupo após quase cinco anos. A segunda é a crítica, novamente, ao governo do Estado pela preferência deste por algumas localidades em detrimento de outras. O caso de Taubaté é emblemático. Com uma população muito próxima a de Bragança, essa cidade receberia, de acordo com a matéria, o seu quinto grupo escolar. Em um espaço de nove anos (1910-1918), dois novos grupos foram instalados nessa cidade. Como um município de proporções semelhantes às de Bragança receberia o seu quinto grupo enquanto aqui apenas um estabelecimento deste tipo existia? De acordo com o Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1918, dos 196 municípios do estado, somente 17 tinham dois grupos ou mais, com o destaque para Taubaté com quatro grupos (p.420-424). Cabe ressaltar que a região do Vale do Paraíba, norte de São Paulo, não era o mais importante centro produtor de café do Estado nesse momento. Se voltarmos à figura 17, notamos que não há uma só cidade dessa região entre as 24 primeiras em produção do Estado. Deste modo, o que justificaria tal quantidade de grupos a não ser a influência política? Havia, desse modo, coerência na reclamação do editor do jornal. Lembramos que não era a primeira vez que essa questão da preferência de alguns municípios era debatida nos periódicos. Já em 1896, para a construção do primeiro grupo escolar de Bragança, tínhamos tal discussão. À época, o embate era com as cidades de Itatiba, Amparo e Jundiá. Também percebemos que não seria a última vez. No Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1936, o então Diretor do Ensino da Secretaria da Educação e da Saúde Pública, Almeida Junior, trata dessa questão.

Critérios para distribuição de escolas - As escolas primarias se criam e se mantêm, essencialmente, para as crianças. Onde houver crianças em quantidade

suficiente, serão localizadas unidades de ensino, em numero proporcional ao de candidatos á matricula. Assim deveria ser, se o Estado pudesse attender a todos. Não podendo fazel-o, precisa, certamente acudir primeiro aos nucleos mais densos, pois nos regimens democraticos, o criterio da maioria é ainda o mais seguro. Infelizmente, ocorrem, não raro, circunstancias que tentam desviar o Estado dessa linha de conducta simples e racional. A primeira circunstancia é a vaidade municipal. Cada administração local faz questão de assinalar a sua passagem mediante a obtenção de grande numeros de escolas para o municipio. Todos pedem, é verdade. Mas a distribuição nem sempre se fez na proporção das necessidades, e sim na da habilidade ou na da impertinencia dos pedidos. Dahi certas localidades inesperadas, que surprehendiam as autoridades do ensino, e que as obrigavam depois a manter algumas escolas num regime de oleo camphorado.[...] (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1936, p.113)

Pelas palavras de Almeida Junior, é possível perceber que, na verdade, a distribuição das escolas era uma questão meramente política. Ele mesmo reconhece que o regimento não era respeitado e nem mesmo o critério da maioria, símbolo do regime democrático, mas sim a habilidade do município em fazer o pedido.

A terceira é um detalhamento sobre a construção do prédio que não havíamos encontrado anteriormente. A informação de que a planta havia sido traçada é muito significativa, pois mostra que o processo da construção foi interrompido na sua fase final, na transição da planta para a materialização do edifício. Além desta, a explicação dada pelo Estado de que faltou verba para realizar tal projeto corrobora a nossa hipótese, discutida anteriormente, do não “interesse”, por parte do governo, em prover esse melhoramento a Bragança.

Sem dúvida, a questão Taubaté foi a “gota d’água” para a paciência da Câmara e dos editores do Cidade de Bragança. Entretanto, as críticas que voltam às páginas do jornal são em um tom bem mais brando. Ataques indiretos ao governo do Estado, especialmente na questão da Reforma do Ensino (1920)²⁸, e “pedidos” à Câmara Municipal (a questão do acesso à água, meninos que jogam bola nas ruas e largos da cidade e causam transtornos, a quantidade de mendigos nas ruas) voltam, discretamente, nas páginas dois e três do jornal.

Na primeira página, apenas informações sobre preços no Mercado Municipal, notícias sobre o combate ao analfabetismo e a epidemia da gripe que chegava também a Bragança.

Editaes – O cap. Basilio Ribeiro da Costa, prefeito municipal desta cidade. Faço saber aos Paes ou responsaveis pelos menores, que a Prefeitura vae executar com todo o rigor o artigo 365 da lei municipal na parte referente ao jogo de foot-ball e outros divertimentos que possam difficultar o transito ou causar damno.

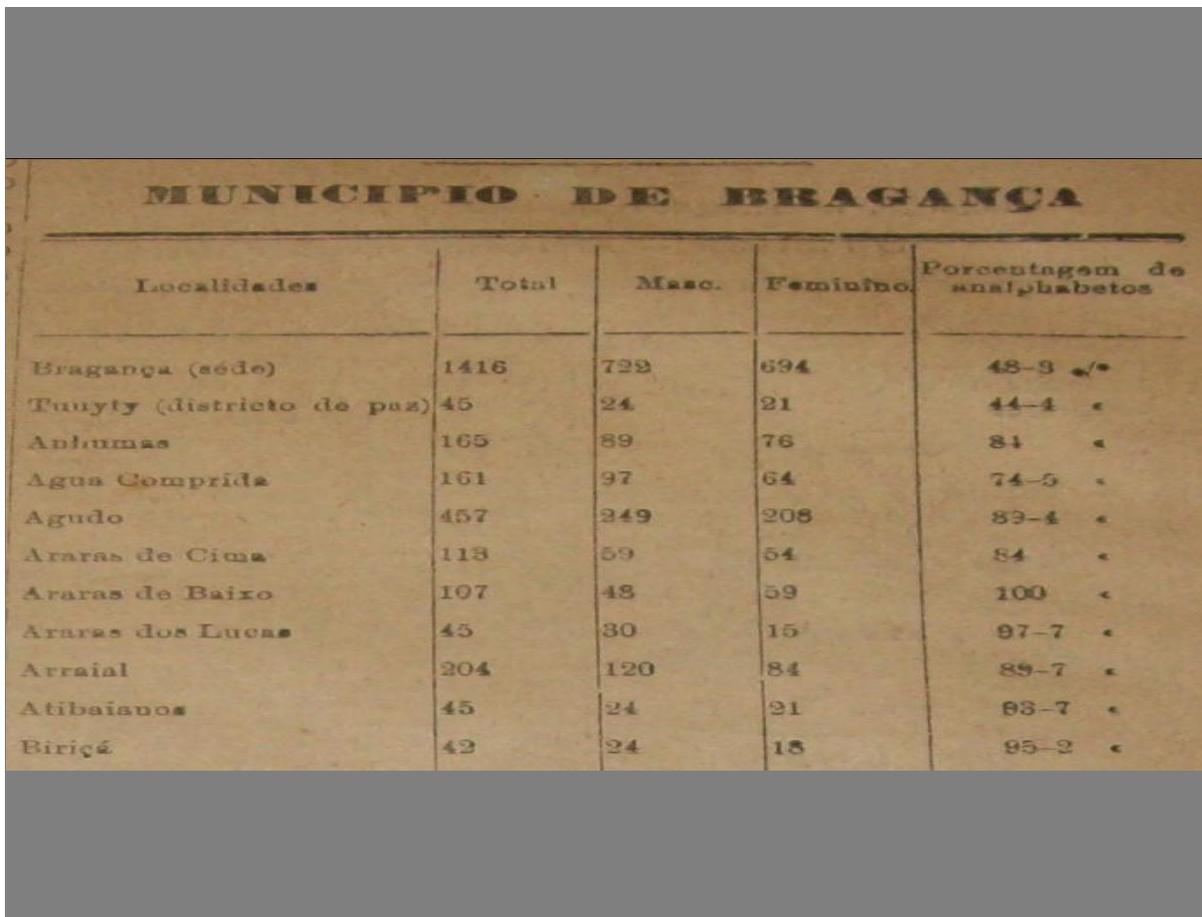
²⁸ Essa Reforma trouxe o ensino primário com 2 anos de duração. Com ela, o terceiro e quarto anos passaram a fazer parte do secundário e, por isso, os alunos teriam que pagar uma taxa de matrícula para cursá-lo.

[...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 07/06/1917, n.2200, p.2)

A influenza hespanhola - A influenza hespanhola continúa, na Capital do Estado, em marcha progressiva. O numero de enfermos até hontem, segundo os jornaes, era de 3.000, sendo, porém, limitadissimo os casos graves. [...]

Fechamento das escolas - Como medida de precaução contra o alastramento da epidemia de influenza hespanhola [...] o governo determinou o fechamento de todos os estabelecimentos de ensino do Estado. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 24/10/1918, n.2343, p.1)

Em virtude da Reforma Sampaio Dória, o Recenseamento Escolar ganha grande destaque no periódico.



Localidades	Total	Masc.	Feminino	Porcentagem de analfabetos
Bragança (sede)	1416	729	694	48-3 %
Tuuyty (districto de paz)	45	24	21	44-4 %
Antuimas	165	89	76	84 %
Agua Comprida	161	97	64	74-5 %
Agudo	457	249	208	89-4 %
Araras de Cima	118	59	54	84 %
Araras de Baixo	107	48	59	100 %
Araras dos Lucas	45	30	15	97-7 %
Arraial	204	120	84	89-7 %
Atibaiauos	45	24	21	88-7 %
Biriçá	43	24	18	95-2 %

Figura 16 Mapa do Recenseamento Escolar do Município de Bragança, 1920.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 15/08/1920, n.2530, p.1.

Figura 17 Mapa do Recenseamento Escolar do Município de Bragança, 1920.
Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 19/08/1920, n.2531, p.1

Nesta sequência de mapas, destacamos a grande quantidade de analfabetos que circulavam no município, chegando a quase 90% das crianças. Nos bairros da zona rural a situação era pior. Em alguns deles, o índice chegava a 100% da população em idade escolar. Não seria, assim, exagerada a preocupação do governo do Estado em combater o analfabetismo, já que a situação nos outros municípios era muito parecida com a de Bragança. Outro ponto interessante é a quantidade de crianças filhas de italianos, 1.260.

Os dados do Recenseamento tiveram uma grande repercussão a partir de então. Os editores do Cidade de Bragança enxergaram nesses números motivos suficientes para cobrar, novamente, do governo do Estado, o segundo grupo escolar.

Eterna cantiga – [...] E aqui, (refiro-me a Bragança) que é que se tem feito para melhorar a nossa cidade. Dizem: Temos só um Grupo Escolar, quando cidades menos importantes que Bragança, Taubaté, por exemplo, têm cinco. [...] o recenseamento escolar acusou a existência, só na cidade, de 1.416 crianças em idade escolar, numero suficiente para a lotação de dois Grupos e três ou quatro escolas. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/01/1921, n.2574, p.1)

3.4. O segundo ato: das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar José Guilherme: 1921-1935

Escolas Reunidas – Esteve entre nós o sr. professor Cymbelino de Freitas, inspector escolar do Estado. A sua vinda a esta cidade teve por fim principal saber da conveniencia e possibilidade da reunião das escolas isoladas locais, o que vae muito bem encaminhado. A reunião das escolas, acreditamos, será um passo dado para a criação de um segundo grupo escolar que, aliás, não será de mais para a nossa população. (CIDADE DE BRAGANÇA, 26/06/1921, n.2619, p.2)

Com a intenção de combater o analfabetismo, o governo do Estado, através de Sampaio Dória, decide investir na reunião de escolas isoladas em um prédio adaptado e com a estrutura organizacional muito mais simples do que a dos grupos escolares: as Escolas Reunidas²⁹. Como já discutimos anteriormente neste trabalho, no começo dos anos 1920 diversas dessas escolas foram instaladas em municípios do Estado de São Paulo.

²⁹ Lembramos que tratamos sobre as Escolas Reunidas no capítulo anterior, mais especificamente nas páginas 39 e 49.

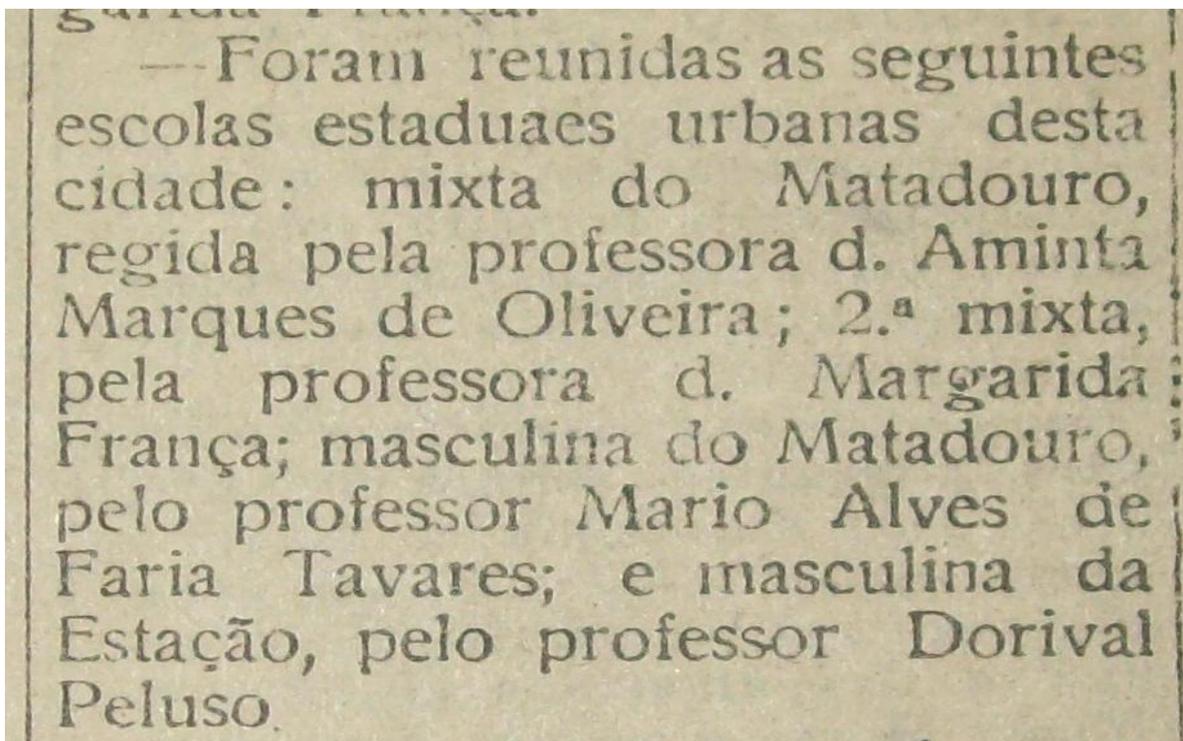


Figura 18 Reunião das escolas isoladas.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 24/07/1921, n.2627, p.1.

Bragança foi contemplada com esse tipo de escola. Primeiramente, essas escolas isoladas foram reunidas administrativamente, permanecendo nos mesmos locais em que estavam, mas sob a direção de um mesmo diretor, Luiz Gonzaga de Vasconcellos. E assim ficaram por um ano. Durante este período, o governo do Estado se comprometeu a adaptar um prédio da cidade para a reunião “física” dessas escolas em um único local.

Escolas Reunidas – Communica-nos o sr. professor Luiz Gonzaga de Vasconcellos Nardy, director das escolas reunidas desta cidade, nas quaes se acham matriculados 316 alumnos, que a inauguração das mesmas, no prédio adaptado pelo governo do Estado, dar-se-á brevemente, dentro do corrente mez de junho. Essa inauguração está dependente apenas da conclusão dos serviços de instalação de água no referido prédio. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 01/06/1922, n.2612, p.1)

Não era o tão desejado grupo escolar, mas era, após longos 13 anos, a reaproximação com o governo do Estado. Interessante observar que, após alguns anos sem representatividade na Assembleia Legislativa de São Paulo (1910 – 1918), Bragança voltava a ter um nome de peso ocupando um espaço neste local. Na décima primeira legislatura (1919- 1921) e na décima segunda (1922-1924), Antonio Félix D’Araújo Cintra, ex-presidente da Câmara de Bragança

(1905-1907), foi um dos deputados estaduais de São Paulo. Se compararmos este período de ausência de representantes na Câmara Estadual com o período de “exclusão” de Bragança dos benefícios do governo do Estado, veremos que eles são correspondentes. E, quando voltam as cobranças pelo segundo grupo até a instalação das Escolas Reunidas, temos Antonio Félix D’Araújo Cintra participando dessa Câmara. Evidencia-se, assim, que a influência política pode ter sido determinante para Bragança obter esse benefício do governo do Estado. Além disso, tendo a figura do coronel Theóphilo Leme, também filho do coronel Luiz Leme, à frente da Câmara Municipal (1920-1922), podemos perceber o jogo de interesses que impactou a abertura deste estabelecimento de ensino.

Enfim, temos a inauguração do prédio das Escolas Reunidas de Bragança, em 1922.

Escolas Reunidas – Deu-se hontem, ao meio dia, solennemente, a inauguração das Escolas Reunidas desta cidade. Compareceram ao acto diversas auctoridades locais, representantes da Municipalidade, do corpo docente do Grupo Escolar, das associações e da imprensa, além de numerosas pessoas gradadas desta cidade. [...] As Escolas Reunidas, com uma frequencia de 176 alumnos, acham-se magnificamente installadas no amplo sobrado da rua B. de Juquery, pertencente aos herdeiros do finado sr. Satyro Zotico, convenientemente adaptado pelo Governo do Estado. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 30/07/1922, n.2732, p.2)

Pela notícia, observamos que o autor descreve que “as crianças foram magnificamente instaladas no amplo sobrado da Rua Barão de Juquery”. Foram mesmo? Devemos analisar esta descrição com mais vagar.

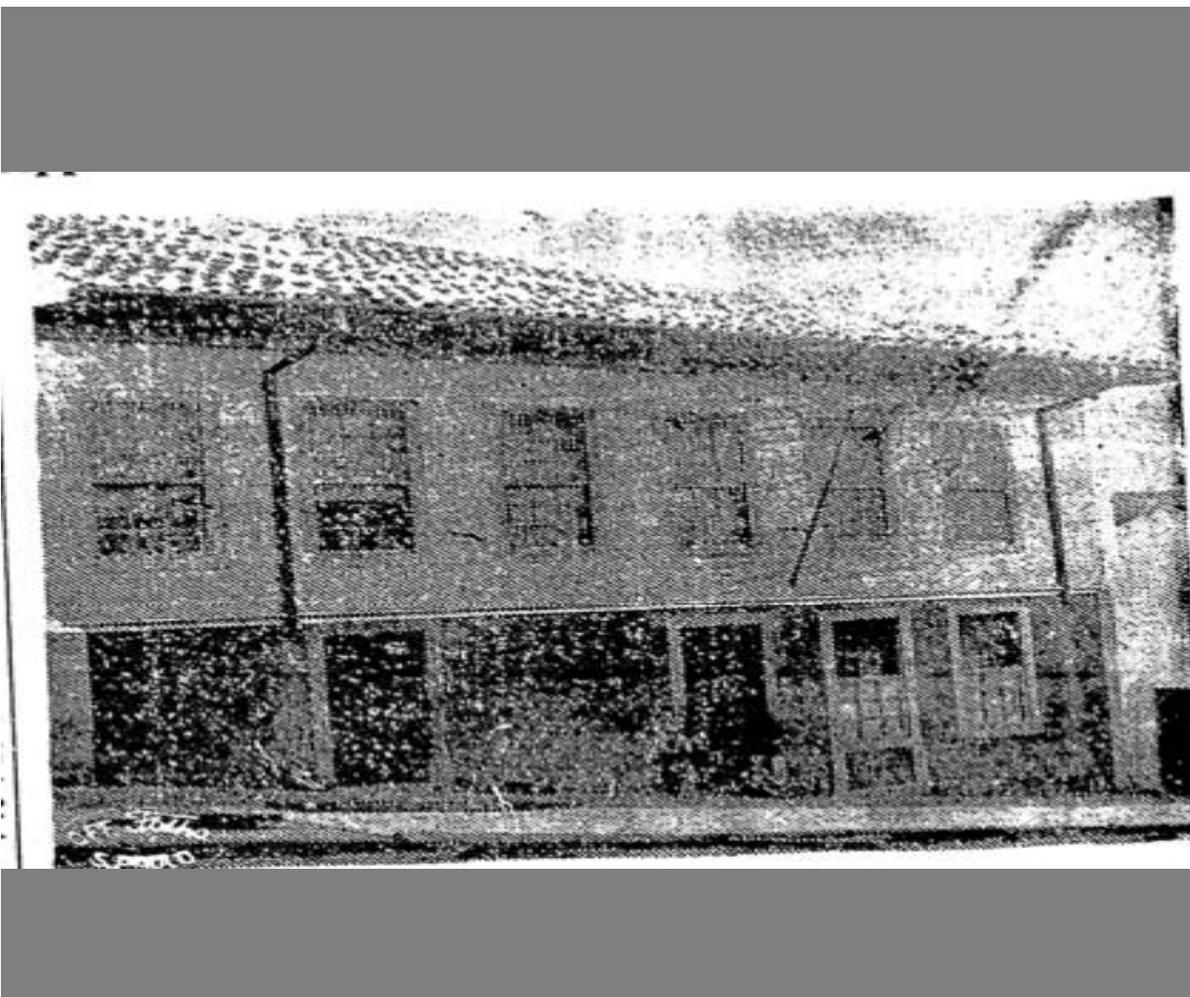


Figura 19 Casarão das Escolas Reunidas de Bragança (localizado na Rua Barão de Juquery).
Fonte: Folha da Manhã, 07/02/1939.

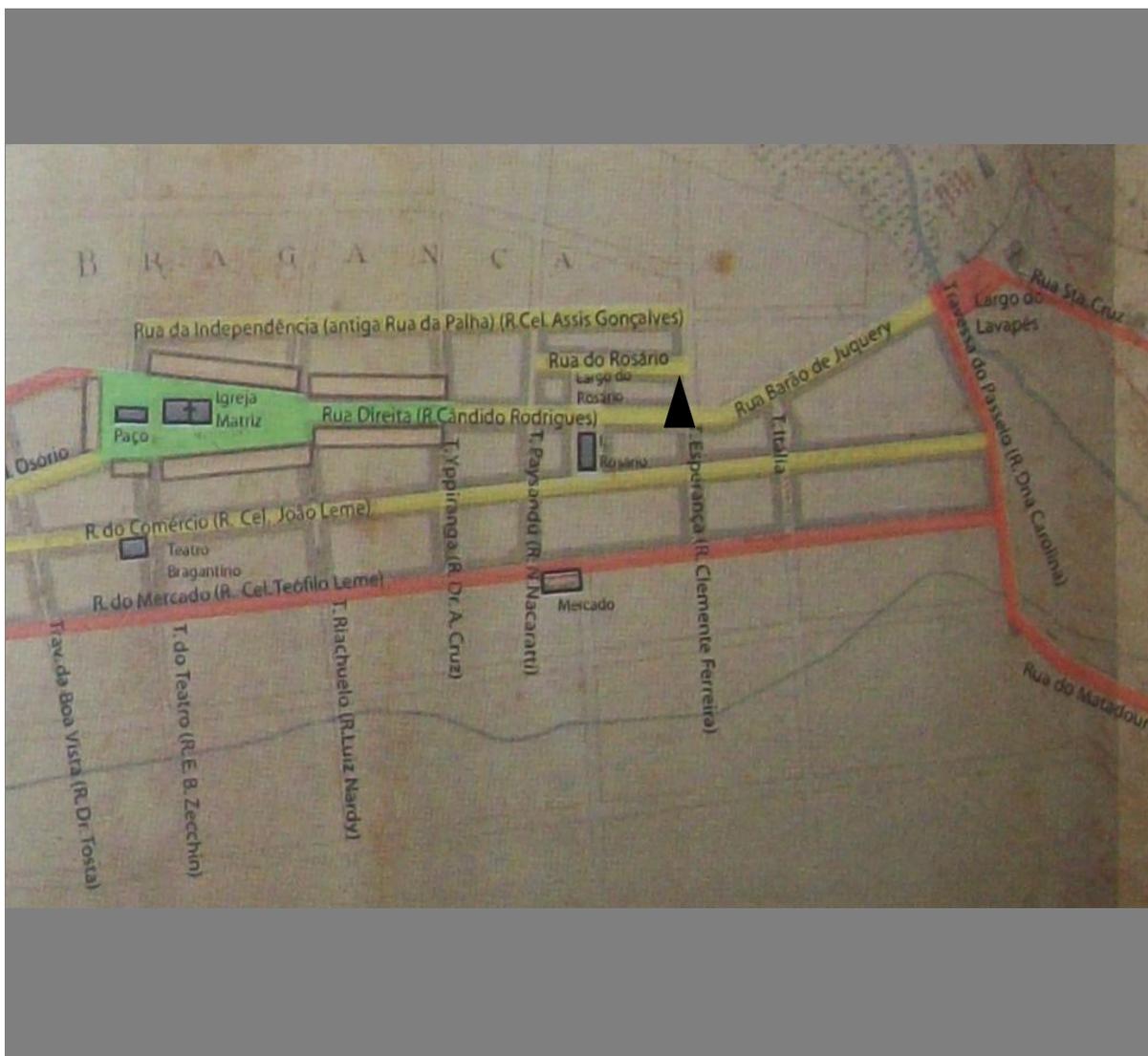


Figura 20 Localização aproximada do Prédio das Escolas Reunidas (representado pelo triângulo) na Rua Barão de Juquery (em amarelo à direita do mapa). Observar o relativo afastamento do Largo da Matriz e a proximidade com o Largo do Lavapés.
Mapa base fonte: ISHIZU, 2009, p.59. Intervenção com o triângulo preto: Marcello Franceschi.

A Rua Barão de Juquery é uma rua íngreme, que ligava o Largo do Lavapés ao Largo do Rosário e sua continuação (Rua Direita) atingia o Largo da Matriz.

Nessa rua, funcionavam vários tipos de comércio, fábricas e algumas casas eram utilizadas como depósitos de café e de outros gêneros.

Motores electricos – Já ha duas que está funcionando, com grandes proveitos, um motor electrico, de força de dois cavallos, na officina de marcenaria do sr. Caetano Correali, á rua Barão de Juquery, installada pela Empresa Electrica Bragantina. [...] (A NOTICIA, 15/12/1906, n.120, p.1)

Inclusive, o casarão das Escolas Reunidas era vizinho a um depósito de café. No final de 1922, temos um incidente referente a esta localização.

Uma parede abalada – Nas Escolas Reunidas – Ante-hontem, quando ainda funcionavam as aulas das escolas reunidas desta cidade, deu-se alli uma occorrenca que, felizmente, não teve outras consequencias a não ser o grande susto por que passaram os alumnos e professores daquelle estabelecimento. Devido ao accumulo de café num deposito existente contiguo ao edificio das escolas, a parede que divide este daquelle deposito, devido ao peso do café, cedeu em certa extensão com grande ruido ficando bastante damnificada. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/10/1922, n.2751, p.2)

Percebemos, então, que a localização não era apropriada e nem que as crianças estavam “magnificamente” instaladas. Tínhamos o barulho das máquinas, movimento no transporte das mercadorias e o casarão não parecia ser tão seguro. Parece que alojar estas crianças aí foi conveniente ao governo do Estado, isto é, simples e barato, e para a Câmara serviu para acalmar os ânimos dos que pediam por mais escolas. Afinal, Bragança tinha um grupo escolar e uma escolas reunidas. Mas seriam estes dois estabelecimentos suficientes para atender à demanda da cidade?

RELAÇÃO DAS ESCOLAS REUNIDAS DO INTERIOR DO ESTADO, EM 1922

Numeros *	DENOMINAÇÃO	N.º de Classes	funcionamento Período de	Matricula geral	Matricula de analfabet.	Alunos alfabetizados	Curso médio	
							N.º de classes	Matricula geral
1.ª REGIÃO								
1	Jundiahy --Nocturnas . . .	3	1	216	131	7	—	—
2	Alto da Serra - S. Bernardo	6	1	290	228	11	1	39
3	Bragança	4	1	261	166	20	—	—
4	Cotia	3	1	76	31	5	1	38
5	Guarulhos	5	1	218	142	47	1	33

Figura 21 Movimento nas Escolas Reunidas, 1922³⁰.

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1922, p.36.

De acordo com o quadro da figura 21, no prédio das Escolas Reunidas estavam matriculados 261 alunos, praticamente a mesma quantidade de crianças atendidas nas escolas isoladas antes de se reunirem. Com quatro classes e funcionando somente em um período, tínhamos praticamente 65 alunos em cada uma delas. Podemos, então, questionar também as condições de trabalho do professor e como essas crianças eram acolhidas.

³⁰ Não pudemos identificar o que significava claramente a diferença entre matrículas de alfabetizados e de analfabetos.

REGIÃO 1.^a— MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

<i>Situação escolar em 1920:</i>		<i>Situação escolar em 1923:</i>	
Grupo Escolar	1	Grupo Escolar	1
Escolas Reunidas	—	Escolas Reunidas	2
Escolas isoladas	15	Escolas isoladas	11
Unidades escolares	35	Unidades escolares	31
Matricula geral	1.531	Matricula geral	1.619

Figura 22 Comparativo da movimentação escolar em Bragança entre os anos 1920 e 1923. Importante observar que este documento oficial traz o número incorreto de Escolas Reunidas em Bragança, o que poderia levar o leitor menos atento ou afeito ao assunto a um erro.
 Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1923, p.308.

Situação escolar de cada uma das Regiões do Ensino, em 1920 e 1923

MUNICIPIOS DA 1. ^a REGIÃO	SITUAÇÃO ESCOLAR EM 1920					SITUAÇÃO ESCOLAR EM 1923				
	Grupos escolares	Escolas reunidas	Escolas isoladas	Unidades escolares	Matricula geral	Grupos escolares	Escolas reunidas	Escolas isoladas	Unidades escolares	Matricula geral
1) Capital	31	—	134	796	38.339	31	33	61	789	43.880
2) Araçariguama	—	—	6	6	212	—	—	5	5	204
3) Atibaia	1	—	11	21	881	1	1	19	33	1.494
4) Bragança	1	—	15	35	1.531	1	2	11	31	1.619
5) Cotia	—	1	7	12	395	—	1	9	11	501
6) Guarulhos	—	—	8	8	271	—	1	12	16	749

Figura 23 Situação escolar em Bragança entre os anos 1920 e 1923. Importante observar que este quadro, assim como o anterior, traz o número incorreto de Escolas Reunidas em Bragança.
 Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1923, p.365.

Os números dos quadros indicam que Bragança estava muito longe da situação ideal em relação à instrução pública. A quantidade de escolas era insuficiente. Mesmo com essa situação, não há mais reclamações no jornal. Os pedidos por mais escolas cessam. Nas páginas do Cidade de Bragança temos matérias sobre os escoteiros, artigos descrevendo a história e a grandeza de Bragança, descrição sobre a revolta na capital do Estado em 1924 e notas avisando da instalação de algumas fábricas na cidade. Nesse momento, o coronel Ladislau Leme era, novamente, o presidente da Câmara (1923-1925). Seria, mais uma vez, esse o motivo para a calma no periódico? Bragança estava com todos os seus problemas resolvidos? Onde estaria a oposição? Esta última é uma pergunta muito pertinente, porém, tendo somente ouvido a voz da situação, através do periódico por ela controlado, fica difícil respondê-la, já que esse jornal fazia questão de apagar a existência desse diretório dissidente (P.R.C.). Entretanto, como veremos mais adiante, a oposição republicana bragantina voltará a ganhar destaque neste periódico.

Abordando novamente a questão da instrução no município, o ano de 1925 é muito simbólico. Com a revogação da Reforma Sampaio Dória no mesmo ano, as escolas reunidas que tinham oito ou mais classes foram convertidas em grupos escolares. A de Bragança possuía somente quatro classes (figura 24) e, desse modo, não poderia ser convertida em grupo escolar.

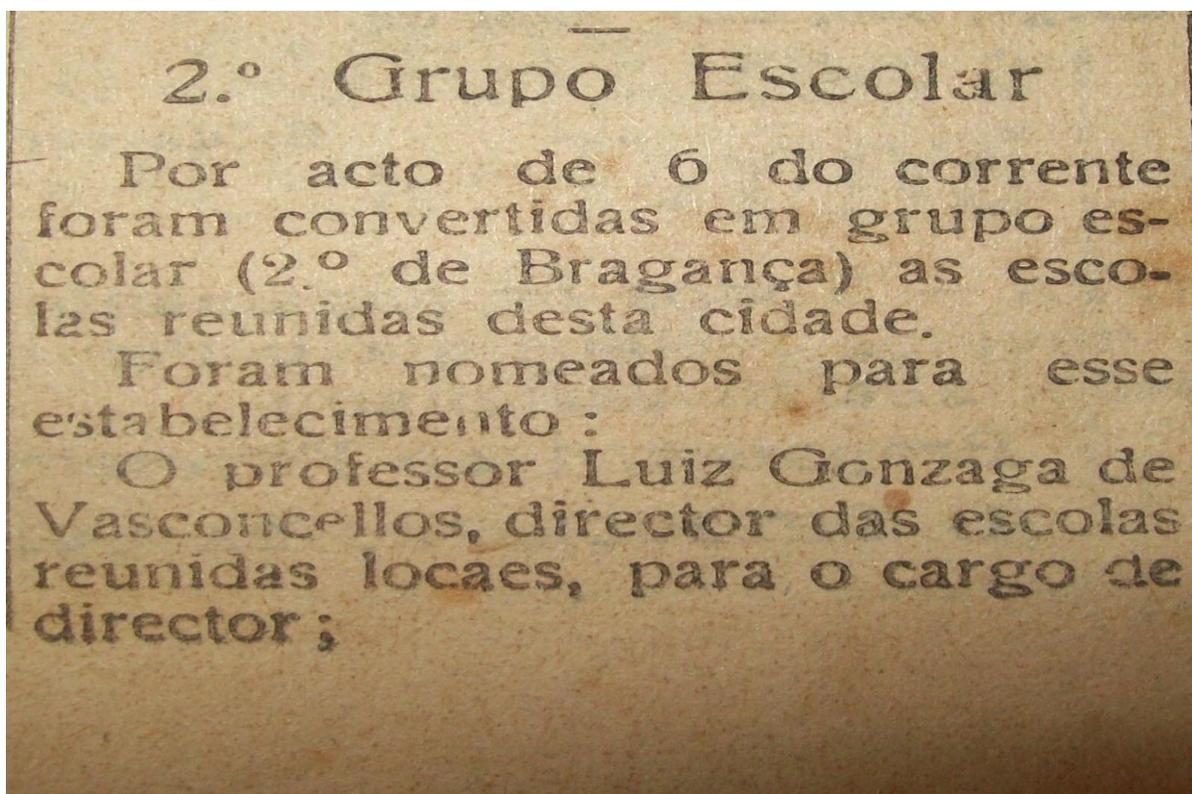


Figura 24 Notícia anunciando a conversão das Escolas Reunidas em Grupo Escolar, 1925.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 08/02/1925, n.2992, p.2.

Mas, como destaca a notícia, em 06/02/1925 foram convertidas em Grupo Escolar (o segundo de Bragança) as Escolas Reunidas. O Regulamento da Instrução Pública do Estado de São Paulo, tantas vezes utilizado no jornal para cobrar este segundo Grupo, dessa vez não foi observado e, com isso, Bragança, após 16 anos, tinha obtido esse estabelecimento. Quanto pesou, para essa decisão, a influência de Nicolau Asprino Júnior, um dos fundadores do Diretório Republicano de Bragança (P.R.P.), que representava a cidade no Congresso Legislativo do Estado de São Paulo na décima terceira legislatura (1925-1927)³¹?

Interessante destacar a forma que este acontecimento foi anunciado pelo periódico. Ao observarmos a notícia (figura 24), podemos ver que foi uma notícia simples, objetiva e sem comentários dos editores e sem nenhum tipo de celebração. Alocada na página dois, o anúncio foi feito de forma muito discreta e sem nenhum tipo de informação nas edições seguintes. Pela insistência, pela longa espera e pela reconquista da atenção do governo do Estado, não deveriam

³¹Destacamos, novamente, que chegamos a essa hipótese após o entrecruzamento das informações do Acervo Histórico da ALESP com os dados da Câmara Municipal de Bragança. Trouxemos a listagem consultada com os nomes dos deputados da Assembleia Estadual no anexo desta pesquisa.

os editores do Cidade de Bragança dedicar uma atenção especial a este fato?

A própria direção do Segundo Grupo Escolar não fez nenhuma cerimônia ou celebração especial pelo acontecimento também. A única ação do diretor foi pedir, através do jornal, donativos para a criação da Caixa Escolar deste estabelecimento.

2º Grupo Escolar – Caixa Escolar – O director deste grupo está organizando a Caixa Escolar do estabelecimento, havendo para isso, distribuido circulares pedindo donativos. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 15/03/1925, n.3002, p.1)

Entretanto, com um pedido especial do Directório Republicano de Bragança (PRP), o pouco destaque até então dado ao segundo grupo abre espaço para notícias em sequência sobre o estabelecimento.

2º Grupo Escolar – O Directorio Republicano desta cidade solicitou do governo que seja dado o nome de José Guilherme, saudoso educador bragantino, ao 2º grupo escolar desta cidade. Sabemos que a informação do sr. inspector escolar do districto será favorável a esse pedido do Directorio. (CIDADE DE BRAGANÇA, 09/07/1925, n.3034, p.2)

Podemos, então, perceber que o fato de não ter havido nenhum tipo de comentário especial em relação à conversão das escolas reunidas em grupo escolar foi proposital. O Directório Republicano (PRP), representado pelo seu jornal, não podia ainda celebrar essa conquista, pois ela ainda não tinha a assinatura deste partido. A conversão foi um ato do governo do Estado. Sob o nome de uma das figuras mais importantes deste Directório, José Guilherme, este estabelecimento passaria a ser representado como uma conquista alcançada pelas mãos e pela influência desses políticos para a população bragantina.

Algumas semanas depois, o pedido foi aceito e o Segundo Grupo Escolar de Bragança passa a se chamar Grupo Escolar José Guilherme.

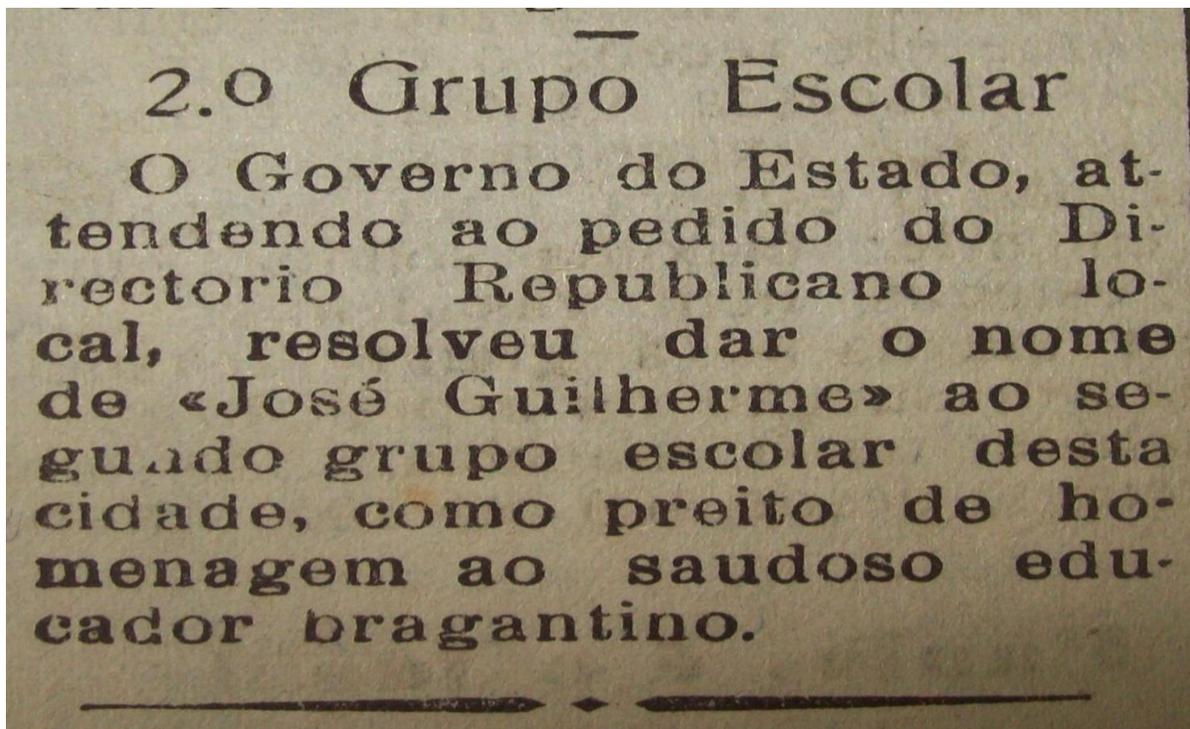


Figura 25 Nomeação do Segundo Grupo Escolar.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 23/07/1925, n.3038, p.2

Para a consolidação desta associação ao Partido Republicano (PRP), é inaugurado o retrato de José Guilherme no prédio do Grupo Escolar.

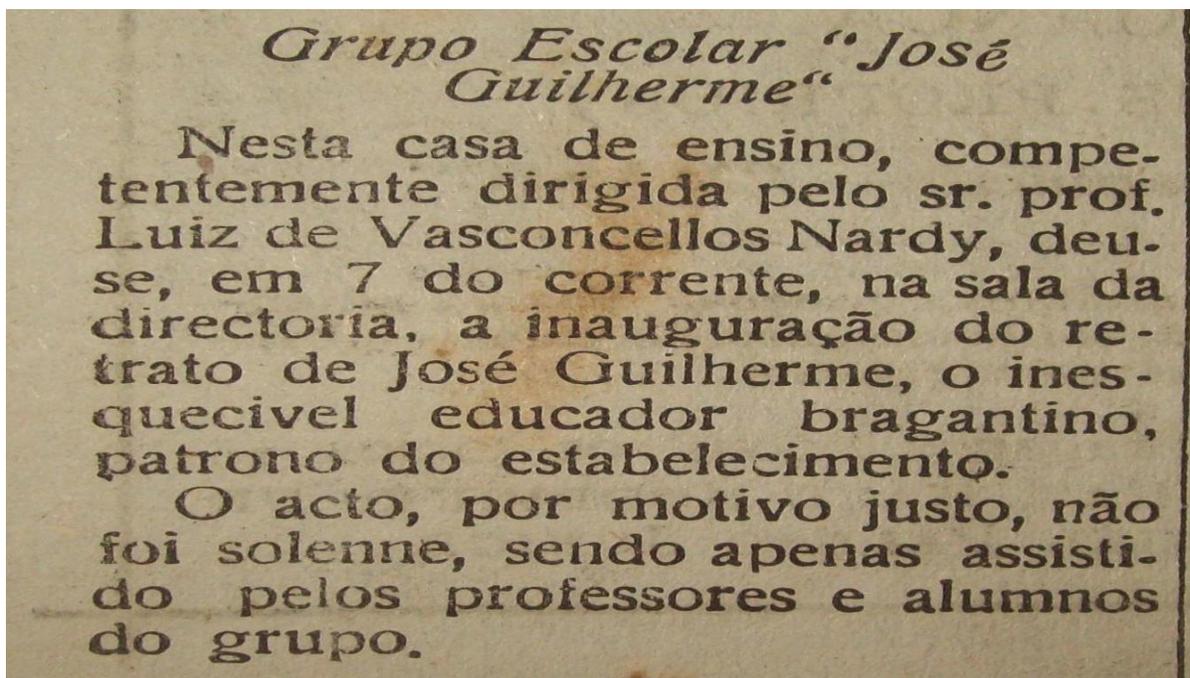


Figura 26 Inauguração do retrato de José Guilherme.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 10/09/1925, n.3052, p.2

Com este ato, uma disputa travada desde 1896, data da primeira sugestão para se dar o nome de José Guilherme ao primeiro grupo escolar, estava acabada. Mais uma vez, a situação (o PRP) foi a vitoriosa. A partir de então, o periódico Cidade de Bragança, que antes dava um grande destaque ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, especialmente em relação às festas de encerramento do ano letivo, acontecimento que era descrito com todos os detalhes ocupando quase completamente a primeira página do jornal, passa a dar esta atenção ao Grupo Escolar José Guilherme. Antes de ter essa denominação, contudo, o destaque a tais cerimônias era ínfimo, ocupando três a quatro linhas de uma coluna na página dois. Desde então, as posições se invertem. O nome José Guilherme é estampado na primeira página e a matéria, por vezes, tinha continuação em edições seguidas. Há um movimento de predileção, por parte do Diretório Republicano (PRP) representado pelo Cidade de Bragança, por este estabelecimento em relação àquele. O que almejava este grupo político com essa ação? Seria esta uma estratégia para alavancar ao patamar do primeiro grupo escolar o Grupo José Guilherme? Parece-nos que sim.

Em 1926, segundo O Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, o José Guilherme atendia 462 (se do total retiramos 55 alunos eliminados³²) crianças, distribuídas em dez classes.

³² Os critérios para eliminação eram: pontualidade, assiduidade e aproveitamento do aluno. (Fonte: Decreto N. 5884).

ESTATISTICA GERAL DOS GRUPOS

2.a ZONA

ESTABELECIMENTOS	N. de classes	Matricula Geral			Eliminações		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
17. Distrito							
Atibaia — “José Alvim”	13	291	248	539	61	47	108
Bragança — “Jorge Tibiriçá”	20	449	436	885	84	82	166
Bragança — “José Guilherme”	10	218	299	517	24	31	55
Joanópolis	9	144	145	289	51	25	76
Piracaia	10	155	160	316	38	37	75
Total	61	1.258	1.288	2.546	258	222	480

Figura 27 Movimento no Grupo Escolar José Guilherme, 1926.

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1926, p.40.

O mesmo documento traz uma informação sobre a caixa escolar dos dois Grupos de Bragança.

Estabelecimentos	Receita	Despeza	Saldo para 1927
Grupo “Dr. Jorge Tibiriçá”	11:036\$170	3:145\$600	7:890\$570
Grupo “José Guilherme”	1:065\$700	990\$600	75\$100
Grupo “José Alvim”	2:158\$200	1:726\$100	431\$100
Grupo de Piracaia	1:220\$400	747\$500	472\$900
Grupo de Joannópolis	—	—	—
Total	15:480\$470	6:609\$800	8:870\$670

Figura 28 Movimento das Caixas Escolares, 1926. Destaque para a diferença de receita entre o Grupo Dr. Jorge Tibiriçá e o Grupo José Guilherme.

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1926, p.222.

À frente da administração da cidade estava Raul de Aguiar Leme, neto do coronel Luiz Leme, indicado à presidência da Câmara por dois mandatos consecutivos (1926-1930). Nesse período, a cidade passa por diversas reformas e melhoramentos urbanos, como as obras de calçamentos em algumas vias da cidade com paralelepípedos, embelezamento das praças e largos, todas com a intenção de fazer Bragança continuar trilhando o “caminho do progresso”.

Da terra dos bandeirantes – A cidade de Bragança – [...] Na cidade existem algumas praças, obras da nova administração. O presidente da câmara, Sr. Raul Leme, muito tem feito pelo progresso da cidade. Não se encontram árvores copadas, mas jardins onde a mão do homem acreditou corrigir a natureza podendo, transformando a vegetação em figuras geométricas, bem traçadas, regulares, simétricas...[...] O comércio é feito, quase na sua totalidade, com o sul de Minas. Não se pode exigir muito de Bragança. Todo seu mal reside na sua colocação. Está imprensada entre duas grandes cidades. De um lado a magestosa capital paulista, do outro a interessante Campinas. A pujança da formosa São Paulo e os progressos de Campinas, transformaram, em penumbra evidente, a febre de ascensão da cidade bragantina. A facilidade de transportes, a proximidade da capital, fazem com que tudo o de mais importante venha, directamente, de São Paulo. [...] –Virgílio Maurício - (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/07/1927, n.3245, p.1)

Notícias como esta, aparecem em quase todas as edições do jornal. Há destaque para os mais variados acontecimentos, quase a maioria ressaltando as qualidades da cidade. A instalação da Diocese de Bragança, a inauguração da nova rede de distribuição da água, inauguração da escola do comércio e da estrada de rodagem Bragança - São Paulo, o novo código de posturas, criação da guarda noturna de Bragança, entre outros. As notícias tratam, também, da chegada de Getúlio à presidência da República e do movimento revolucionário constitucionalista de 1932.

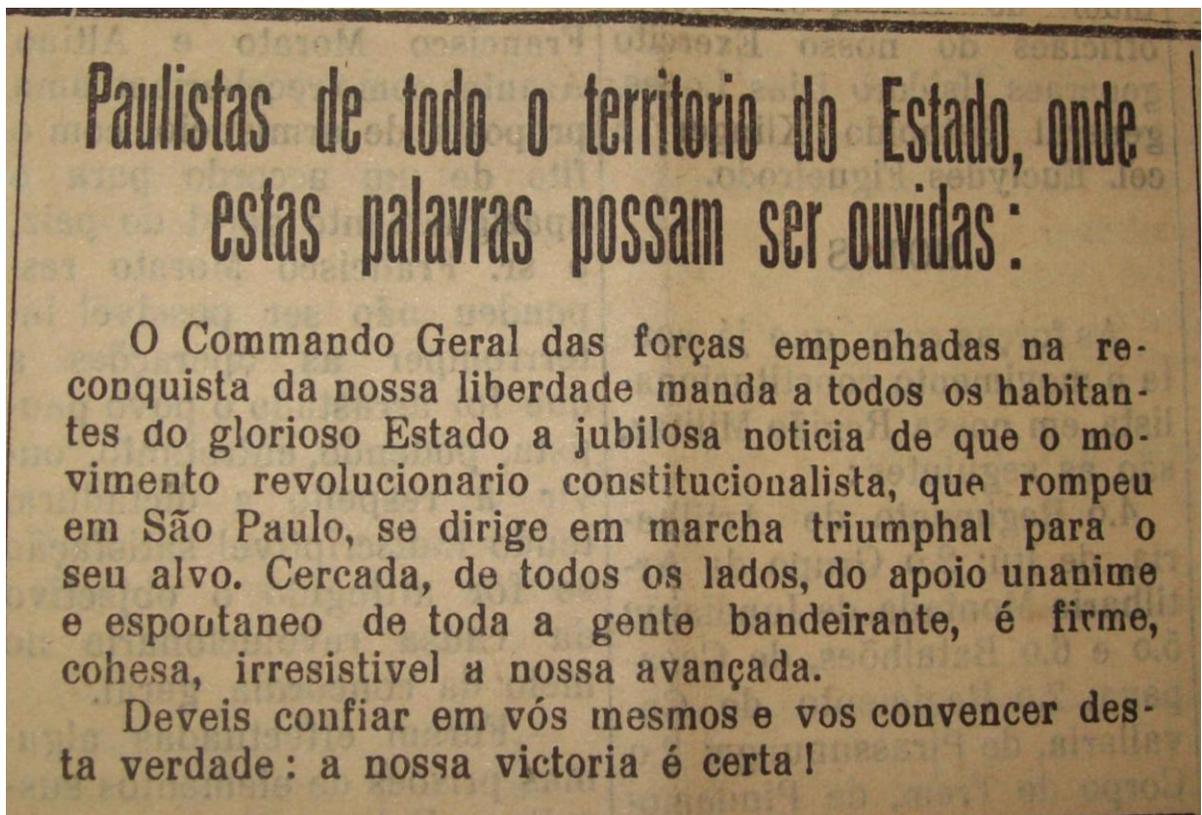


Figura 29 Movimento revolucionário constitucionalista, 1932.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 14/07/1932, n.3758, p.1.

Esse movimento ganha muita repercussão nas páginas do periódico. Em julho, temos a notícia da morte de um voluntário bragantino.

Morte de um voluntario bragantino – Havendo chegado a esta cidade a desoladora noticia do fallecimento, em Cruzeiro, do distincto moço – sr. Elias Bedran, a sua familia manda celebrar uma missa em suffragio de sua alma, na proxima quarta-feira [...] Elias Bedran fazendo parte do Batalhão Bahia, a que foram incorporados os voluntarios bragantinos que daqui partiram em 16 do corrente, achava-se no campo das operações, em defesa da causa constitucionalista. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 31/07/1932, n.3763, p.1)

Inclusive, há uma mobilização por parte dos professores e dos alunos do Grupo Escolar José Guilherme para aquisição de capacetes de aço para os soldados constitucionalistas.

Noticias locais – Pró-capacetes de aço – Entre os professores e alumnos do grupo escolar José Guilherme, foi aberta uma subscrição destinada á aquisição de capacetes de aço para os soldados constitucionalistas. [...] É digna de nota especial nessa subscrição, a contribuição do alumno Paulo Ramalho de Oliveira, do 3º anno, filho do sr. Osorio Ramalho de Oliveira. Esse menino, em cujo peito pulsa um verdadeiro coração paulista, dono de um cofrezinho em que fôra encontrada a importancia de 7\$800, deu-o, em transportes de immenso

contentamento para os soldados defensores da causa sagrada de S. Paulo. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 14/08/1932, n.3767, p.2)

Destaque desta notícia para a contribuição de um garoto com o dinheiro do seu cofrinho. Porém, houve momentos de tensão com ameaças à cidade de Bragança.

Noticias locais – Aviões inimigos – A nossa cidade tem sido, nestes últimos dias, visitada por aviões dictatoriaes. Nas suas incursões, esses aviões têm lançando algumas bombas, não atingindo, entretanto, o centro da cidade. Caidas nos arredores, não têm sido ellas também de graves consequências. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 29/09/1932, n.3780, p.1)

Como esta notícia destaca, não houve registros de bombas que atingissem a parte central da cidade. O ápice dessa tensão ocorreu em outubro de 1932.

Madrugada afflictiva – Bragança, na madrugada de sabbado ultimo, foi despertada com a rumorosa retirada das forças que guardavam as nossas fronteiras. Foi esse, sem duvida, durante os longos dias que durou o movimento revolucionario, o momento mais afflictivo por que passou a nossa população. Ao romper daquelle dia, por toda parte, insistentemente, começou a circular a noticia apavorante de que a nossa cidade, dentro de poucos momentos, seria atacada pelas forças inimigas, que diziam, estavam proximas. Essa noticia, que affirmavam de fonte segura, causou como era natural, o maior desassocego a todos os lares. Pessoas mais animosas procuravam acalmar as familias, mas todos os esforços nesse sentido eram nullificados pela acção das forças que, precipitadamente pela estrada de ferro, em caminhões e automoveis, eram as primeiras a abandonar a cidade, quando pela natureza da sua missão entre nós, deviam ser as ultimas. Dahi, também, a retirada de quantos dispunham de prompto recurso para fazel-o, augmentando, mais ainda, a afflictção dos que tinham forçosamente que ficar. Felizmente, com o correr das horas, sem que o inimigo apparecesse, os espiritos se foram serenando, restabelecendo-se, então a calma na cidade [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 06/10/1932, n.3782, p.1)

Terminado o Movimento, as mães dos voluntários bragantinos mortos em campanha requerem a construção de um monumento em homenagem a eles.

Monumento aos Voluntarios Bragantinos – O Conselho Consultivo, reunido no dia 12 do corrente, resolve sobre a localização do monumento aos voluntarios bragantinos mortos em campanha. A collocação da primeira pedra daquelle obra de arte verificou-se no dia 16, perante centenas de pessoas. [...] Inauguração da placa Praça 9 de Julho, no Taboão. Despacho do sr. dr. Prefeito ao requerimento das mães dos voluntarios mortos. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 19/07/1934, n.3965, p.1)

Em 1933, o jornal Cidade de Bragança deixa de ser controlado pelo Partido Republicano de Bragança (PRP) e passa para as mãos do proprietário de outro periódico local, o Bragança

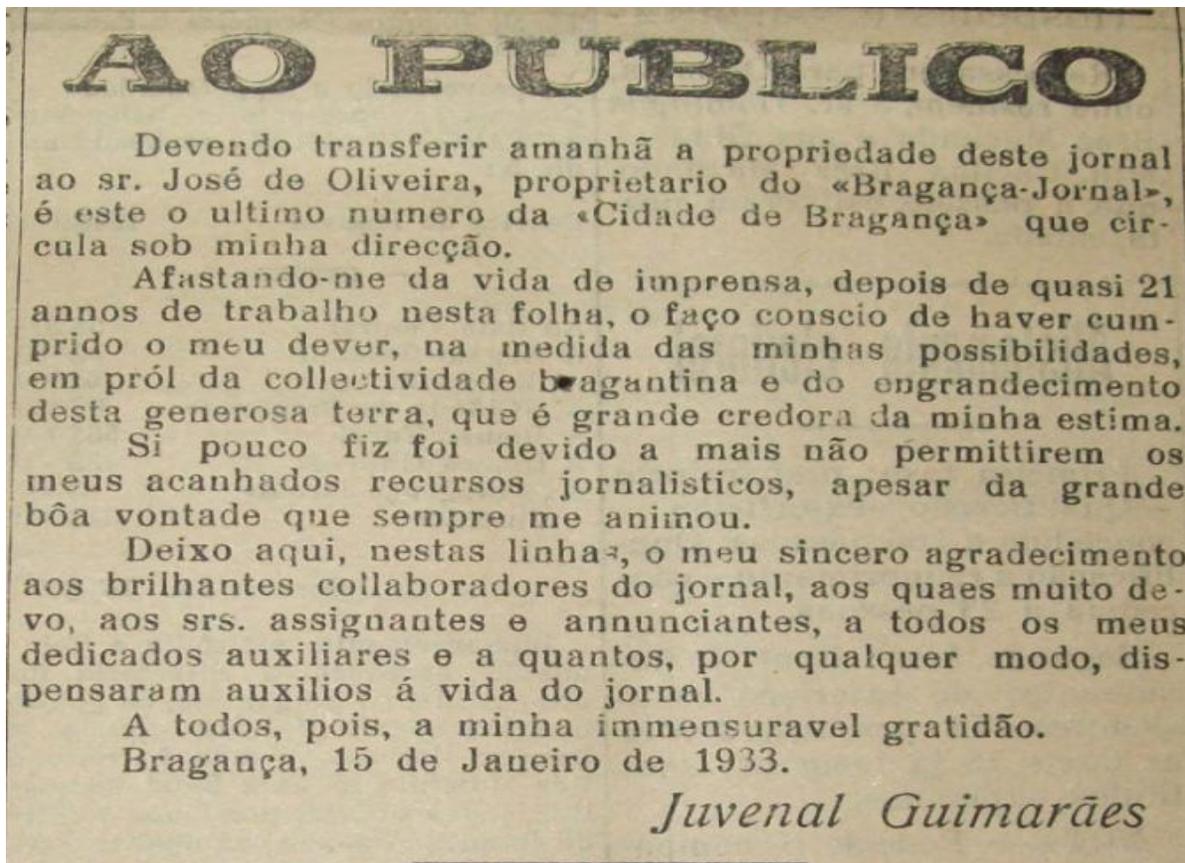


Figura 30 Transferência de propriedade do Cidade de Bragança.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 15/01/1933, n.3811, p.1

Apesar da troca de proprietário e da mudança do slogan do jornal -“Orgam dedicado aos interesses do município”-, o tom conservador nas notícias foi mantido, embora algumas críticas aparecessem em algumas edições.

Uma visita á opulenta cidade de Bragança – [...] O 1º Grupo Escolar dr. Jorge Tibiriçá, confortavelmente installado num amplo e moderno edificio, com todos os requisitos da hygiene, tem uma frequencia de 706 alumnos de ambos os sexos que buscam o saber em dois periodos diarios. [...] Mais modesto é o Grupo Escolar José Guilherme que funciona num predio que não corresponde aos requisittos, si bem que todos os esforços sejam envidados para que a hygiene seja rigorosa e a ventilação perfeita, 231 meninos e 220 meninas frequentam esse Grupo, do qual é director o prof. Jose Tavares. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 19/11/1933, n.3897, p.1)

³³ Apesar dessa troca de proprietário, a linha editorial do jornal continua sendo, embora um pouco mais contida, alinhada aos interesses do PRP.

Este é o primeiro registro que temos de algum tipo de reclamação em relação ao prédio do Grupo Escolar José Guilherme. Até então, como vimos, as crianças estavam “magnificamente instaladas” neste casarão. Nesta notícia, observamos que, apesar de alguns esforços para atender a requisitos mínimos de higiene e ventilação, o prédio não estava em condições adequadas para abrigar 451 alunos. Começava-se, de modo ainda tímido, a campanha pela construção de um prédio específico para abrigar o Grupo José Guilherme.

Outro aspecto relevante nesse momento foi que, com a venda do Cidade de Bragança, começamos a obter notícias sobre a oposição política de Bragança, representada, nesse momento, pelo Partido Constitucionalista (PC). Logo na primeira delas, temos o resultado das eleições para a composição da Assembleia Legislativa Estadual.

O pleito de 14 de outubro – Terça-feira ultima, verificou-se, em São Paulo, a abertura das urnas que encerravam a votação de Bragança, no pleito de 14 de Outubro proximo passado. Como era natural, todos aquelles que se interessaram pelo resultado daquela eleição estavam curiosos pelo que as urnas decidissem, pois, na verdade, o pleito foi disputadissimo, empenhando-se os partidos P.R.P. e P.C. para a conquista da victoria. Em todos os logares, onde houvesse radio, homens, mulheres, e creanças até acompanhavam, attentamente, a transmissão dos resultados, cada um tomando suas notas. E das urnas resultou a seguinte votação, segundo o que se lê no Correio Paulistano e Diario de São Paulo, de hontem: P.C. -1775; P.R.P. -1578. A differença de votos é de 217 favoravel ao Partido Constitucionalista, para a composição da Constituinte Estadual. Uma vez verificada a victoria do P.C. por 217 votos, os partidarios dessa aggremação politica ás 19 horas, se dirigiram á residencia do presidente do Partido Constitucionalista, sr. Raul Rodrigues de Siqueira, afim de trazel-o á sede, para receber as homenagens dos seus correligionarios, [...] Á noite, ao palacete do sr, Raul Aguiar Leme, presidente do directorio do Partido Republicano Paulista, se dirigiram numerosos amigos e correligionarios politicos que, mesmo deante do resultado das urnas, desfavoravel ao P.R.P., não deixaram de ir levar-lhe as expressões de sua solidariedade. (CIDADE DE BRAGANÇA, 01/11/1934, n.3995, p.1)

Acompanhando o resultado geral das eleições, o PC de Bragança também se saiu vitorioso. Por uma pequena diferença de votos, a oposição havia eleito seu representante pela primeira vez. Com isto, a nossa hipótese de fortalecimento desse grupo³⁴, desde a greve dos colonos em 1911, ganha respaldo. Não apareceram nas páginas do periódico, pois este era

³⁴ Lembramos que o grupo de oposição em Bragança ao longo do recorte temporal desta pesquisa recebeu diversas denominações: inicialmente glyceristas; a partir de 1910 hermistas ou membros do PRC (Partido Republicano Conservador); e, desde 1930, membros do PC (Partido Constitucionalista), liderados por Raul Rodrigues de Siqueira, presidente do diretório de Bragança. Porém, os membros dessa oposição sempre foram os mesmos ou representados por integrantes das mesmas famílias.

controlado pelo PRP, mas estavam se articulando e aguardando o momento de eleger seu representante. O Movimento de 1932 impulsionou o PC que obteve a maioria dos deputados na composição da Assembleia Legislativa estadual (36 deputados do PC contra 22 do PRP, em um total de 60). Essa oposição fortalecida, como discutido anteriormente, teve papel fundamental na relação entre o município e o governo do Estado, o que acabou implicando em uma política de desvalorização da cidade de Bragança, o que a deixou à margem dos investimentos do governo do Estado, sendo decisiva para a demora na instalação do segundo grupo escolar da cidade.

De que maneira esta oposição, que nesse momento se tornara situação, conduziu as negociações com o governo do Estado pela construção do novo edifício do Grupo Escolar José Guilherme?

3.5 O terceiro ato: o novo edifício - da pedra fundamental a Rubens do Amaral (1936 – 1944)

Pedra Fundamental do Grupo Escolar José Guilherme – Com a presença de altas autoridades do governo do Estado, dar-se-á hoje, às 14 ½ horas, a cerimônia do lançamento da pedra fundamental do edifício do grupo escolar José Guilherme, á rua D. Carolina, nesta cidade. [...] Os representantes do governo estadual serão recebidos no Paço Municipal, logo após a chegada, discursando, por essa ocasião, o sr. Oswaldo Russomano, prefeito interino, e farão visitas ao Sanatorio, Cia. Fabril Santa Basillisa e fazenda Caethê. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 08/03/1936, n.4134, p.2)

Com o PC no comando do governo do Estado desde 1935, o pedido para a construção do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme foi aceito. Era o começo da concretização de um projeto que teve suas primeiras aspirações em 1910, ou seja, após longos vinte e seis anos a primeira pedra deste edifício era lançada.

De acordo com Silva,

[...] essa comitiva na chegada a Bragança, foi recebida pelo prefeito municipal, por membros do Conselho Consultivo Municipal e do Partido Constitucionalista, por autoridades judiciais, por representantes de associações de classe e imprensa local, além de pessoas “gradas” da sociedade bragantina. (SILVA, 2012, p.98)

SOLENNEMENTE LANÇADA A PEDRA FUNDAMENTAL DO EDIFÍCIO PARA O GRUPO ESCOLAR "JOSÉ GUILHERME", DE BRAGANÇA

Presidiu a cerimonia o sr. secretario de Educação, estando presentes os secretarios da Agricultura, Justiça e Viação — A recepção em Atibaia e a chegada em Bragança — A visita ao Preventorio — Os discursos proferidos no grande almoço — Outras notas

Consoante publicámos, realizou-se domingo, em Bragança, com notavel brilho, a cerimonia do lançamento da pedra fundamental do novo edificio para o Grupo Escolar "José Guilherme".

Especialmente convidado, presidiu a cerimonia o sr. Camillo de Moura Campos, secretario de Educação e Saúde Publica, que viajou para aquella cidade acompanhado dos srs. Piza Sobrinho, secretario da Agricultura; Sylvio Portugal, secretario da Justiça; Ranulpho Pinheiro Lima, secretaria da Viação e dos representantes dos srs. secretario da Segurança Publica e Fazenda.

Com a comitiva, que viajou em automoveis, seguiram mais os srs. dr. Almeida Junior, director geral do Ensino; professor Waldemar Ferreira, e



filha; professor Pinto Pereira, da Faculdade de Direito de São Paulo; deputados Ernesto Leme e sr. Aureliano Leite, Carlos Pereira de Queiroz e Francisco Rodrigues; tenente coronel Sebastião do Amaral, comandante do Regimento de Cavallaria da Força Publica; Francisco Macquinta, A. Meireles Reis Filho, director geral da Secretaria de Educação; Oscar Machado, director de Obras da Secretaria de Viação; José Ramos de Figueiredo, official de gabinete do sr. secretario da Justiça; Constantino Vas Guimarães, official de gabinete do sr. secretario da Agricultura; Sylvio de Toledo, official de gabinete do sr. secretario de Viação; além de outras pessoas gradas e re-

(Conclui na pagina 14)



Figura 31 Lançamento da pedra fundamental, 1936.

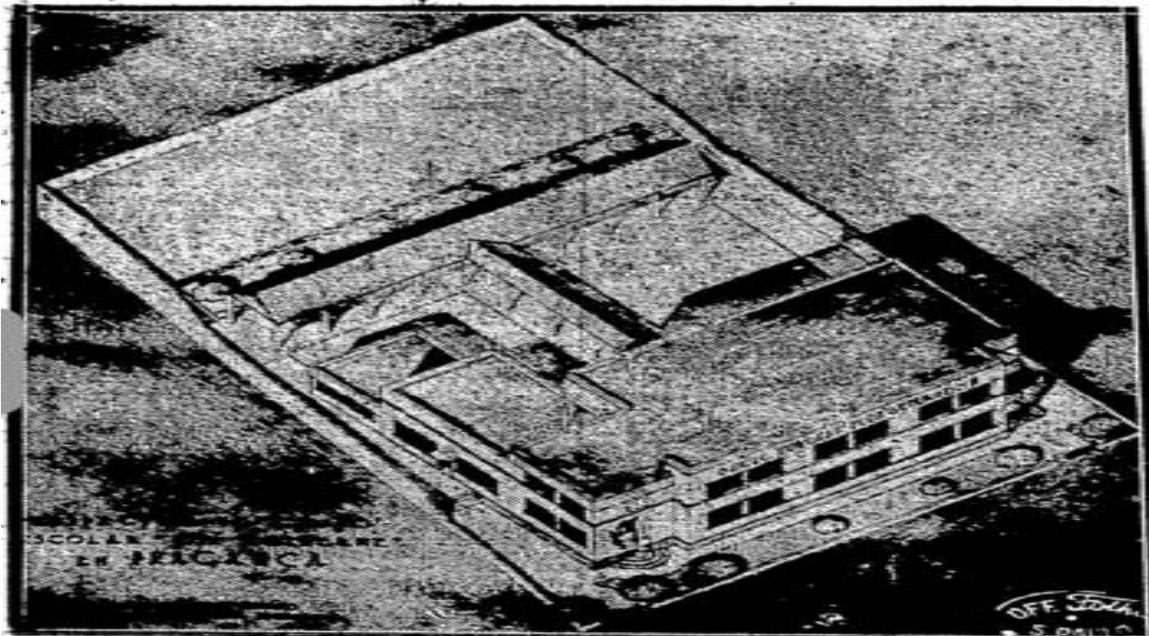
Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 10/03/1936, N. 3671, p. 20.

Na figura 31, podemos observar a participação do jornal Folha da Manhã na cobertura da cerimônia. Com um grande destaque, incluindo fotos, este jornal participou ativamente da campanha por esta construção.

Este periódico traz suas origens do jornal *Folha de São Paulo*, fundado em 19 de fevereiro de 1921, originalmente como o nome de *Folha da Noite*, por Olival Costa e Pedro Cunha. O jornal apoiou a eleição de Júlio Prestes à presidência da República, em 1930. Entretanto, diante a vitória dos revolucionários de 1930, a Folha foi depredada e fechada em 24 de outubro do mesmo ano. Em 1931, sob novos donos e nova linha editorial, a Folha voltou a funcionar com o nome de *Folha da Manhã*, quando passou a ser dirigida por Octavio Alves de Lima, Guilherme de Almeida, Diógenes de Lemos Azevedo e Rubens do Amaral, até 1945. (SILVA, 2012). Aliás, este último, teve participação fundamental na construção do edifício, como veremos mais adiante.

Em outra notícia no Cidade de Bragança, temos o destaque para o pioneirismo do projeto do novo prédio.

Pedra Fundamental do Grupo Escolar José Guilherme – [...] O projecto, que foi elaborado pela Comissão de Predios da Directoria do Ensino, é o primeiro que obedece ao novo plano de construcção, de accôrdo com os estudos feitos em collaboração com a Secretaria de Viação. [...] Após o almoço, realizou-se a cerimonia do lançamento da primeira pedra do novo edificio destinado ao grupo escolar José Guilherme, em terreno adquirido pela Prefeitura, á rua D. Carolina, no bairro do Lavapés. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/03/1936, n.4135, p.3)



Perspectiva do edifício do Grupo Escolar "José Guilherme" de Bragança

Figura 32 Perspectiva do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme.
Fonte: Folha da Manhã, 8/03/1936, n. 3670, p. 1.

Segundo Buffa,

Do ponto de vista formal, nesse momento (1930), o edifício se simplifica e se aproxima da linguagem neocolonial. Aparecem os beirais e os ornamentos se restringem a um pequeno frontão marcando a entrada da escola. São edifícios austeros, isto é, sem ornamentos devido também a razões financeiras. (BUFFA, 2002, p.62)

É possível notar essas características na figura 32. Na mesma edição desse jornal, há uma descrição mais detalhada do projeto.

Características do edificio a ser construido - O projeto do novo edificio para o Grupo escolar “José Guilherme”, cuja a construção está orçada em 300 contos, foi elaborado pela Comissão de Predios da Directoria Geral de Ensino. E’ o primeiro que obedece ao novo plano daquela repartição de accordo com os estudos feitos em collaboração com a Directoria de Obras, da Secretaria da Viação. O novo prédio conterà: no andar terreo: vestíbulo de entrada, portaria, sala do diretor e secretaria, sala dos professores e gabinetes sanitários para o director, professores, meninas e meninos; quatro salas de aula, de 6 x 8 ms. corredor, de tres metros de largura, com armarios embutidos, para museu, gymnasio, de 12 x 8, com chuveiros e vestiarios, para alumnos e alumnas; galpão de abrigo, com 35 x 5, tendo uma passagem de 19 x 3; no andar superior : quatro salas de aula, de 6 x 8, sala de leitura, de 9,60 x 5,15; biblioteca, sala para medico, dentista e educadora sanitaria; gabinetes sanitarios para o medico, alumnos e alumnas. (FOLHA DA MANHÃ, 8/03/1936, n. 3670, p. 1)

3.5.1. A localização do terreno: o Lavapés

Antes da festa da Páscoa, Jesus sabia que tinha chegado a sua hora, a hora de passar deste mundo para o Pai.[...] Durante a ceia, o demônio já tinha posto no coração de Judas Iscariotes, filho de Simão, o projeto de trair Jesus. [...] Então Jesus levantou-Se da mesa, tirou o manto, pegou numa toalha e atou-a à cintura. Deitou água numa bacia e começou a lavar os pés aos discípulos e a enxugá-los com a toalha que tinha à cintura. [...] Depois de lavar os pés aos discípulos, Jesus vestiu o manto, sentou-Se de novo e perguntou: «Compreendestes o que acabei de fazer? Vós dizeis que Eu sou o Mestre e o Senhor. E tendes razão, porque o sou. Pois bem: Eu, que sou o Mestre e o Senhor, lavei-vos os pés; por isso vós deveis lavar os pés uns aos outros. Dei-vos o exemplo: vós deveis fazer a mesma coisa que Eu fiz. [...] (SÃO JOÃO, 13, 1-15)

Não há muitas informações quanto à escolha do nome Lavapés para denominar a área de várzea na região norte da cidade. Alguns dizem que é uma alusão à passagem bíblica. Outros citam que, devido ao ribeirão aí existente, as pessoas que vinham da zona rural rumo ao centro da cidade lavavam em suas águas os pés e as botinas sujos de barro pelo trabalho na roça. Mesmo

sem podermos localizar com certeza o nome do bairro, fato é que este local tendeu a ser pouco valorizado pelas administrações da Câmara Municipal e pelos próprios moradores da cidade.

Desde o começo da leitura dos periódicos, não encontramos notícias que destacassem a área. Pelo contrário, aspectos negativos sempre foram associados ao Lavapés. O que mais chamava a atenção era a questão das enchentes e do lamaçal em que se tornavam as ruas do local com as chuvas.

Pedido Justo – devido á copiosa e constante chuva, tornaram-se intransitaveis a rua do Mercado e largo do Lava-pés[...] O largo tornou-se um atoleiro onde pessoas á pé com difficuldade passam, com especialidade as mulheres, que precisam tirar os calçados e levantar suas roupas para atravessal-o. É de justiça que a camara municipal mande macadamisar taes lugares [...] Luz electrica com ruas lamacentas, é o mesmo que trajar um individuo de casaca com um chapéo de palha na cabeça e chinela nos pés. [...] –Z – (A NOTICIA, 10/02/1906, n.33, p.1)

Chuva e Lama – [...] O largo do Lava-pés, actualmente só transitável com muito esforço, até parece um vermelho mar de...lama. Assim, num destes dias, ao querer atravessal-o, um cavalheiro caiu, por infelicidade, barreando-se todo. Vexado por não poder chegar á cidade, quis comprar vestes, e, como não as encontrasse, viu-se na triste contingencia e na dura necessidade de lavar-se vestido. Parece pilheria mas não é. [...] (A NOTICIA, 03/03/1906, n.39, p.1)

Consequencia das chuvas – Devido ás chuvas torrencias cahidas nestes ultimos dias, cresceram consideravelmente as aguas do ribeirão Lavapés, inundando diversos pontos da parte baixa da cidade. O phenomeno produziu estragos materiaes em diversas casas de commercio e particulares, damnificando generos e causando serios embaraços aos moradores. Com as chuvas, até um jacaré appareceu lá pelo Lavapés, sendo morto a tiros por pessôas alli residentes. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 25/12/1927, n.3288, p.1)

Além desses problemas, outros incomodavam os transeuntes, comerciantes e moradores locais, desde fins do século XIX.

Iluminação – Continuam as queixas contra o modo porque é feito o serviço da illuminação. Tarde chegam os acendedores ao quarteirão do Lava-pés, e ás 10 horas da noite já se estão apagando os lampiões. [...] Esperamos que se tomem providencias. (O Guaripocaba, 21/10/1886, n.591, p.2)

Vaccas e cabras – Os moradores do Lava-pés reclamam providencias contra o abuso de soltarem-se vaccas e cabras na rua. Por nossa parte pedimos ao sr. fiscal para que tome em consideração taes queixas, adoptando medidas para que, de conformidade com as posturas municipaes, as criações sejam retiradas dos

largos e ruas da cidade. (O Guaripocaba, 07/11/1886, n.596, p.2)

Reclamação – Em artigo que vae inserto em outra secção da folha, se faz ver a falta de aceio no fim da rua do Commercio e proximidades do Lava-pés. Para esse artigo chamamos a attenção dos srs. Fiscaes e do digno cidadão intendente. (Gazeta de Bragança, 31/01/1895, n.379, p.2)



Figura 33 Vista do Lavapés em direção ao centro da cidade, início do século XX. A rua larga à direita é a Rua Barão de Juquery.
Fonte: Acervo CDAPH, s/d.

Essas notícias atestam que o Lavapés era uma área que sofria com a falta de infraestrutura. Além disso, como já tratamos anteriormente neste trabalho, o Lavapés ficava na área norte da cidade, área menos valorizada devido à direção do vento e do curso dos rios. Assim, ali era o local perfeito para a instalação de indústrias, hospitais e estabelecimentos comerciais menos valorizados. Isto impactava na cobrança do imposto predial que era quase um terço do valor cobrado em outras áreas da cidade.

Local de passagem para os tropeiros rumo ao sul de Minas Gerais, o Lavapés era uma área propícia à casa de jogos, bordéis e outros estabelecimentos não quistos pelas classes mais abastadas da cidade.

Bordel – Comunicam-nos o seguinte: existe na rua do Commercio d'esta cidade, em a descida do Lava-pés, um bordel com o titulo de restaurant, onde encontra-se um escolhido pessoal com excellentes rodas de buzio e bôas mezas para todos os jogos. [...] É um verdadeiro bordel. (O Guaripocaba, 23/04/1887, n.644, p.2)

Nos periódicos locais esse lugar, inúmeras vezes, foi identificado como um lugar perigoso, frequentado pelos “amigos do alheio”. Em uma das notícias encontradas nos periódicos, há um caso muito significativo que nos ajuda a exemplificar a percepção do Lavapés para as elites locais.

Reportagem – [...] Com vista aos moleques: a tal carrocinha, de que falei na reportagem passada, ainda se acha no mesmo local. Convem que a façam dar um passeiozito là pelo Lava-pés afôra. Isto de estar parado assim até é ruim para os nervos. [...] (O Guaripocaba, 09/11/1888, n.809, p.2)

De acordo com o jornalista, a carrocinha que está parada, abandonada no centro da cidade, deveria ser levada ao Largo do Lavapés a fim de ser “levada dali para fora”. Levada por quem?

As margens do ribeirão eram também freqüentadas por lavadeiras. Estas incomodavam não só pelo linguajar utilizado, mas também por nadarem nuas nessas águas.

Congressos á beira d'agoa – É um gosto ver as quitadeiras com as lavadeiras de roupa em sessão de fresca parolagem á margem do ribeirão, perto da ponte do Lava-pés. Sahem d'alli pratinhos de uma succluencia arrebatadora, mesmo de causar arrepios aos visinhos e transeuntes. Alem do desenferrujamento de lingua, com phrases apimentadas e descommunalmente descabelladas, capazes de levarem couro e cabelo, seguem á risca o annexim [...] E lá tira uma ou outra a roupa e toma o seu banho muito descaradamente á vista de deus e todo o

... mundo... E não haverá meio de pôr cobro a essas poucas-vergonhas?! (O Guaripocaba, 21/10/1886, n.591, p.1)

Lama, poeira, enchente, bordéis, prostitutas, gatunos, iluminação precária, local de passagem de tropas, pasto para cavalos, cabras e vacas, atos de imoralidade, área industrial. Estes foram os adjetivos utilizados para descrever o Lavapés encontrados durante a pesquisa. Permanências desse momento, dessa visão da elite sobre este local, encontram-se no imaginário da população de Bragança na contemporaneidade. Visto ainda como um local de passagem, de veículos e pedestres, durante o dia, ligando o centro da cidade aos bairros, e um ambiente perigoso durante à noite, habitado por prostitutas e por gatunos, a percepção do bairro do Lavapés é matizada por esta tendência de mais de um século em depreciá-lo.

Sendo observados todos esses aspectos, o que levou a prefeitura municipal a escolher um terreno nesse local para a edificação do prédio do Grupo Escolar José Guilherme?

Buffa destaca que,

partindo do princípio de que a escola primária exige ar puro abundante, luz solar e espaço, e que as primeiras condições subordinam-se à última, dedica-se especial atenção ao terreno que deve ter boa localização, isto é, adequada à população a que vai servir e longe de ruídos de trânsito e de oficinas, do movimento de feiras e mercados, do excesso de poeira, boa configuração e área extensa para comportar espaços para educação física, pátios e jardins. [...] (BUFFA, 2002, p. 74)

De acordo com a descrição do local, podemos notar que o terreno escolhido não atendia a quase nenhum dos requisitos exigidos pela Comissão da Diretoria de Obras e da Secretaria da Viação. Podemos, neste sentido, analisar melhor a afirmação de Buffa. Com relação à questão do ruído do trânsito e de oficinas, sabemos que este terreno ficava a poucos metros da linha férrea e da Estação Bragança, além de estar localizado entre algumas oficinas e pequenas indústrias. Dessa maneira, este requisito não foi cumprido.

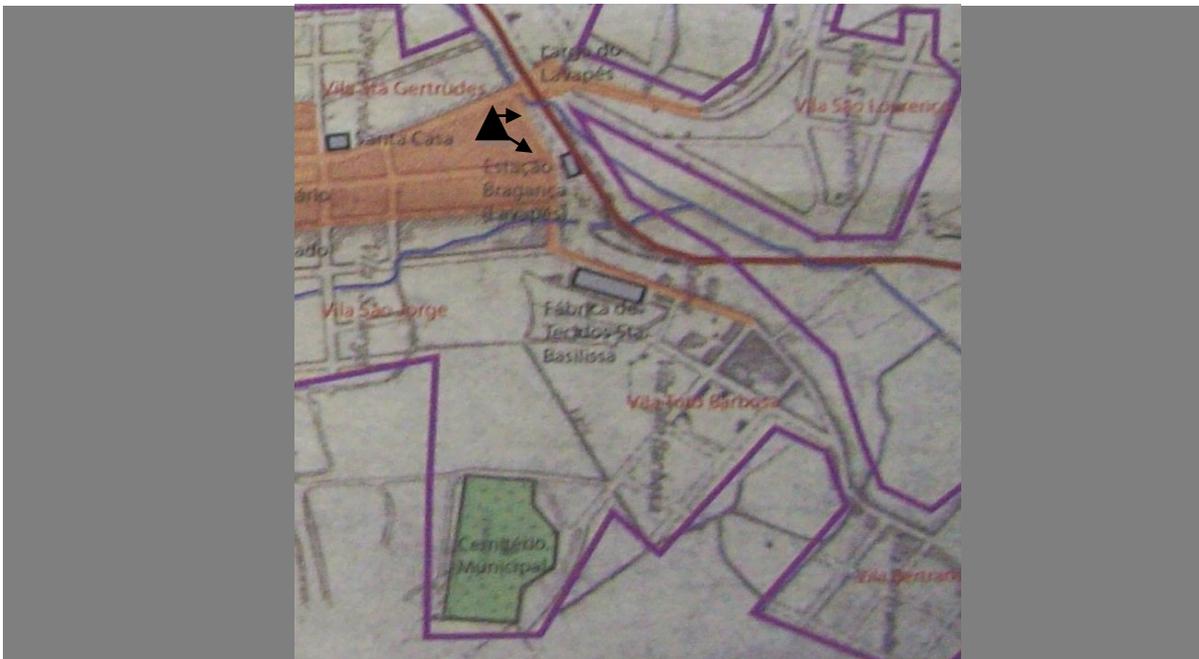


Figura 34 Localização do terreno para construção do prédio do Grupo Escolar José Guilherme, 1936 (destacado pelo triângulo). As setas indicam a proximidade do terreno com a linha férrea (linha vermelha) e a Estação Bragança (retângulo cinza). Mapa base fonte: ISHIZU, 2009, p.151. Intervenção com o triângulo e as setas pretos: Marcello Franceschi.

Em relação à poeira, pelas notícias aqui expostas, sabemos que era um problema nos tempos sem chuva e a lama tomava conta quando havia chuva, indicando mais uma inadequação para ser ele o local da construção do novo prédio.

Um ponto, porém, aos olhos da Câmara Municipal, parece ter se sobressaído a todos esses empecilhos para a escolha desse local. Se observarmos atentamente a figura 35, poderemos notar que o terreno fica em uma posição estratégica em relação aos novos bairros e vilas que foram se constituindo até meados da década de 1940.

Além disso, estava também muito próximo do casarão onde funcionava o prédio adaptado das Escolas Reunidas (figura 35). Com isso, a escolha desse local pode mostrar uma estratégia da Câmara de atender a esta região que, como consideramos como hipótese, era para onde a cidade estava se expandindo. Mas quem eram os moradores dessas vilas? A partir da observação do imposto predial, notamos que os sobrenomes dos grupos das elites de Bragança (Leme, Siqueira, Cintra, Gonçalves) não constavam na cobrança desse imposto nesses novos bairros. Nessa mesma direção, o Código de Posturas Municipal, através da lei nº 239, de 25/11/1928, nos artigos 133 e 134 do capítulo XVII, que tratava das vilas operárias, demandava que

Artigo 133. Não é permitida a localização de villas operarias no perímetro central da cidade.

Artigo 134. Fóra do perímetro central, em cada caso particular a Prefeitura resolverá sobre sua localização, podendo denegar licença, mediante parecer do Engenheiro Municipal. (CIDADE DE BRAGANÇA, 14/10/1928, n. 3371, p.1)

Não tendo opções, uma vez que a outra região em expansão, nesse momento, era a zona sul, tendo ainda as fazendas como a sua fonte de comércio e muito distante da zona norte onde estavam localizadas as indústrias e oficinas mais importantes e impossibilitados de residirem no centro da cidade devido ao novo Código de Posturas, restava a área norte além da linha férrea e em direção ao matadouro para a construção de casas que abrigassem essa população.

Tratava-se, certamente, de uma proposta de segregação espacial, em que a ocupação do espaço da cidade reproduzia e reforçava as relações hierárquicas e de dominação que marcavam a vida da sociedade. Defini-se explicitamente uma divisão de territórios específicos e separados para cada classe social. O lugar destinado às classes populares e aos trabalhadores, as classes perigosas, como gostavam de dizer muitos republicanos no início do século, na cidade, reproduzia e ampliava os esquemas de controle social desenvolvidos durante os três séculos de escravidão. (Câmara Municipal de Bragança Paulista, 1998, p.108-109)

Evidencia-se, dessa forma, que eram, na sua maioria, operários os moradores dessas vilas e eram os filhos desses que o Grupo Escolar José Guilherme deveria atender. Corroborando com essa informação, um levantamento feito por Silva (2012, p. 83), observando a lista de matrículas do 1º ano da sala feminina deste grupo, no ano de 1928, há uma diversidade de sobrenomes, mas somente os de três alunas remetem às elites: uma com o sobrenome Leme e duas com Siqueira. Ou seja, as elites provavelmente tendiam a não matricular seus filhos nesse grupo escolar.

Mais importante do que o barulho dos trens, das indústrias e das oficinas, do que a poeira ou a lama era responder aos anseios das elites. Mantendo o José Guilherme no Lavapés, mantinham-se os filhos das classes menos favorecidas longe do centro da cidade e, especialmente, longe do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá. Para esse fim, o terreno localizado à Rua Dona Carolina era perfeito.

Julgamos pertinente propor que a localização do terreno e conseqüente localização do prédio do Grupo Escolar José Guilherme no bairro do Lavapés foi um dos aspectos necessários para disseminar junto à população local um relativo sentimento de inferioridade como sendo este um estabelecimento de menor prestígio se comparado ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.

3.5.2 Disputas Políticas e o Início das Obras



Figura 36 Recorte de uma matéria do Cidade de Bragança - data provável março de 1936 (faz referência ao dia 8, 08/03/1936, data do lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar José Guilherme). Não foi possível identificar outros dados referenciais, a não ser o fato de que a notícia está localizada na primeira página deste periódico. Destaque para a foto que demonstra aspectos do terreno e dos arredores onde seria construído o Grupo no Lavapés.
Fonte: SILVA, 2012. p. 100.

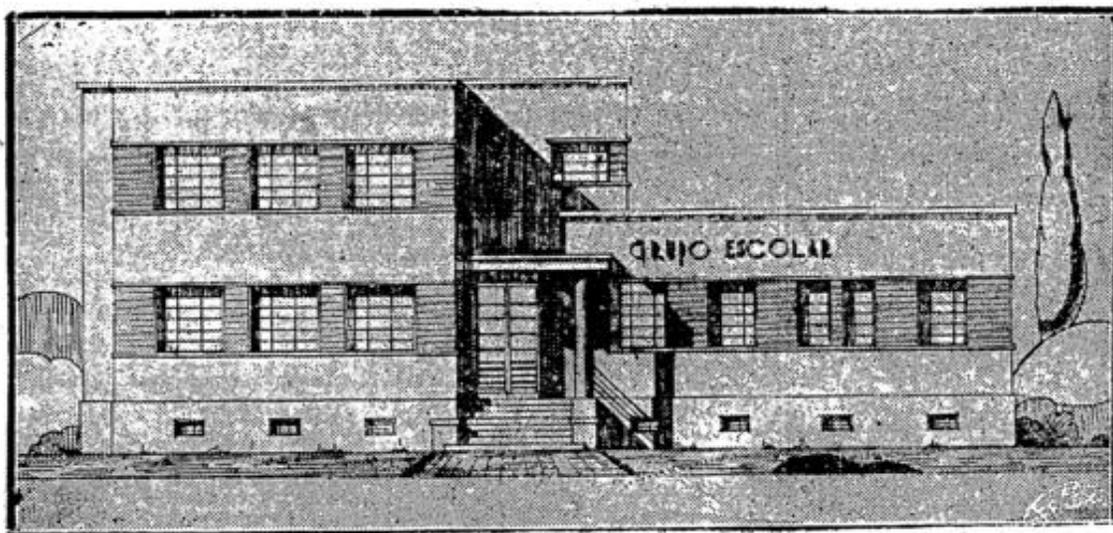
A escolha do terreno e o início das obras não representaram um arrefecimento na disputa entre o PRP e o PC de Bragança. Muito pelo contrário. A matéria apresentada na figura 36

demonstra o quanto estava aquecida essa tensão. O título (Prometteu e cumpriu?!) faz alusão a uma matéria do periódico Gazeta do PC, que trazia que o Partido Constitucionalista havia prometido e cumprido a construção do prédio do José Guilherme. Como podemos observar na fotografia, não havia nada construído ainda. Notamos que o terreno havia sido limpo e que estava pronto para receber a fundação do edifício. De acordo com a matéria, o lançamento da pedra fundamental, foi uma manobra do PC para impressionar a população bragantina somente. Em uma crítica indireta ao Folha da Manhã, menciona que, diferentemente do que fora relatado por este, a cerimônia não teve participação “do povo”. Por fim, destaca que o terreno escolhido era um “charco” inadequado para a construção do prédio. Não conseguimos rastrear algum tipo de resposta a estas críticas no Folha da Manhã ou em qualquer outro periódico pesquisado. O que encontramos foram notícias de que as obras estavam custando a sair do papel.

Segundo o Jornal Folha da Manhã, após o lançamento da pedra fundamental, o projeto original havia sofrido algumas modificações a fim de diminuir os custos da obra. Com isso, a construção foi somente iniciada em 1937, ou seja, um ano após a cerimônia do lançamento.

INICIOU-SE A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO GRUPO ESCOLAR “JOSÉ GUILHERME”, EM BRAGANÇA

O PROJECTO ORIGINAL SOFFREU VARIAS MODIFICAÇÕES



Fachada do Grupo Escolar "José Guilherme", de acórdio com o novo projecto

Figura 37 Início da construção do prédio. Comparar a fachada deste projeto com a da figura 32.
Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 25/03/1937, n. 3994, p. 18.

Esta mesma notícia destaca que o “Dr. Ayr Albuquerque (engenheiro da obra) informou-nos ainda que todo o edifício deverá ficar concluído até o fim do corrente ano” (FOLHA DA MANHÃ, 25/03/1937, n. 3994, p. 18.) Pelo o que encontramos nos periódicos, anuários e almanaques, somente demarcações no terreno foram feitas nesse momento.

No final de 1937, encontramos uma notícia no Folha da Manhã mencionando que as obras seriam reiniciadas em breve.

A fim de que sejam concluídas as obras de construções do novo prédio para o funcionamento do Grupo Escolar José Guilherme o governo do Estado fez publicar um edital de concorrência pública para esse fim [...] A conclusão das obras esta orçada em 193:781\$800 e uma vez que já finalizou o prazo de entrega de propostas, deverão os trabalhos ser reiniciados dentro em breve. (FOLHA DA MANHÃ, 28/11/1937, n.4206, p.22)

Desse modo, chegávamos ao final de 1937 sem a construção ser iniciada e bem longe da conclusão como havia prometido o engenheiro no começo do mesmo ano.

Com isso, o PRP cobrava tanto o PC municipal quanto o Estadual. Em uma das notícias no Cidade de Bragança,

Boatos da semana – [...] Por falta de verba do governo do Estado, encontram-se, ainda paralyadas, as obras de construção do grupo escolar do Lava-pés. Entretanto, é possível que logo no começo do ano (não se sabe que anno), sejam atacados os serviços. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 21/08/1938, n.4387, p.1)

A ironia utilizada pelo editor retrata bem o tom com o qual essa disputa entre os partidos era realizada. Contando quase três anos do lançamento da pedra fundamental, não se tinha nada construído. O motivo alegado era a falta de verbas do governo do Estado. Entretanto, não tínhamos críticas diretas a ele. As reivindicações eram sempre feitas cobrando o partido (PC) e normalmente com um tom irônico. Provavelmente isso ocorresse devido à censura imposta pelo governo do Estado Novo à imprensa. Destacamos o ofício recebido pelo Cidade de Bragança.

PELA POLICIA

Da delegacia de policia desta cidade, recebemos, em data de 1 do corrente mez, sob o numero 157, o seguinte officio:

«Sr. José de Oliveira

Diretor-proprietario da «Cidade de Bragança»

BRAGANÇA

Comunico-vos que, doravante, a censura á imprensa fica a cargo das autoridades policiaes, que deverão cingir-se ás determinações constantes da circular n.º 38, do Comandante Secretario da Segurança Publica.

Sendo assim, deveis mandar a esta Delegacia, do dia 4 do corrente em diante, dois originaes de cada pagina da «Cidade de Bragança», ficando uma archivada nesta Delegacia e a outra nessa redação, devidamente autenticadas.

Como comprovante transcreve-se o seguinte telegrama circular: «Delegado de Policia — Bragança — N.º 116 — Circular — Comunico-vos vg para devidos fins vg censura imprensa fica cargo das autoridades policiaes que deverão cingir-se circular n. 38 do Comandante Secretario Segurança Publica pt Deveis cumprir e fazer cumprir rigorosamente determinações constantes da citada circular pt Saudações pt Martins Lourenço pt Delegado Regional pt Campinas 14—4—1938».

O Delegado de Policia,

AFFONSO DE ALENCAR LEVY

Figura 38 Censura à imprensa.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 05/05/1938, n.4356, p.2.

Iniciado o ano de 1939, encontramos mais uma notícia pedindo que se iniciem as obras do grupo, no jornal Folha da Manhã, devido ao péssimo estado em que se encontra o casarão adaptado onde funciona o José Guilherme.

As obras que estão paralisadas desde 1937, precisam ser terminadas para solucionar várias lacunas existentes desde 1938 – Creanças que não conseguem matricular-se e alumnos que não podem prosseguir os estudos por falta de logares – apello ao Sr. interventor federal. [...] Pelo facto do local em que esta funcionando o Grupo Escolar José Guilherme ser um velho casarão em ruínas, com pouca accomodação, a offerecer sérios perigos ás crianças, que apesar disso, tem que recorrer desse Grupo, por não existir outro, fora o Grupo Dr. Jorge Tibiriçá. [...] O local em que funciona o Grupo José Guilherme, não pode sanar a lacuna, pois o predio tem só 6 salas, quando necessitava possuir 10. Em

1937, o Governo Estadual, prometteu fazer um prédio para nele funcionar o Grupo. Iniciaram-se os trabalhos, fez-se o serviço de estaqueamento até a base do edifício, gastando o Governo para mais de 100:000\$000. Feito isso, paralyzaram-se as obras e no local, hoje, só se observa um matagal. [...] A succursal da Folha da Manhã, em nome da população bragantina, appella para o Sr. Adhemar de Barros, interventor federal deste Estado, para que s. exa. se digne mandar concluir o Grupo. [...] E é o que os bragantinos esperam do governo do sr. Adhemar de Barros. (FOLHA DA MANHÃ, 07/02/1939, n.4574, p.16)

De acordo com esta notícia, parte da fundação havia sido feita, comprovando que, ao menos, algum tipo de edificação foi construída até o mês de junho de 1939, como observado na figura 39.



Aspecto do estado actual das obras do Grupo Escolar "José Guilherme"

Figura 39 Obras iniciadas, 1939.

Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 06/06/1939, n.4674, p.14.

Além do “estaqueamento”, a matéria do Folha da Manhã, ressalta a quantia relevante já empregada pelo governo do Estado nessa obra. Na figura de interventor federal do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros era cobrado pela promessa que havia feito quando da visita à cidade de Bragança em 1938. Nesta, prometeu ajudar a cidade se esta necessitasse de algo de importância e urgência. Para a Folha da Manhã, a construção do prédio do segundo grupo escolar se encaixava nessa necessidade.

3.5.3 A condenação do casarão: Rubens do Amaral e a Folha da Manhã entram em cena

Bragança quer escolas – Acabamos de receber, de um nosso assignante da bella cidade de Bragança, a carta que abaixo inserimos. As Folhas têm proclamado sempre a necessidade de o governo Estadual resolver o problema escolar, para que não aumente mais a porcentagem de analfabetos no Estado de São Paulo [...] O governo deve e precisa mandar acabar as obras do Grupo Escolar José Guilherme, cuja construção, actualmente na base do edifício, se acha parada ha dois annos. Assim agindo, cumprirá solenne promessa, o dr. Adhemar de Barros [...] Bragança, contando com mais de 3.200 predios e possuindo somente um Grupo escolar, em predio apropriado, o Dr. Jorge Tibiriçá (pois o predio em que funciona o Grupo Escolar José Guilherme é um velho casarão em ruínas, particular, anti-hygienico e acanhado) bem merece mais um Grupo em predio Estadual. E esse prédio já está começado, havendo o governo do Estado dispendido para mais de cem contos de réis nas obras. Parece-nos, pois, não ser difficil terminar o edifício, dando aos bragantinos o que tanto desejam. A carta que recebemos é a seguinte: Transferindo residencia para Bragança, procurei matricular meus filhos em um dos grupos escolares locais, e qual não foi a minha admiração, ao receber dos respectivos directores, a noticia de que os mesmos não podiam ser matriculados por não existirem vagas. Esse facto desgostou-me bastante, vindo mesmo forçar-me a não poder ficar em Bragança, pois não desejo ver meus filhos crescerem sem receber o curso escolar. Foi iniciada em Bragança a construção de um predio para funcionar o Grupo Escolar “José Guilherme”, o qual não foi terminado, estando as obras paralygadas, ha dois annos, sem terem os habitantes locais conhecimento de quando a construção será terminada. As “Folhas”, jornaes sempre promptos a defender as causas e os interesses do publico paulista, appello no sentido de dar publicação, em suas columnas, do meu protesto, que julgo ser justíssimo [...]. (FOLHA DA MANHÃ, 18/03/1939, n. 4607, p. 6.)

A carta enviada à Redação da Folha da Manhã foi escrita pelo próprio Rubens do Amaral. Segundo Silva (2012), muitos dos artigos sobre Bragança escritos para a Folha da Manhã foram assinados pelo próprio Rubens do Amaral em companhia de Zeferino Vasconcellos, jornalista bragantino e correspondente do Folha da Manhã em Bragança. Rubens, a partir dessa carta, inicia uma campanha na Folha da Manhã para a construção do prédio do José Guilherme. Entre 1939 e

1943, foram encontradas vinte e duas matérias sobre esse assunto. Quase que mensalmente, pelo menos, tínhamos uma notícia cobrando providências do interventor do Estado. Estas notícias eram repetitivas, sempre abordando os mesmos pontos: falta de vagas, classes superlotadas, o péssimo estado do casarão onde estava o Grupo José Guilherme, a necessidade de se reiniciarem as obras e a cobrança por uma ação de Adhemar de Barros. Em poucas notícias encontramos algum tipo de informação que trazia um aspecto novo nessa história.

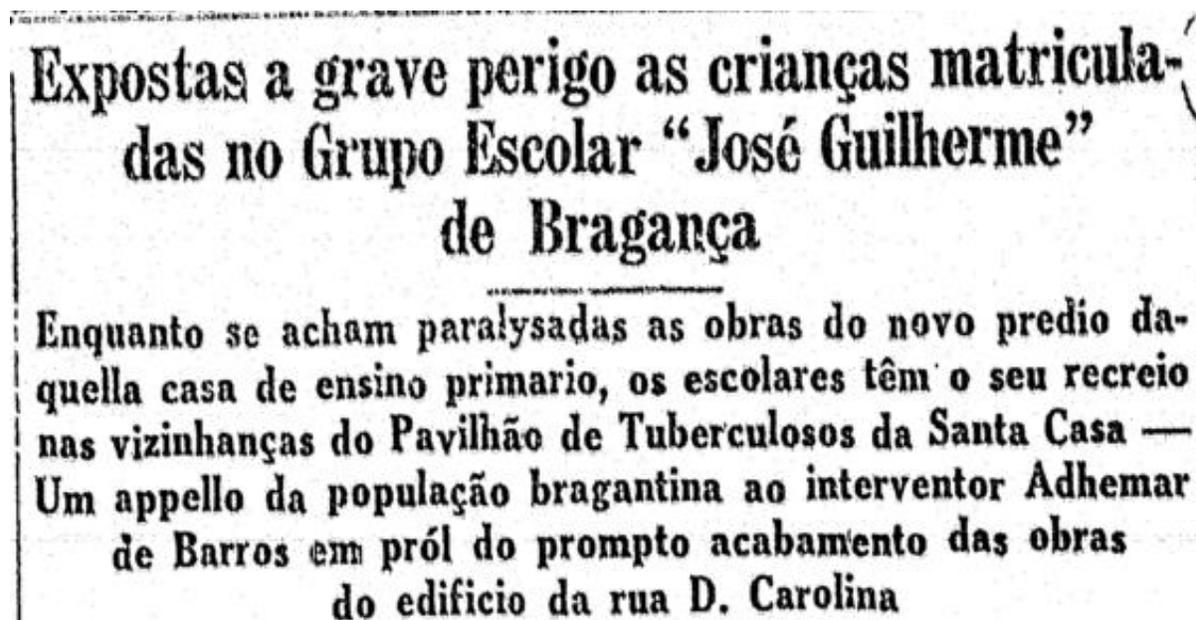


Figura 40 Recreio próximo ao Pavilhão de Tuberculosos.

Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 14/05/1940, n.4963, p.5.

Em uma delas, contudo, temos a informação de que houve uma disputa pela escolha do terreno.

[...] Uma vez escolhido o local para a nova construção, á rua d. Carolina, iniciou-se a verdadeira odysseá pela qual vem passando a citada obra. É que, enquanto alguns opinavam que o grupo deveria ser erguido á rua d. Carolina, outros entendiam que o local mais apropriado era a rua cel. Assis Gonçalves, existindo, a favor da preferencia da primeira das referidas vias publicas, os factos de ficar o terreno da rua cel. Assis Gonçalves bastante próximo do local onde está edificado o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá e de estar a cidade se extendendo em direcção ao Matadouro a construção na rua d. Carolina, nas suas proximidades, resolver o problema escolar da criançada daquella populosa parte da urbs. [...] (FOLHA DA MANHÃ, 14/05/1940, n.4963, p.5.)



Figura 41 Localização aproximada do terreno na Rua Cel. Assis Gonçalves (antiga Rua da Independência) representado pelo triângulo. Comparar a proximidade com o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá (retângulo). A estrela representa a localização do terreno escolhido à Rua Dona Carolina. Mapa base fonte: ISHIZU, 2009, p.59. Intervenção com o triângulo, retângulo, estrela e setas pretos: Marcello Franceschi.

Esta notícia complementa a discussão que trouxemos anteriormente neste trabalho. A opção vencedora pelo terreno à Rua Dona Carolina pode significar uma visão excludente das elites que desejavam manter os filhos dos operários longe do centro da cidade, mesmo que, para isso, o grupo tivesse que ser considerado menos valorizado do que o primeiro. A escolha perdedora, porém, revela a intenção de elevar o Grupo José Guilherme ao mesmo nível do Dr. Jorge Tibiriçá, visto que sua localização seria muito próxima deste grupo. Contudo, a quem seria destinado este prédio no centro da cidade? Seria aos filhos dos operários que residiam consideravelmente distantes desse local? Parece-nos que não. Nas suas especificidades, os dois projetos eram excludentes. O vitorioso mantinha afastada as “classes perigosas” do centro da cidade enquanto que o derrotado permitia, mas não incitava, essa aproximação.

Na sequência da mesma matéria, temos uma indicação de que o estado do casarão estava se deteriorando muito rapidamente.

[...] E, enquanto o actual edificio do Grupo José Guilherme, velho casarão, acanhado e sem o menor conforto, tendo mesmo em ruínas algumas das suas dependências, inclusive a sala do seu director, já não se presta para a sua finalidade e, ainda mais, representa mesmo um grave perigo para a saúde dos escolares que o frequentam, pois o pequeno quintal do predio que serve de recreio ás crianças está situado no lado do pavilhão do de tuberculosos da Santa Casa local, as obras da nova construção paralisadas, oferecem um aspecto desolador, servindo unicamente de albergue nocturno para os desoccupados, que do porão do predio fazem o seu hotel todas as noites. [...] (FOLHA DA MANHÃ, 14/05/1940, n.4963, p.5.)

Era quase impraticável manter esse casarão funcionando como estabelecimento de ensino. Nas notícias era pedida a visita “*in loco*” do secretário de Educação para que este atestasse a precariedade do prédio. Em uma delas, a ideia da iminência do desabamento do prédio era ressaltada.

[...] Qualquer pessoa que passe defronte ao antigo casarão, desde logo, fica admirada com seu aspecto colonial, cujas paredes e teto apresentam enormes brechas. Parece que se conserva o predio como tradição [...] Quando desaba um temporal, então, aumenta o perigo, pois começam a cair velhos vigamentos, que servem de anteparo ao forro e telhado. Isto provoca, invariavelmente, pânico entre os alunos e professores, receiosos pela vida de seus discipulos. Há até escoras improvisadas e recentes colocadas em vários pontos do predio, afim de evitar o seu desabamento parcial.[...] (FOLHA DA MANHÃ, 14/07/1940, n.5016, p.11.)

Em agosto de 1940, temos a visita da autoridade sanitária de Bragança ao casarão.

[...] Estamos informados de que a autoridade sanitária de Bragança, depois de vistoriar o pardieiro, se comunicou com o Departamento de Saúde, nesta Capital, expondo a sua precárias condições e sugerindo a necessidade da sua interdição. Parecesse claro que, se tratasse de um prédio particular, a interdição já teria caído sobre ele. Tratando-se, porém, de uma escola pública, há muito que a providência já deveria ter sido tomada pelas próprias autoridades. Não demorará a estação das águas. E, quando começar a chover, sob vendavais, é bem possível que o casarão venha a ruir. Oxalá isso aconteça à noite, quando as crianças não estiverem em aula! [...] (FOLHA DA MANHÃ, 07/08/1940, n.5036, p.6.)

No mês de outubro, após longa espera, as obras recebem a visita de um engenheiro da Secretaria da Viação e Obras Públicas.

Esteve hoje nesta cidade, o enviado da Secretaria de Viação e Obras Publicas do Estado, um engenheiro da citada repartição com o objetivo de verificar a situação em que se acham as obras de construção do novo edificio para o Grupo Escolar José Guilherme e que se encontram paralisadas desde 1937. [...] (FOLHA DA MANHÃ, 03/10/1940, n.5085, p.10.)

Após a visita e a elaboração do relatório do engenheiro, encontramos uma matéria indicando que as obras em breve seriam reiniciadas.

Uma notícia bastante auspiciosa para a população bragantina temos a registrar hoje, qual seja a da breve solução do importante problema de toda urgência e necessidade para nossa cidade: vão ser reiniciadas as obras do segundo Grupo escolar José Guilherme, que se acham paralisadas desde 1937. [...] (FOLHA DA MANHÃ, 16/10/1940, n.5096, p.10.)

Parecia que ia chegando ao fim a verdadeira odisséia que se tornara a construção desse edificio. Enfim, o governo do Estado tinha ouvido os apelos insistentes de Rubens do Amaral através de suas colunas na Folha da Manhã. Mas, mais uma vez, a finalização da construção ficava somente na promessa.

Desde 1936, essa obra foi marcada por muitas promessas e informações desencontradas. Um exemplo destas últimas foi encontrado no jornal Cidade de Bragança.

Grupo Escolar José Guilherme – Ha dias, tivemos a oportunidade de levar ao conhecimento dos nossos leitores, que, em virtude da interferencia do sr. Luiz Gonzaga Aguiar Leme, prefeito municipal, junto da Interventoria do Estado, no sentido de ser reiniciada a construção do grupo escolar José Guilherme, as referidas obras deveriam ter inicio dentro de algum tempo. O sr. prefeito municipal, entretanto, acaba de receber do sr. dr. Antonio E. de Barros Filho, secretario particular do sr. dr. Adhemar de Barros, em data de 12 deste, as seguintes linhas: Com os meus cordiais cumprimentos, tenho o prazer de

comunicar-lhe que o seu pedido referente ao Grupo Escolar dessa cidade, vae ser atendido, devendo seguir, por estes dias, engenheiros para orçar as obras de acabamento do predio mencionado. O sr. Luiz Gonzaga Aguiar Leme, porém, informou-nos que os engenheiros a que se referem as linhas acima já estiveram sexta-feira passada entre nós, no desempenho da missão que lhes foi conferida. (CIDADE DE BRAGANÇA, 15/12/1940, n.4626, p.4)

Esta notícia é muito representativa dessa situação. O próprio secretário não sabia que as obras já haviam sido visitadas. Com isso, elas permaneciam paralisadas enquanto o casarão ia, aos poucos, ruindo.

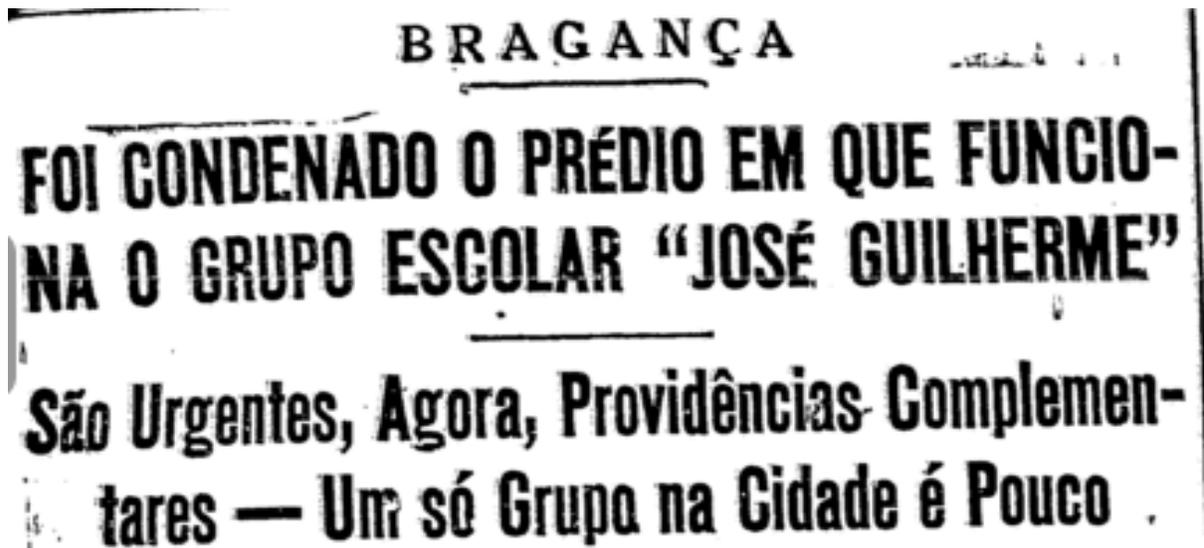


Figura 42 Condenado o Casarão.

Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 08/02/1941, n.5192, p.1

Em fevereiro de 1941, o casarão onde funcionava o Grupo Escolar José Guilherme foi condenado.

O funcionamento dos grupos escolares – Como deve ser do dominio publico, em virtude da impossibilidade de o grupo escolar José Guilherme poder continuar em funcionamento no antigo predio em que se encontrava installado, dadas as suas condições hygienicas e de segurança insufficientes, por deliberação das autoridades escolares do Estado, o grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá passou a ter as suas actividades tresdobradas, de modo a comportar os seus alumnos e os do grupo escolar José Guilherme. [...] Enquanto verificar-se essa anomalia, as aulas dos grupos escolares acima obedecerão aos seguintes horarios: grupo escolar dr. Jorge Tibiriçá, em dois periodos [...] cabendo ao grupo escolar José Guilherme o periodo que vae das 14 e 5 ás 17 e 5, funcionando esses educandarios com directoria autonoma. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 09/02/1941, n.4642, p.2)

Se a situação já estava desconfortável com o Grupo José Guilherme funcionando em um prédio sem condições, ela se tornava insustentável com a migração dos alunos deste grupo para o Dr. Jorge Tibiriçá. O tresdobramento fez com que os alunos do José Guilherme estudassem em um horário completamente diferente daquele que eles estavam acostumados. Além disso, essa situação comprometia a matrícula de novos alunos, pois não havia como comportar mais crianças com esse sistema de funcionamento. A indagação feita pelos jornais, nesse momento, era até quando isso continuaria ocorrendo.

Respingos do Lacre VI – [...] Parece incrível, mais é uma verdade. Bragança, séde de um municipio com população aproximada de 70 mil almas, das quaes cerca de quinze mil habitam a cidade, está dando instrucção a uma população infantil de 1.300 creanças, mais ou menos, com um só grupo escolar. Até alguns mezes passados, ainda que mal alojado, um bom numero dessas creanças frequentava o grupo escolar José Guilherme, cujo predio foi condemnado por ameaçar ruina. Hoje, essas mesmas creanças são forçadas a frequentar o unico grupo que ora existe em nossa cidade. Á hora de entrada e sahida, fica a rua em que está installado o grupo escolar dr. Jorge Tibiriçá quase que intransitavel para vehiculos, pela enorme agglomeração de creanças, sendo que a rua Cel. Leme é das ruas de maior movimento e constitue a principal entrada para o centro urbano. O que causa maior reparo, ainda, é o facto de já existir um predio em construcção, para que nelle funcione o grupo escolar José Guilherme, e em cujas obras foram dispendidos aproximadamente 200 contos de réis, e se acharem paralyçados ha alguns annos, sem que se possa atinar com o motivo de tal paralyção. Tal situação jamais deve continuar: o grupo escolar no bairro do Lavapés precisa ser levado por deante, e o quanto antes possivel.[...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 27/04/1941, n.4663, p.2)

Jornalistas, políticos e os moradores da cidade pareciam não conseguir entender o que estava acontecendo. Bragança era uma cidade com uma população grande, era uma das que mais arrecadavam em impostos pagos ao governo do Estado e, mesmo assim, não recebia os benefícios que outras cidades em condições iguais ou até mesmo inferiores recebiam. O mesmo abandono discutido nos anos 1910, 1920 e 1930 era lembrado agora.

Cidades esquecidas – Dentre as grandes cidades paulistas a que o Estado não deu até hoje uma escola normal, uma escola profissional, um ginásio, uma estação agro-pecuária, um reformatório, nada, permitimo-nos destacar hoje três, que tudo deveriam merecer e, no entanto, só teem recebido esquecimento: Bragança, Jaú e Marília. [...] Ainda um dia destes, fizemos notar que algumas cidades teem dois, três e mais estabelecimentos estaduais, ao passo que outras, das mais populosas do Estado, nenhum favor desse gênero receberam.[...] Será puro ato de justiça: tendo de localizar no Interior qualquer estabelecimento de

ensino ou de outra natureza, dos que atraem movimento e vida, não esqueça o Estado as três cidades que citamos hoje [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 04/12/1941, n.4726, p.2)

Importante destacar que não podemos afirmar quais foram os motivos para que Bragança fosse uma das cidades esquecidas pelo Estado entre os anos 1933 e 1941. Conseguimos, apenas, levantar algumas hipóteses. Acreditamos que, com a vitória do PC em 1934, Bragança tenha se aproximado do governo do Estado, que detinha a maioria dos deputados na Assembleia Estadual. Tanto é que, em 1936, obteve a promessa da construção e o lançamento da pedra fundamental do prédio do Grupo José Guilherme. Porém, com a implementação do Estado Novo, esse alinhamento com o governo ficou comprometido. Adhemar de Barros, o interventor do Estado de São Paulo entre 1938 e 1941, foi eleito deputado estadual, em 1934, pelo PRP, e fazia oposição a Getúlio Vargas. Como interventor, indicou prefeitos que desagradaram ao PRP e confiscou o jornal Estado de São Paulo (1940), mostrando que seu alinhamento político estava mudando. Na verdade, percebemos que houve várias cisões ideológicas dentro do próprio PRP e do PC gerando, em 1945, a criação de diversos partidos políticos. Isso aponta para uma situação de instabilidade e de enfraquecimento de algumas alianças políticas anteriormente consolidadas. E, ao que tudo indica, Bragança parece ter ficado nessa situação de desamparo devido às turbulências políticas do período em nível estadual e municipal.

Com a dissolução das Câmaras Municipais em 1937, ficou muito difícil rastrear as forças políticas dominantes na cidade de Bragança nesses anos. Não encontramos mais os nomes dos políticos nos periódicos. Foi possível identificar, somente, que a divisão entre os partidários do PRP e os do PC continuou existindo e que, de certa forma, contribuiu para aumentar esse momento de incerteza política refletindo negativamente nas relações administrativas entre o município e o governo do Estado.

3.5.4 O novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme

BRAGANÇA

AUTORIZADA A ABERTURA DE CONCORRÊNCIA PARA REINÍCIO DAS OBRAS DO 2.º G. E.

Figura 43 Condenado o Casarão. Edital para reinício das obras.
Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 26/04/1942, n.5563, p.26

Após as frustrantes negociações com o interventor Adhemar de Barros e dos inúmeros pedidos de Rubens do Amaral não atendidos, a questão da finalização das obras parecia algo inatingível. Enquanto não se avançava nesse assunto, as crianças continuavam a freqüentar o Grupo Dr. Jorge Tibiriçá no horário tresp dobrado. Além de não comportar novos alunos, encontramos uma nota dizendo que foi necessária a dispensa de alguns desses para que o número de crianças por classe fosse adequado ao Regulamento do ensino.

A situação do ensino primário em Bragança – A dispensa de 46 crianças dos grupos escolares locais – Muito já se tem escrito a respeito da imperiosa necessidade de ser concluído o novo edifício do grupo escolar José Guilherme, desta cidade, cujas obras desde 1937, estão paralizadas. [...] As crianças que frequentam os grupos Dr. Jorge Tibiriçá e José Guilherme, há cerca de dois anos, estão amontoadas num único edifício. Até os porões da casa de ensino da rua Cel. Leme servem hoje de salas de aula. [...] No intuito de permitir que o maior número possível de crianças aproveitasse as aulas, num gesto louvável, os diretores daqueles estabelecimentos de ensino concordaram em que, como assistentes, frequentassem as várias classes alunos em número superior a 40, previsto pelo Regulamento do ensino. Acontece, porém, que, há dias, o novo inspetor escolar desta região, em visita ao grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá, tomou conhecimento do fato. E, apegando-se intransigentemente ao Regulamento do ensino, determinou que fossem imediatamente dispensadas 46 crianças que, como assistentes, vinham frequentando as aulas dos grupos Dr. Jorge Tibiriçá e José Guilherme. Assim foi feito. Para a rua foram, então, as 46³⁵ crianças que contrariavam as disposições do Regulamento do ensino. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 29/03/1942, n.4759, p.4)

Fica nítido que a situação do ensino em Bragança estava caótica. Dispensar alunos e

³⁵ Não conseguimos identificar quais foram essas crianças e nem os critérios usados para dispensá-las. Acreditamos que em pesquisa futura, teremos condições de fazê-lo.

utilizar porões como salas de aula eram fortes indícios de que as obras precisavam ser reiniciadas e, mais importante, terminadas. Com intuito de obter esta conclusão do prédio em obras, o então prefeito de Bragança, José de Aguiar Leme, foi até São Paulo, em caráter emergencial, negociar esse assunto com o próprio Secretário da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

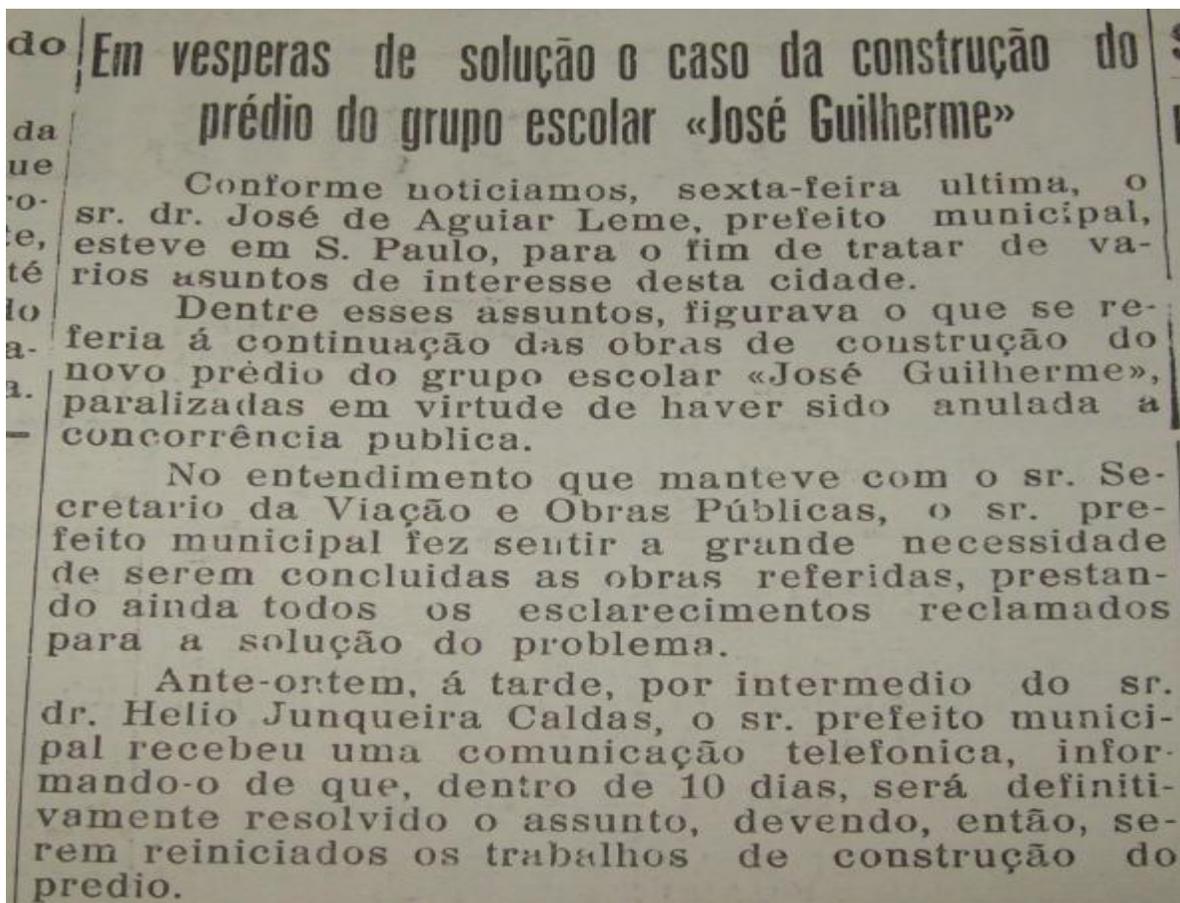


Figura 44 Visita do prefeito de Bragança a São Paulo, 1942.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 13/08/1942, n.4794, p.2.

Como das outras tantas vezes ao longo desses sete anos de construção, mais uma promessa de resolver o caso havia sido feita. Seria esta como as outras? Seria o pedido negado sem explicação novamente?

Grupo escolar José Guilherme – Após uma espera, que se prolongou por muitos anos, as obras do grupo escolar José Guilherme, paralizadas desde 1937, felizmente, já tiveram reinicio ante-ontem, sob a orientação técnica do engenheiro arquiteto dr. Monfort e direção do mestre-de-obras sr. Octavio Conte. [...] Resta, agora, esperar que nenhum embaraço venha concorrer, para uma nova paralização das obras, as quais devem prosseguir até a sua conclusão. (CIDADE DE BRAGANÇA, 15/11/1942, n.4821, p.4)

Dessa vez foi diferente. Após três meses da visita do prefeito ao secretário, as obras finalmente haviam sido reiniciadas. Havia, ainda, um pouco de desconfiança, mas o fato de haver movimentação na construção fazia com que a confiança fosse maior do que essa. E, para fortalecer este sentimento, segundo o jornal Folha da Manhã, as obras tinham a conclusão

prevista para julho de 1943.

Mas a quem os bragantinos atribuiriam tal conquista? Cada grupo político buscou vincular o seu nome a esse melhoramento. Em uma dessas tentativas, o Cidade de Bragança fez questão de destacar a participação decisiva do prefeito municipal, José de Aguiar Leme, descendente dos Lemes, historicamente vinculados ao PRP.

Grupo Escolar José Guilherme – Ainda em numeros passados dessa folha, tivemos a grata oportunidade de noticiar que as obras do grupo escolar José Guilherme foram reiniciadas, e isso constituia para nós, que, de ha muito, almejamos concretizado em realidade esse problema de alta relevancia, uma das maiores conquistas para Bragança. Mas, como era de ver-se, não bordamos sobre o assunto o comentário que merecia, mesmo porque o inicio das obras, de há muito paralizadas, poderia parecer, apenas um ensaio, por que a população bragantina se tranqüilizasse, quanto á realidade do fato. Bragança, entretanto, graças á pertinácia do dr. José de Aguiar Leme, que se tem mostrado incansavel em tudo quanto diz respeito aos problemas vitais de sua terra natal, não só como prefeito municipal, como ainda bragantino dos que melhor o são, está de parabens, diante do que ficou resolvido nas altas esferas governamentais [...] O dr. José de Aguiar Leme, que, logo após sua nomeação para prefeito municipal, vem trabalhando com a melhor boa vontade pela conclusão daquele serviço, viu coroado de esplendente êxito os seus esforços [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 03/12/1942, n.4826, p.1)

O lançamento da pedra fundamental teve como protagonista o PC. Porém, a paralisação das obras fez com que esse vínculo fosse ressaltado pelo PRP, que ao PC atribuía a incompetência de gerenciar as obras. Agora, na figura de José de Aguiar Leme, o PRP o “responsabilizava” por ter conseguido o reinício dessas obras. Assim, a conquista do segundo grupo escolar, obra do PRP durante a década de 1920, estava consolidada por este grupo político na percepção da população local. Por seguintes matérias, à medida que as obras avançavam, essa associação era reforçada.



Figura 45 Vista do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme quase concluído, 1943.
Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 11/07/1943, n.4887, p.1.

A Nota do Dia- O Grupo Escolar José Guilherme, uma realidade! – [...] Bragança, desde 1911, com sua população escolar consideravelmente aumentada, necessitava de mais um grupo escolar, e, por isso mesmo, os poderes públicos da época, num louvável desejo de colaborar com o Estado, por que a cidade fosse dotada de mais um estabelecimento de instrução primária, houve por bem doar um terreno na rua Cel. Assis Gonçalves, a-fim de ali, ser construído mais um grupo escolar. A generosidade municipal não encontrou eco nos poderes estaduais, tanto que nunca se cogitou de erguer-se em Bragança, mais um edifício destinado ao ensino das crianças bragançinas. Por volta de 1936, a idéia foi reavivada e a Prefeitura Municipal adquiriu nova área de terra na rua D. Carolina, para que naquele local, fosse construído um prédio destinado ao grupo escolar José Guilherme que funcionava em um verdadeiro pardieiro da Rua Barão de Juqueri. [...] Bragança não podia continuar a vê-lo o estabelecimento de ensino, que tem como patrono uma das mais destacadas figuras da terra, funcionando em local impróprio, sem higiene e em verdadeiro contraste com a arquitetura pedagógica. Por isso mesmo, uma delegação da cidade, chefiada pelo então prefeito sr. Luiz Gonzaga de Aguiar Leme, tratou, em colaboração com as Folhas, com o governo Adhemar de Barros, sobre a possibilidade de levar-se a cabo a conclusão das obras do grupo escolar José Guilherme. Mais uma vez, o caso emperrou, não obstante as promessas de uma pronta solução para o mesmo. Assumindo a Prefeitura Municipal o dr. José de Aguiar Leme, que se interessa sobretudo por todos os problemas condizentes com os progressos da terra sob sua direção, o problema da conclusão das obras do grupo escolar em apreço foi posto em foco, conseguindo, o mesmo, o imediato reinício das obras, cuja finalização está por momentos. Empreitados pelo engenheiro Montforte [...] os trabalhos para o definitivo acabamento do grupo escolar José Guilherme estão nos seus últimos ademanos, devendo o edifício ser inaugurado dentro de poucos meses, salvo qualquer imprevisto. [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 11/07/1943, n.4887, p.1)

Esta notícia, além de destacar a participação decisiva de José de Aguiar Leme, traz, pela primeira vez, a participação dos periódicos Folhas (Folha da Manhã) na tentativa de se reiniciarem as obras no final da década de 1930. Interessante notar que não há um destaque para a figura de Rubens do Amaral ou de Zeferino de Vasconcellos Filho. Estes aparecem sob o nome da Folha da Manhã e não estão associados à conclusão das obras conseguida pelo prefeito municipal de Bragança. As páginas do jornal Cidade de Bragança dão um papel secundário à Folha da Manhã. Ao ler esse periódico, observamos que, para o Cidade de Bragança, a Folha da Manhã agiu mais como um colaboradora da prefeitura municipal, e, normalmente, associada mais aos insucessos da década de 1930 do que com o avanço das obras na década de 1940.

Em setembro de 1943, em uma notícia transcrita da Folha da Manhã, o Cidade de Bragança informa que só restam os acabamentos para que o prédio seja inaugurado. Contudo, a mesma notícia ressalta que poderão ocorrer atrasos devido à necessidade de mobiliário adequado

para os gabinetes e salas.

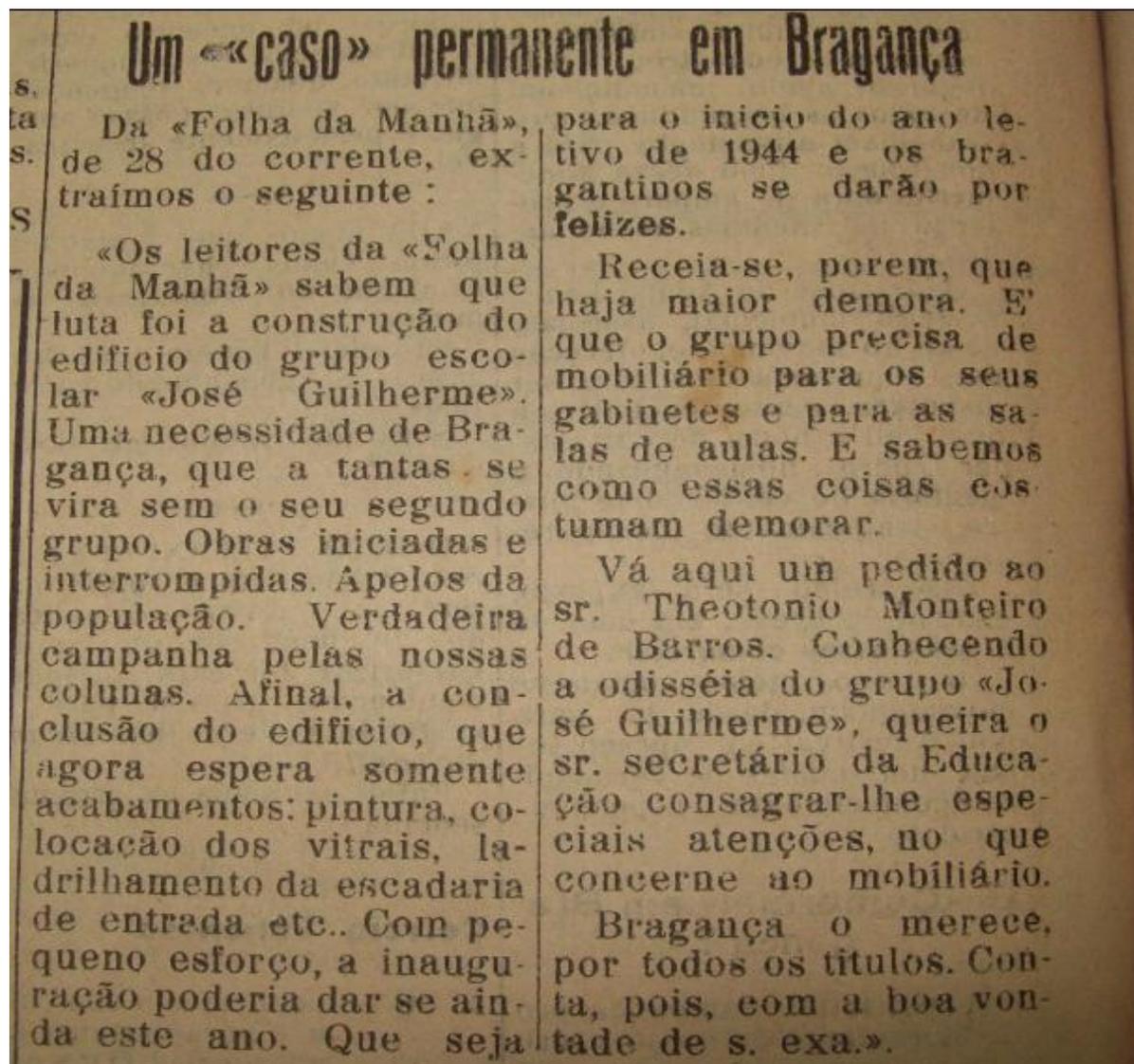


Figura 46 Matéria da Folha da Manhã, 1943.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 30/09/1943, n.4909, p.4.

Mais uma vez, não se destaca a assinatura da matéria. Há a nítida intenção de apagar a participação de Rubens do Amaral e de Zeferino de Vasconcellos Filho nessa história. Todavia, um colega do Folha da Manhã, Livio Cesar, trata de ressaltar a fundamental participação de Rubens, com a colaboração de Zeferino, para o reinício e conseqüente finalização das obras do Grupo Escolar José Guilherme, em uma longa matéria com o título “A ação meritória de Rubens do Amaral”.

O dia de amanhã é de todo festivo para a população bragantina. E’ que,

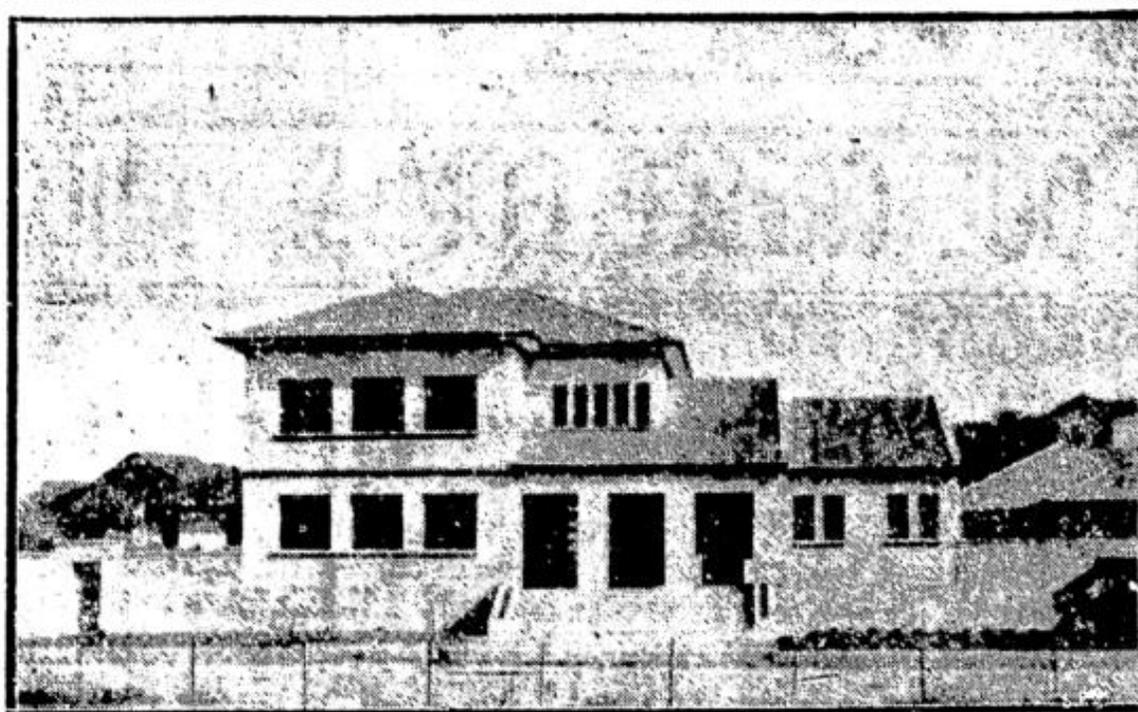
concluído que se acha o majestoso “GRUPO ESCOLAR JOSE’ GUILHERME”, empreendimento que demandou aliás repetidas negociações frente aos poderes estaduais, sem esquecer as contínuas reclamações na imprensa; será ele entregue ao Governo do Estado. Conta agora a infância bragantina, carente de instrução, com novo e bem aparelhado educandário, em condições de servir vantajosamente aos seus fins. De há muito fazia-se mister, e mesmo imprecindível, a criação aqui de um grupo escolar nos moldes e com a capacidade do que acaba de ser construído, para bem servir à crescente população escolar desta cidade. O ato da entrega far-se-a solenemente, objetivando, cremos nós, redespertar no espírito do nosso povo, o seu grande desejo de um futuro mais promissor no áureo campo da instrução de sua mocidade. Bragança, continua sendo, apesar dos pesares, uma cidade de florescentíssima sob variados aspectos da atividade humana. E agora a patriótica direção do Estado abre-lhe, generosamente, um mais largo caminho para a conquista de uma mais lisonjeira situação no âmbito da atividade mental de sua esperançosa juvenildade. [...] O povo bragantino, por intermédio deste jornal, queira salientar, de público, o quanto é devedor nesse particular a benemerência [...] entre outros, ao consagrado jornalista Rubens do Amaral. [...] Este nobre homem de imprensa, que se revela portador de admiráveis energias morais, no desempenho da difícil e elevada missão de jornalista, o que importa dizer, no cumprimento do encargo doloroso de bem servir à causa pública, fez, obstinadamente, da criação do grupo escolar em apreço, por assim dizer, o “leit-motif” de vários de seus magníficos artigos no vitorioso matutino que tão brilhante e patrioticamente redige, secundado na matéria ingente, pelos informes constantes do solícito representante local da “Folha da Manhã”, sr. Zeferino Vasconcellos Filho. [...] E é por isso que ele, o estimado jornalista, tão espontaneamente dedicado às aspirações da gente bragantina, aspirações estas sempre justas e merecedoras da atenção dos poderes governamentais, pondo mais alto a mira patriótica, em artigos escorreitos e ao nível da compreensão geral, reclama em prol do maior progresso de Bragança [...]. Rubens do Amaral interpreta, nesse particular, com precisão e segurança de vista, uma antiga aspiração de nossa coletividade cidadina [...] (FOLHA DA MANHÃ, 14/12/1943, n. 6063, p. 14).

Se por um lado temos na Cidade de Bragança a tentativa de apagamento da contribuição de Rubens do Amaral, na Folha da Manhã não há menção à ação da prefeitura municipal. Cada jornal elegeu o seu representante e a ele associou a construção do novo edifício.

Cabe destacar, aqui, uma importante informação levantada por Silva (2012). Segundo o seu trabalho, Rubens do Amaral foi escolhido como paraninfo de uma das turmas que se formavam, em 1943, no Grupo Escolar José Guilherme. Essa escolha pode representar quem, talvez na visão dos professores e da direção da escola, foi realmente decisivo para se alcançar o término das obras do novo prédio ou mais uma tentativa de vincular a este jornalista tal feito.

Colocando-se os partidarismos de lado, percebemos que a resolução do caso da inauguração do prédio do José Guilherme se deu bem mais como uma ação conjunta do que em

ações individuais. Desde o lançamento da pedra fundamental com o Partido Constitucionalista, passando pela campanha obstinada de Rubens do Amaral em diversas matérias distribuídas ao longo de sete anos no Folha da Manhã e com a derradeira visita de José de Aguiar Leme ao secretário do departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo que culminou com o reinício, de forma definitiva, das obras, temos a impressão de que houve uma confluência de interesses que culminou com a concretização desse melhoramento na cidade de Bragança. Tal concretização pressupôs conflitos e tensões, no transcorrer de quase 35 anos, que através de alguns indícios puderam ser problematizados historicamente e trazidos à tona.



Novo edifício do Grupo Escolar "José Guilherme"

Figura 47 Prédio do Grupo Escolar José Guilherme às vésperas da inauguração oficial, 1943.

Fonte: FOLHA DA MANHÃ, 14/12/1943, n. 6063, p. 14.

Iniciado o ano de 1944, logo foi resolvido o último entrave para a inauguração do prédio.

Mobiliário para o Grupo Escolar José Guilherme – Desde ontem, que se encontra, nesta cidade, o mobiliário que se faz preciso para o funcionamento do grupo escolar José Guilherme, localizado na rua D. Carolina, e remetido de São Paulo pelo Almojarifado da Secretaria de Educação. (CIDADE DE

BRAGANÇA, 20/01/1944, n.4938, p.2.)

Em 16 de fevereiro de 1944, “autoridades estaduais receberam, em definitivo, o edifício do grupo escolar José Guilherme”, de acordo com o Cidade de Bragança (27/02/1944, n.4949, p.3). Embora as aulas já estivessem funcionando nesse novo prédio, ele ainda não havia sido inaugurado de maneira oficial, fato que ocorreu três meses depois, em 28 de maio de 1944.

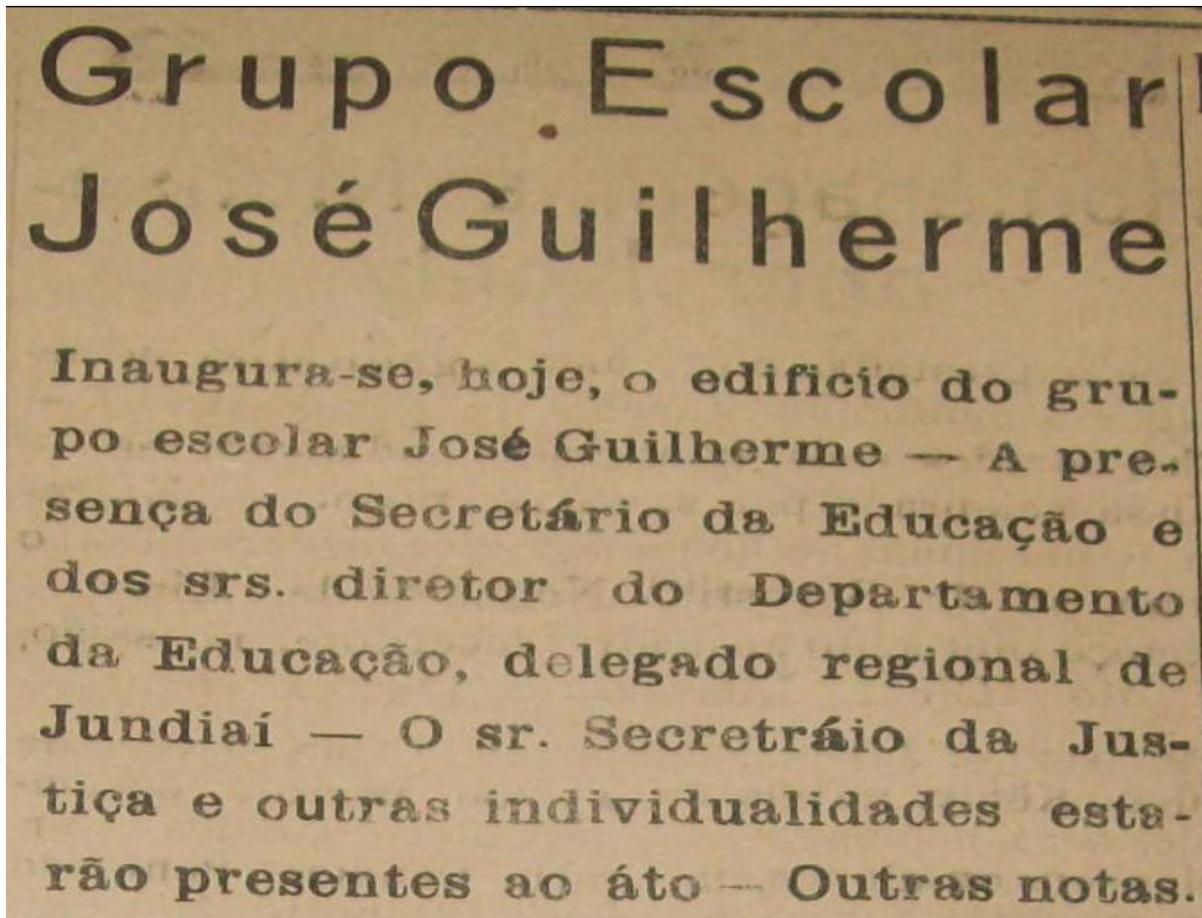


Figura 48 Inauguração oficial do edifício do Grupo Escolar José Guilherme, 1944.

Fonte: CIDADE DE BRAGANÇA, 28/05/1944, n.4976, p.1.

Com este fato, após longos nove anos, uma das maiores reclamações por parte dos bragantinos era atendida. Finalmente, Bragança tinha o seu segundo grupo escolar adequadamente instalado em um prédio novo construído para esse fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta dissertação, nos sentimos muito satisfeitos por termos conseguido atingir os objetivos propostos e responder às questões levantadas no início deste projeto. Não foi um trabalho fácil, porém. Com essas perguntas em mente, fomos para as fontes primárias: os periódicos, os documentos do CONDEPHAC e do que restou do arquivo escolar. Pontuamos que tivemos dificuldades para acessar o arquivo da escola e, quando o encontramos, percebemos que havia somente uma parte deste acervo preservado, especialmente entre os anos de 1930 e 1944, o que acabou prejudicando a busca de informações sobre o funcionamento do grupo enquanto escolas reunidas até meados de 1930³⁶.

Outro fator que dificultou a pesquisa foi o objeto do nosso trabalho. A não ser pelo trabalho de Silva (2012), não havia mais nada feito anteriormente sobre a história do Grupo José Guilherme. Inclusive, no próprio acervo da escola, encontramos informações incoerentes quando comparadas com as encontradas nas outras fontes primárias. Foi um verdadeiro trabalho de garimpo; selecionar, diante de tantas notícias, enquanto indícios, as mais significativas. Por vezes, os títulos ou a localização das notícias nos periódicos não indicavam que ali se tinha algo valioso sobre o Grupo Escolar José Guilherme ou sobre algo relevante da cidade de Bragança, o que demandou uma leitura lenta e criteriosa dessas fontes. Com isso, pudemos investigar a trajetória de constituição do Grupo Escolar José Guilherme no contexto das transformações urbanas, econômicas e políticas da cidade de Bragança. Durante todo o texto, buscamos construir conexões entre o cotidiano urbano e seu impacto no projeto desse grupo. Este trabalho seguiu a perspectiva da necessidade da análise das transferências culturais da escola para a sociedade, assim como dos outros setores sociais para a escola. Desse modo, foi possível encontrar a educação nos lugares e nos materiais mais diversos.

Nesse movimento, compreendemos que questões anteriores ao recorte temporal apresentado aqui (1910) foram fundamentais e representaram uma continuidade de idéias desde a época do Império. As elites dominantes desse primeiro momento continuavam agindo e influenciando as políticas públicas pelo período do nosso recorte temporal.

Dessa maneira, pudemos inferir que a questão decisiva para a espera de quase trinta e cinco anos entre a visita do engenheiro para a escolha do terreno e a inauguração oficial do

³⁶ De acordo com Silva (2012), diversos documentos se extraviaram no ano de 2012.

segundo Grupo Escolar da cidade foi a das disputas políticas locais. A divisão no diretório do PRP bragantino em situação (salista) e oposição (glycerista) impactou a relação da cidade com o governo do Estado de São Paulo, lançando sobre Bragança uma espessa névoa que a fez desaparecer aos olhos do governo estadual. Entre os anos de 1910 e 1920 tivemos o crescimento do grupo de oposição em Bragança (hermistas do PRC), demonstrando sua força com a articulação da greve dos colonos em 1911.

Nesse mesmo período, com a passagem do jornal Cidade de Bragança para o controle do PRP, tivemos o silenciamento das vozes que cobravam o segundo grupo escolar em Bragança. De forma inesperada, as notícias desaparecem. Não conseguimos rastrear o que aconteceu com o terreno doado pela Câmara ao governo do Estado para a construção desse Grupo Escolar. Entramos em contato com o sexto tabelião de notas de São Paulo, onde foi lavrada a escritura, mas não havia nenhum registro lá. Sabemos, através de informações do imposto predial, que esse terreno, posteriormente, voltou para o nome de Daniel Peluso. Por ter sido construído nada nesse local, acreditamos que a doação tenha perdido o seu valor e a Câmara tenha devolvido o terreno ao seu proprietário anterior.

Foram quase seis anos sem nenhum tipo de informação sobre esse estabelecimento. Porém, ao observarmos os dados dos Anuários do Ensino, víamos que Bragança era uma das cidades mais populosas do Estado e, no entanto, era pouco aparelhada pelo Estado, se comparada com outros municípios do mesmo porte.

O fato de, durante esse mesmo período, não observarmos representantes desse segmento do PRP bragantino compondo a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo contribuí para que essa espessa névoa continuasse retirando Bragança do campo de visão do governo do Estado. O mesmo Anuário demonstrava que havia uma disparidade muito grande entre a quantidade de estabelecimentos de ensino nos municípios do Estado. Inclusive, destacamos o caso da cidade de Taubaté para exemplificar tal situação.

No início dos anos 1920, beneficiada com a Reforma Sampaio Dória e contando com a influência da presença de Antônio Félix de Araújo Cintra, importante líder do PRP bragantino, na Câmara Estadual, Bragança obteve o embrião que originou o Grupo Escolar José Guilherme, as Escolas Reunidas. Funcionando em um casarão adaptado custeado pelo governo do Estado, em 1925 esse estabelecimento foi convertido em grupo escolar, o segundo da Cidade.

Apresentamos nesta dissertação a informação que essa conversão foi obtida não se

observando o que previa o regulamento. As Escolas Reunidas não possuíam o número suficiente de classes para que fossem convertidas em grupo escolar. Contudo, como também destacamos, o PRP bragantino contava com um nome muito forte ocupando uma das cadeiras da Assembleia Legislativa estadual: Nicolau Asprino Júnior, um dos fundadores desse diretório republicano em Bragança.

Assim, a névoa se dissipava e a cidade de Bragança voltava a ser vista e beneficiada pelo governo do Estado. Tanto que, prontamente, foi atendido o pedido do PRP bragantino para que fosse nomeado Grupo Escolar José Guilherme esse segundo estabelecimento de ensino da cidade. Levantamos, com isso, a hipótese de que o movimento político de afastamento e de aproximação da Câmara Municipal de Bragança com o governo do Estado de São Paulo foi decisivo para, em um primeiro momento, o não atendimento dos inúmeros pedidos pelo prédio do segundo grupo escolar e, posteriormente, para obter a conversão das escolas reunidas em grupo escolar sem atender aos mínimos requisitos do Regulamento do ensino então em vigor.

Com relação à localização desse casarão à Rua Barão de Juquery ao lado de pequenas indústrias, de depósitos de alimentos e de oficinas, observamos que não era a ideal, inclusive destacando a notícia do desabamento de uma das paredes devido ao peso do café que era armazenado em um prédio vizinho. Apontamos, também, que era uma rua bem íngreme, o que dificultava o deslocamento dos alunos que ali eram matriculados. Especialmente se lembrarmos que uma das escolas reunidas nesse prédio era a da Estação, do bairro do Taboão, que ficava muito distante dessa região onde se encontrava o casarão. Interessante que, no movimento de formação do primeiro grupo escolar da cidade, o Dr. Jorge Tibiriçá, a escola isolada foi anexada a esse grupo, mas, devido a reclamações por parte da população do Taboão em relação à distância que as crianças deveriam percorrer para chegar até o grupo, ela foi, posteriormente, desanexada e voltou a funcionar nesse bairro (verificar figura 13 para observar as distâncias entre essas três regiões – Sul, Escola da Estação no Taboão; Central, Grupo Dr. Jorge Tibiriçá, Rua Coronel Leme; Norte, Grupo José Guilherme, Rua Barão de Juquery). Entretanto, no segundo grupo essa escola permaneceu e, estranhamente, não identificamos quaisquer reclamações sobre isso no periódico Cidade de Bragança.

Tal fato aponta para a forte possibilidade do direcionamento desse segundo grupo à população operária que, nesse momento, ia desbravando e ocupando a região norte da cidade com suas vilas e não mais aos filhos das elites que ocupavam a região central e tinham como

referência escolar o Grupo Dr. Jorge Tibiriçá e algumas escolas particulares espalhadas também pelo centro. Mesmo encontrando o registro de alunos “menos favorecidos” entre os matriculados no Grupo Dr. Jorge Tibiriçá, era notório que essa escola não era para alunos dessa classe. Aqui encontramos mais uma ação do processo político de segregação dos espaços da cidade no qual a trama central não podia ser visitada por esses operários. Suas casas e seus empregos estavam na zona norte. Por que, então, sua escola ficaria fora desse eixo? Localizada à Rua Barão de Juquery, ela não estava em um bairro, o que seria estranho para a localização de um grupo escolar, e também não estava na área central nobre da cidade. Formava, assim, uma fronteira imaginária entre esses dois mundos.

Aliás, durante as duas administrações de Raul de Aguiar Leme (1926-1930), o jornal não faz nenhum questionamento sobre a situação desse casarão. Como apresentado durante o nosso trabalho, apenas informações sobre o “embelezamento” de Bragança eram apresentadas à população. Somente depois do Movimento Revolucionário de 1932 temos a questão da situação precária em que se encontrava esse prédio destacada no periódico. E, principalmente, com a vitória do Partido Constitucionalista nas eleições de outubro de 1934, tanto em Bragança como na Assembleia do Estado, temos o pedido pela construção de um edifício adequado para abrigar o Grupo José Guilherme.

Atribuída ao PC, o lançamento da pedra fundamental no terreno situado à Rua D. Carolina ocorre em 1936. Mas, antes desse ato, descobrimos que a escolha do terreno foi, novamente, alvo de disputas políticas intensas. Um grupo político, o PRP, queria que o novo edifício fosse construído em um terreno na área central da cidade, quase ao lado do Grupo Dr. Jorge Tibiriçá, praticamente no mesmo local onde ficava o terreno doado ao governo do Estado em 1911. Pelas entrelinhas, esse projeto queria elevar o segundo Grupo ao nível do primeiro, mesmo que para isso tivesse que excluir os filhos dos operários desse estabelecimento. Provavelmente, caso esse fosse o projeto vencedor, esses alunos seriam remanejados para as escolas isoladas dos bairros e da região norte da cidade, sendo absorvidos nesse local os alunos excedentes do Grupo Dr. Jorge Tibiriçá, que funcionava em horário desdobrado nesse momento.

Já o outro grupo, o do PC, queria que o segundo grupo permanecesse o mais próximo possível do local onde se encontrava o casarão. Esse local, para eles, seria o bairro do Lavapés, próximo às indústrias e às moradias dos operários e de suas famílias, corroborando o projeto de exclusão destes da área central da cidade. Contudo, como discutimos neste texto, o Lavapés era

visto como um local desvalorizado, ocupado por prostitutas, por desocupados, por indústrias, empoeirado e que facilmente era invadido pelas águas do ribeirão Lavapés e pela lama na época de chuvas intensas. Além disso, era um local de passagem de tropas, de veículos e de trens rumo ao sul de Minas Gerais, tendo inclusive, muito próximo a esse terreno, a Estação Bragança de trem. Não era, portanto, o local recomendado para a instalação do novo prédio do Grupo Escolar José Guilherme, se fossem atendidas às recomendações do Regulamento de Ensino. Mas a força política desse grupo foi mais forte que o próprio Regulamento e, desse modo, o Lavapés acolheria o tão desejado prédio do segundo Grupo Escolar de Bragança.

Muitas das características relatadas sobre o bairro do Lavapés entre fins do século XIX até meados da década de 1930 permanecem na atualidade, contribuindo para a representação do Grupo José Guilherme como uma escola inferior ao Grupo Dr. Jorge Tibiriçá. Colabora com isso, o fato das construções terem características muito distintas. Enquanto o Jorge Tibiriçá é um prédio suntuoso, lembrando outros prédios magníficos da área central (prédio do antigo Paço Municipal, do antigo Teatro Carlos Gomes, da Santa Casa), o José Guilherme é uma construção bem mais simples, que em nada se assemelha a esses.

Com relação a essa edificação, destacamos que, mais uma vez, uma disputa política intensa, em uma época politicamente conturbada, com um pluripartidarismo incipiente que, com o fim do Estado Novo, se desvelou, foi a responsável pelos quase nove anos necessários para a conclusão das obras iniciadas em 1936.

Iniciada pelo PC, essa obra foi a expressão das disputas políticas que ocorriam no município e no Estado, de uma forma geral. Com o Estado Novo e com o conseqüente enfraquecimento do PC, a obra era reclamada pelo PRP bragantino, que se articulava para ganhar as, então prometidas, futuras eleições. Destacamos também a campanha feita por Rubens do Amaral através do jornal Folha da Manhã, historicamente ligado aos cafeicultores do PRP. A figura de Adhemar de Barros como interventor federal foi relevante na intermediação dessa disputa, pois, vindo do PRP, participou do Movimento Revolucionário de 1932 e, filiado ao PC, não apoiou Getúlio Vargas, mas, mesmo assim, foi escolhido por ele para ser o interventor federal no Estado de São Paulo. Sabemos que, com o fim do Estado Novo, em 1945, Adhemar de Barros se filiou ao UDN (União Democrática Nacional) e logo depois fundou o PRP (Partido Republicano Progressista), voltando ao governo de São Paulo em 1947. Qual foi então, durante o Estado Novo, o alinhamento político de Adhemar de Barros? Houve, em um primeiro momento,

um alinhamento com o PC e o conseqüente afastamento do PRP, para na sequência não ter uma ligação muito definida com nenhum dos dois grupos políticos, fato que desembocou no que comentamos anteriormente.

Assim, a construção se inicia e fica paralisada por muito tempo. O interventor é cobrado, mas somente promessas da conclusão das obras foram feitas. Foram necessárias a saída de Adhemar do cargo de interventor, em 1941, e a retomada do controle da cidade de Bragança pelo PRP, na figura do prefeito José de Aguiar Leme, para que efetivamente as obras fossem retomadas e concluídas entre os anos de 1942 e 1944. Durante esse período, destacamos o funcionamento de ambos os grupos no prédio do Dr. Jorge Tibiriçá.

Há uma disputa, nesse momento, para “apadrinhar” o novo prédio concluído entre o Cidade de Bragança, defendendo José de Aguiar Leme, e o Folha da Manhã, que atribuía essa conquista a insistência de Rubens do Amaral. Como destacou Silva (2012), para o Grupo José Guilherme, o responsável pelo término das obras foi Rubens do Amaral que, como forma de agradecimento, foi convidado para ser paraninfo de uma das turmas que se formava aí.

Respondidas às questões propostas por este trabalho, destacamos o fato que essa diferença das representações, no imaginário local, entre os dois grupos da cidade ainda tem impactado as políticas públicas municipais e estaduais destinadas aos dois estabelecimentos, corroborando para a perpetuação desse distanciamento entre as duas instituições de Ensino. Enquanto o Dr. Jorge Tibiriçá é uma escola municipal, o José Guilherme é uma escola Estadual o que, por si só, causa uma comparação colocando a primeira em um nível superior à segunda, devido às maiores verbas e participação mais freqüente e atuante da prefeitura para suas escolas do que em relação às escolas estaduais. Outro fato que podemos apresentar, neste sentido, é a questão do prédio onde se encontra a escola Dr. Jorge Tibiriçá ser tombado desde 2002, enquanto o processo de tombamento da fachada da escola José Guilherme se encontra parado desde 2007 devido ao extravio da planta da escola durante o envio da documentação para a cidade de São Paulo.

Por fim, destacamos que este trabalho não se propôs a encerrar as discussões e a pesquisa sobre o objeto aqui abordado. Acreditamos que algumas questões podem ser ainda mais problematizadas. Dentre elas destacamos: buscar a voz da oposição, pois o que soubemos dela foi, basicamente, através do jornal situacionista; o que aconteceu com a escritura do primeiro terreno doado ao Estado pela Câmara de Bragança para a construção do prédio do José Guilherme; algumas informações dos anuários podem ser mais exploradas, entre outras.

Pretendemos, em uma futura pesquisa, trabalhar essas indagações.

REFERÊNCIAS

BAUDELAIRE, C. **O spleen de Paris**: pequenos poemas em prosa. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1985.

BENCOSTTA, M. L. A. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU; M. & CÂMARA; M. H. (Org.), **História e memórias da educação no Brasil** (p.68-76). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BENJAMIN, W. **Paris do segundo Império - A boêmia; Flâuner; A modernidade**, 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUENO, M. F. G. **A história da educação**: a cidade, a arquitetura escolar e o corpo. Cadernos do CEOM, Chapecó: Argos, 2008, 21(28), 243-278.

_____. **O corpo e as sensibilidades modernas**: Bragança (1900-1920). (Tese de doutorado em educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.

BUFFA, E. **Arquitetura e Educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971. São Carlos: Brasília: EdUFSCAR, INEP, 2002.

CANCIAN, R. **Governo Hermes da Fonseca (1910-1914)**: Salvacionismo e revoltas. Página 3 Pedagogia & Comunicação. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia->

brasil/governo-hermes-da-fonseca-1910-1914-salvacionismo-e-revoltas.htm>. Acesso em: 16 fev. 2013.

CHARTIER, R. Por uma sociologia das práticas culturais. In: **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990. p.13-28.

CARVALHO, M. M. C de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusp, 2003.

CASTORIADIS, C. **A experiência do movimento operário**. SP: Editora Brasiliense, 1985.

COSTA, A. M. ; SCHWARCZ, L. M. **Virando Séculos: 1890-1914; no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CRUZ, H. F. **São Paulo em papel e tinta**. Periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura escolar como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M.T. & FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. (pp. 135-150). Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

[FAUSTO, B.](#) **História Concisa do Brasil**. São Paulo: [Edusp](#), 2001.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980: excertos**. SP: Centro de Cultura Social; RJ: Achimé, 2010.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRANCESCHI, M. T.; GUIMARÃES, M. F.; MEDEIROS, D. A. C. A cidade, a memória e a arquitetura escolar. In: VII Seminário Nacional Centro de Memória-UNICAMP, 2012, Campinas. **Memória, cidade e educação das sensibilidades**. Campinas: UNICAMP/CMU, v. 1. p. 1-15, 2012.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**, capítulos III e IV. Belo horizonte: Autêntica, 2009

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane M.T. & FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.) **500 anos de educação no Brasil** (p.519-549). Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

GODOY, J. M. T.; OLIVEIRA, F. M.; SCHIEVENIN, C. A. C. Câmara e a cidade colonial. In: **Câmara Municipal de Bragança Paulista: Trajetória e identidades, 1797-1997**. (p.15-34). Bragança, SP: Câmara Municipal, 1998.

GODOY, J. M. T.; ZAMANA, S. M. A Câmara e as dimensões da modernidade. In: **Câmara Municipal de Bragança Paulista: Trajetória e identidades, 1797-1997**. (p.87-120). Bragança, SP: Câmara Municipal, 1998.

GONÇALVES, L. A. O. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. BH: Autêntica, 2000.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.

HOBSBAWM, E. J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **A era dos impérios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ISHIZU, A. L. **Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista: 1884-1967.** 2009. 278 p. Dissertação (Mestrado na Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu, FAUUSP, São Paulo.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** BH: Autêntica, 2000.

KUHLMANN JR., M. Relações sociais, intelectuais e educação da infância na história. In: SOUZA, G. (org.). **Educar na infância: perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2010c, p. 81-97.

_____. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr., Moysés. (Orgs). **Os intelectuais na História da Infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922).** Cadernos de Pesquisa, nº106, p. 159-171, março/1999.

_____. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862 – 1922).** Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001

LE GOFF, J. **História e memória.** 4ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

LOURENÇO FILHO. **Alguns aspectos da educação primária.** Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, out.-dez. 1940, n. 4, p.649-664.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MEDEIROS, D. A. C. **O Grupo Escolar DR. Jorge Tibiriçá: das escolas isoladas à escola idolatrada (1890 –1910).** 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu, Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

MENDONÇA, A.W. P. C.; VASCONCELOS, M. C. C. A gênese do conceito de educação pública. In: **Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**, 5., 2004, Évora. Livro de resumos. Évora: Universidade de Évora, 2004.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, SP: PUC, nº10, p. 07-28, dez.1993.

OLIVIERI, A. C. **Positivismo: Ordem, progresso e a ciência como religião da humanidade.** Página 3 Pedagogia & Comunicação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/positivismo-ordem-progresso-e-a-ciencia-como-religiao-da-humanidade.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

SANTOS, J. K. A.; SOUZA, J. A. O desenvolvimento de Bragança no contexto da economia paulista. In: **Câmara Municipal de Bragança Paulista: Trajetória e identidades, 1797-1997.** (p.63-86). Bragança, SP: Câmara Municipal, 1998.

SANTOS, M. **O tempo nas cidades.** Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da ciência. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, ano 54, nº 2, out./nov./dez 2002, p. 21-23.

SÃO PAULO (Estado) - **Assembléia Legislativa: história.** Parlamentares paulistas (1835-2003). CALIMAN, A. A. (Coord). São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____ (org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, K. C. M. **As Escolas Reunidas de Bragança e as origens do Grupo Escolar José Guilherme**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da licenciatura em Pedagogia da Universidade São Francisco, *Campus Bragança Paulista*. 137 f.

SOUZA, R. F. de. **Templos de Civilização**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

THOMPSON, E. P. Introdução p.13-24; Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. P.267-304. In: **Costumes em comum**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA, C. G. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIDAL, D. G. ; FARIA FILHO, L. M. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Periódicos locais, anuários e almanaques

Almanack de Bragança para 1900. Bragança: Typographia Comercial, 1899.

Anuario de Bragança para 1902. Bragança: Typographia da Cidade de Bragança, 1901.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1907. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1908. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1909. São Paulo: Typographia Augusto

Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1910. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1911. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1913. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1916. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1918. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1922. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1923. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1936. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira & C.

A Notícia (1905-1907).

Catálogo da coleção de periódicos. Bragança Paulista, Universidade São Francisco, 1992.

Cidade de Bragança (1896- 1944).

Folha da Manhã (1936-1943).

O Guaripocaba (1877-1886).

ANEXOS

Listagem dos deputados do Estado de São Paulo consultada durante a pesquisa. Arquivos no formato pdf. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/deputados/deputados-estaduais>. Acesso em: 21 jan. 2013. Edição: Marcello Franceschi.

7ª Legislatura 1907/1909 ■ REPÚBLICA VELHA ■

1º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS
CARLOS DE CAMPOS PRP 1618
JOSÉ LUIZ FLAQUER PRP 1931
JOSÉ ROBERTO LEITE PENTEADO PRP 1536
JÚLIO CÉSAR FERREIRA DE MESQUITA PRP 2828
VICTOR MARQUES DA SILVA AYROSA PRP 1622

2º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS
CARLOS AUGUSTO PEREIRA GUIMARÃES PRP 4801
LAMARTINE DELAMARE NOGUEIRA DA GAMA PRP 1858
LUIZ ANTÃO DA SILVA SOARES PRP 1702
MANOEL ANTÔNIO DOMINGUES DE CASTRO PRP 1770
PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA COSTA PRP 2086

5º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS
ALFREDO PUJOL PRP 2533
ANTÔNIO DO AMARAL CÉSAR PRP 3491
ATALIBA LEONEL PRP 3512
GABRIEL DE OLIVEIRA ROCHA PRP 2527
JOSÉ DE FREITAS VALLE PRP 2568

6º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS
ANTÔNIO ÁLVARES LOBO PRP 2578
GUSTAVO PAES DE BARROS PRP 1703
JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ PRP 1677
PAULO DE ALMEIDA NOGUEIRA PRP 2247
VICENTE GUILHERME PRP 1999

Fonte: SÃO PAULO. p.88

8ª Legislatura 1910/1912 ■ REPÚBLICA VELHA ■

6º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS
ANTÔNIO ÁLVARES LOBO PRP 1504 (1ºT)
GUSTAVO PAES DE BARROS PRP 1654 (1ºT)
JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ PRP 1356 (1ºT)
PAULO DE ALMEIDA NOGUEIRA PRP 4953 (2º T)
VERGÍLIO DE ARAÚJO PRP 1965 (1ºT)

7º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS
ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR PRP 1842 (1ºT)
ANTÔNIO MERCADO PRP 2003 (1ºT)
DÁRIO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA RIBEIRO PRP 1836 (1ºT)
LEÔNIDAS ARANTES BARRETO PRP 5481 (2º T)
RAPHAEL DE ABREU SAMPAIO VIDAL PRP 5382 (2º T)

9º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS
ANTÔNIO DE MORAES BARROS PRP
JOÃO RODRIGUES MACHADO PEDROSA PRP
JOAQUIM AUGUSTO GOMIDE PRP
JOSÉ BONIFÁCIO DE OLIVEIRA COUTINHO PRP
VICENTE DE PAULA ALMEIDA PRADO PRP

10º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS
ALFREDO PUJOL PRP 3417 (1ºT)
ANTÔNIO CARLOS DE SALLES JÚNIOR PRP 7633 (2º T)
ELIAS DA ROCHA BARROS PRP 8717 (2º T)
JÚLIO CÉSAR CARDOSO PRP 2566 (1ºT)
MANUEL AURELIANO DE GUSMÃO PRP 3656 (1ºT)

Fonte: SÃO PAULO. p.89

9ª Legislatura 1913/1915 ■ REPÚBLICA VELHA ■

3º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ALFREDO CASIMIRO DA ROCHA PRP 1598 (1ºT)
ANTÔNIO MARTINS FONTES JÚNIOR PRP 2276 (1ºT)
JOSÉ RODRIGUES ALVES SOBRINHO PRP 6158 (2º T)
OSCAR DE ALMEIDA PRP 1823 (1ºT)
PLÍNIO DE GODOY MOREIRA E COSTA PRP 1429 (1ºT)

4º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

FORTUNATO MARTINS DE CAMARGO PRP 9551 (2º T)
JOÃO MARTINS DE MELLO JÚNIOR PRP 3776 (1ºT)
JÚLIO PRESTES DE ALBUQUERQUE PRP 3288 (1ºT)
LUIZ NOGUEIRA MARTINS PRP 3090 (1ºT)
LUIZ PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO PRP 11655 (2º T)

5º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ACCACIO PIEDADE PRP 3421 (1ºT)
AMANDO DE BARROS PRP 14424 (2º T)
ATALIBA LEONEL PRP 12698 (2º T)
GABRIEL DE OLIVEIRA ROCHA PRP 13822 (2º T)
JOSÉ DE FREITAS VALLE PRP 3687 (1ºT)

6º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ANTÔNIO ÁLVARES LOBO PRP 2295 (1ºT)
GUSTAVO PAES DE BARROS PRP 2334 (1ºT)
JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ PRP 6816 (2º T)
PAULO DE ALMEIDA NOGUEIRA PRP 6677 (2º T)
VERGÍLIO DE CARVALHO PINTO PRP 2103 (1ºT)

LEÔNIDAS ARANTES BARRETO PRP 6801 (2º T)

THEOPHILO RIBEIRO DE ANDRADE FILHO PRP 8426 (2º T)

8º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

JOÃO DOMINGUES SAMPAIO PRP 1580 (1ºT)
JOSÉ VASCONCELLOS DE ALMEIDA PRADO JÚNIOR PRP 1741 (1ºT)
MÁRIO TAVARES FILHO PRP 2345 (1ºT)
PROCÓPIO DE ARAÚJO CARVALHO PRP 5821 (2º T)
WLADIMIRO AUGUSTO DO AMARAL PRP 5727 (2º T)

9º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ANTÔNIO DE MORAES BARROS PRP 3077 (1ºT)
JOÃO RODRIGUES MACHADO PEDROSA PRP 9297 (2º T)
JOAQUIM AUGUSTO GOMIDE PRP 2614 (1ºT)
MANUEL FREDERICO RODRIGUES DE ANDRADE PRP 8556 (2º T)
VICENTE DE PAULA ALMEIDA PRADO PRP 2795 (1ºT)

10º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ANTÔNIO CARLOS DE SALLES JÚNIOR PRP 4855 (1ºT)
ARLINDO ALBERTO DE LIMA PRP 14262 (2º T)
ELIAS DA ROCHA BARROS PRP 4102 (1ºT)
JÚLIO CÉSAR CARDOSO PRP 15299 (2º T)
MANUEL AURELIANO DE GUSMÃO PRP 5455 (1ºT)

ELEITOS PARA OCUPAR VAGAS ABERTAS - PARTIDO - VOTOS

JOSÉ BRENHA RIBEIRO PRP 7380

Fonte: SÃO PAULO. p.91

10ª Legislatura 1916/1918 ■ REPÚBLICA VELHA ■

1º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

AMÉRICO DE CAMPOS PRP 13605 (2º T)
ANTÔNIO DA SILVA AZEVEDO JÚNIOR PRP 4610 (1ºT)
ASCÂNIO CERQUERA PRP 13263 (2º T)
JOSÉ ALCÂNTARA MACHADO DE OLIVEIRA PRP 6346 (1ºT)
JOSÉ ROBERTO LEITE PENTEADO PRP 3165 (1ºT)

6º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ANTÔNIO ÁLVARES LOBO PRP 2964 (1ºT)
OLAVO DE QUEIROZ GUIMARÃES PRP 7529 (2º T)
PAULO DE ALMEIDA NOGUEIRA PRP 2110 (1ºT)
RAPHAEL GALVÃO PRESTES PRP 7402 (2º T)
VIRGÍLIO DE CARVALHO PINTO PRP 2477 (1ºT)

Fonte: SÃO PAULO. p.92

11ª Legislatura 1919/1921 ■ REPÚBLICA VELHA ■

1º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA PRP 9036 (2º T)
AMÉRICO DE CAMPOS PRP 8135 (2º T)
ANTÔNIO DA SILVA AZEVEDO JÚNIOR PRP 2593 (1ºT)
JOSÉ ADRIANO MARREY JÚNIOR PRP 3283 (1ºT)
JOSÉ DE ALCÂNTARA MACHADO DE OLIVEIRA PRP 3463 (1ºT)

2º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ALFREDO ALVES DE OLIVEIRA RAMOS PRP 5662 (2º T)
ANTÔNIO BIAS DA COSTA BUENO PRP 1852 (1ºT)
FRANCISCO DE PAULA ABREU SODRÉ PRP 1783 (1ºT)
GUILHERME VALLIM ÁLVARES RUBIÃO PRP 2142 (1ºT)
JOSÉ PEREIRA DE MATTOS PRP 5995 (2º T)

3º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ALFREDO CASIMIRO DA ROCHA PRP 4615 (2º T)

LAURINDO DIAS MINHOTO PRP 6087 (2º T)

LUIZ PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO PRP 2128 (1ºT)

5º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ANTÔNIO CARDOSO DO AMARAL PRP 10344 (2º T)
ATALIBA LEONEL PRP 8364 (1ºT)
JOSÉ DE FREITAS VALLE PRP 3206 (1ºT)
LUIZ DE TOLEDO PIZA SOBRINHO PRP 10130 (2º T)
LUIZ RODOLPHO MIRANDA PRP 3327 (1ºT)

6º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ANTÔNIO ÁLVARES LOBO PRP 1686 (1ºT)
ANTÔNIO FÉLIX DE ARAÚJO CINTRA PRP 4916 (2º T)
HEITOR TEIXEIRA PENTEADO PRP 5033 (2º T)
RAPHAEL GALVÃO PRESTES PRP 1429 (1ºT)
VIRGÍLIO DE CARVALHO PINTO PRP 1460 (1ºT)

Fonte: SÃO PAULO. p.93

12ª Legislatura 1922/1924 ■ REPÚBLICA VELHA ■

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DE REZENDE PRP 15429 (2ºT)
JOSÉ DE FREITAS VALLE PRP 3719 (1ºT)
LUIZ DE TOLEDO PIZA SOBRINHO PRP 3774 (1ºT)
LUIZ RODOLPHO MIRANDA PRP 3668 (1ºT)
RALPHO PACHECO E SILVA PRP 15726 (2ºT)

6º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ANTÔNIO ALVARES LOBO PRP 2225 (1ºT)
ANTONIO FÉLIX DE ARAÚJO CINTRA PRP 6004 (2ºT)
OLAVO DE QUEIROZ GUIMARÃES PRP 5525 (2ºT)
RAPHAEL GALVÃO PRESTES PRP 1816 (1ºT)
VIRGÍLIO DE CARVALHO PINTO PRP 1903 (1ºT)

9º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

CAIO SIMÕES PRP 2469 (1ºT)
HILÁRIO FREIRE PRP 2825 (1ºT)
JOÃO RODRIGUES MACHADO PEDROSA PRP 7922 (2ºT)
JOSÉ TRAJANO MARCONDES MACHADO PRP 2630 (1ºT)
RUY DE PAULA SOUZA PRP 3218 (1ºT)
THYRSO QUEIROLO MARTINS DE SOUZA PRP 10168 (2ºT)

10º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ADALBERTO BUENO NETTO PRP 21653 (2ºT)
ANDRÉ MARTINS DE ANDRADE PRP 4991 (1ºT)
ANTÔNIO ALVARES LOBO PRP 2225 (1ºT)

Fonte: SÃO PAULO. p.95

13ª Legislatura 1925/1927 ■ REPÚBLICA VELHA ■

1º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA PRP 20708 (2º T)
AMÉRICO DE CAMPOS PRP 6627 (1ºT)
ANTÔNIO AUGUSTO COVELLO PRP 21466 (2º T)
CARLOS CYRILLO JÚNIOR PRP 4300 (1ºT)
JOÃO CARVALHAL FILHO PRP 3075 (1ºT)
JOÃO CARVALHAL FILHO PRP 20499 (2º T)
JOSÉ ADRIANO MARREY JÚNIOR PRP 3736 (1ºT)
ORLANDO DE ALMEIDA PRADO PRP 3839 (1ºT)
RAPHAEL ARCHANJO GURGEL PRP 20370 (2º T)

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DE REZENDE PRP 5577 (1ºT)

LUIZ RODOLPHO MIRANDA PRP 4907 (1ºT)
RALPHO PACHECO E SILVA PRP 4828 (1ºT)

6º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

AMADEU GOMES DE SOUZA PRP 6799 (2º T)
ANTÔNIO ALVARES LOBO PRP 2145 (1ºT)
NICOLAU ASPRINO JÚNIOR PRP 6822 (2º T)
OLAVO DE QUEIROZ GUIMARÃES PRP 2265 (1ºT)
VIRGÍLIO DE CARVALHO PINTO PRP 2452 (1ºT)

Fonte: SÃO PAULO. p.96

14ª Legislatura 1928/1930 ■ REPÚBLICA VELHA ■

6º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ENÉAS CÉSAR FERREIRA PRP 8220 (2º T)
LUIZ AUGUSTO DE QUEIROZ ARANHA PD 2909 (1ºT)
OLAVO DE QUEIROZ GUIMARÃES PRP 8909 (2º T)
VIRGÍLIO DE CARVALHO PINTO PRP 2441 (1ºT)
ZEPHERINO ALVES DO AMARAL PRP 8082 (2º T)

HILÁRIO FREIRE PRP 3697 (1ºT)

MANOEL DE LACERDA FRANCO PRP 2890 (1ºT)
PLÍNIO DE CARVALHO PRP 3191 (1ºT)

10º DISTRITO - PARTIDO - VOTOS

ANDRÉ MARTINS DE ANDRADE PRP 3966 (1ºT)

Fonte: SÃO PAULO. p.98

1ª Legislatura 1935-1937 ■ Anos 1930 ■

DEPUTADOS CONSTITUENTES DE 1935 - PARTIDO - VOTOS

ADHEMAR PEREIRA BARROS P.R.P. 163381
ALARICO FRANCO CAIUBY P.C. 223809
ALBERTO AMERICANO P.R.P. 165789
ALFREDO ELLIS JUNIOR P.R.P. 166270
ANTÔNIO CARLOS PACHECO E SILVA P.C. 225395
ARISTIDES BASTOS MACHADO P.C. 7308
ARISTIDES DE MACEDO FILHO P.C. 221784
BENEDICTO MONTENEGRO P.C. 8179
BENTO DE ABREU SAMPAIO VIDAL P.C. 222870
CÂNDIDO MOTTA FILHO P.C. 224367
CARLOS CYRILLO JUNIOR P.R.P. 8105
CARLOS DE MORAES BARROS P.C. 222319
CARLOS DE SOUZA NAZARETH P.C. 224423
CASSIO DA COSTA VIDIGAL P.C. 223960
CELSO TORQUATO JUNQUEIRA P.C. 7664
CLÓVIS DE PAULA RIBEIRO P.C. 222111
CORY GOMES DE AMORIM P.C. 223537
DANTE DELMANTO P.C. 9294
DÉCIO PEREIRA DE QUEIROZ TELLES P.R.P. 164578
DIÓGENES AUGUSTO RIBEIRO DE LIMA P.R.P. 164769
ELIAS MACHADO DE ALMEIDA P.C. 225032
EPAMINONDAS FERREIRA LOBO P.R.P. 164470
ERNESTO DE MORAES LEME P.C. 222615
EUGÊNIO DE TOLEDO ARTIGAS P.C. 224597
FRANCISCO MESQUITA P.C. 222025
FRANCISCO VIEIRA P.C. 223916
FREDERICO JOSÉ MARQUES P.R.P. 164766
HENRIQUE NEVES LEFÈVRE P.C. 222238
HENRIQUE SMITH BAYMA P.C. 8915
INNOCENCIO SERAPHICO DE ASSIS CARVALHO P.R.P. 164379
ISMAEL TORRES GUILHERME CHRISTIANO P.R.P. 168879
JOÃO BAPTISTA FERREIRA P.R.P. 164499
JOÃO CARLOS FAIRBANKS A.L.B. 9920
JOAQUIM CELIDONIO GOMES DOS REIS FILHO P.C. 8663
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA E SILVA P.C. 222220
JOSÉ BASTOS CRUZ P.R.P. 165068
JOSÉ DE ALMEIDA SAMPAIO SOBRINHO P.R.P. 164986

JOSÉ DE MOURA REZENDE P.R.P. 164031
LAERTE TEIXEIRA DE ASSUMÇÃO P.C. 223418
LUIZ FERNANDES DE ABREU P.R.P. 164379
LUIZ PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO P.R.P. 164585
MANFREDO ANTÔNIO DA COSTA P.C. 222246
MANOEL CARLOS DE SIQUEIRA P.R.P. 164162
MARIA THEREZA NOGUEIRA DE AZEVEDO P.C. 223819
MARIA THEREZA SILVEIRA DE BARROS CAMARGO P.C. 223091
MARIANO DE OLIVEIRA WENDEL P.R.P. 168960
MÁRIO PINTO SERVA P.C. 225477
MIGUEL ARCHANJO DE ABREU PEREIRA COUTINHO P.R.P. 163773
OSCAR CINTRA GORDINHO P.C. 222170
OSCAR THOMPSON P.R.P. 164445
PAULO ALPHEU MONTEIRO DUARTE P.C. 222249
RENATO BUENO NETTO P.C. 8076
ROMÃO GOMES P.C. 228027
ROMEU DE CAMPOS VERGAL P.S.B.-SP 11262
SEBASTIÃO DE MAGALHÃES MEDEIROS P.R.P. 165426
SYLVIO DE ANDRADE COUTINHO P.C. 222212
TARCÍSIO LEOPOLDO E SILVA P.R.P. 164372
THIAGO MASAGÃO P.C. 222636
VALDOMIRO SILVEIRA P.C. 224069
VALENTIM GENTIL P.C. 223477

DEPUTADOS CLASSISTAS - CATEGORIA - VOTOS

ALDO MÁRIO DE AZEVEDO CLASSISTA: IND. - EMPREGADORES 61
ANTÔNIO BENEDICTO MACHADO FLORENCE CLASSISTA: IMPRENSA 1
ARLINDO DE CAMARGO PACHECO CLASSISTA: COM. E TRANSP. - EMPREGADORES 47
ATTILIO CASTELLAR DE FRANCESCHI CLASSISTA: LAV. E PEC. - EMPREGADOS 7
BERNARDINO DE OLIVEIRA CLASSISTA: IND. - EMPREGADOS 16
BRASILUSO RODRIGUES LOPES CLASSISTA: COM. E TRANSP. - EMPREGADORES 43
CHRISTIANO ALTENFELDER SILVA CLASSISTA: LAV. E PEC. - EMPREGADORES 30
CLEMENTE RODRIGUES DOS SANTOS CLASSISTA: COM. E TRANSP. - EMPREGADOS 28
FRANCISCO CRUZ MALDONADO CLASSISTA: IND. - EMPREGADORES 62
HILÁRIO GOMES CLASSISTA: IND. - EMPREGADOS 15
JOSÉ DE TOLEDO PIZA CLASSISTA: FUNC. PÚBL. 9
JOSÉ FERRAZ DE CAMPOS SALLES CLASSISTA: LAV. E PEC. - EMPREGADOS 7
NELSON OTTONI DE REZENDE CLASSISTA: PROF. LIBS. 15